

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**VANICE JERONYMO**

Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio  
industrial paulista: o caso da “Perus” (CBCPP)

São Carlos

2016



VANICE JERONYMO

Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio  
industrial paulista: o caso da “Perus” (CBCPP)

Tese apresentada ao Instituto de  
Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo para  
obtenção do título de Doutora em  
Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e  
História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador:  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Telma de Barros Correia

São Carlos

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,  
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS  
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

J56c Jeronymo, Vanice  
Conflitos, impasses, e limites na preservação do  
patrimônio industrial paulista: o caso da "Perus"  
(CBCPP) / Vanice Jeronymo; orientadora Telma de  
Barros Correia. São Carlos, 2016.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em  
Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo --  
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo, 2016.

1. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.  
2. Patrimônio Industrial. 3. Núcleo Fabril. 4.  
Tombamentos. 5. Preservação. I. Título.



FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): Vanice Jeronymo

Título da tese: "Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio paulista: o caso da "Perus" (CBCPP)"

Data da defesa: 13/12/2016

Orientador: Profa. Dra. Telma de Barros Correia

Comissão Julgadora:

Resultado:



Profa. Dra. Telma de Barros Correia  
(IAU/USP)

Aprovada



Profa. Dra. Virgínia Pontual  
(UFPE)

Aprovada



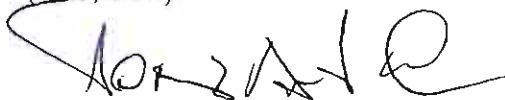
Profa. Dra. Ivone Salgado  
(PUC/Campinas)

Aprovada



Profa. Dra. Maria Angela Bortolucci  
(IAU/USP)

APROVADA



Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira  
(IAU/USP)

APROVADA

Coordenadora e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek.



Para todos os que acreditam na força que tem o trabalho coletivo.



## Agradecimentos

À querida Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Telma de Barros Correia, minha orientadora. Com sua competência, seriedade e simplicidade tornou-se para mim um exemplo de conduta profissional e pessoal. Abriu-me o caminho da vida acadêmica e por ele conduziu-me, de modo a organizar o pensamento, perceber possibilidades e compreender melhor as questões que circundam o patrimônio. Agradeço pela amizade, inúmeras leituras, aconselhamentos e sugestões.

Aos professores membros da banca examinadora, especialmente, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Angela Bortolucci e Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Virgínia Pontual pelas valiosas sugestões que engrandeceram e enriqueceram este trabalho.

À Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Simone Scifoni, pela constante abertura ao diálogo, disposição para nos ajudar e conquistar nossos objetivos. Grata por sua disponibilidade ilimitada para discutir os tombamentos e seus meandros.

Agradeço ao Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Euler Sandeville Jr. e Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Sueli Furlan, Gabriel Fernandes, José Queiroz, Maria Helena Bezerra, Marcio Bezerra, Mario Bortoto e Regina Bortoto por proporcionarem a oportunidade de vivenciar a “Perus” mais de perto e de desfrutar de suas surpresas.

Aos professores e funcionários da FAU e do IAU-USP que sempre nos apoiam nas pesquisas e nos auxiliam nas questões acadêmicas e burocráticas.

À Vera Paiva, Mazé Zaroni Alberici e Fabiana Paiva, pelo paciente e cuidadoso trabalho de revisão de redação e diagramação.

À Sidnei Dunai pelo pronto atendimento para fazer a impressão dos exemplares.

Agradeço à Keila Kois pela simpatia e disposição, pelas várias elucidações e acompanhamentos durante as visitas a campo.

Grata aos colaboradores do IFPPC e ABPF, especialmente, Nelson Camargo, Nilson Rodrigues e Bonfilio Alves que contribuíram com valiosos acervos e informações.

Agradeço a contribuição de Agnaldo Bertolo, Arlindo Paes, Custódio Oliveira, Celeste Ferreira ao disponibilizar acervos e informações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Um especial agradecimento à Sirlei Bertolini Soares, parceira de muitas jornadas profissionais, a quem tenho muito apreço. Agradeço pela colaboração e amizade.

A toda comunidade de moradores e de ex-trabalhadores da CBCPP que se mostram exemplos de determinação e união.

Agradeço à amiga e pesquisadora Iná Rosa da Silva que faz com que o nosso trabalho seja mais divertido e o transforma em um “assunto de vizinhança”!

Agradeço também a Dani Mancz pela amizade e incentivo constante.

Agradeço à minha família, especialmente aos filhos Danillo e Nathália que compreenderam e aceitaram o momento de dedicação à pesquisa e à minha mãe.

Um agradecimento muito especial a Marcelo Augusti, pelos dez anos de caminhada que se completam. Pela companhia e debates. Enfim, pelo amor e atenção e por me fazer acreditar que tudo que começa bem, termina bem!







## Resumo

JERONYMO, V. **Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio industrial paulista: o caso da “Perus” (CBCPP)**. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Trata dos critérios utilizados para efetivar o tombamento de remanescentes de um conjunto industrial: a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus - CBCPP. Procura-se analisar como foram acatadas as solicitações de tombamento deste complexo nas três esferas públicas – municipal, estadual e federal – e identificar os conflitos que emergiram ao longo do desenvolvimento de tais ações e os efeitos destes sobre a materialidade do conjunto. Busca-se verificar os conceitos e procedimentos metodológicos utilizados no trato da questão pelos respectivos órgãos de preservação e analisar como foram considerados valores, condição de integridade e autenticidade dos elementos do conjunto ao incluí-los, ou não, na delimitação dos tombamentos, juntamente com os reflexos em suas condições físicas. Constituem como objetos de pesquisa as iniciativas para preservação da Estrada de Ferro Perus-Pirapora – EFPP - e dos polos de produção da empresa ligados às atividades extrativistas e à produção de cimento, juntamente com os assentamentos operários edificadas no bairro de Perus, em São Paulo e nos bairros de Água Fria e Gato Preto, em Cajamar. Tem como objetivo principal analisar em que medida os conflitos e tensões que emergiram durante tais processos influenciaram nos limites alcançados pelos tombamentos e contribuíram com a preservação, ou com a destruição, descaracterização e mutilação dos bens. A atual situação do conjunto, imerso em disputas pelo direito de fruição, ou vulnerável a intervenções em suas edificações, justificam a pertinência do estudo em questão. A investigação foi baseada em pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado, processos de tombamento e levantamentos em campo.

**Palavras-chave:** Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. Patrimônio industrial. Núcleo fabril. Tombamentos. Preservação.



## Abstract

JERONYMO, V. **Conflicts, deadlocks and limits on the preservation of the São Paulo industrial heritage: the case of “Perus” (CBCPP)**. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

It deals with the criteria used to effect the tipping of remnants of an industrial complex: Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus - CBCPP. It seeks to analyze how the requests for the registration of this complex in the three public spheres - municipal, state and federal - have been complied with and to identify the conflicts that emerged during the development of such actions and their effects on the materiality of the set. It seeks to verify the concepts and methodological procedures used in the treatment of the issue by the respective preservation agencies and to analyze how they were considered values, condition of integrity and authenticity of the elements of the set when including them or not in the delimitation of the recordings, together with the reflexes in their physical conditions. The initiatives for the preservation of the Perus-Pirapora Railway - EFPP - and the company's production centers linked to extractive activities and cement production, together with the workers' settlements built in the Perus district of São Paulo and in the neighborhoods of Água Fria and Gato Preto, in Cajamar. Its main objective is to analyze to what extent the conflicts and tensions that emerged during such processes influenced the limits reached by the takedowns and contributed to the preservation or destruction, de-characterization and mutilation of goods. The current situation of the whole, immersed in disputes for the right of fruition, or vulnerable to interventions in its buildings, justify the relevance of the study in question. The research was based on bibliographical research on the topic addressed, processes of tipping and surveys in the field.

**Keywords:** Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. Industrial Heritage. Industrial Nucleos. Tombamentos. Preservação.



## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Atributos essenciais à compreensão da condição de integridade do núcleo fabril. ....	203
<b>Tabela 2:</b> Atributos essenciais da CBCPP. ....	205
<b>Tabela 3:</b> Situação das instalações em Perus em 1991. ....	209
<b>Tabela 4 e mapa-guia:</b> Permanências e ausências - EFPP. ....	229
<b>Tabela 5:</b> Permanências e ausências - Pátio de Cajamar. ....	229
<b>Tabela 6:</b> Permanências e ausências - Pátio de Gato Preto. ....	229
<b>Tabela 7:</b> Permanências e ausências - Instalações industriais de Perus. ....	230
<b>Tabela 8 e mapa-guia:</b> Permanências e ausências - Vila Triângulo. ....	231
<b>Tabela 9 e mapa-guia:</b> Permanências e ausências - Vila Portland. ....	232
<b>Tabela 10 e mapa-guia:</b> Permanências e ausências - Vila Fábrica. ....	232
<b>Tabela 11:</b> Permanências e ausências - outras instalações de Perus. ....	233



## Lista de Ilustrações

<b>Figura 1:</b> EFPP, ao longo do rio Juqueri.....	46
<b>Figura 2:</b> Trabalhadores no interior do depósito de clínquer. ....	48
<b>Figura 3:</b> Trabalhadores junto às instalações industriais.....	48
<b>Figura 4:</b> Instalações industriais em construção.....	49
<b>Figura 5:</b> Trabalhadores da Fábrica, em 1935. ....	49
<b>Figura 6:</b> Instalações Industriais da fábrica. ....	49
<b>Figura 7:</b> Fábrica de Cimento. ....	49
<b>Figura 8:</b> Instalações da CBCPP sob ocupação militar durante os períodos de conflito. ....	51
<b>Figura 9:</b> Manifestação dos operários da CBCPP, possivelmente no centro de São Paulo, durante o período de turbulência.....	51
<b>Figura 10:</b> Protestos dos trabalhadores em 1958.....	51
<b>Figura 11:</b> Sede social, Gato Preto, 2016.....	62
<b>Figura 12:</b> Clube do Portland, Água Fria, década de 1950. ....	62
<b>Figura 13:</b> Caramanchão em Perus, década de 1970.....	62
<b>Figura 14:</b> Identificação de algumas instalações de Perus. ....	64
<b>Figura 15:</b> Vista da Fábrica de Cimento em Perus, 1920.....	64
<b>Figura 16:</b> Vista da Fábrica de Cimento em Perus, 1928.....	65
<b>Figura 17:</b> Vista da Fábrica de Cimento em Perus.....	65
<b>Figura 18:</b> Água Fria, 1939. ....	65

<b>Figura 19:</b> Croqui da distribuição das casas e equipamentos de uso coletivo, assim como a localização das vilas edificadas pela empresa ao redor de áreas de pedreiras em Água Fria e Vila Nova. ....	66
<b>Figura 20:</b> Construção de um forno metálico em Gato Preto, 1912.....	67
<b>Figura 21:</b> Instalações de Gato Preto, 1914. ....	67
<b>Figura 22:</b> Fornos de Gato Preto, 1930. ....	67
<b>Figura 23:</b> Instalações de Gato Preto, década de 1970. ....	67
<b>Figura 24:</b> Vista de Gato Preto, 1970.....	68
<b>Figura 25:</b> Estação Perus da EFPP e a cabine de controle, década de 1970.....	69
<b>Figura 26:</b> Estação de Gato Preto, 1998.....	69
<b>Figura 27:</b> Posto Telefônico km 12, 1985. ....	70
<b>Figura 28:</b> Estação Entroncamento.....	70
<b>Figura 29:</b> Áreas ocupadas pelo Parque Anhanguera, em verde; pelo aterro sanitário, em laranja; pelos remanescentes da fábrica, em amarelo. ....	76
<b>Figura 30:</b> Instalações fabris e material rodante abandonados em Perus. ....	77
<b>Figura 31:</b> Casa de pedra, utilizada como moradia. ....	78
<b>Figura 32:</b> Edifício da Pensão do Portland, em demolição. ....	78
<b>Figura 33:</b> Antiga casa de força, utilizada como residência.....	78
<b>Figura 34:</b> Museu Casa da Memória, instalado na casa do antigo supervisor geral. ....	78
<b>Figura 35:</b> Corte na rocha para passagem da EFPP, em 2016. ....	100
<b>Figura 36:</b> Indicação na minuta de tombamento dos trilhos e elementos a serem preservados. ....	105
<b>Figura 37:</b> Indicação de elementos e áreas a serem tombados ou excluídos do tombamento.....	109



<b>Figura 38:</b> Parte da Vila de Gato Preto, segregada do conjunto. ....	109
<b>Figura 39:</b> Perímetro do tombamento municipal referente à Resolução 27/92. .....	141
<b>Figura 40:</b> Áreas de Água Fria a serem decretadas utilidade pública. ....	147
<b>Figura 41:</b> Área de Vila Nova a ser decretada utilidade pública. ....	147
<b>Figura 42:</b> O crescimento de loteamentos clandestinos em área envoltória da EFPP em Cajamar, durante a década de 1990. ....	180
<b>Figura 43:</b> As instalações da fábrica de Cimento, em laranja, e o crescimento do bairro no entorno.....	182
<b>Figura 44:</b> Vista geral da Vila Triângulo, com a igreja ao centro, 1995. ....	185
<b>Figura 45:</b> Empresa Metalplan, junto às gôndolas da EFPP, ao centro, e aos trilhos, à direita. ....	188
<b>Figura 46:</b> Alguns estabelecimentos dispostos sobre os trilhos da EFPP que correm abaixo dos portões verdes. Ao fundo, a empresa Natura Cosméticos, às margens da Rodovia Anhanguera. ....	188
<b>Figura 47:</b> Ocupação junto à EFPP. ....	188
<b>Figura 48:</b> Ocupação residencial junto aos trilhos da EFPP, no bairro do Guaturinho. ....	189
<b>Figura 49:</b> Estado precário de conservação dos trilhos da EFPP. Ao fundo, lado esquerdo, observa-se a caixa d'água da empresa Natura Cosméticos. ....	189
<b>Figura 50:</b> Trecho dos trilhos da EFPP, no sentido Fábrica da Natura Cosméticos. ....	189
<b>Figura 51:</b> Ocupação junto aos trilhos da EFPP, no bairro do Guaturinho e Bela Vista. ....	189
<b>Figura 52:</b> Trilhos da EFPP, junto das ocupações residenciais e industriais, em precário estado de conservação. ....	189
<b>Figura 53:</b> Ao fundo, ocupação junto aos trilhos da EFPP, no bairro do Guaturinho e Bela Vista. ....	189
<b>Figura 54:</b> Ao fundo, a empresa Natura Cosméticos, nas proximidades dos trilhos da EFPP, que podem ser observados à direita. ....	190

<b>Figura 55:</b> Rua do bairro do Guaturinho. À esquerda, observa-se a antiga parada do Quilômetro 12, transformada em capela. À direita, veem-se vestígios dos trilhos da EFPP. ....	190
<b>Figura 56:</b> Antigas e novas instalações em Gato Preto. ....	207
<b>Figura 57:</b> Casas 60 e 61, década de 1990. ....	212
<b>Figura 58:</b> Antigas Cocheiras, década de 1990 (casas 50 a 53). ....	212
<b>Figura 59:</b> Entrada da Fábrica, próximo ao depósito. Ao fundo, à esquerda, destaque dos silos e ensacadeira, década de 1990. ....	212
<b>Figura 60:</b> Conjunto da Fábrica de Cimento visto do britador próximo à casa de tráfego, 1995. ....	213
<b>Figura 61:</b> Vista da esteira (triper), 1995. ....	213
<b>Figura 62:</b> Lago formado por antiga área de lavra, incluído na proposta de preservação, 1995. ....	214
<b>Figura 63:</b> Conjunto de Gato Preto, com estação ao fundo, caieira, depósito, 1995. ....	214
<b>Figura 64:</b> Casa do administrador (Casarão Beneduce). ....	214
<b>Figura 65:</b> Escola Gato Preto. ....	214
<b>Figura 66:</b> Casario, Gato Preto. ....	214
<b>Figura 67:</b> Extremidades da via férrea excluídas do tombamento estadual. ....	216
<b>Figura 68:</b> Demolições no conjunto em Perus. ....	216
<b>Figura 69:</b> Vista geral das instalações de Perus. ....	217
<b>Figura 70:</b> Vista da esteira (triper), 1995. ....	217
<b>Figura 71:</b> Permanência das instalações industriais em estado precário de conservação. ....	218
<b>Figura 72:</b> Permanência de casa geminada na Vila Portland. ....	218
<b>Figura 73:</b> Vestígio de casa em Vila Portland, 2016. ....	218
<b>Figura 74:</b> Vista da Vila Triângulo em 2009. ....	219

<b>Figura 75:</b> Casarão da Fazendinha, 2014. ....	219
<b>Figura 76:</b> Instalações do Restaurante e entroposto, 2014. ....	220
<b>Figura 77:</b> Casarão do M, 2014. ....	220
<b>Figura 78:</b> Vista das instalações da fábrica, 2014. ....	220
<b>Figura 79:</b> Vista das instalações da fábrica em 2016. ....	221
<b>Figura 80:</b> Casa de tráfego, 2016. ....	221
<b>Figura 81:</b> Instalações industriais em 2016. ....	221
<b>Figura 82:</b> Vista de Gato Preto, 2011. ....	222
<b>Figura 83:</b> Vista de Gato Preto, 2014. ....	222
<b>Figura 84:</b> Vista de Gato Preto, 2014. ....	222
<b>Figura 85:</b> Ruínas das instalações de Gato Preto, 2014. ....	222
<b>Figura 86:</b> Ruína remanescente do forno de cal, 2014. ....	222
<b>Figura 87:</b> Visão geral de Gato Preto, em 2014. ....	223
<b>Figura 88:</b> Trabalho de recuperação das caixas d'água após serem atingidas pela queda de um eucalipto. ....	224
<b>Figura 89:</b> As instalações do corredor, onde são executados os trabalhos de restauração do material rodante. ....	224
<b>Figura 90:</b> Material rodante restaurado pelo IFPPC. ....	224
<b>Figura 91:</b> Material rodante restaurado pelo IFPPC. ....	224
<b>Figura 92:</b> Parada do km 12, reformada. ....	224
<b>Figura 93:</b> Parada do km 12, vista frontal. ....	224
<b>Figura 94:</b> Anexos construídos nas casas de Vila Nova com chaminés. ....	226
<b>Figura 95:</b> Bar em funcionamento na antiga sede do clube do Portland. ....	226

<b>Figura 96:</b> Observam-se garagens e anexos, junto às casas em renque de Gato Preto, além da rodovia. ....	227
<b>Figura 97:</b> Casa amarela com conservação de características originais. ....	227
<b>Figura 98:</b> Casa em Gato Preto com detalhes do sistema de ventilação. ....	227
<b>Figura 99:</b> Novas ocupações que começam a despontar em Gato Preto. ....	227
<b>Figura 100:</b> Conservação das características urbanas de Gato Preto: igreja no alto do morro, longas fileiras de moradias dispostas em renque. ....	228
<b>Figura 101:</b> Britador em funcionamento pela Votorantim, em Cajamar. ....	228





# Sumário

<b>Introdução</b> .....	29
<b>Capítulo 1- CBCPP: trajetória e instalações</b> .....	45
1.1. Mineração, ferrovia e fábrica: a produção e o trabalho .....	45
1.2. O núcleo fabril da CBCPP: formação .....	56
1.3. O fim da produção, o confisco e o desmonte .....	73
<b>Capítulo 2 - As questões de natureza artística, afetiva e histórica nos processos de tombamento e na dinâmica dos órgãos de preservação</b> .....	83
2.1. EFPP: carro-chefe do tombamento estadual .....	87
2.2. O Iphan e a EFPP .....	111
2.3. A preservação no âmbito municipal .....	126
2.3.1. Fábrica, vilas e sindicato: da memória operária no tombamento municipal paulistano .....	126
2.3.2. Cajamar: patrimônio e memória .....	146
<b>Capítulo 3 - Disputas em torno da consagração ou negação do patrimônio</b> .....	155
3.1. Debates, discursos e práticas .....	156
3.2. Desarticulações, ingerências e sobreposições nos processos da CBCPP .....	167
3.3. Os remanescentes da CBCPP na dinâmica das cidades .....	180
<b>Capítulo 4 - Impactos dos processos de tombamento sobre os remanescentes</b> .....	195
4.1. Atributos essenciais à compreensão da integridade da CBCPP e à sua condição de bem cultural .....	195
4.2. Impactos dos tombamentos sobre as instalações da CBCPP e seus significados .....	206
<b>Considerações finais</b> .....	239
<b>Referências</b> .....	253
<b>Apêndice A - Linha do tempo: ocorrências relacionadas à trajetória das instalações da CBCPP e seus tombamentos</b> .....	275
<b>Apêndice B - croqui-guia para identificação de vilas e edificações da CBCPP (conferir croqui-guia disposto no envelope)</b> .....	277





# Introdução

---



## Introdução

Este trabalho de doutorado é fruto do nosso interesse pelo estudo de iniciativas de preservação de remanescentes de arquitetura industrial e das relações entre estas iniciativas e o estado de conservação dos conjuntos fabris.

Durante a investigação que subsidiou nossa dissertação de mestrado<sup>1</sup>, começaram a aflorar inquietações acerca dos critérios utilizados para a determinação ou não do tombamento de remanescentes da indústria, assim como do precário estado físico de muitos prédios de fábricas desativadas. Tais inquietações resultaram na estruturação da atual pesquisa. A investigação convergiu para o entendimento do processo de identificação de significâncias em materialidades diversas, abarcando escolhas e atribuições de valores referentes tanto às características físicas quanto às representações que tais materialidades podem assumir. A análise também passou pela compreensão das motivações que conduzem os órgãos de preservação a escolher determinado remanescente, algumas vezes em detrimento de outro, como representante do patrimônio industrial na esfera nacional, estadual ou municipal.

Um olhar mais aprofundado sobre tal questão nos levou a examinar os motivos que conduzem os órgãos de preservação a pinçarem, de um grande complexo industrial, apenas um ou outro elemento isolado, para que este expresse a significância do conjunto. Em uma situação contrária, o que fomentaria a exclusão de elementos ou partes de um conjunto já tombado em sua quase totalidade? Seria, então, a presença ou a ausência de atributos significativos que conferem valor ou não a tais elementos?

Em princípio, as justificativas que costumam ancorar as tomadas de decisão dentro dos órgãos de preservação para elevar as materialidades à condição de patrimônio cultural consideram, de modo geral, suas propriedades físicas, arquitetônicas, urbanas, ambientais, tecnológicas, suas potencialidades geradoras de recursos e de representações, assim como os vínculos afetivos e identitários com

---

<sup>1</sup> A questão central da dissertação de mestrado estava ancorada no estudo do conjunto fabril edificado pela Companhia Melhoramentos, em Caieiras (SP), nas iniciativas de preservação adotadas para a conservação dos edifícios, nas quais se inclui a solicitação de tombamento de apenas alguns dos remanescentes e posições contraditórias com relação a sua valoração (PROCESSOS CONDEPHAAT n. 394 e n. 679/2007). Ver JERONYMO, Vanice. **Caieiras: núcleo fabril e preservação**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2011.

determinados grupos sociais. Os bens remanescentes da indústria, após o período de reestruturação dos modos de produção e de gestão operária, processo este que resultou no desmonte e abandono de muitos conjuntos fabris, constituíram um importante segmento de nosso recente passado industrial. A formulação de identidades motivou algumas coletividades a se unirem em defesa da preservação de alguns destes conjuntos, fortalecendo vínculos afetivos e o papel dos bens como lugares de memória. Nesta conjuntura, as ações de solicitação de tombamento foram entendidas como o primeiro passo possível na tentativa de trilhar o caminho de sua salvaguarda.

Este conjunto de propriedades e potencialidades presentes em tais bens compõe uma base sobre a qual incidirão os critérios e as escolhas de ordem histórica, artística, afetiva, submetidas às decisões de quem comanda as avaliações, formando, portanto, um processo de natureza subjetiva. Seguindo por este caminho, no estado de São Paulo, por exemplo, emergiu a partir de 1969, com a constituição do órgão estadual de preservação e, posteriormente, com a consolidação dos órgãos municipais, uma gama de tombamentos. De modo geral, fundamentavam-se na valoração de objetos, monumentos, arquiteturas e espaços urbanos, e estimavam suas características por meio de critérios históricos, estéticos, técnicos e rememorativos, levando em conta suas condições de integridade e autenticidade.

Podemos apontar alguns tombamentos estaduais ou municipais de remanescentes industriais paulistas efetivados com fundamento nestas valorações. O Complexo Industrial Carioba, em Americana, foi tombado como testemunho de modelo paternalista de gestão operária, pioneiro no estado do sistema de produção verticalizado<sup>2</sup>. A Vila Maria Zélia, em São Paulo, teve seu traçado urbano e edifícios tombados devido ao interesse histórico, arquitetônico e social em razão de representatividade como vila operária pioneira, de características originais do início do século XX<sup>3</sup>. As instalações da Fábrica São Martinho, em Tatuí, foram tombadas como um dos marcos do início da indústria do ramo têxtil paulista a partir de iniciativas ligadas à acumulação de capital gerado nos setores agrícola e comercial,

---

<sup>2</sup> CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO - CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 21**, de 09 maio 2013. Resolução de tombamento do Complexo Industrial Carioba, no Município de Americana.

<sup>3</sup> CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO - CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 43**, de 18 dez. 1992. Resolução de tombamento da Vila Mariza Zélia, no Município de São Paulo.

como local de vivência operária e referência afetiva<sup>4</sup>. As instalações da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus obtiveram o tombamento de sua estrada de ferro devido à peculiaridade de seu traçado e acervo, além de parte de suas casas operárias, sindicato e instalações fabris tombadas como referência arquitetônica e histórica de grande valor afetivo<sup>5</sup>.

As intenções da abertura de tombamento consideram aspectos diversos. Para o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo – Conpresp -, por exemplo, as intenções da abertura de um processo de tombamento pautam-se na preservação de:

[...] bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos, mutilados ou descaracterizados (CONPRESP, 2010).

Nas ações de tombamento, portanto, estão intrínsecas valorações de acordo com as percepções de significâncias e representações dos conjuntos. No entanto, as escolhas para o tombamento efetuadas pelo órgão de preservação estadual e pelo municipal revelaram-se, muitas vezes, tarefas exaustivas, de difíceis conclusões, polêmicas, e incapazes de impedir a demolição, destruição, mutilação ou descaracterização de seus objetos de análise. A nosso ver, tais ineficiências decorrem de interesses diversos que, frequentemente, cruzaram-se durante as tentativas de concretização das ações. Nesta conjuntura, observamos a emergência de tensões e conflitos que resultam em impasses a estabelecer limites à própria intenção de preservação.

Dos casos apontados, uma análise sem o aprofundamento da investigação da natureza das questões envolvidas, mostra processos de tombamento morosos e complexos. O processo do Complexo Industrial Carioba levou quase trinta anos para ser concluído – sua abertura se deu em 1984, a publicação da resolução de tombamento em 2013 – e muitas demolições ocorreram ao longo de seu

---

<sup>4</sup> CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO - CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 31**, de 30 out. 2007. Resolução de tombamento das Indústrias Têxteis São Martinho, no Município de Tatuí.

<sup>5</sup> CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO - CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 56**, de 13 dez. 2000. Resolução de tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, no Município de São Paulo.

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - CONPRESP. **Resolução n. 19/2004**, de 30 nov. 2004. Resolução de revisão do tombamento da Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, localizada na Subprefeitura de Perus, definido pela Resolução nº 27/1992, de 11 set. 1992.

andamento. O caso da Vila Maria Zélia foi concluído com menos morosidade – sua abertura ocorreu em 1985 e a publicação da resolução de tombamento em 1992 –, no entanto, ao longo de sua trajetória, cerca de metade dos imóveis foram alterados ou descaracterizados. Na experiência do Complexo São Martinho, foram tombados o edifício da fábrica, casarão dos proprietários e as casas operárias em um período de treze anos – sua abertura teve início em 1994 e a publicação da resolução de tombamento em 2007 –, porém, não houve garantia da preservação da fábrica e do casarão que, ao final, encontram-se abandonados e imersos em brigas judiciais e dívidas trabalhistas.

A pesquisa por nós proposta voltava-se, inicialmente, para o estudo comparativo entre diferentes casos. Entretanto, o caso da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus – CBCPP, que levou vinte anos para ser concluído na esfera estadual<sup>6</sup> –, e quinze anos na esfera municipal<sup>7</sup> analisado em sua totalidade, mostrou que os processos de tombamento de seus remanescentes, com suas contradições, e o decadente estado de conservação de grande parte do conjunto, forneceu elementos suficientes para subsidiar os propósitos desta pesquisa.

Para possibilitar a compreensão do tombamento dos remanescentes da CBCPP, foi necessário inseri-los na trajetória da formação do patrimônio cultural brasileiro, do paulista e paulistano para sua contextualização. Tornou-se imprescindível, também, verificar as relações do patrimônio com seus locais de inserção. O recorte temporal para análise deste caso se estabeleceu a partir da primeira solicitação de tombamento, efetivada no ano de 1980 (especificamente com intenção de proteger a ferrovia que operava no complexo, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora – EFPP). Culminou em 2016, com nossos últimos registros e análise do estado atual de conservação dos remanescentes. Este período nos permitiu analisar de que forma os três órgãos envolvidos – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)<sup>8</sup>, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e

---

<sup>6</sup> A abertura do processo na esfera estadual ocorreu em 1980; a publicação da primeira resolução de tombamento em 1987 e a publicação de sua regulamentação em 2000.

<sup>7</sup> Na esfera municipal, deu-se a abertura do processo em 1989; a publicação da primeira resolução de tombamento em 1992 e a publicação de sua revisão em 2004.

<sup>8</sup> Cf. site oficial do Iphan: este instituto é uma autarquia federal, vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. É também responsabilidade do Iphan a conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O Conselho Consultivo do Iphan é o órgão colegiado de decisão para as questões relativas ao patrimônio brasileiro material e imaterial. São responsabilidades do Conselho o exame, apreciação e determinações relacionadas à proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, tais como o tombamento de bens culturais de natureza material, o registro de bens culturais imateriais, a autorização para saída temporária do país de obras de arte ou bens culturais protegidos. O Regimento Interno determina que o presidente do Iphan seja também presidente do Conselho, e este conta com 9

Turístico (CONDEPHAAT)<sup>9</sup> e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP)<sup>10</sup> – acataram as solicitações de tombamento, tanto da ferrovia quanto do núcleo fabril da CBCPP,

---

representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, indicados pela presidência do Instituto e designados pelo Ministério da Cultura. O mandato dos conselheiros é de 4 anos, permitida a recondução. Ao presidente cabe a responsabilidade de planejar, coordenar, controlar, orientar e dirigir atividades do Instituto. Cabe a ele também convocar as reuniões entre Conselho Consultivo, Diretoria e Comitê Gestor e assinar os atos de tombamento de bens culturais e chancela da paisagem cultural, submetendo-os ao ministro da Cultura para homologação; determinar o registro dos bens culturais de natureza imaterial, de acordo com a deliberação do Conselho; reexaminar e decidir, em segunda e última instância, sobre questões relacionadas à proteção e defesa dos bens culturais. Consultar: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em 27 dez. 2016.

<sup>9</sup> Cf. site oficial do Condephaat: este Conselho tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo, nos quais consideram-se bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais. A Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) - uma das Coordenadorias da Secretaria de Estado e Cultura - representa a ramificação técnica e executiva do Condephaat. Existem ainda dois grupos técnicos voltados à prestação de serviços de apoio ao Condephaat: o Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural e o Grupo de Conservação e Restauração de Bens Tombados. A UPPH conta também com um Núcleo de Apoio Administrativo e uma Assistência de apoio direto à Coordenadoria da Unidade. O Conselho é formado atualmente por 9 representantes de Secretarias Estaduais, 4 membros representantes de entidades de classe, 12 membros representantes de universidades e 1 membro da Procuradoria Geral do Estado que se reúnem para deliberar sobre os processos que lhe são apresentados, relativos ao patrimônio cultural do Estado de São Paulo. Consultar: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.3ece191cddb97673b47b5f57e2308ca0/?vgnextoid=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aR.CRD&vgnnextchannel=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aR.CRD>. Acesso em 27 dez. 2016.

<sup>10</sup> Cf. site oficial do Conpresp: este conselho municipal é um órgão colegiado de assessoramento cultural ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura. São atribuições do Conpresp deliberações sobre o tombamento de bens móveis e imóveis; definições de áreas envoltórias destes bens e promoção de preservação da paisagem, ambientes e espaços ecológicos importantes para a cidade, instituindo áreas de proteção ambiental; formulação de diretrizes que visem à preservação e à valorização dos bens culturais; comunicação do tombamento aos órgãos assemelhados nas outras instâncias de governo e aos cartórios; solicitação de apoio a organizações de fomento para obtenção de recursos e cooperação técnica, visando à revitalização do conjunto protegido; fiscalização do uso apropriado destes bens, arbitrando e aplicando as sanções previstas na forma da legislação em vigor. Além de uma Secretaria Executiva, são órgãos do Conpresp a Presidência; a Assessoria da Presidência; o Plenário e o Corpo de Assessoramento. O Conselho compõe-se de 9 membros, nomeados para um mandato de três anos com direito à recondução, que representam a Administração Pública Municipal e a Sociedade Civil. São responsabilidades do Presidente presidir, dirigir e supervisionar as reuniões do Conselho; rubricar os registros dos livros de Tombo; distribuir aos Conselheiros os processos e expedientes para manifestação prévia à deliberação do Plenário; representar o Conselho; encaminhar as Resoluções do Conselho ao Secretário Municipal de Cultura; dirigir atividades da Secretaria Executiva; comunicar o tombamento de bens ao proprietário, ao oficial do respectivo cartório de registro de imóveis para realização dos competentes assentamentos, aos órgãos estadual e federal de preservação do patrimônio e demais órgãos e públicos interessados. A Secretaria Executiva do Conselho é chefiada por um Secretário Executivo, designado pelo Presidente dentre os servidores da Prefeitura Municipal. São funções da Secretaria Executiva: secretariar as reuniões do Conselho; receber, preparar e expedir a documentação e a correspondência geral; redigir as Atas e proceder à sua leitura; organizar os serviços de registro e arquivo do Conselho; preparar a relação de processos e expedientes recebidos, obedecendo a ordem cronológica das respectivas entradas; entregar aos Conselheiros os processos e expedientes a eles distribuídos; propor ao Presidente a pauta dos assuntos a serem submetidos à apreciação do Conselho; encaminhar anualmente à Presidência o levantamento estatístico das atividades do Conselho; publicar as decisões do Conselho e inscrever os registros nos Livros de Tombo, conforme minuta encaminhada pela Presidência. O órgão de assessoramento do Conselho é o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Consultar: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/organizacao/index.php?p=4320>. Acesso em 27 dez. 2016.

sob diferentes óticas, revelando suas posturas frente ao tema. Analisamos, também, os conflitos que se desdobraram a partir da primeira solicitação de tombamento. O estado de conservação do complexo, após 36 anos da abertura do primeiro processo, pôde ser investigado e avaliado em uma perspectiva abrangente.

As questões que suscitaram nossas inquietações e alavancaram a estruturação desta pesquisa mostraram-se bastante evidentes no caso do tombamento dos remanescentes da CBCPP. Este conjunto constituído pela ferrovia EFPP e por edificações industriais foi considerado representativo dos modelos de instalações difundidos no país durante a gênese da industrialização brasileira. A fábrica da CBCPP, considerada a primeira fábrica brasileira a produzir cimento em ritmo industrial, foi construída no atual bairro paulistano de Perus, durante a década de 1920, nas proximidades da estação “Os Perus”, pertencente à São Paulo Railway – SPR, por iniciativa de industriais brasileiros e canadenses, e funcionou até meados da década de 1980. Além da fábrica, o complexo abarcou as instalações das pedreiras, voltadas às atividades extrativistas de minérios e produção de cal, já existentes em Gato Preto e Água Fria, atual município de Cajamar, e também as estruturas urbanas engendradas ao redor das instalações fabris para o assentamento dos trabalhadores da fábrica e das pedreiras. O nexos do complexo industrial se deu pela EFPP, responsável pelo transporte dos produtos e dos trabalhadores até a estação da SPR e pela junção de todos os polos de produção.

Após longos períodos de discussões, entraves, tombamentos e destombamentos, ao conjunto edificado em Perus aplicou-se, em âmbito municipal, o tombamento da fábrica e de parte das vilas operárias. Em relação à Estrada de Ferro Perus-Pirapora, aplicou-se o tombamento estadual em parte de sua extensão e de alguns de suas construções de apoio. Aos conjuntos edificados nas proximidades das pedreiras não foram aplicadas proteções legais.

A pesquisa discute, além dos valores que fundamentaram as escolhas para efetivar os tombamentos dos remanescentes da CBCPP, a difícil aplicabilidade de conceitos ligados à preservação para fundamentação das seleções. Assim, a aplicabilidade ou não destes conceitos seria resultado, exclusivamente, dos entendimentos e interpretações dos técnicos atuantes nos processos? Ou seria efeito de exercício de forças externas influentes na facilitação ou impedimento de suas aplicações? Neste contexto, questões de cunho político-econômico interferiram na operacionalidade e aplicabilidade das teorias de preservação para efetivação das escolhas? Nesta perspectiva, pretendeu-se discutir os valores atribuídos ao



conjunto, sejam econômicos ou culturais, diante das disputas suscitadas pelos usos e apropriações.

O caso analisado trouxe à superfície as dificuldades que esbarram, geralmente, nas iniciativas de tombamento e que em larga escala decorrem de tensões e conflitos e são inerentes à ausência de gestão de preservação do bem tombado, ou em processo de tombamento. Nossa hipótese é que, no caso estudado, a maneira como os processos de tombamento foram pensados e estruturados em suas gêneses, contribuiu indiretamente ou involuntariamente para com a aceleração do desmonte deste complexo industrial. Esta é a questão-chave desta pesquisa de doutorado: os reflexos e os impactos que as tensões, conflitos, limites e impasses observados no andamento dos processos de tombamento exerceram sobre a materialidade do bem.

Para avaliar tais impactos, pretendemos analisar a condição de integridade do conjunto após a finalização dos processos de tombamento, bem como apontar perdas e relações com as ingerências políticas que podem ter afetado diretamente o bem na retenção de sua autenticidade.

Na iminência de se concretizar o desejo da coletividade de transformar o espaço ocupado pelas instalações da CBCPP em um centro de cultura operária e de se viabilizar o início do processo de recuperação da área – atualmente em estágio avançado de degradação – grupos de estudos ligados à preservação do conjunto discutiram sobre as permanências e ausências de elementos da paisagem, relevâncias e significâncias; tangenciando entendimentos sobre temas relacionados à paisagem, paisagem cultural, integridade e autenticidade. Neste sentido, emergiram questões polêmicas decorrentes de entendimentos diversos sobre a compreensão da valoração de sua aura simbólica de lutas e conquistas operárias em detrimento da valoração de sua materialidade. Com estas questões, o trabalho pretende também contribuir, no sentido de entender como foram incluídas ou excluídas dos processos de tombamento partes do conjunto fabril, bem como investigar as razões que justificam a preservação da materialidade da CBCPP na mesma intensidade com que se preserva sua história de lutas.

O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado a partir do estudo da literatura historiográfica sobre o conjunto, da análise de fontes primárias e secundárias e de visitas a campo que possibilitaram progredir nas percepções e entendimentos acerca da formação, auge e declínio da CBCPP, bem como de sua abrangência físico-espacial. Foram estudados os processos de tombamento dos bens da

Companhia, consultados no IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRES, e os trabalhos dedicados ao tema, elaborados por autores sob diferentes óticas, como Mario Carvalho de Jesus<sup>11</sup>, Elcio Siqueira<sup>12</sup>, José Abílio Ferreira<sup>13</sup>, Ana Cristina Chagas Anjos<sup>14</sup> e Marília Schneider<sup>15</sup>. É grande também a contribuição dada pelo documentário “Os Queixadas”, produzido em 1978 por Rogério Corrêa.<sup>16</sup>

Os processos de tombamento dos bens da CBCPP foram utilizados como base para a identificação dos procedimentos metodológicos adotados pelos órgãos de preservação, assim como dos conceitos norteadores das tentativas de delimitação do alcance dos tombamentos e das atribuições de valores. Para a compreensão dos procedimentos metodológicos postos em prática pelos órgãos de preservação, quando das solicitações de tombamento do bem em questão, foram importantes os trabalhos de autores que já haviam explorados tais investigações como o de Marly Rodrigues<sup>17</sup>, Maria Cecília Londres Fonseca<sup>18</sup>, Lauro Cavalcanti<sup>19</sup>, Márcia Sant’Anna<sup>20</sup>, Simone Scifoni<sup>21</sup> e Antonia Regina Fenerich<sup>22</sup>.

---

<sup>11</sup> JESUS, Mario Carvalho de (org.). **A greve da Perus nos tribunais**. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1967.

\_\_\_\_\_. **A Firmeza Permanente**. São Paulo: Vega- Loyola, 1977.

\_\_\_\_\_. **“Perus”: os “queixadas” resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar**. São Paulo: FNT e outras entidades, 1983.

\_\_\_\_\_. **Cimento Perus 40 anos de ação sindical transformam a velha fábrica em centro de cultura municipal**. São Paulo: JMJ, 1992. Col. Cadernos para mudar – 2.

\_\_\_\_\_. **EQUIPE DOS QUEIXADAS. A Máfia do Cimento**. São Paulo: Edições Loyola, s. d.

<sup>12</sup> SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2001.

\_\_\_\_\_. **Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.

<sup>13</sup> FERREIRA, José Abílio (org.). **Cajamar: cidade de lutas e conquistas**. São Paulo: Noovha América, 2008. Série Conto, canto e encanto com a minha história.

<sup>14</sup> ANJOS, Ana Cristina Chagas; et al. **O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar**. Caieiras: Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, 2008.

<sup>15</sup> SCHNEIDER, Marília (prod.). **Câmara Municipal de Cajamar: Trajetórias e lutas**. São Paulo: Editora Porto, 2006. Disponível em <<http://www.camaracajamar.sp.gov.br/portal/livro.pdf>> Acesso em ago. 2016.

<sup>16</sup> CORRÊA, Rogério (dir.). **Os Queixadas**. Documentário. São Paulo, 1978.

<sup>17</sup> RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

<sup>18</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

<sup>19</sup> CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

<sup>20</sup> SANT’ANNA, Márcia. **Da cidade monumento à cidade documento: a trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, UFBA, Salvador, 1995.

<sup>21</sup> SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

<sup>22</sup> FENERICH, Antônia Regina Luz. **Preservação em São Paulo: análise de procedimentos metodológicos**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2000.

Os referenciais pertinentes à teoria da preservação ordenaram-se, sobretudo, com base em autores da chamada teoria clássica da preservação como Viollet-le-Duc<sup>23</sup>, John Ruskin<sup>24</sup>, Alois Riegl<sup>25</sup>, Max Dvořák<sup>26</sup> e Camillo Boito<sup>27</sup> e da teoria contemporânea, como Salvador Muñoz Vinas<sup>28</sup>, Herb Stovel<sup>29</sup>, Jukka Jokilehto<sup>30</sup> Françoise Choay<sup>31</sup>, além de cartas patrimoniais produzidas em localidades diversas. Foram relevantes os trabalhos de autores que se dedicaram ao tema e produziram revisões e reflexões, tais como as publicações e textos para discussões produzidos pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada<sup>32</sup>, o mestrado de Paula Aragão Souza<sup>33</sup> e de Breno Albuquerque Brandão Borges<sup>34</sup> e a tese de doutorado de Flaviana Barreto Lira<sup>35</sup>. Para a compreensão do sentido dos remanescentes da CBCPP como lugar de memória, o trabalho de Madeleine Rébérioux<sup>36</sup> trouxe importantes colaborações. Foram fundamentais os trabalhos de Telma de Barros Correia<sup>37</sup> para compreensão do caráter e características físico-espaciais dos núcleos fabris.

<sup>23</sup> VIOLLET-LE-DUC. Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editoria, 2000.

<sup>24</sup> RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória**. Tradução de Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

<sup>25</sup> RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos. A sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rotshchild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

<sup>26</sup> DVOŘÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Tradução de Valéria Alves Esteves Lima. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

<sup>27</sup> BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

<sup>28</sup> VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporânea de La Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

<sup>29</sup> STOVEL, Herb. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. **City & Time**, Olinda, vol. 2, n. 3, p. 21-36, 2007. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2007/CT-2007-71.pdf>> Acesso em 13 ago. 2016.

<sup>30</sup> JOKILEHTO, Jukka. Considerations on authenticity and integrity in word heritage context. **City & Time**, vol. 2, n. 1, 2006a. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-44.pdf>> Acesso em 13 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. World heritage: defining the outstanding universal value. **City & Time**, vol. 2, n. 2, 2006b. Disponível em <<http://ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-45.pdf>> Acesso em 13 ago. 2015.

<sup>31</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp; Estação Liberdade, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

<sup>32</sup> <<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br>>.

<sup>33</sup> SOUZA, Paula Aragão. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2013.

<sup>34</sup> BORGES, Breno Albuquerque. **Patrimônio Ferroviário e Autenticidade. Avaliação do Conjunto Ferroviário de Caruaru**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2014.

<sup>35</sup> LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultura e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2009.

<sup>36</sup> RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 47-56.

<sup>37</sup> CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998. Série Ofício de arte e forma.

Depoimentos de antigos moradores e trabalhadores da empresa contribuíram para a compreensão da dinâmica do complexo fabril, bem como de sua organização funcional, espacial e social. Utilizaram-se depoimentos obtidos em documentários disponíveis em meios de comunicação abertos, depoimentos tomados nas aulas da disciplina “Potencialidades e Gestão da Paisagem”<sup>38</sup> e outros inclusos nos próprios processos de tombamento.

Foram entrevistados alguns profissionais ligados à preservação dos remanescentes como Keila Kois, responsável pelo Museu Casa da Memória em Cajamar; Simone Scifoni, integrante da equipe de áreas naturais do Condephaat e relatora da minuta de regulamentação do tombamento estadual da EFPP; Nelson Camargo e Nilson Rodrigues, colaboradores do Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural. Foram significativas outras entrevistas elaboradas por autores que já pesquisaram sobre a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, como Ewerton Henrique de Moraes<sup>39</sup>. Todas as entrevistas foram essenciais para a identificação dos elementos que compunham os conjuntos fabris, sobretudo, os já demolidos, bem como para a elucidação de questões pouco compreendidas nos processos de tombamento, tais como o empenho de cada município nas ações, as

---

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife n. 4, p. 83-98, maio de 2001.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria e o habitat operário no Brasil. In: PANET, Amélia (org). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002. p. 13-16.

CORREIA, Telma de Barros. O habitat operário no nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia (org). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002. p. 137-161.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno**. São Carlos: Rima, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: as experiências pioneiras. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 3, p. 15-42, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria moderna no cenário clássico. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 8, p. 69-101, 2008.

CORREIA, Telma de Barros. *Art déco* e indústria: Brasil décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, v. 16, n. 2, jul.-dez. 2008. p. 47-104.

CORREIA, Telma de Barros. O ornato e o despojamento no mundo fabril. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Vol. 19. Ano I, jun. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142011000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142011000100002&script=sci_arttext)> Acesso em 07 set. 2014.

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvone. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Revista Pós**, n. 20. São Paulo, dez 2006, p. 10-32.

<sup>38</sup> Disciplina cursada no período de 12 ago. 2014 a 09 dez. 2014. Ministrada pelos professores: Prof<sup>o</sup>Dr<sup>o</sup> Euler Sandeville Jr. (FAU USP) e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sueli Furlan (FFLCH USP) e vinculada à Faculdade de Arquitetura e urbanismo de São Paulo - Universidade de São Paulo; Instituto de Energia e Ambiente – Universidade de São Paulo; e a atividade livre: Oficina da cidade 2014 - Territórios para a vida. Colaboradores: Gabriel Fernandes, José Queiroz, Maria Helena Bezerra, Marcio Bezerra, Mario Bortoto e Regina Bortoto.

<sup>39</sup> MORAES, Ewerton Henrique de. **Patrimônio Ferroviário, tombamento e turismo: Reflexões acerca da E. F. Perus-Pirapora (São Paulo/SP)**. Trabalho de conclusão de curso (Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2012.

pressões políticas exercidas sobre os trabalhos e a repercussão das resoluções de revisão de tombamento.

Os materiais iconográficos e cartográficos, juntamente com as entrevistas citadas, constituíram referenciais para a análise da composição do complexo fabril estudado, bem como para a sua compreensão como bem cultural.

Assim, a pesquisa e as abordagens foram organizadas em quatro capítulos, conforme exposto abaixo:

O **capítulo 1** busca apresentar o bem estudado e contextualizá-lo sob a perspectiva da formação, auge e declínio da empresa. Tal enfoque permite trazer à luz a construção e formação do patrimônio edificado no local, suas peculiaridades materiais e aspectos cotidianos sob a ótica de sua concepção nos moldes dos núcleos fabris com ferrovia, posteriormente relevantes para a valoração dos remanescentes como lugar de memória operária. Procura, também, delinear o período de lutas operárias, importantes para a perpetuação da aura simbólica de sua história como representativo da resistência operária. O capítulo se encerra com o período em que ocorreu o início das destruições do bem, decorrentes de sua própria trajetória e já sob alguma influência das iniciativas de preservação.

As formas como foram acatadas as solicitações de tombamento serão discutidas no **capítulo 2**, que busca inserir as solicitações nos contextos das dinâmicas e trajetórias dos órgãos de preservação. O capítulo analisa, separadamente, como ocorreram o reconhecimento e a atribuição de valor nas três esferas – federal, estadual e municipal – buscando destacar os conceitos relevantes para consentir ou não os tombamentos, além das definições de suas restrições, mostrando o despertar de conflitos e as limitações das ações de tombamento.

A natureza destes conflitos é investigada no **capítulo 3**, cuja abordagem centra-se na discussão e investigação das complexidades já pronunciadas nas próprias resoluções de tombamento, bem como na aferição de algumas limitações impostas às intenções iniciais dos solicitantes ou equipes de trabalho. O capítulo procura mostrar como, ao longo dos anos, os conflitos e tensões existentes entre as partes envolvidas com o bem em questão foram dando espaço à ocorrência de ações predatórias ou ocupações diversas inerentes ao crescimento das cidades, e que foram dilapidando as instalações até que se oficializasse a exclusão do tombamento de partes do conjunto.

Os impactos sobre a materialidade, decorrentes destas exclusões, assim como seus significados para a retenção da autenticidade do conjunto são discutidos no

**capítulo 4**, partindo da identificação dos atributos essenciais para a análise da condição de integridade da CBCPP como bem cultural.

Ao final deste trabalho, apresentamos os apêndices com importantes informações sobre o objeto analisado. É mostrada uma linha do tempo entre os anos de 1908 e os dias atuais, com as principais ocorrências que envolveram a trajetória da empresa e seus tombamentos e um croqui-guia que possibilita uma visão geral sobre a distribuição das instalações da CBCPP.

Considerando-se todos os aspectos aqui abordados sobre patrimônio industrial e procedimentos de preservação, acredita-se na pertinência desta pesquisa, uma vez que promove reflexões sobre a importância e os significados do complexo, bem como sobre o sentido e as consequências de intervenções e ações sofridas pelo conjunto no decorrer de sua história.







# Capítulo 1

---

CBCPP: Trajetória e instalações



## Capítulo 1- CBCPP: trajetória e instalações

### 1.1. Mineração, ferrovia e fábrica: a produção e o trabalho

A trajetória da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus – CBCPP – foi marcada por períodos de tensões e conflitos. A estrutura fabril montada para a produção de cimento foi construída no estado de São Paulo com investimentos de capital canadense, durante a década de 1920. Essa fábrica se juntou a dois outros empreendimentos industriais já em funcionamento na região: as pedreiras de exploração de minérios e pedras que operavam em Água Fria e Gato Preto, atual município de Cajamar, e a Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP) que ligava as pedreiras à Estação de Perus<sup>40</sup>, na Estrada de Ferro da São Paulo Railway.

Pode-se dizer que a produção de cimento foi a terceira etapa deste grandioso complexo, formado a partir da operação conjunta da fábrica com as demais instalações já existentes, destinadas à fabricação de cal e mineração locais e a estrada de ferro que transportava a carga de Água Fria e Gato Preto até a estação “Os Perus”.

O calcário era explorado e beneficiado nas pedreiras de Cajamar, no bairro Gato Preto desde 1908, sob a administração da família Beneduce<sup>41</sup>. Mais tarde, deu-se início, também, à extração de pedra brita, no bairro de Água Fria<sup>42</sup>. Durante a década de 1910, os empresários Sylvio de Campos<sup>43</sup>, Clemente Neidhart e Mário

---

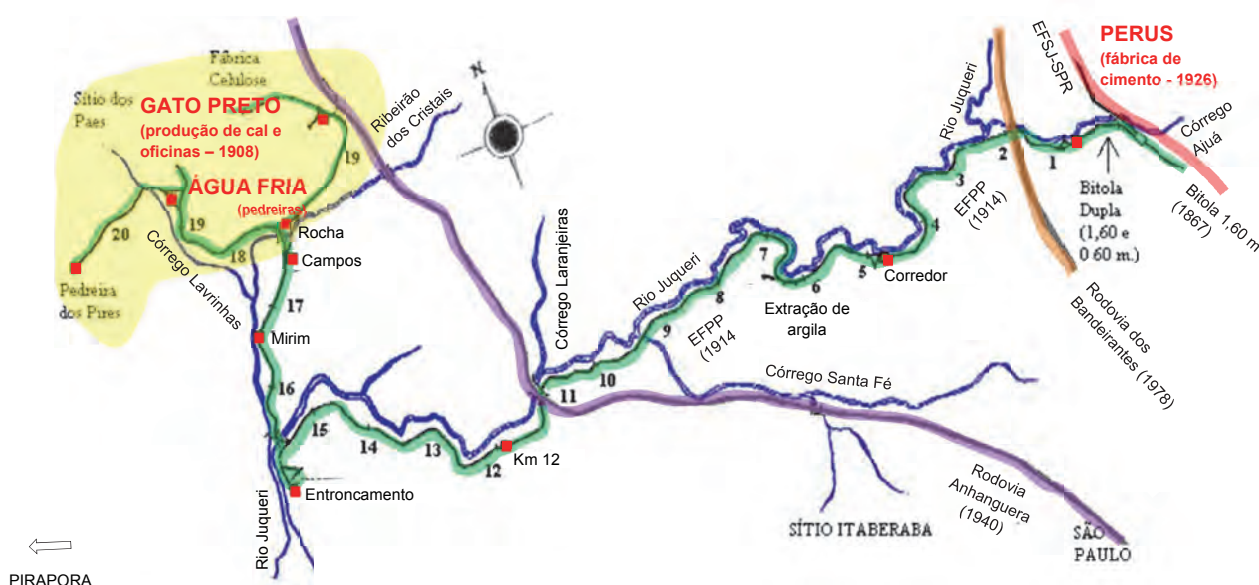
<sup>40</sup> A estação de *Perus* foi aberta em 1867, juntamente com a linha São Paulo Railway.

<sup>41</sup> Florindo e Flávio Beneduce foram os fundadores e principais acionistas da extração de cal em Gato Preto, atividade que atraiu os primeiros trabalhadores deste segmento para a região (CAJAMAR, 2006). Têm-se notícias de que a família Beneduce também explorava cal em Caieiras, Pirapora do Bom Jesus e no bairro do Vau Novo (FERREIRA, 2008). Relatos de moradores de Cajamar afirmam que os Beneduce exploravam cal, também, nas minas a caminho de Ponunduva.

<sup>42</sup> Nesta época, os bairros pertenciam a Santana de Parnaíba. Antes destas atividades, o local era utilizado, no século XIX, como pouso de tropeiros durante o percurso entre Santos e Jundiá e, também, por tropas de soldados. Além disso, a região era ocupada por grandes fazendas de capitães da guarda, responsáveis pela defesa do Caminho do Mar até o Porto de Santos (FERREIRA, 2008). Por meio do Decreto 9.775 de 1938, Água Fria deixou de ser vila e tornou-se distrito, ainda pertencente à Santana do Parnaíba. Em 1944, a partir do Decreto 14.334, passou a se chamar Cajamar, em cumprimento à determinação do Governo Federal que proibia a utilização do nome Água Fria por já haver em São Paulo um distrito homônimo (FERREIRA, 2008).

<sup>43</sup> Advogado, Deputado Federal eleito pelo Partido Republicano Paulista (1923-1930 e 1946-1951), colaborador na criação da Companhia Light e no Plano das Grandes Avenidas de Prestes Maia, entre os anos 1930-1940 (ANJOS et. al. 2008, 2008).

W. Tibiriçá, juntamente com os Beneduce, criaram uma empresa mista para extração da cal em Gato Preto e transporte da produção até a estação “Os Perus” (FERREIRA, 2008). Após a concessão do governo dada aos empresários<sup>44</sup>, foi organizada a Companhia Industrial e de Estrada de Ferro Perus-Pirapora (CIEFPP). Posteriormente, a CIEFPP foi desmembrada em duas empresas distintas: uma voltada à exploração de calcário e outra, à exploração da ferrovia. Esta última, nomeada Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP), começou a operar em 1914, mesmo ano em que também entraram em atividade sete fornos de cal em Gato Preto (FERREIRA, 2008; SIQUEIRA, 2001).



**Figura 1:** EFPP, ao longo do rio Juqueri.

À esquerda, em amarelo, localiza-se a região de grande concentração de jazidas calcárias; em vermelho, os polos de produção e as paradas da EFPP. Em verde, o trajeto da EFPP, inaugurada em 1914; em lilás, a Rodovia Anhanguera, inaugurada em 1940; em rosa o traçado da Estrada de Ferro Santos Jundiá, da SPR, inaugurada em 1867; em ocre, a Rodovia dos Bandeirantes, inaugurada em 1978.

**Fonte:** JERONYMO (2016) com base em <<http://efperuspirapora.blogspot.com.br/p/historia.html>>.

Segundo Ferreira (2008), a autorização para a construção desta estrada se deu em decorrência de uma manobra política, pois a solicitação para tal concessão fazia referência a uma estrada de ferro cujo percurso entre Perus e Pirapora favoreceria os romeiros. Configura-se, assim, uma estratégia para justificar a construção de uma estrada de ferro tão curta e buscar o convencimento das autoridades de que o empreendimento era de interesse social (FERREIRA, 2008).

<sup>44</sup> Concessão dada por meio do Decreto Estadual 1866 de 26/04/1910.

A EFPP foi construída em um período de aproximadamente 3 anos (1911-1914), ao longo do vale do rio Juqueri e do córrego Ajuá, com a implantação dos trilhos da estrada de ferro com 60 cm de bitola e cerca de 20 quilômetros de extensão. No entanto, várias modificações e desvios foram feitos neste projeto original até a conclusão de sua implantação. Com o encurtamento dos prazos, foi dada prioridade à construção do trecho entre a estação “Os Perus” e o “Entrocamento”. Posteriormente, sem autorização prévia, a estrada seguiu em direção às pedreiras, para um local denominado “Campos”, no Km 17,5, desviando-se definitivamente de seu destino original, Pirapora. Em 1925, um ano antes da inauguração da fábrica de cimento, novo trecho da estrada de ferro foi construído entre Campos e o Bairro Água Fria e, em 1929, outro entre Água Fria e o Bairro dos Pires. A construção do trecho, a partir do “Entroncamento” em direção a Santana do Parnaíba foi postergada, até que em 1915, a Estrada Cananeia - Paranapanema teve a concessão cancelada (BURKE JR., 2008).

A fábrica de cimento inaugurada em 1926, por iniciativa dos empresários brasileiros Sylvio de Campos, Clemente Neidhart e Mário W. Tibiriçá e da empresa canadense Drysdale & Pease de Montreal, detentora de cerca de 70% de suas ações, trouxe grande movimentação e visibilidade aos empreendimentos (SIQUEIRA, 2001). O local apresentava características que atraíram investidores, tais como: a existência de um complexo industrial em atividade que com pequenos ajustes poderia contribuir para a fabricação do cimento Portland; a existência do sistema ferroviário composto pela EFPP e pela SPR, o qual facilmente transportaria a produção ao porto de Santos; a abundância de recursos naturais como as matas e o rio, para subsidiar o funcionamento do maquinário com a geração de energia (BURKE JR., 2008). Assim como a exploração das pedreiras impactava e alterava significativamente a paisagem em Água Fria e Gato Preto, os reflexos da fábrica em atividade em Perus também foram grandes. Entre eles, o espargimento de resíduos de cimento pelas chaminés constituiu-se em um dos mais negativos. Siqueira (2001) exemplifica tal incômodo ao narrar a retirada da família Dias, proprietária dos sítios Joá e Fazendinha e de uma fábrica de pólvora<sup>45</sup> em terras vizinhas à fábrica, devido ao recobrimento da propriedade com partículas de cimento. O problema do

---

<sup>45</sup> Esta fábrica de pólvora, juntamente com a Fábrica Ypanema, foram as fornecedoras de munição para os sistemas de defesa do Porto de Santos durante a Revolta Armada (1893-1894) (SIQUEIRA, 2001).

espargimento deste resíduo denominado “farinha crua” (SIQUEIRA, 2001) perdurou por muito tempo e foi se agravando paulatinamente<sup>46</sup>.

Alguns autores alegam que as pressões exercidas sobre os descendentes e os próprios estrangeiros advindos de países do “Eixo”, estabelecidos no Brasil durante os anos da II Guerra Mundial, motivaram a família Beneduce, de origem italiana, a vender, por volta do ano de 1939, suas ações ao grupo canadense. Segundo Ferreira (2008), neste momento, a fábrica passou a se chamar The Brazilian Portland Cement Company, BPCC e, posteriormente, Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, CBCPP. As locomotivas dos Beneduce que transportavam os minérios até os fornos de sua propriedade foram vendidas à EFPP, ampliando seu alcance. Conforme o autor, Sylvio de Campos também vendeu sua cota na estrada de ferro para a família Abdalla.



**Figura 2:** Trabalhadores no interior do depósito de clínquer.

**Fonte:** Acervo Nelson Camargo.



**Figura 3:** Trabalhadores junto às instalações industriais.

**Fonte:** Acervo Nelson Camargo.

---

<sup>46</sup> Para se ter uma ideia da quantidade de resíduos lançados chaminés a fora, Siqueira (2001) mostra que o desperdício de material devido a esta ineficiência técnica foi um dos fatores responsáveis pela queda de produção da empresa entre os anos de 1976 e 1980. Tais circunstâncias foram explanadas em entrevista a Elcio Siqueira pelo Dr. Miguel Correia Leite, funcionário do Ministério da Fazenda, e responsável pela gestão das pessoas jurídicas incorporadas ao patrimônio da União no Estado de São Paulo: “outra coisa que aconteceu, não posso lhe precisar bem a data [refere-se agora ao período da administração federal], mas havia ao lado da fábrica um bairro chamado Jardim do Russo. [...]. Em virtude de nenhum dos fornos possuírem filtros, grande parte do cimento saía pelas chaminés e se depositava em cima das casas do Jardim do Russo. Vinha uma chuva ou garoa, e soldava todo o telhado [que, com novas chuvas] acabava cedendo. Calculava-se, na época, que quase oitenta toneladas de cimento eram perdidas todo mês. Houve uma tentativa de instalar filtros fabricados no Brasil, mas sem sucesso” (SIQUEIRA, 2001, p. 97).



**Figura 4:** Instalações industriais em construção.

**Fonte:** Acervo Nelson Camargo.



**Figura 5:** Trabalhadores da Fábrica, em 1935.

**Fonte:** Acervo Nelson Camargo.

O processo de encerramento de grande parte das ferrovias operantes no país com características semelhantes às da EFPP, intensificado a partir de meados do século XX, favoreceu a aquisição de peças e materiais de procedências diversas, além de viabilizar a continuidade de seu funcionamento que, em cerca de dez anos, tornou-se a única no país a funcionar com bitola de 60 cm (FERREIRA, 2008).



**Figura 6:** Instalações Industriais da fábrica.

**Fonte:** Acervo Nelson Camargo.



**Figura 7:** Fábrica de Cimento.

Em primeiro plano, os trilhos e material rodante, ao fundo, os silos de armazenamento.

**Fonte:** Acervo Nelson Camargo.

As pressões do Estado Novo e o controle do governo nos preços do cimento motivaram os empreendedores estrangeiros a colocar a empresa à venda. Em 1951, José João Abdalla<sup>47</sup> passou a ser seu novo proprietário, que naquele momento compreendia:

<sup>47</sup> Médico, vereador (1931-1934) e prefeito da cidade paulista de Birigui (1937-1941), Abdalla foi constituinte em 1946 pelo antigo PSD (Partido Social Democrático) e Deputado Federal (1946-1950 e 1954-1964) pela mesma agremiação. Foi Secretário do Trabalho sob o governo Ademar de Barros (1950-1951). Sua atividade política foi combinada com a liderança de vasto império industrial, bancário e agropecuário. Foi conhecido como o “mau patrão” (apelido conferido pelo jornal O Estado de São Paulo) (ANJOS et. al. 2008).

[...] fábrica, ferrovia, as pedreiras de calcário, o Sítio Santa Fé (fazenda de reflorestamento situada em Perus, à beira da ferrovia cimenteira) e outras terras que cobrem aproximadamente 60% do território do atual Município de Cajamar (ANJOS et. al., 2008, p. 65).

Durante a gestão Abdalla, deu-se início a uma nova fase da empresa, marcada por grandes movimentos operários. Na opinião dos trabalhadores, tal administração teve postura oposta à gestão desenvolvida pelos canadenses, sempre lembrados pelo bom zelo com equipamentos e pelo trato com os trabalhadores. A novidade mais contundente implantada pela nova gestão consistiu na instalação de um quarto forno, responsável pelo aumento significativo na produção anual sem que, no entanto, houvesse similar melhoria nos equipamentos ou um plano de manutenção. Tal postura acabou por levar ao fim os turnos normais de parada para manutenção preventiva do maquinário, acarretando-lhes uma extrema sobrecarga. Em Siqueira (2001), há informações de que mesmo com tamanha produção, este quarto forno não teria sido montado integralmente, pois os funcionários especializados haviam sido demitidos para reduzir a folha de pagamentos. Os relatos e observações disponibilizados pelo autor evidenciam ter a administração Abdalla postura displicente em muitos aspectos relacionados aos limites, cuidado e segurança do trabalho e do trabalhador. Um exemplo é um grave acidente ocorrido na fábrica, devido às orientações equivocadas de um engenheiro, quando quarenta operários foram atingidos e muitos ficaram em chamas. Segundo o relato, os Abdalla não se interessavam em aprender as “sutilezas” que o forno 4 exigia: “foi o J.J.<sup>48</sup> quem desativou os equipamentos de filtragem então existentes para cortar outros postos de trabalho” (SIQUEIRA, 2001, p. 79). Esta situação, além de agravar as questões ambientais, alavancou o início de um período de greves do setor cimenteiro, ocorrido a partir de 1958, cujo ápice ocorreu a partir de 1962, com a greve dos 7 anos<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> José João Abdalla.

<sup>49</sup> Esta paralisação foi “reprimida duramente após 100 dias por uma operação ‘fura-greve’ que contou com uma ocupação militar de Perus e Cajamar por forças policiais. 700 dos cerca de 1.100 grevistas foram impedidos de voltar ao trabalho, levando-os a sustentar uma resistência, parcialmente vitoriosa em 1969 com a reintegração dos operários estáveis e com o reconhecimento pela Justiça do Trabalho de todo o período de afastamento como de greve legal: sete anos e quatro meses” (SIQUEIRA, 2001, p.79 e p. 80). Quando a grande greve começou, não só a Fábrica de Cimento Portland Perus, como outras três fábricas do grupo Abdalla – Usina Miranda (Pirajuí/SP), Tecelagem Japy (Jundiaí/SP), Fábrica de Papel Carioca (Jundiaí/SP) e Copase - Companhia Paulista de Celulose (Cajamar/SP) – paralisaram seus serviços, totalizando 3.500 trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho. Juntos, exigiam dos Abdalla melhores condições trabalhistas (<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/historico/a-greve-dos-sete-anos/>).





**Figura 8:** Instalações da CBCPP sob ocupação militar durante os períodos de conflito.

**Fonte:** Documentário *Perus, o bairro que construiu o Brasil* (FASS, 2006).



**Figura 9:** Manifestação dos operários da CBCPP, possivelmente no centro de São Paulo, durante o período de turbulência.

**Fonte:** Documentário *Perus, o bairro que construiu o Brasil* (FASS, 2006).



**Figura 10:** Protestos dos trabalhadores em 1958.

**Fonte:** Acervo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento, cal e gesso de SP.

Devido a complicações de ordem econômicas e administrativas, dentre as quais destacam-se os conflitos entre patrões e empregados e as dívidas, incluindo trabalhistas e fiscais, a empresa entrou em declínio. A fábrica, a ferrovia, a mineração, as terras em Cajamar e o sítio Santa Fé, sofreram intervenção e confisco federal entre os anos de 1973 e 1974. No início da década de 1980, todos os bens foram colocados à venda e, posteriormente readquiridos pela própria família, representada por Antônio João Abdalla Filho, sobrinho do já falecido José João Abdalla. Na retomada das instalações, o forno 4, considerado o maior poluidor

local, foi desativado em consequência dos movimentos dos moradores de Perus, iniciados na década de 1970. Após a desativação da estrada de ferro, em 1983, e das minas de calcário, a CBCPP limitou-se apenas à moagem de clínquer<sup>50</sup>, adquirido de outra fábrica, a Santa Rita do Grupo Votorantim. Neste momento, as instalações industriais destinadas à fabricação de tal produto entraram em desuso e iniciou-se o seu desmonte. Em 1987, as atividades da fábrica foram encerradas definitivamente.

De meados da década de 1950 até o encerramento da empresa no final da década de 1980, a Companhia atravessou períodos de greves operárias expressivas fundamentadas em reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida do trabalhador. Tais manifestações somavam-se, naquele momento, aos movimentos sociais<sup>51</sup> que eclodiam na região metropolitana de São Paulo, buscando romper os mecanismos repressores instaurados pelo regime ditatorial, representados, principalmente, pelo arrocho salarial, desigualdades e a proibição do direito de greve.

Cabe, neste trabalho, delinear o contexto da emergência dos movimentos que colocaram em cena os trabalhadores da CBCPP e suas manifestações. Isto porque estes tiveram reflexos posteriores na representação dos remanescentes do conjunto fabril como lugar de memória e identidade, bem como como alegoria das lutas operárias que afloravam naquele momento, imprimindo-lhes grande carga simbólica.

O levante dos operários da “Perus” se insere no contexto dos movimentos que irrompiam na cena pública a partir dos anos 1960, com as mais diferentes propostas e que se multiplicaram durante a década de 1970 em meio às transformações mundiais<sup>52</sup>. Como colocou Eder Sader (1988), os manifestantes da época exigiam além de seus direitos, o de poder reivindicá-los, levando a uma revalorização de práticas sociais do cotidiano popular, tais como, os próprios movimentos coletivos.

---

<sup>50</sup> Tendo-se como matéria prima o calcário e a argila, quando moídos formam uma mistura que submetida ao calor transforma-se em clínquer de cimento Portland (ABCP disponível em <[http://www.abcp.org.br/conteudo/wp-content/uploads/2009/12/BT106\\_2003.pdf](http://www.abcp.org.br/conteudo/wp-content/uploads/2009/12/BT106_2003.pdf)>).

<sup>51</sup> Sobre a conceituação e as correntes construídas ao longo dos anos para a definição do termo, é interessante consultar Bobbio (1998) e as definições propostas para o verbete “Movimentos Sociais” no Dicionário de Política. Nesta obra, a análise sistematiza-se em três partes: comportamentos coletivos e movimentos sociais; agentes e tipos de movimentos; mudança social (BOBBIO, 1998, p. 787).

<sup>52</sup> No contexto mundial, Harvey (2000) aponta entre outros, dois eventos que “sacudiram” as políticas mundiais: os movimentos pelos direitos civis, nos anos 1960 e os movimentos estudantis em massa, em 1968 (HARVEY, 2000).

Formavam-se, naquele momento, correntes compostas em grande parte por intelectuais e trabalhadores envolvidos na organização social, na formação de sindicalismos independentes e na luta pela construção de uma economia política alternativa que formasse um mundo mais equilibrado em termos sociais. Camadas excluídas buscavam maior expressão no campo social e político.

Os documentários *Os Queixadas*, produzido por Rogério Corrêa em 1978, e *Perus, o bairro que construiu o Brasil*, dirigido por Fausto Fass<sup>53</sup> e realizado em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade de São Paulo em 2006, demonstram como neste período a fábrica dividiu-se entre “pelegos e queixadas”<sup>54</sup>. Os primeiros posicionavam-se contra as paralisações, enquanto os últimos reivindicavam melhores condições de trabalho, inclusive via greves.

Alguns autores dedicaram-se a este período de lutas ocorridas dentro da Fábrica de Cimento Perus. O advogado sindicalista Mario Carvalho de Jesus<sup>55</sup> que se envolveu nas causas operárias, em seus escritos<sup>56</sup> abordou assuntos referentes às ações sindicais e às conquistas dos Queixadas. Os trabalhos organizados por ele serviram de base para outros posteriores e trouxeram à superfície questões ligadas aos descontentamentos operários, aos acordos trabalhistas, às manobras políticas, à suposta formação de um cartel do cimento e, sobretudo, à luta dos trabalhadores pela desapropriação da fábrica. Os textos mostram que a luta dos operários da “Perus” contava com a participação e apoio da Igreja, em especial o do padre Hamilton Bianchi.

---

<sup>53</sup> FASS, Fausto (dir.). **PERUS – O bairro que construiu o Brasil**. Produção: Maninha Barcellos, Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo, 2006. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1CXd1nUsEGw>> Acesso em 28 dez. 2015.

<sup>54</sup> Apelido dado aos operários da “Perus” devido ao comportamento semelhante entre os operários e “os queixadas”: animais que agem sempre em grupo, quando precisam se defender.

<sup>55</sup> Mário Carvalho de Jesus (1919-1995) nasceu em Araguari, Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1947. Enquanto estudante, participou da Juventude Universitária Católica (JUC) e trabalhou como operário na comunidade de Boimendeau - França, junto à equipe do padre Lebret. Atuou como advogado trabalhista em diversos sindicatos, entre eles, o Sindicato dos Trabalhadores de Perus. Fundou a Frente Nacional do Trabalho (FNT) em 1960 e esteve ligado ao Movimento Justiça e Não-Violência, desde 1978 (<[http://segall.ifch.unicamp.br/site\\_ael/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50&Itemid=58](http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=58)>).

<sup>56</sup> JESUS, Mario Carvalho de (org.). **A greve da Perus nos tribunais**. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1967.

\_\_\_\_\_. **A Firmeza Permanente**. São Paulo: Vega- Loyola, 1977.

\_\_\_\_\_. **Cimento Perus 40 anos de ação sindical transformam a velha fábrica em centro de cultura municipal**. São Paulo: JMJ, 1992. Col. Cadernos para mudar – 2.

\_\_\_\_\_. **“Perus”: os “queixadas” resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar**. São Paulo: FNT e outras entidades, 1983.

\_\_\_\_\_. **EQUIPE DOS QUEIXADAS. A Máfia do Cimento**. São Paulo: Edições Loyola, s. d.

Dentre tais publicações, destacamos “*Perus: os Queixadas resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar*”<sup>57</sup> - que trata, dentre outros assuntos, das demissões e tentativas de expulsão dos trabalhadores das vilas operárias - e “*Cimento Perus 40 anos de ação sindical transformam a velha fábrica em centro cultural municipal*”<sup>58</sup> – responsável por recuperar a história da fábrica e das lutas operárias, além de enfatizar as expectativas dos ex-trabalhadores, às vésperas da assinatura do decreto de desapropriação da fábrica pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

Siqueira (2001<sup>59</sup> 2009<sup>60</sup>) foca as tensões entre patrões e operários da CBCPP e em 2001, fez uma abordagem historiográfica ao centralizar sua análise nas lutas e nas greves durante o período de funcionamento da fábrica (1926-1987). Em 2009, o foco do autor recaiu sobre a análise do esforço dos trabalhadores para implantar a cogestão operária na administração da fábrica no momento de crise mais expressiva, entre 1958 e 1963, destacando a construção de uma corrente sindical operária identificada como de feição democrata-cristã.

O documentário *Os Queixadas*, citado anteriormente, constitui um importante referencial. Retrata as condições de vida e de trabalho dos operários, as greves e a organização do sindicato dos trabalhadores da “Perus”.

Pedro Augusto Bertolini Bezerra<sup>61</sup>, em seu trabalho sobre memória e movimentos sociais, aborda a construção da memória coletiva dos trabalhadores da CBCPP e os símbolos de sua resistência política no contexto das lutas operárias.

Outros pesquisadores abordaram a historiografia da empresa e da localidade e também fizeram menção ao período de conflitos ocorrido na companhia. É caso da publicação organizada por José Abílio Ferreira<sup>62</sup> que visa retratar a história do município de Cajamar e realçar as pioneiras instalações industriais ligadas à

---

<sup>57</sup> JESUS, 1983.

<sup>58</sup> JESUS, Mario Carvalho de (org.). **Cimento Perus 40 anos de ação sindical transformam a velha fábrica em centro de cultura municipal**. São Paulo: JMJ, 1992. Col. Cadernos para mudar – 2.

<sup>59</sup> SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. Dissertação (Mestrado em Economia). - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2001. O autor foi, também, Coordenador da Regional da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária na década de 1990.

<sup>60</sup> SIQUEIRA, Elcio. **Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.

<sup>61</sup> BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini. **Formas de resistência na periferia de São Paulo: o bairro de Perus e a força da memória nos movimentos sociais**. Trabalho de Conclusão do Curso (Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

<sup>62</sup> FERREIRA, José Abílio (org.). **Cajamar: cidade de lutas e conquistas**. São Paulo: Noovha América, 2008. Série Conto, canto e encanto com a minha história.

produção de cal e à extração de pedras no local desde a atuação dos Beneduce, primeiros proprietários destas indústrias, até sua venda para os Abdalla. O trabalho organizado por Schneider (2006<sup>63</sup>), teve como foco a história da Câmara Municipal e a consolidação do Poder Legislativo de Cajamar. Mostra a força do operariado da CBCPP na formação da cidade, fundada em 1959 e cujo primeiro vice-prefeito foi o próprio Dr. Mário Carvalho de Jesus. Nele, há também referências aos vínculos do local com as atividades mineradoras e com as lutas operárias.

O período de luta dos operários da “Perus” seguiu até o final da década de 1980, quando ocorreu o início do declínio da Companhia e posterior encerramento de suas atividades. A fábrica e suas instalações complementares, em Perus, ficaram inativas e as casas foram parcial e gradativamente desocupadas pelos trabalhadores. Ao longo dos anos, o conjunto foi entregue ao abandono, chegando, praticamente, ao estado de ruínas. Parte do complexo em Cajamar, sobretudo as moradias, permaneceu ocupada por famílias ligadas aos trabalhadores e parte entrou em processo de demolição. Após o encerramento da empresa, entretanto, a luta dos Queixadas teve continuidade com reivindicações para transformar a fábrica e as instalações da “Perus” em espaço de uso cultural e coletivo. Este período representa a transição entre a ditadura e as iniciativas para instaurar a democracia no país. Os movimentos ligados à luta de classes, à reforma urbana e aos direitos humanos, e, depois durante o movimento chamado “virada cultural”<sup>64</sup>, traziam à tona questões mais ligadas às diferenças de gêneros, raças, sexualidade, religiosidade, étnicas, ambientes, entre outras. Os processos de tombamento dos remanescentes da CBCPP pelo município e pelo estado de São Paulo foram oficializados e ocorreram em meio a tensas circunstâncias de disputas, considerando o conjunto material engendrado, sobretudo, pelas primeiras administrações, bem como a história de lutas, solidificada durante a gestão Abdalla.

A partir de 1980, por solicitação dos membros da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, ABPF<sup>65</sup>, os remanescentes passaram a ser alvo do

---

<sup>63</sup> SCHNEIDER, Marília (prod.). **Câmara Municipal de Cajamar: Trajetórias e lutas**. São Paulo: Editora Porto, 2006. Disponível em <<http://www.camaracajamar.sp.gov.br/portal/livro.pdf>> Acesso em ago. 2016.

<sup>64</sup> Ao analisar a emergência destes movimentos, ainda antes do colapso gerado pela queda do Muro de Berlim, e a crítica firmada sobre Marx e o marxismo, Harvey (2000) considera que a importância dada aos movimentos culturais chegava a sobrepor-se à importância dada aos movimentos de classe (HARVEY, 2000).

<sup>65</sup> A ABPF é uma associação que reúne interessados na preservação e divulgação da ferrovia brasileira desde sua fundação, em 1977, pelo francês Patrick Henri Ferdinand Dollinger. A ABPF foi responsável, no início de sua atuação, pela criação de uma campanha de abrangência nacional para impedir o sucateamento de locomotivas a vapor (<http://www.abpf.com.br/>).

tombamento estadual e após 1989, também do municipal. A abertura dos processos, a nosso ver, foi resultado e legitimou-se pelas “reviravoltas” que definiam os horizontes políticos a partir da década de 1980, caracterizados pela batalha contra a exploração e a luta no plano cultural, pelas alterações conceituais sobre patrimônio ocorridas neste período, bem como pelos esforços significativos dos membros da ABPF.

## **1.2. O núcleo fabril da CBCPP: formação**

Conforme exposto, a CBCPP nasceu da atuação conjunta de três instalações fabris: a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, as pedreiras e a fábrica de cimento, cuja finalidade consistia na extração dos minérios, transporte até a fábrica e produção de cimento. Em função destas atividades, com a absorção da estrutura já existente e com a construção de novas edificações, a empresa organizou seu núcleo fabril para fixação e preparo de sua mão de obra.

A prática de edificação de núcleos fabris por industriais para a retenção e modelagem da mão de obra nas proximidades de seus empreendimentos resultou dos efeitos da Revolução Industrial sobre as cidades. Entendida como um conjunto de mudanças ocorridas na Europa a partir do final do século XVIII, caracterizou-se pela substituição dos métodos de produção artesanais para a produção em máquinas, processo que envolveu a transformação da mão de obra artesanal em assalariada e de parte do campesinato em operariado. Desta forma, as cidades passaram a abrigar um número extraordinário de habitantes e as iniciativas de edificar núcleos fabris resultaram em alternativas formuladas pela indústria como tentativa de organização da moradia operária face ao caos urbano observado em decorrência das explosões demográficas.

Conforme conclusão de alguns autores que se aprofundaram no estudo sobre o tema, tais como a socióloga Eva Blay<sup>66</sup>, os arquitetos Phillip Gunn, Telma de Barros

---

<sup>66</sup> Cf. BLAY, Eva A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo, Nobel, 1985.

Correia<sup>67</sup> e Carla Milano Benclowicz<sup>68</sup>, as historiadoras Maria Auxiliadora Guzzo de Decca<sup>69</sup> e Palmira Petratti Teixeira<sup>70</sup>, entre outros<sup>71</sup>, a ação da indústria, neste

---

\_\_\_\_\_. Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (org). **Habitação em Questão**. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 1980. p. 143-153.

<sup>67</sup> CORREIA, Telma de Barros. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. **Anais do sétimo encontro nacional da Anpur**. Recife, 1997.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleo Fabril x Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas: 1998.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998. Série Ofício de arte e forma.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife n. 4, p. 83-98, maio de 2001.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria e o habitat operário no Brasil. In: PANET, Amélia (org). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002. p. 13-16.

CORREIA, Telma de Barros. O habitat operário no nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia (org). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002. p. 137-161.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno**. São Carlos: Rima, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: as experiências pioneiras. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 3, p. 15-42, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria moderna no cenário clássico. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 8, p. 69-101, 2008.

CORREIA, Telma de Barros. *Art déco* e indústria: Brasil décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, v. 16, n. 2, jul.-dez. 2008. p. 47-104.

CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. **Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares da Memória**. São Carlos: 2010.

CORREIA, Telma de Barros. **Forma Urbana e Arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011. v. 1. 298p.

CORREIA, Telma de Barros. O ornato e o despojamento no mundo fabril. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Vol. 19. Ano I, jun. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142011000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142011000100002&script=sci_arttext)> Acesso em 07 set. 2014.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria e o urbano: aglomerações geradas por fábricas no estado de São Paulo. **Oculum**, Campinas, 10(1), 29-42, jan.-jun. 2013.

CORREIA, Telma de Barros. Cidade-Jardim: apropriações do método em empreendimentos industriais. **XV Encontro da Anpur**. Recife: 2013.

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvone. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Revista Pós**, n. 20. São Paulo, dez 2006, p. 10-32.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. O mundo fabril penetra na cidade. In: CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia H.; SACCHETA, Vladimir. **São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo: SENAC, 2004. p. 82-89.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos fabris. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, v. 7, n. 1, p. 17-53, maio de 2005.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. Ascensão e declínio de um modo de morar: vilas operárias e núcleos fabris no estado de São Paulo. **Desígnio**, v. 6, p. 143-164, 2006

<sup>68</sup> Cf. BENCLOWICZ, Carla Milano. **Prelúdio Modernista, Construindo a Habitação Operária em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 1989.

<sup>69</sup> Cf. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo - 1920 - 1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>70</sup> Cf. TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho: trajetórias do industrial Jorge Street**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>71</sup> Cf. ZEQUINI, Anicleide. **O quintal da fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista - Salto - SP, séculos XIX e XX**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

STOCK, Suzete de Cássia Volpato. **Carioba, um lugar uma herança**. São Paulo: Lexia, 2010.  
JERONYMO, Vanice. **Caieiras: núcleo fabril e preservação**. Dissertação (Mestrado) - IAU-USP, São Carlos, 2011.



contexto, dava-se como uma atitude patronal para inicialmente atrair a mão de obra para o local e, posteriormente, fixá-la e moldá-la de acordo com as necessidades industriais. Para tal, utilizava-se da construção de moradias e introdução de equipamentos de usos coletivos, tais como igrejas, clubes, cinemas, escolas, armazéns, locais para o desenvolvimento de atividades esportivas e manuais, entre outros (CORREIA, 1998b). Conforme os autores, na gestão destes lugares, observou-se uma tendência à aplicação de fiscalizações e controles, mais ou menos severos, do cotidiano que visavam torná-los favoráveis à produção, na tentativa de incutir nos trabalhadores hábitos ligados à assiduidade, considerada, naquele contexto, fundamental à produtividade.

Em referências internacionais, tais assentamentos eram denominados “*company town*”, “*industrial village*”, “*cit  ouvri re*”, “*cottage system*”, enquanto nas nacionais eram frequentemente denominados por termos como “vilas operárias”, “núcleo urbano”, “núcleo industrial”, “cidade operária”, “cidade companhia”, entre outros (CORREIA, 1998b; 2001). Nesta pesquisa, o núcleo fabril é assim entendido: “vilas isoladas no campo, nas quais a fábrica cria uma ‘cidade’ nova e tem condi es de gerir a vida do lugar com grande autonomia” (CORREIA, 1998b, p.11).

Na Europa, a partir do final do século XVIII, deu-se início   difusão da prática de edifica o de núcleos fabris<sup>72</sup>. No Brasil, a partir de 1870, a quantidade de indústria passou a ser significativa (HARDMAN; LEONARDI, 1982) e a expansão destas iniciativas no país deu-se, sobretudo, a partir de 1880 e ocorreu até pelo menos 1980, quando começou a fase de declínio mais efetiva, devido a diferentes fatores e trajetórias (CORREIA, 1997). A pesquisa de Correia (1998b) mostra que no país foram significativos os números de assentamentos construídos por empresas neste período. Há registro de mais de 400 casos idealizados por indústrias de diferentes

---

BALLEIRAS, Mary Helle Moda. **Indústria e Habita o, Arquitetura fabril no interior de São Paulo**. Disserta o (Mestrado) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, São Carlos, 2002.  
 COSTA. Georgia Carolina Capristano da. Batatuba, Brasil – uma “cidade serial”. **Anais do Oitavo Seminário DCOMOMO Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.  
 PIRES, Cláudia T. Pereira. Influência inglesa em Nova Lima: constru o de uma cidade, de um modo de vida. In: **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro, UFRJ-PROURB, 1996.

<sup>72</sup> O núcleo fabril de New Lanark, na Escócia, é um exemplo de núcleo inaugurado no século XVIII, mais precisamente em 1776, para trabalhadores de indústria têxtil (CORREIA, 1998b). Como observou Choay (2010), tornou-se referência para os reformadores sociais da Grã-Bretanha. Correia estudou experiências posteriores de constru o de núcleos fabris, também consideradas emblemáticas. Na Inglaterra, empreendimentos como o núcleo Saltaire construído por Titus Salt entre os anos de 1851 e 1872; o núcleo criado por George Cadbury, para fábrica de chocolates em Bournville a partir de 1894; o núcleo criado por William H. Lever em Port Sunlight para a indústria de sabonetes Lever a partir de 1888; e Bromborough Pool, fundado em 1853 pela fábrica de velas e lubrificantes Price’s Patent Candle Company. Na França, entre outros, estudou os núcleos construídos em Mulhouse em 1797, em Maquette e Val-des-Bois e nos Estados Unidos, o núcleo de Pulmann, iniciativa de George Pulmann a partir de 1880 (CORREIA, 1998b).



ramos, espalhados em todas as regiões do país<sup>73</sup>. Os empreendimentos eram, na maioria dos casos, privados, mas articulavam-se de diversas formas com o Estado, tanto por meio de permissões à autonomia da indústria para construir e gerir estes lugares, quanto por meio dos frequentes incentivos fiscais concedidos aos industriais. A construção destes lugares ocorria, frequentemente, em locais afastados de cidades devido à localização de fontes de energia naturais tais como rios, quedas d'água e matas, ademais dos baixos valores imobiliários das terras (CORREIA, 1998b).

No estado de São Paulo, conforme Correia (2013a), a profusão destes assentamentos se deu de forma mais intensa no período entre 1880 e 1950. Neste contexto ocorreu a organização do núcleo da CBCPP e os assentamentos engendrados pela empresa seguiram, em grande parte, a lógica estrutural e organizacional estabelecida pela estratégia industrial. Foram edificados em um sítio de abundantes e exuberantes recursos naturais, às margens do rio Juqueri e seus afluentes, envoltos por porções significativas de mata atlântica<sup>74</sup> (CRISPINO, 2006) que, à medida que eram consumidas para o abastecimento das locomotivas e fábrica, eram substituídas por eucaliptos.

A demarcação estrutural do complexo pode ser definida a partir de um longo eixo longitudinal, configurado pelo rio Juqueri, junto do qual foi implantada a EFPP (figura1). Além dos cursos d'água representados pelo rio e seus afluentes, a presença das pedreiras e a existência da estrada de ferro da SPR configuram outros dois marcos principais que deram sentido à organização dos empreendimentos e ao traçado da EFPP. A localização da fábrica, neste conjunto, deu-se em área favorável ao aproveitamento dos recursos da natureza e ao transporte do produto final para o Porto de Santos por meio da SPR.

Toda a estrutura da CBCPP distribuía-se em polos que constituíam assentamentos de pequenas a medianas dimensões, com baixas densidades, totalizando cerca de 450 moradias<sup>75</sup>. Há uma referência, mas não localizamos elementos que a

---

<sup>73</sup> A experiência da Real Fábrica de São João de Ipanema, fundada em localidade próxima a Sorocaba, em 1811, é considerada um marco deste tipo de ação no país, pois desde os primeiros anos de funcionamento edificou um núcleo fabril com armazém de consumo, hospital, capela e casas para abrigar as famílias de seus trabalhadores, entre eles, diretor, artífices, soldados, escravos (CORREIA, 1998b).

<sup>74</sup> Conforme depoimento de Ricardo Crispino. In: FASS, 2006.

<sup>75</sup> Este número foi por nós estimado, a partir de informações contidas: nos Decretos Municipais nº 1.1175/83 e 1.189/83, referentes à transformação das casas de Gato Preto e Água Fria em utilidade pública; no perímetro do tombamento municipal em São Paulo, publicado em 1992; no inventário das edificações elaborado pelo DPH e nos levantamentos fornecidos pela Casa de Memória sobre a disposição das casas operárias de Água Fria.

comprovasse, de que o engenheiro Eduardo Alberto Fullen elaborou plano e projetos para Água Fria<sup>76</sup>.

Há notícias de que para fixar a mão de obra junto aos polos de trabalho, foram edificadas algumas vilas pioneiras nos núcleos das quais temos informações superficiais. Marília Schneider faz menção à existência de uma vila nas proximidades das pedreiras, conhecida por Acampamento, a qual sugerimos estar relacionada com a Vila Água Fria, e com um assentamento para operários, já demolido, no bairro dos Pires, próximo a Gato Preto (CAJAMAR, 2006). Nas cercanias da fábrica em Perus, o ex-trabalhador Cláudio Augusto Bollella, em depoimento, menciona a existência de outra vila também conhecida pelo nome Acampamento (BOLLELLA, 2014), a qual Camargo (2016) identifica, possivelmente, como as casas destinadas à moradia dos solteiros, popularmente referenciadas pelo nome “acampamentos”, localizadas na Vila Fábrica, em Perus.

Posteriormente, foram edificadas para a acomodação dos trabalhadores, tanto da fábrica quanto das pedreiras, as vilas que foram alvo de estudo nos processos de tombamento. Ao redor da indústria, o núcleo organizou-se em três assentamentos denominados Vila Triângulo, Vila Portland (também chamada Vila Nova) e Vila Fábrica. Próximo às minas, foram edificadas a Vila Água Fria e a Vila Nova. Em Gato Preto o assentamento se distribuiu nas proximidades dos fornos de cal.

Em 1934, Perus já era um distrito da cidade de São Paulo, desmembrado do subdistrito de Nossa Senhora do Ó<sup>77</sup>, mas considerado um local isolado da cidade. Ainda que se constate tal condição<sup>78</sup>, ela foi levemente suavizada devido a sua proximidade com a SPR e com o núcleo fabril edificado em terras vizinhas pela Companhia Melhoramentos de São Paulo (JERONYMO, 2011).

Em Água Fria e Gato Preto, devido à geografia peculiar caracterizada pela presença de morros e pelas limitações de acesso, o isolamento tornou-se mais proeminente,

---

<sup>76</sup> Em Ferreira (2008), aparece a afirmação de que “Mr. Fullen foi convidado pelos canadenses proprietários da Cimento Portland para projetar a Vila de Água Fria” (FERREIRA, 2008, p. 36). A possibilidade de participação de profissional especializado na concepção do núcleo é reforçada pelo rigor técnico com que os projetos datados de 1928 e 1930 foram elaborados. Tais projetos, disponíveis para consulta no processo Conpresp, entretanto, não apresentam referência ao nome do engenheiro citado.

<sup>77</sup> Conforme informações disponíveis em Siqueira (2001), em 1934 existiam cerca de 3.500 habitantes em Perus (Jornal Gazeta Pirituba, ano I, n. 8, 23 de setembro de 1995, p. 1 apud SIQUEIRA, 2001, p. 34).

<sup>78</sup> O depoimento de Neide Aoun mostra como a condição de isolamento se estendeu por décadas: “todo mundo pensava que aqui era uma cidadezinha, como se fosse Caieiras, assim pequenininha. Ninguém sabia que aqui era um bairro, mas a gente lutava pra dizer que era bairro, tanto é que fizeram dois plebiscitos para poder ver se isso aqui se transformava numa cidade, mas isso aí nós não queríamos, eu fui uma delas, eu queria pertencer a minha cidade São Paulo”. In: FASS, 2006.

produzindo nos operários maior dependência dos estabelecimentos e assistências criados e administrados pela Companhia, inclusive da EFPP, como meio de transporte. Localizadas cerca de 20 quilômetros de distância de Perus, no sentido interior do estado, as áreas que circundavam Gato Preto e Água Fria eram tidas como locais ainda pouco violados pela exploração humana<sup>79</sup>.

Inicialmente, construiu-se os edifícios ligados à fábrica, quartos para solteiros, pensão, Vila Fábrica, Vila Triângulo e algumas casas para acomodação dos funcionários ligados à administração. Entre as décadas de 1920 e 1930, conforme Siqueira (2001), foi implantada a Vila Portland (ou Vila Nova). Da mesma forma, procedeu-se à ampliação junto às jazidas, cujo entorno foi tomado por moradias que formaram a Vila Água Fria e, posteriormente, a Vila Nova (CAJAMAR, 2006).

Além das moradias e edifícios ligados às atividades do trabalho, a estrutura se completou com a inclusão de serviços ofertados aos trabalhadores, tais como: escolas, ambulatório, restaurante, entreposto, armazéns, oficinas, igrejas, clubes e campos de futebol<sup>80</sup>. Os times de futebol foram formados entre os funcionários. Havia o Cimento Perus, o Sport Club Gato Preto e o Cimento Portland. Clubes, salões e sedes sociais para a promoção de eventos despontaram no núcleo, incrementando as possibilidades de diversões locais. O clube e a sede localizados em Gato Preto<sup>81</sup>, o clube Portland em Água Fria e o Caramanchão em Perus foram os principais espaços destinados a estes fins nas três localidades.

---

<sup>79</sup> Nos relatos da família Burke, esta característica é bastante perceptível: “Quando os Burke se mudaram para Água Fria [...], ela era um lugarejo pertencente ao município de Santana do Parnaíba. Era pouco mais do que um grande pátio ferroviário e uma pequena vila operária, que estavam sendo construídos para a mineração de pedra calcária, usada para a produção de cimento na fábrica em Perus. Ficava em um vale, em região montanhosa, na Serra dos Cristais, coberta por floresta nativa. No fundo do vale, serpenteava o córrego Água Fria (afluente do Juqueri Mirim, afluente do Juqueri Guaçu, afluente do Tietê). A região toda era ainda praticamente intocada coberta de florestas nativas e habitada por uma grande variedade de animais silvestres. Água Fria distava cerca de 3 km do antigo vilarejo de Lavrinhas [...], que consistia em um armazém de secos e molhados, e um punhado de pequenas casas, ao longo de uma estradinha de terra (BURKE JR., 2008).

<sup>80</sup> Sobre a presença destes equipamentos em núcleos fabris: CORREIA (1998b).

<sup>81</sup> Segundo Rodrigues (2015b), entre os anos de 1940 e 1950, chegou a existir mais de um clube em Gato Preto.



**Figura 11:** Sede social, Gato Preto, 2016.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 12:** Clube do Portland, Água Fria, década de 1950.

**Fonte:** CAJAMAR, 2006.



**Figura 13:** Caramanchão em Perus, década de 1970.

**Fonte:** Acervo Arlindo Paes.

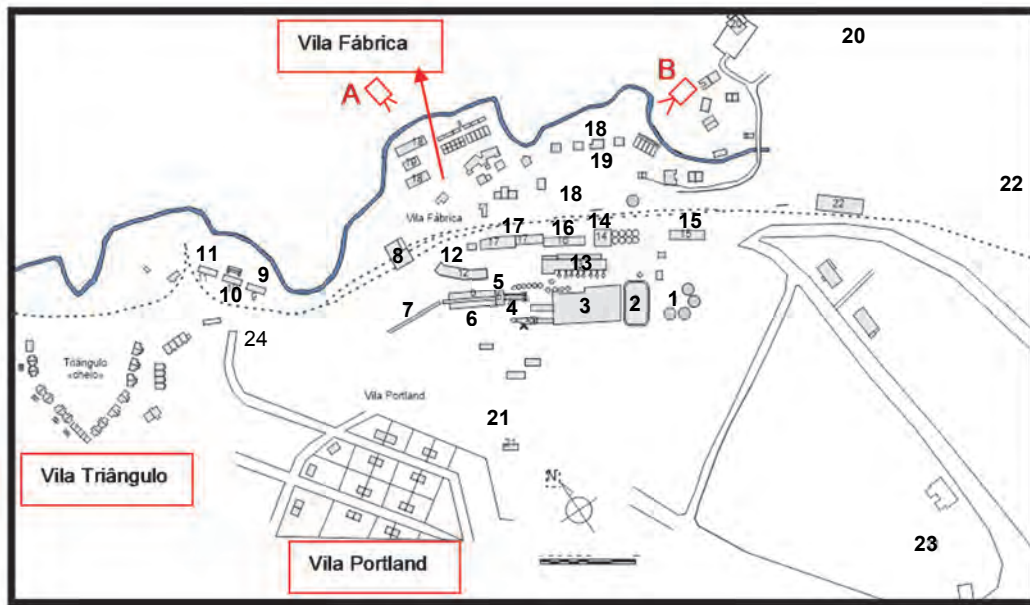
Segundo Ferreira (2008), em Água Fria, a educação das crianças, inicialmente, deu-se por meio de uma espécie de escola itinerante, substituída, em 1940, pela chamada Casa de Pedra, onde começou a funcionar o Grupo Escolar de nível primário, considerada a primeira instituição educacional de Cajamar (FERREIRA, 2008, p.37). Para suprir a limitação do ensino ofertado no núcleo de Água Fria, iniciativas autônomas, advindas de profissionais estrangeiros graduados, foram praticadas com a instituição de escolas particulares ministradas pelas próprias famílias dos profissionais (BURKE JR., 2008). Segundo Ferreira (2008), as salas amplas e frias da Casa de Pedra que atendiam apenas ao ensino básico, tornaram-se insuficientes para o atendimento da população local. Em 1950, os proprietários da família Abdalla doaram um terreno em Água Fria para a construção de uma Escola Estadual.

Segundo o Livro de Atas da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, município ao qual Gato Preto pertencia na época, remonta ao ano de 1918, a primeira solicitação de autorização para implantar uma escola no local, visando atender a população envolvida na operação da ferrovia e na produção de cal. A solicitação, oficializada em março daquele ano, referia-se à transferência de uma escola

masculina existente nas proximidades para dentro do estabelecimento industrial de Gato Preto, onde morava a maior parte dos alunos (CAMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARNAÍBA, 1918 apud RODRIGUES; GIESBRECHT, 2015b).

As igrejas foram representadas no local pela capela de São José, edificada na década de 1950, na Vila Triângulo e pela capela Sagrado Coração de Jesus, em Gato Preto. A construção e promoção de igrejas e escolas para operários nas proximidades do núcleo também resultaram de iniciativas dos próprios operários ou investidores locais. Conforme Siqueira (2001), durante os anos 1920 e 1930, em Perus, além dos limites fabris e por iniciativa dos operários foram edificadas a Vila Operária, a Vila Inácio e a Vila Hungareza. Nesta última, foram construídos o Grupo Escolar de Perus, a Paróquia de Santa Rosa de Lima e o Templo da Igreja Presbiteriana, ambos em 1940 (SIQUEIRA, 2001, p.174). Também foi implantado um cinema, por iniciativa de investidores particulares, conforme afirmou, em entrevista, Nelson Camargo (2016). No bairro dos Pires, próximo às pedreiras, a construção da Igreja de São Sebastião foi fruto de uma promessa de um operário, morador de Água Fria (FERREIRA, 2008).

Os equipamentos de uso coletivo, moradias e edifícios do trabalho edificados pela CBCPP, juntamente com as instalações industriais anteriores, formaram no local um cenário diversificado em termos construtivos. Nas figuras seguintes, é possível identificar, em Perus, a existência e a articulação no espaço de diferentes exemplos construtivos: tipologias de moradias diversas, tais como casas isoladas, geminadas e em renque; igreja, restaurante e entreposto, edifícios ligados à ferrovia, pensão, casas para administração e assistência médica, além do amplo conjunto de prédios ligados diretamente às etapas da produção, como os depósitos de equipamentos e materiais, fornos, resfriadores, oficinas, ensacadoras, tanques, laboratórios, britador, silos e moinhos, entre outros.



**Figura 14:** Identificação de algumas instalações de Perus.

Legenda: 1 Tanque de óleo; 2 Depósito de clínquer; 3 Fornos; 4 Secadores; 5 Depósito de argila; 6 Depósito de pedra; 7 Depósito de pedra britada; 8 Britador; 9 Barracão para solteiros (alterado posteriormente para “officina minerva Perus”); 10 e 11 Clube (mudado posteriormente para Água Fria); 12 Laboratório e almoxarifado; 13 Moinhos; 14 Ensacadora; 15 Carpintaria; 16 Subestação; 17 Oficina Mecânica; 18 Dormitórios para solteiros; 19 Banho e mictório; 20 Casa Grande (Palacete dos Dias); 21 Sedimentação; 22 Depósito de locomotivas; 23 Casas de administração; 24 Local da futura instalação da Capela São José. Observa-se na Vila Triângulo a indicação “cheio”, provavelmente referente ao aterro da depressão, onde, na década de 1950, foi edificada a Capela de São José.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016, elaborado a partir de mapa de instalações hidráulicas da CBCPP de 1941, Acervo Nelson Camargo.



**Figura 15:** Vista da Fábrica de Cimento em Perus, 1920.

A foto mostra, no primeiro plano, os acampamentos para solteiros e logo acima as casas geminadas para famílias de funcionários, algumas com banheiro externo. No segundo plano, mostra a área de produção: os silos ao lado dos fornos, à esquerda, e junto deles o extenso galpão horizontal, que abrigava as oficinas mecânicas. À direita, observam-se os britadores e os depósitos de pedra britada. Ponto de referência: visada A da Figura 14.

**Fonte:** Acervo Nelson Camargo.





**Figura 16:** Vista da Fábrica de Cimento em Perus, 1928.

A foto mostra, no primeiro plano, casas isoladas para famílias operárias. Logo acima, acampamentos para solteiros. Do lado direito, a imagem mostra, no primeiro plano, acampamentos para solteiros e acima, casas geminadas para famílias operárias. No plano seguinte, mostra a área de produção e oficinas mecânicas. Ponto de referência: visada B da Figura 14.

**Fonte:** BURKE JR., 2008.



**Figura 17:** Vista da Fábrica de Cimento em Perus.

Com destaque, à esquerda, para o Casarão do "M" que servia à ferrovia, década de 1920.

**Fonte:** Documentário *Perus, o bairro que construiu o Brasil* (FASS, 2006).



**Figura 18:** Água Fria, 1939.

A foto mostra, à esquerda, o campo de futebol cercado por casas isoladas. No plano acima dele, casas operárias em renque. Ao fundo, a pedreira e o britador.

**Fonte:** Ferreira (2008).

Da mesma maneira, em Água Fria, os industriais urbanizaram o local em função do trabalho nas pedreiras. Utilizaram-se de tipos construtivos diversos que possibilitavam a atração e fixação dos trabalhadores no local, tais como: campo de futebol, moradias de diferentes tipologias, escola, pensão, armazém e farmácia, além das instalações industriais ligadas à pedra, como por exemplo, o britador. Em Água Fria, tem-se notícias do funcionamento de uma delegacia (KOIS, 2009).



**Figura 19:** Croqui da distribuição das casas e equipamentos de uso coletivo, assim como a localização das vilas edificadas pela empresa ao redor de áreas de pedreiras em Água Fria e Vila Nova. 1 (cinza): área ocupada pelas pedreiras; 2 (azul): lago formado pela atividade extrativista; 3 (amarelo): assentamento de Água Fria; 4 (rosa): assentamento Vila Nova; 5 (verde): campo do Clube do Portland, transferido de Água Fria; 6 (roxo): edifício Armazém e Farmácia; 7 (vermelho): edifício da antiga sede do Clube do Portland; 8 (preto): escola Casa de Pedra; 9 (rosa): pensão; 10 (marrom): ambulatório; 11 (azul escuro): casa do administrador geral e 12 (laranja) Igreja de São Sebastião.

**Fonte:** Acervo Jeronymo; Bertolini (2016), baseado em levantamento de campo, decreto municipal nº 1.189/83 - Prefeitura do Município de Cajamar e croquis elaborados por Keila Kois.



As figuras abaixo mostram o cenário de Gato Preto se constituindo até a década de 1930, a partir da construção e ampliação do complexo da cal. Nelas, observam-se as instalações ligadas à produção, os trilhos de trem, fornos, oficinas, barracões, depósitos e algumas moradias ao redor. Conforme estas figuras, na década de 1970, já se evidenciava o declínio da produção, com a ausência dos fornos metálicos. Na parte alta do bairro, desenvolveu-se a urbanização ao redor da usina de cal, com escola e algumas casas. Nas proximidades deste assentamento ficava, também, o “Casarão dos Beneduce”, moradia das famílias proprietárias Beneduce e Abdalla (FERREIRA, 2008). Posteriormente, após a incorporação das instalações de Gato Preto à CBCPP, os tipos construtivos se diversificaram ainda mais com a introdução de novas casas para funcionários, igreja, clubes e sedes sociais.



**Figura 20:** Construção de um forno metálico em Gato Preto, 1912.

**Fonte:** <<http://vapor-minimo.blogspot.com.br/2010/08/os-primordios-esquecidos-da-estrada-de.html>>.



**Figura 21:** Instalações de Gato Preto, 1914. Em primeiro plano as oficinas; logo após o grande forno de cal, seguido de cinco outros fornos metálicos. À esquerda, o único viaduto que a Perus-Pirapora possuiu.

**Fonte:** acervo Nilson Rodrigues, disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/fotos/gatopreto0121.pdf>>.



**Figura 22:** Fornos de Gato Preto, 1930.

**Fonte:** Acervo Coleção Nilson Rodrigues. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/gatopreto.htm>>.



**Figura 23:** Instalações de Gato Preto, década de 1970. Ao fundo, a estação de Gato Preto e a ausência dos fornos metálicos.

**Fonte:** Acervo Coleção Nilson Rodrigues, Foto de Koyusha SL – Kemuri Pro. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/gatopreto.htm>>.



**Figura 24:** Vista de Gato Preto, 1970.

Observa-se, ao centro, a exuberante paineira, situada no topo da colina, remanescente provável da mata original (CONDEPHAAT, 1980). A foto mostra, no primeiro plano, o forno de cal junto das instalações industriais de apoio (escritórios e depósitos). À esquerda dele, casas para funcionários e, à direita, a Escola de Gato Preto. Ao fundo, à direita da imagem, o casarão dos Beneduce.

**Fonte:** Acervo Nilson Rodrigues.

Para atender aos propósitos da EFPP, emergiam no núcleo da CBCPP elementos específicos ao funcionamento da ferrovia, tais como reservatórios com decantador e filtro, utilizados para abastecer as locomotivas a vapor, pequenas plataformas para paradas de trem, postos telefônicos, postos de controle de passagem e tráfego, edifícios para usos administrativos, além de algumas moradias nos assentamentos que se formavam nas proximidades das paradas.

O “Casarão do M”<sup>82</sup>, conforme informações do Conpresp (1989), foi construído, provavelmente, na década de 1910 para servir à parte administrativa da ferrovia (CONPRESP, 1989). A estação Perus da EFPP, inaugurada em 1914, juntamente com a estação Entroncamento eram as únicas duas estações oficiais da linha. A estação de Entroncamento, inaugurada em 1914, seria um terminal da ferrovia para receber os passageiros vindos de Perus. Entretanto, na prática, a composição entrava em um pequeno ramal, fazia a reversão no triângulo existente ao lado da

<sup>82</sup> O nome “M” que aparece para identificar o Casarão e o Vagão que fazia transporte de pessoas e produtos, está ligado à palavra “misto”: “Todos eram acomodados no famoso vagão apelidado de “M”, devido ao fato de ser misto, já que transportava pessoas, sacos de pão e de cimento, etc. (CAJAMAR, s/d).

estação, e seguia em direção às estações não oficiais de Água Fria e Gato Preto, esta última, o real ponto final da linha (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2011b). “Corredor” era um espaço apenas operacional, de trabalho, composto por um pátio com 4 ferrovias e um posto telefônico (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2010a). As estações Santa Fé, Quilômetro 12, Mirim, Campos e Rocha, todas não oficiais, equipadas com posto telefônico, eram muito semelhantes entre si. A estação de Santa Fé, localizada nas proximidades da foz do córrego de mesmo nome, era uma parada única, ponto de cruzamento de trens (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2011a). “O Doze”, como ficou conhecida a estação Quilômetro 12, era constituída de uma pequena parada, em local de via dupla e entroncamento de trilhos (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2010a), da mesma forma como se constituía a estação Mirim. Campos e Rocha eram formadas, cada uma, por uma parada de trem, em cujas adjacências formaram-se agrupamentos de casas, possivelmente, dos trabalhadores da ferrovia (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2010c; RODRIGUES; GIESBRECHT, 2015a). Inaugurada em 1925, com a chegada da fábrica de cimento, a estação Água Fria não era propriamente uma estação, pois o trecho era considerado um desvio estritamente industrial e utilizado, teoricamente, apenas para funcionamento da empresa e carregamento de minérios vindos de Água Fria (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2011c). A estação Gato Preto encerrava a linha da EFPP. Inaugurada em 1914, foi, segundo Rodrigues (20015b), a razão da existência da linha. Além do, já consolidado, complexo industrial do segmento da cal, funcionavam no local as oficinas da ferrovia. O prédio abrigava, também, um armazém e, há informações de que, nos escritórios vendiam-se as passagens (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2015b).



**Figura 25:** Estação Perus da EFPP e a cabine de controle, década de 1970.

**Fonte:** Acervo Nilson Rodrigues.



**Figura 26:** Estação de Gato Preto, 1998.

**Fonte:** Acervo Ralph M. Giesbrecht.  
<<http://www.vaporminimo.com.br/category/ramais-ferroviarios/page/5/>>.





**Figura 27:** Posto Telefônico km 12, 1985.

**Fonte:** Acervo Nilson Rodrigues.



**Figura 28:** Estação Entroncamento.

**Fonte:** <<http://www.vaporminimo.com.br/category/ramais-ferroviarios/page/5/>>.

Por todo o núcleo, as edificações foram dispostas em malha urbana mista. Como observado no momento inicial de sua formação, as vilas, ora apresentavam aspectos morfológicos sinuosos, livres de enquadramentos, porém em conformidade aos cursos d'água e acidentes geográficos do terreno; situação evidente nos assentamentos da Vila Fábrica, Triângulo e Água Fria. Em outros momentos, como no caso das Vilas Portland e Nova, construídas no período de expansão do núcleo, surgiam vinculadas ao enquadramento de terrenos delimitados por ruas e cercas, que expressavam a ortogonalidade de sua malha.

Em termos arquitetônicos, notou-se a expressão de uma arquitetura diversificada, ora vinculada às características arquitetônicas rurais, seguindo modelos de casas de colonos, ora vinculada à estética tipicamente fabril, fortemente ancorada nas noções de economia, eficiência, utilidade, funcionalidade e na difusão de materiais e elementos industrializados. O aproveitamento dos edifícios pertencentes às instalações industriais anteriores, como o Casarão dos Beneduce e o “Palacete dos Dias”<sup>83</sup>, contribuiu com a formação, ainda na década de 1920, de um cenário com morfologia mesclada. Conviviam modelos mais tradicionais, consonantes com o já difundido modo paulista de construir com pedras, tijolos e telhas de barro; e outros com plásticas, materiais e técnicas inovadoras, detalhes construtivos raros, talvez

---

<sup>83</sup> Com a saída dos Dias, a propriedade da família conhecida por “palacete dos Dias” foi alugada durante vinte anos para a indústria cimenteira. Nela, inicialmente, foi instalada uma hospedaria para funcionários solteiros (BURKE JR., 2008) e, posteriormente, na década de 1950, quando já havia sido adquirida pela CBCPP, passou a acomodar famílias de funcionários graduados e de proprietários (SIQUEIRA, 2001; CONPRES, 1989).

pioneiros no país, e apropriação do cimento para execução das coberturas e dos blocos da alvenaria, dotados de sistemas de ventilação inovadores<sup>84</sup>.

Durante o período de expansão e renovação das edificações do núcleo, construções mais sofisticadas foram erguidas em tijolos de barro, modificando as feições do cenário<sup>85</sup>. Este padrão foi observado nos prédios destinados à administração, assistência médica, restaurante e ao entreposto, em Perus; à pensão e ao ambulatório, em Água Fria.

Foram observadas construções filiadas ao ecletismo, como as igrejas, o casarão da ferrovia ou “Casarão do M”, o casarão dos Beneduce e o “Palacete dos Dias”. Outras, como a estação Entroncamento, apresentavam feições vinculadas à linguagem clássica. A linguagem moderna mostrou-se bastante presente nos imóveis ligados à fábrica, alguns postos da ferrovia e moradias do núcleo. Outras edificações, como a antiga sede do clube do Portland, não eram filiadas a partidos arquitetônicos específicos.

Entretanto, a linguagem arquitetônica das casas erguidas pela Companhia, que seguia modelos facilmente identificáveis, tornou-se o elemento que permitiu a percepção da comunhão entre as localidades onde a CBCPP atuou. Com relação à tipologia destas moradias, foram observados modelos de casas de pequenas dimensões, dispostas em renque, com fachada de porta e janela, sem recuos frontais ou laterais, casas geminadas duas a duas e casas isoladas<sup>86</sup>.

Em termos dimensionais, as casas do núcleo exibiam variações de metragens. Oscilavam entre moradias mais espaçosas, destinadas aos administradores gerais de cada unidade ou aos patrões; moradias medianas com cerca de 49,00m<sup>2</sup>, geralmente utilizadas por famílias de funcionários, e outras, confinadas a compartimentos únicos, destinados aos solteiros, com cerca de 16,00m<sup>2</sup>. Os

---

<sup>84</sup> A escolha do cimento como material principal para a construção da primeira fase de desenvolvimento do núcleo devia-se não apenas à facilidade, disponibilidade e experimentação do produto no local, mas também à segurança que proporcionava às construções, principalmente às mais próximas dos locais onde eram frequentes as explosões: “antes de cada explosão, uma sequência de fortes apitos (a vapor), audíveis por toda Água Fria, avisava que, dentro de alguns minutos, ‘iam dar fogo’, para que todos procurassem imediatamente um abrigo seguro, já que as explosões arremessavam pedras a centenas de metros de distância, chegando até a atingir algumas das casas”(BURKE JR., 2008).

<sup>85</sup> Sobre a tendência industrial de adotar o tijolo como material preponderante nas edificações fabris: Correia (2011b); Hardman e Leonardi (1982). No caso da CBCPP, a mudança da técnica construtiva do cimento para o tijolo pode justificar-se pela própria tendência de adotar o tijolo nas edificações industriais e, também, em consequência de repercussões negativas da utilização do cimento devido a possíveis ineficiências térmicas dos sistemas propostos para as edificações à base de cimento.

<sup>86</sup> Sobre os modelos de casas difundidos em núcleos fabris e vilas operárias: Correia, Ghoubar, Mautner (2006); Correia (1998b).

acabamentos das casas variavam conforme o padrão da moradia<sup>87</sup>. Em relação às tipologias, na Vila Nova e na Vila Portland, observou-se a predominância de casas geminadas duas a duas. Em Vila Fábrica e Vila Triângulo, percebeu-se a proeminência de casas em renque e isoladas. Em Água Fria, foram observadas as três tipologias. Em Gato Preto, com exceção do Casarão dos Beneduce, as moradias das quais tivemos alguma informação seguiam características semelhantes à Água Fria, Vila Triângulo e Vila Fábrica.

Todo esse conjunto produziu formas e volumetrias que configuraram a profusão de elementos marcantes na paisagem fabril. As instalações da fábrica de cimento, por exemplo, foram erguidas adotando-se soluções modernas que utilizavam cimento, ferro e madeira para a construção de seus edifícios. Dispunham de espaços grandiosos para a acomodação de peças e maquinários, que requeriam a disponibilidade de avantajadas porções livres de terra para a implantação das estruturas necessárias tanto na superfície, quanto no subsolo. Apresentavam-se, no cenário de Perus, grandes formas cilíndricas das estruturas metálicas ou de concreto, presentes nos fornos, resfriadores, depósitos, silos e chaminés<sup>88</sup>. O pioneiro forno de Gato Preto, edificado com alvenarias de tijolos, que seguia os padrões construtivos caracterizados pelas altas alvenarias e chaminés estruturadas em tijolos de barro e os fornos metálicos construídos pelos Beneduce constituíram marcos verticais no local, assim como o britador em Água Fria.

Os elementos edificados no conjunto coexistiram em tempos e espaços ora coincidentes, ora não, para a estruturação e formação das instalações fabris. Nem todos resistiram ao tempo, quando os processos de tombamento foram abertos, pois a própria dinâmica da indústria levou parte deles à demolição ou a alterações, como será visto no próximo tópico. O cenário arquitetônico produzido no núcleo da CBCPP, portanto, foi consequência da somatória de exemplares construídos em períodos diversos e também da concepção destas arquiteturas à luz de influências de tendências em voga, presentes no mundo rural, ferroviário e industrial durante o período de sua estruturação.

---

<sup>87</sup> A distribuição das casas entre os funcionários estava relacionada com a formação e graduação de cada um. Sobre esta distinção de moradia de acordo com categoria do trabalhador, ver Correia (1998b).

<sup>88</sup> Os fornos e resfriadores, dispostos horizontalmente sobre as lajes de concreto, chegavam a extensões de até 60 metros. Os silos em concreto e as chaminés em tijolos refratários despontavam verticalmente e chegavam a alturas que permitiam a visibilidade destes elementos a grandes distâncias. Todo o conjunto de fornos foi implantado sobre uma laje que ocupava cerca de 3.500,00 m<sup>2</sup>. Os resfriadores seguiam formas semelhantes aos fornos, porém com menores extensões. As recâmaras em tijolos refratários também acompanhavam os formatos cilíndricos (CONPESP, 1989).

### 1.3. O fim da produção, o confisco e o desmonte

*A fábrica não fechou assim no dia 15 [...] ou no dia 16 [...]. Foi uma morte paulatina, ela foi morrendo aos poucos [...], morrendo, morrendo e acabou. E um dia a fábrica fechou. Já estava cansada de tanta encrenca e um dia ela não trabalhou mais.*

(Elias Aoun, morador de Perus).<sup>89</sup>

A modernização dos equipamentos industriais, acompanhada da revolução tecnológica constituíram fenômenos que transformaram profundamente os modos de produção tradicionais, além de impactarem diretamente nas estruturas espaciais dos complexos fabris. Junto a este processo observa-se que, especificamente no Brasil, a partir dos anos de 1980, como analisou Negri (1996), a economia mergulhou em uma profunda crise, sobretudo, durante a intensa recessão ocorrida entre os anos de 1981 e 1983 que provocou reflexos negativos em toda a década. A partir deste período, o aperfeiçoamento da tecnologia dos maquinários industriais se refletiu significativamente nas formas de gestão dos trabalhadores, provocando a redução de seu contingente ou substituição por mão de obra terceirizada<sup>90</sup>. Embora a aceleração dos desmontes no Brasil tenha sido mais intensa e evidente a partir de meados dos anos de 1980, há registros de ações similares desde a década de 1930 (CORREIA, 1997).

No contexto de crise econômica, recessão e reestruturação industrial muitas indústrias foram conduzidas ao declínio. A manutenção das estruturas formadas pelos tradicionais complexos fabris, abrangendo núcleos e vilas operárias, passou a ser entendida como onerosa aos proprietários e acionistas. Como mostra Correia (1997), criou-se:

[...] rapidamente um consenso contra as casas destinadas aos funcionários, mostradas como contrárias à racionalidade industrial por trazer gastos desnecessários, como algo cuja provisão que não é responsabilidade da empresa ou simplesmente como um mal necessário, que deve ser eliminado o mais breve possível ou mantido apenas nos casos imprescindíveis [...] Mesmo em casos de empresas que ainda mantêm vilas, estas costumam ser mostradas como fonte adicional de gastos e preocupações, que desvia a empresa de sua finalidade produtiva e prejudica sua competitividade, e como algo cuja provisão não é de sua competência, e sim, do próprio trabalhador ou, no máximo, do Estado (CORREIA, 1997, p. 722).

<sup>89</sup> Depoimento. In: FASS, 2006.

<sup>90</sup> Este cenário é mostrado por Lecione (2006) ao analisar a quantidade de empregos industriais entre os anos de 1970 e 1990. Nos anos 1970, como mostra a autora, o emprego industrial representava 20% dos empregos do país, tendo sido reduzido a 13% durante os anos 1990. Entre 1980 e 1990, foram eliminados cerca de um milhão e meio de postos de trabalho.

Induzidas por diferentes motivações, as fábricas de diversos ramos de produção restringiram a construção dos assentamentos e passaram a promover rápidas demolições, transformações dos núcleos ou das formas de sua utilização. Correia (2010) mostra fatores diversos que desencadearam o desmonte dos núcleos, dentre os quais o encerramento das atividades das empresas configurou um importante fator. Outros fatores importantes citados pela autora vinculavam-se às:<sup>91</sup>

[...] necessidades de áreas para a expansão de fábricas ou de áreas de mineração. Decisões políticas externas - como a Lei do Inquilinato ou a conversão do núcleo residencial em sede de município [...] redirecionamento da produção, através de ações como a terceirização de segmentos da produção, mudanças nos processos produtivos que envolvam a desmobilização de parte da mão-de-obra, ou alterações de ordem administrativas, algumas vezes relacionadas com a venda ou privatização de empresas. Mudanças no contexto urbano – especialmente a valorização imobiliária dos terrenos ocupados pelas casas [...] Lutas políticas e conflitos sociais envolvendo a empresa [...] (CORREIA, 2010, p. 8).

Juntamente ao recesso econômico, a autora aponta que o crescimento das cidades provocou alterações nas relações de ocupação do solo. As áreas ocupadas pelas instalações industriais, em muitos casos, tornaram-se, ao longo dos anos, centrais em suas cidades. No mais, as demolições justificavam-se também, em algumas circunstâncias, como uma forma de redução de taxas de impostos sobre a construção, na medida em que o núcleo fabril passava a ser integrado à área urbana e poderia aplicar-se a ele a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (JERONYMO, 2011).

Em determinadas conjunturas, ocorreu a transformação parcial ou total dos núcleos em novos loteamentos. Nesse sentido, a estratégia industrial promoveu incentivos para que a saída dos operários moradores ocorresse da forma mais rápida possível. Em alguns casos, utilizações alternativas das antigas instalações industriais tornaram-se ameaças aos proprietários das fábricas, que viam com desconfiança tais apropriações, exatamente por fortalecerem vínculos afetivos com a comunidade. Tal contexto configurava uma situação desfavorável economicamente à empresa com o risco de se tornar utilidade pública ou patrimônio tombado. Desta forma, a preservação dos remanescentes, especialmente os arquitetônicos, provocou acirradas disputas entre a comunidade, o poder público, os órgãos de

---

<sup>91</sup> Sobre diferentes casos e motivos de desmonte, consultar Correia (1997; 2010). Outros casos podem ser vistos em Vianna (2006), que estudou o desmonte das vilas da Companhia Energética de São Paulo (CESP) e em Jeronymo (2011) que analisou o caso da Companhia Melhoramentos de São Paulo.



preservação e os proprietários, pois cada um compreendia as questões a partir de seus interesses e, em algumas situações aceleravam o processo de dissolução (JERONYMO, 2011).

As ações de desmonte da CBCPP deram início a profundas alterações físicas do conjunto, ocorrendo de maneira gradativa e parcial, de formas distintas nos dois municípios. Os motivos que alavancaram a extinção da Companhia ancoravam-se, parcialmente, em justificativas tecnológicas devido à deterioração de seus equipamentos, que foram utilizados sem manutenção apropriada e passaram a ser sucateados.

Entretanto, foram as justificativas de caráter econômico que configuraram os motivos principais de sua decomposição. A crise da empresa estava ligada às dívidas fiscais e trabalhistas por ela contraídas. Isso provocou o desgaste nas relações entre proprietários e operários e conduziu à aplicação de confiscos e intervenção do governo federal durante a década de 1970<sup>92</sup>.

Além destes motivos, as insatisfações dos proprietários geradas a partir da abertura dos processos de tombamento também foram responsáveis pelo desmonte gradativo das instalações, na medida que, estratégias para sua destruição foram aplicadas como forma de evitar ou retardar os tombamentos<sup>93</sup>.

Neste processo, as áreas pertencentes à empresa tiveram diferentes destinos. Em Perus, o Sítio Santa Fé foi confiscado pela União e vendido para a Prefeitura de São Paulo, a qual utilizou a área para implantar dois empreendimentos de grande porte: o Parque Anhanguera e o Aterro Sanitário Bandeirantes.

[...] a área que hoje constitui o Parque Anhanguera era uma coisa como uma espécie de compensação pela poluição e pelas lutas dos Queixadas, aquela coisa lá de trás, só que [...] nessa desapropriação a gente ganhou o parque e na mesma lei que desapropriou a área para construir o parque tinha um artigo que dizia: também parte da gleba A será utilizada para a construção de um aterro sanitário. Então a gente ganhou um presente bom que foi o parque Anhanguera, e de outro lado, o contrapeso que foi o lixão. *Paulo Rodrigues* (FASS, 2006).<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Os conflitos entre os empregados e os patrões, gerados a partir destas circunstâncias, fomentaram tentativas, por parte dos trabalhadores, de desapropriação da fábrica e introdução do sistema de cogestão operária (JESUS, s/d; SIQUEIRA, 2009).

<sup>93</sup> Conforme será mostrado no capítulo 3 desta tese.

<sup>94</sup> Depoimento de Paulo Rodrigues no documentário de FASS, 2006.



**Figura 29:** Áreas ocupadas pelo Parque Anhanguera, em verde; pelo aterro sanitário, em laranja; pelos remanescentes da fábrica, em amarelo.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016, sobre base *Google maps*.

Quando a empresa passou a comprar o clínquer de outra companhia, todos os maquinários relacionados à produção deste material tornaram-se obsoletos, começaram a ser desmontados e vendidos aos pedaços. Da mesma forma, os fornos 1, 2 e 3 foram sucateados. Há notícias de demolições também no núcleo fabril, como o caramanchão, demolido com o encerramento da fábrica.

Ao longo dos anos, a área que passou a ser objeto de estudo dos órgãos de preservação, tornou-se o centro de uma disputa, pelo direito de uso, entre grupos focados na desapropriação da fábrica e seus proprietários. Isso resultou em muitas demolições, conforme será tratado no capítulo 4. O restante do conjunto manteve-se, praticamente, vazio e em estado de abandono.



**Figura 30:** Instalações fabris e material rodante abandonados em Perus.

**Fonte:** Acervo da autora, 2009.

Em 1983, com a desativação das pedreiras e da ferrovia, os moradores das vilas de Cajamar receberam ordem de despejo. Há informações de demolições efetuadas, neste período, pelos proprietários da CBCPP. Porém, em Cajamar, as instalações deram origem ao município e, parte das residências de Água Fria e Vila Nova permaneceu como moradia de antigos trabalhadores ou de seus familiares. A “Pensão do Portland”, localizada em Água Fria, foi demolida, ainda em perfeitas condições de conservação, no final da década de 2000. Outros edifícios utilitários ou de uso coletivo foram transformados em moradia, tais como: o edifício do Grupo Escolar (a casa de pedra), em Água Fria e a antiga casa de força da Vila Nova. O Museu da Casa de Memória, filiado à prefeitura, foi instalado na antiga casa ocupada pelo supervisor das instalações de Cajamar. Segundo informações, obtidas na Casa de Memória, as casas, assim como o britador - que ficou inativo por algum tempo - passaram a ser propriedade do Grupo Votorantin, que mantém uma fábrica nas proximidades (KOIS, 2014).



**Figura 31:** Casa de pedra, utilizada como moradia.

**Fonte:** Acervo da autora, 2009.



**Figura 32:** Edifício da Pensão do Portland, em demolição.

**Fonte:** Acervo da autora, 2009.



**Figura 33:** Antiga casa de força, utilizada como residência.

**Fonte:** Acervo da autora, 2009.



**Figura 34:** Museu Casa da Memória, instalado na casa do antigo supervisor geral.

**Fonte:** Acervo da autora, 2010.

Em Gato Preto, embora já tivessem sido demolidas algumas instalações, como os fornos metálicos construídos na fase de modernização da produção, foi possível manter boa parte delas até a publicação das revisões de tombamento, conforme será mostrado nos capítulos deste trabalho. Os edifícios distribuídos além da Rodovia Anhanguera, foram parcialmente demolidos e outros abrigam famílias operárias vinculadas de alguma forma ao grupo Abdalla, seja devido ao trabalho nas antigas instalações da CBCPP, ou em outras empresas a ela vinculadas.

Após a crescente valorização imobiliária na área e depois da anulação dos níveis de proteção estadual no local, as casas operárias, casarão dos Beneduce, escola, oficinas, depósitos e escritórios foram demolidos. Antes das demolições, moradores das proximidades do forno, acreditando que as casas estavam em área de risco, foram convencidos, sem ordem de despejo, a deixar os imóveis, sendo transferidos para outro loteamento em terras da empresa (CAJAMAR, 2012).



Em 2013, a empresa Votorantim efetuou levantamentos sobre a situação das casas e das famílias residentes no núcleo fabril, constituído em Água Fria e em Vila Nova, propondo-se remover os moradores que ainda permaneciam no local. Como estes recusaram a proposta, deu-se início às discussões com os representantes da empresa e com a Secretaria Municipal da Habitação, com intenção de viabilizar soluções. Do outro lado da Rodovia Anhanguera, na outra extremidade do bairro de Gato Preto, as casas permanecem como moradia, mas há projetos para a remoção futura de todos os moradores (KOIS, 2014).

Com relação ao desmonte dos elementos vinculados especificamente ao funcionamento da EFPP, alguns foram demolidos e outros abandonados. Entroncamento, por exemplo, após a extinção do serviço de transporte de passageiros, na década de 1970, foi fechada e posteriormente demolida (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2011b).

As estações Mirim e Santa Fé <sup>95</sup> (RODRIGUES; GIESBRECHT, 2011a; RODRIGUES; GIESBRECHT, 2011d), assim como o “Casarão do M”, foram abandonados. O Doze foi reformado por uma moradora do bairro, já o espaço do Corredor tem sido utilizado pelo Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural - IFPPC - durante os trabalhos de recuperação das locomotivas e trilhos no local. Os trilhos de boa parte do percurso foram se embrenhando entre o mato e os novos edifícios que emergiram na cidade, como será mostrado no capítulo 4.

A CBCPP formou um imenso e relevante conjunto industrial distribuído em dois municípios paulistas. Tanto em Perus, quanto em Cajamar, as instalações alavancaram o desenvolvimento local e tornaram-se referências de suas gênesis. Entretanto, a trajetória da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus passou a ter relevância nacional na medida em que se tornou um importante exemplar de industrialização, como primeira fábrica de cimento do país a produzir cimento em ritmo industrial.

As peculiaridades de suas instalações fabris e estrada de ferro tiveram reconhecimento como patrimônio cultural e, não sem percalços e enfrentamentos, foram parcialmente tombadas. Os estudos para os tombamentos dos remanescentes mesclaram-se ao processo de desmonte da empresa que, naquele momento, encontrava-se imbuída em dívidas. Desta forma, vieram à superfície uma série de conflitos e ocorrências imanentes aos interesses envolvidos e à própria dinâmica das cidades, que impactaram na materialidade do conjunto e no direcionamento das seleções de elementos para inclusão ou exclusão dos processos de tombamento, conforme será discutido nos capítulos seguintes.

---

<sup>95</sup> Não localizamos os vestígios destas estações em nossas vistorias.



## **Capítulo 2**

---

As questões de natureza artística, afetiva e histórica nos processos de tombamentos e na dinâmica dos órgãos de preservação





## **Capítulo 2 - As questões de natureza artística, afetiva e histórica nos processos de tombamento e na dinâmica dos órgãos de preservação**

Este capítulo pretende mostrar de que forma, em processos marcados por tensões e conflitos, foram acatadas as solicitações de tombamento dos remanescentes da CBCPP em âmbito federal, estadual e municipal. Procura-se, ainda, investigar a relevância das questões de cunho artístico, afetivo e histórico, expressas pela atribuição de valores, durante o processo de reconhecimento do bem como patrimônio cultural.

Pretende-se analisar como ocorreram os julgamentos técnicos aos quais o objeto de estudo foi submetido nas esferas públicas, identificando os procedimentos adotados para o acatar ou rejeitar os remanescentes da CBCPP como bens culturais e os aspectos considerados relevantes para valorá-los. Buscou-se contextualizar as dinâmicas dos órgãos durante os períodos de desenvolvimento dos processos bem como as ocorrências que, possivelmente, interferiram nas formas de condução dos trabalhos.

Conforme observam Pontual et al. (2008), os procedimentos de identificação do patrimônio cultural, realizados em âmbito nacional ou internacional pelas instituições responsáveis pela sua salvaguarda, foram fortemente condicionados por iniciativas individuais e julgamentos subjetivos dos técnicos e, ainda, pelas conjunturas políticas e econômicas dos locais onde estão inseridos. A investigação dos autores apontou para a deficiência dos órgãos de preservação que, de forma geral, costumavam não esclarecer critérios e procedimentos para sustentar suas escolhas e justificar suas recusas. Os autores demonstraram a ausência tanto de metodologia para apreensão e leitura dos bens, quanto de articulação de tais avaliações com os conceitos e noções do patrimônio. Além da problemática referente aos procedimentos de análise, constataram-se ainda falhas nos planos de gestão, necessários para garantir a integridade e retenção da autenticidade de tais conjuntos.

O processo de valoração, como mostra Hessen (1967), inicia-se com a transformação de um objeto, de uma materialidade em “bem”. Pode-se dizer que tal ocorre a partir de pressupostos diversos, ligados ao caráter histórico e artístico, bem como às noções de integridade e autenticidade. Tal procedimento, como explica o filósofo, é uma prática que emana do pensamento das pessoas em relação às “coisas”, criando-se um novo entendimento sobre elas, que assim valoradas,

assumem nova posição aos olhos do observador e passam a ser designadas por “bens”. A significação está sempre relacionada ao sujeito e sua ligação íntima é sempre maior com ele do que com o objeto. Deste modo é resultante de uma vivência, uma experiência e há, portanto, um relativismo nas avaliações, porque o “valor é sempre valor para alguém” (HESSEN, 1967, p.54). Esse sentido dado aos objetos pelas pessoas é explicado por Lacerda (2012) a partir da compreensão preexistente da ordem cultural que elas formulam. Somando-se a tal procedimento, o bem pode tornar-se “cultural”<sup>96</sup>, no sentido moderno do termo, ou seja, a partir de seus significados artísticos, intelectuais ou antropológicos. Os conceitos expostos por Müller (1998) e observados por Viñas (2004), explicam a conversão de objetos em algo “cultural” em virtude de sua relevância para a sociedade e de sua interdependência dos indivíduos. Além da matéria, os bens constituem os próprios significados atribuídos e produzidos pelas pessoas (MÜLLER, 1998,<sup>97</sup> apud VIÑAS, 2004). Assim, esta conversão evoca o conceito antropológico da cultura, relaciona-se aos modos de vida de uma determinada comunidade e pode ser identificada pela arte, sistema social, hábitos, costumes e religião (LACERDA, 2012). Para o poeta modernista T. S. Eliot, citado por Kuper (2002) e Lacerda (2012), a cultura não apenas reúne estes aspectos, mas os torna interdependentes, pois a compreensão de um deles depende da compreensão de todos. Os valores culturais atribuídos aos bens são relativos, uma vez que variarão de acordo com cada contexto.

A expressão e a noção de “bem cultural”<sup>98</sup> discutidas e formuladas em Haia, levaram em consideração a sua importância para a formação do patrimônio cultural dos povos, tornando-se este o principal e efetivo fundamento para conservá-los ou expô-los. As contribuições da Convenção de Paris<sup>99</sup> para a formulação do conceito, tornaram-no mais amplo, ao apontar diversas categorias possíveis de reconhecimento, dentre as quais, a história da ciência e da tecnologia, que o

---

<sup>96</sup> O termo “cultura”, conforme Raymond Williams (2007), apresenta significado vasto e complexo devido à sua larga utilização em disciplinas intelectuais e sistemas de pensamentos diversos. Os seus sentidos modernos se desenvolveram no idioma inglês entre o fim do século XVIII e princípios do XIX, mas estavam relacionados com o desenvolvimento da palavra em outros idiomas, sobretudo, o alemão. Daí decorre o adjetivo “cultural”, que o autor supõe datar de 1870, e que se torna comum por volta da década de 1890. Consultar o verbete em: WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>97</sup> MÜLLER, Markus M. Cultural Heritage Protection: Legitimacy, Proprety and Functionalism. **International Journal of Cultural Property**, 1998, p. 395-495.

<sup>98</sup> Esta expressão começou a figurar a partir da Convenção da UNESCO, realizada em Haia, na Holanda, e publicada em 1954, que versava sobre a proteção dos bens culturais em caso de conflitos armados (UNESCO, 1954).

<sup>99</sup> Esta convenção discutia as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades de bens culturais (UNESCO, 1970).

estendia, inclusive, para os remanescentes industriais (UNESCO, 1970)<sup>100</sup>. A ampliação e a disseminação de tal entendimento foram alavancadas também com a definição de “significância cultural” que, conforme proposto na Carta de Burra, relaciona-se diretamente com o universo da conservação patrimonial, fundamental à retenção de seu sentido<sup>101</sup>. Segundo Castriota (2009), é neste contexto que emerge a ideia de “patrimônio cultural”. Quando compreendido pelo viés de tal expressão, o bem recupera o entendimento de “monumento” e relaciona-se com a noção de tempo, estabelecida no âmbito da modernidade, ao permitir maior reflexão sobre o passado e as tradições (GIDDENS, 1991). Choay (2001) explica a noção de “patrimônio” e o curso do pensamento ocidental sobre o tema a partir do século XVIII, ao explicitar a diferença entre “monumento” e “monumento histórico”<sup>102</sup>. No Brasil, a expressão teve um amplo sentido. Por “patrimônio cultural brasileiro”, conforme a Constituição Brasileira de 1988, entende-se:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] as formas de expressão; [...] os modos de criar, fazer e viver; [...] as criações científicas, artísticas e tecnológicas; [...] as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (BRASIL, 1988).

Quando a um bem é atribuído um sentido que ultrapassa suas características materiais, evocam-se seus valores simbólicos<sup>103</sup>. Conforme Arias (2002), a cultura só foi possível quando o homem foi capaz de simbolizar. A capacidade humana para a criação simbólica é o que o diferencia das outras espécies, constituindo-se como essência do pensamento humano. O símbolo, nesta conjuntura, pressupõe uma competência imaginária expressa por uma capacidade de ver as coisas “tais como

<sup>100</sup> De acordo com a Convenção, poderiam ser quaisquer bens que: “[...] por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência” (UNESCO, 1970).

<sup>101</sup> A Carta de Burra foi organizada no sentido de orientar a todos envolvidos na conservação de bens com “significado cultural”, incluindo os sítios naturais, indígenas e históricos. A definição é tratada no documento como sinônimo de “valor cultural” e de “significado patrimonial”, considerando-se, portanto, a importância histórica para as gerações passadas, atuais ou futuras, seja ela, estética, científica, social ou espiritual.

<sup>102</sup> O “monumento”, conforme a autora, está ligado ao sentido do termo em latim *monumentum*, derivado de *monere*, que significa lembrar, ou seja, faz lembrar alguma coisa (CHOAY, 2001, p. 18). Este sentido, conforme a autora, perdeu-se progressivamente e para as sociedades ocidentais assumiu significados ligados ao sentido do arqueológico, da grandeza, do colossal. Sobre as razões que alimentaram esta troca de significados, ver Choay (2001). Ainda sobre a diferenciação entre “histórico e artístico”, consultar Riegl (2014).

<sup>103</sup> Para Arias (2002), a criação simbólica possibilitou não só a construção da cultura, mas a construção do ser humano como tal. Nenhuma outra espécie tem capacidades culturais como as construídas pelos humanos que, graças à linguagem verbal e simbólica, têm sido capazes de aprender, transmitir, armazenar, processar e usar o aprendizado para planejar seu presente e futuro.

elas não são”<sup>104</sup>, criando-se um novo sentido para além de sua constituição física (LACERDA, 2012, p. 48). Os símbolos são fontes de informação externa utilizadas pelos humanos para compreensão e ordenação de seu entorno físico e social (ARIAS, 2002, p. 75). São construídos para representar e identificar os povos, diferencia-los dos demais e forma sua identidade cultural. Conforme o autor, os bens patrimoniais emergem carregados de simbolismos, na medida em que retribuem necessidades em termos de usos, conhecimento, rememoração, processo de criação e recriação da identidade coletiva, podendo dialogar diretamente com o seu meio social. Assim, o patrimônio, emerge no sentido que Arantes (1984) destacou, ou seja, como a materialização das abstrações representadas pelas identidades.

Estas variações pertinentes às representações assumidas pelo patrimônio são evidentes no caso estudado. O primeiro pedido de preservação dos remanescentes da CBCPP de que se têm notícia foi uma iniciativa junto ao Condephaat, em 1980, exclusivamente com intuito de preservar a EFPP dos riscos de sucateamento. Entretanto, ao longo dos estudos técnicos, o foco do tombamento estadual foi ampliado para a leitura do conjunto e impulsionou, em 1983, a abertura de outro processo na esfera federal, em decorrência da submissão dos bens ao governo federal, devido ao confisco. Posteriormente, em 1989, solicitou-se o tombamento na esfera municipal da cidade de São Paulo, com foco na fábrica e vilas operárias. Durante o andamento dos processos, observamos que eles ultrapassaram a condição de modelo ferroviário, inicialmente destacada na solicitação para preservação da estrada de ferro no âmbito estadual. Foram alçados à compreensão de conjunto fabril, com a inclusão da fábrica e das vilas no âmbito municipal, e também a símbolo de identidade, sobretudo, da luta e resistência operárias, passando a despertar a atenção de setores mais amplos da sociedade.

Observou-se, nesse ínterim, um paradoxo entre a adoção de alguns critérios de cunho artístico, afetivo e histórico, claramente identificados para fazer reconhecimento do conjunto como patrimônio cultural, e posturas despojadas de tais premissas. Estas contradições são discutidas a seguir nas análises sobre os procedimentos de julgamento e atribuição de valores aos bens, assim como, sobre as condições para torná-los patrimônio cultural. O método de apresentação das análises considera o momento em que os processos foram abertos e não a hierarquia dos órgãos responsáveis nas esferas (municipal, estadual e federal).

---

<sup>104</sup> O exemplo dado pela autora é a representação do crucifixo. O que é um crucifixo se não dois pedaços de madeira fixados em forma de cruz? Para o cristão, é um objeto ao qual ele aplica devoção e respeito, pois encarna a representação da morte de Cristo (LACERDA, 2012).

## 2.1. EFPP: carro-chefe do tombamento estadual

O tombamento do acervo da EFPP ocorreu em um momento de transição conceitual sobre patrimônio e de procedimentos metodológicos por parte do Conselho Estadual. O Condephaat constitui-se no final da década de 1960 para atuar no estado paulista com o propósito de subsidiar e descentralizar a crescente demanda do órgão federal de preservação, impossibilitado, já naquele momento, de manter com os recursos do governo federal a manutenção e conservação do patrimônio. A descentralização, como assinala Leite (2007), possibilitou atribuir valor a certos bens que pudessem ser significativos para os estados e municípios e sem relevância para o Sphan<sup>105</sup> e sua concepção de cultura e memória. Assim, as ações do órgão estadual vinculavam-se, inicialmente, às práticas conservadoras do órgão federal, voltadas à monumentalidade arquitetônica (MOTTA, 2000). A metodologia utilizada pelas equipes de trabalho, portanto, fundamentava-se na avaliação dos bens sob a ótica da arquitetura, ao ressaltar os valores referentes às técnicas construtivas, materiais e formas que davam concretude ao bem, para torná-los testemunhos da história e da cultura brasileira. Entre os anos de 1970 e 1987, as ações do Condephaat fundamentaram-se circunstancialmente, sem o esclarecimento de sua metodologia e adoção de critérios claros de valoração devido, sobretudo, à crescente valorização imobiliária ocorrida no estado (RODRIGUES, 2000). Ainda assim, é possível inferir alguns princípios centrais que justificam o acato à solicitação de tombamento da Perus-Pirapora e à direção estabelecida para conduzi-lo, embora, posteriormente o processo tenha se desviado dos objetivos iniciais. Tanto no texto da Resolução 05/1987 quanto na proposta de regulamentação desenvolvida em meados da década de 1990, quando já se consolidava uma fase do Conselho mais transparente em relação à adoção de seus critérios, é perceptível a alusão a conceitos centrais de preservação, discutidos em

---

<sup>105</sup> Cf. Fonseca (2005), o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recebeu várias denominações ao longo de sua existência: “A instituição federal encarregada da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi criada 1936, ainda em caráter experimental, com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1946, passou a se chamar Departamento (Dphan) e, em 1970, se transformou em Instituto (Iphan). Com a reforma institucional ocorrida no MEC em 1979, é criada a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que, com a criação da Secretaria de Cultura em 1981, converteu-se em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura em 1985 voltou a ser Secretaria, e foi extinta por decreto do governo Collor em 1990. Foi, então, criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, voltou a se chamar Iphan [...]” (FONSECA, 2005, p. 32).

âmbito mundial, bem como a preocupação com um caráter mais amplo do patrimônio, transcendente ao seu entendimento como modelo de ferrovia.

A Secretaria Estadual da Cultura e o Conselho a ela submetido eram compostos por membros da elite (DURHAM, 1984) e, desta forma, as decisões e seleções referentes ao patrimônio cultural seguiram seus valores culturais. Durante o processo de redemocratização, as classes populares começaram a se fazer ouvir contribuindo para que seus valores comesçassem a ser considerados nas escolhas do patrimônio (SILVA, 1992). Neste processo de alteração conceitual, o reconhecimento de representações de minorias fortaleceu-se. Conforme descreve Durham (1984), até aquele momento o que se via era um quadro de pouca importância dada a tais representações:

Raramente se preserva a história dos dominados. Tomando [...] como exemplo os movimentos operários pode-se verificar facilmente que toda a sua história de lutas passadas não conta com marcos físicos (monumentos, museus, exposições, comemorações) que facilitem sua perpetuação na memória popular (DURHAM, 1984, p. 33 e 34).

Esta mudança de paradigma favoreceu o reconhecimento dos valores ligados às classes operárias e, neste momento, começaram a tomar força em São Paulo os tombamentos estaduais parciais ou totais de conjuntos e complexos vinculados à indústria, que abarcavam componentes do cotidiano operário, tais como ferrovias, vilas operárias e núcleos fabris.<sup>106</sup> Embora havendo mudanças nos critérios de seleção e práticas de tombamento dos bens ao longo da existência do órgão de preservação, pode-se dizer que a diversidade de tombamentos de natureza industrial ou vinculados à memória operária no Condephaat mostrou-se mais representativa, em termos numéricos, pelos bens provenientes da ferrovia.<sup>107</sup>

<sup>106</sup> É o caso da própria Ferrovia da Perus-Pirapora, e também da abertura de estudos de tombamentos para a Destilaria Central em 1985, Vila Maria Zélia em 1985, Vila Carioba em 1984 e Indústrias Reunidas Matarazzo em 1986.

<sup>107</sup> Ao analisarmos os tombamentos do Conselho Estadual, listamos os bens que consideramos vinculados ao patrimônio industrial. A hegemonia da ferrovia nos tombamentos é evidente, sobretudo nas décadas de 1980 e 2010. **Década de 1970:** Mercado municipal de Santo Amaro; Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema; **Estação Ferroviária do Bananal;** Ruínas dos Erasmos; Ruínas do Engenho do Rio Quilombo; Pedreira desativada de Varvitos; Casa Alfândega. **Década de 1980:** Vila Economizadora; **Estação Ferroviária de Santa Rita do Passa Quatro;** Bolsa oficial do café; Usina hidrelétrica de Corumbataí; **Estação da Luz;** **Estação Barracão;** **Estação ferroviária de Guaratinguetá;** **Estação do Brás;** **Estação Ferroviária de Cachoeira Paulista;** Palácio das Indústrias; Casarão do Chá; Edifício da Fábrica São Luís; Matadouro da Vila Mariana; Complexo S.A. Indústrias Reunidas Matarazzo; **Conjunto de Edificações da Companhia Paulista Estrada de Ferro de Mayrink;** **Acervo Perus-Pirapora;** **Estação Ferroviária de Descalvado;** **Estação Ferroviária de Rio Claro;** Edifício Kaigai Kogyo Kaisha; **Vila Ferroviária de Paranapiacaba;** Mercado Municipal Paulistano; **Antiga Rotunda em Cruzeiro;** Destilaria Central. **Década de 1990:**

Durante os anos utilizados para concluir o tombamento estadual da Perus-Pirapora viram-se a incorporação de novos métodos de trabalho ao Condephaat e a emergência de temas diversos, tais como memória e lugar operários, identidade cultural, representações políticas, turismo, paisagem natural e cultural, movimentos e participações populares, revelando mudanças no caráter da ação do órgão.

Com os esforços para a incorporação dos novos conceitos às práticas de trabalho no órgão estadual, as escolhas do patrimônio e as políticas de preservação começaram, então, a assumir novas feições, influenciadas pelo aumento das demandas regionais, pelas lutas sociais e pelo próprio processo de redemocratização, fenômenos que tomavam força no país. Deu-se início a uma série de debates acerca dos novos conceitos que a Sociologia trazia para a definição de patrimônio e que já estavam em discussão no âmbito internacional. Abria-se, assim, o debate para a ampliação das práticas de tombamento no sentido de incluir bens pouco reconhecidos pelas instituições até aquele momento. Nesta reformulação, técnicos e conselheiros dispuseram-se a rever as dificuldades conceituais e administrativas do Conselho, referentes às políticas de preservação direcionadas à produção cultural em seu conjunto, fundamentando-se em critérios de identificação de bens, não necessariamente comprometidos com a história e padrões culturais das classes dominantes.<sup>108</sup> A “cultura popular”, na qual se inclui a “cultura operária”, passou a ser considerada neste processo de redefinição de diretrizes. Estimulavam-se a revisão dos procedimentos de atuação dos órgãos de preservação e a organização de seminários e cursos que contribuíssem para o aprofundamento destas questões.<sup>109</sup> O conceito de patrimônio passou a ser

---

Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena; Vila Maria Zélia; Indústrias Reunidas Matarazzo; Parque do povo. **Década 2000:** Estação Júlio Prestes; Cervejaria Paulista; Indústrias Têxteis São Martinho; Antiga Fábrica Santa Adélia; Estação de Bondes do Brás; Antiga Fábrica Swift Armour; Conjunto dos Grandes Moinhos Minetti Gamba. **Década 2010:** ETE Carlos de Campos; Complexo Gasômetro das Retortas; **Conjunto Estação Ferroviária de Jaraguá;** **Conjunto da Estação Ferroviária de Franco da Rocha;** **Conjunto da Estação Ferroviária Rio Grande da Serra;** **Conjunto da Estação Ferroviária Jundiaí;** **Conjunto Estação Ferroviária de Ribeirão Pires;** **Conjunto Ferroviário de Caieiras;** **Conjunto Ferroviário de Várzea Paulista;** **Complexo Ferroviário de Louveira;** **Conjunto Ferroviário de Perus;** Estação Elevatória de Esgotos; **Conjunto Ferroviário de Vinhedo;** **Conjunto da Estação Ferroviária de Piraju;** Complexo Industrial de Carioba; **Conjunto da Estação Ferroviária de Piratininga;** **Conjunto da Estação Ferroviária de Sumaré.**

<sup>108</sup> O seminário organizado pelos arquitetos do Condephaat, coordenado por Antonio Augusto Arantes, que culminou na publicação do livro *Produzindo o Passado – estratégia de construção do patrimônio cultural* e o documento intitulado “*Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat*”, ambos organizados em 1984, foram importantes para esta alteração nas formas de apreensão do conceito de patrimônio pelo Condephaat (RODRIGUES, 2000).

<sup>109</sup> Entre as iniciativas e propostas surgidas no período com este caráter, destaca-se o curso promovido em 1974 pela Universidade de São Paulo e pelo Ministério da Educação e Cultura, com a participação de Húgues Varine-Bohan, consultor em desenvolvimento comunitário, que contribuiu para abrir aos especialistas a possibilidade de admitir várias alternativas para definir o conceito de patrimônio como fato cultural (RODRIGUES, 2000). Os questionamentos e orientações de Varine-

absorvido no órgão estadual como um fato cultural, composto por três categorias de elementos: o meio ambiente, o conhecimento e tudo que tivesse sido fabricado pelo homem (RODRIGUES, 2000).

Os debates estabelecidos entre as décadas de 1970 e 1980 em âmbito nacional, somados às discussões que já se davam no âmbito internacional acerca do patrimônio, sobretudo a partir da Carta de Veneza de 1964, começavam a fomentar o deslocamento dos objetos da preservação do patrimônio, que passavam da noção de monumento histórico isolado para a sua integração com o entorno e inserção no planejamento urbano e territorial. Neste contexto, o patrimônio, assumia o sentido de conjunto material representativo da memória e identidade, que em termos de cidade se refletia na noção de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos.<sup>110</sup>

Este quadro de alteração dos entendimentos do conceito de patrimônio favoreceu a solicitação de tombamento da EFPP, que foi bem recebida no Conselho Estadual. Tal solicitação foi efetivada pela ABPF e alavancada pela possibilidade de licitação dos bens, devido à crise financeira e fiscal na qual a empresa estava inserida. A ameaça de destruição, sobretudo do acervo ferroviário, possibilitou a rápida e profunda alteração, ao tornar-se a principal razão para sua efetivação. Com a possibilidade de fechamento da fábrica, a ferrovia perderia sua função e ficaria na mira do comércio de sucata. Neste momento inicial, o tombamento foi entendido pelos solicitantes como uma medida de caráter urgente na tentativa de impedir qualquer intervenção, destruição, demolição, mutilação ou alteração do bem, práticas ocorridas devido à sua vulnerabilidade. Rodrigues (2000), ao fazer referência a Lucia Falkinberg,<sup>111</sup> explica que a postura do órgão ao atender as urgências referentes aos riscos de depredações eram tentativas de “coibir as destruições sucessivas que vinham dizimando o patrimônio cultural de São Paulo” (RODRIGUES, 2000, p. 30). É esta vulnerabilidade dos bens frente às ameaças de desaparecimento por meio de transformações, demolições, abandono ou destruições que costumam configurar, em geral, a propulsão das iniciativas de preservação.<sup>112</sup> Tal situação vai ao encontro do que explica Viñas (2004), ao

---

Bohan fizeram com que Lemos (2013) classificasse aquele ano como um “[...] um verdadeiro divisor de águas, com bem nítida separação entre pensamentos a respeito daquilo que hoje chamamos de *Patrimônio Cultural*, ou de *Patrimônio da Cultura Material* e aquilo que antigamente denominávamos de *Patrimônio Histórico e Artístico*” (LEMOS, 2013, s/p).

<sup>110</sup> Esta representatividade, no caso paulista, estimulou o reconhecimento e tombamento de conjuntos de moradias operárias como a Vila Economizadora, em 1980, e a Vila Maria Zélia, em 1985.

<sup>111</sup> Primeira presidente e uma das idealizadoras do Condephaat.

<sup>112</sup> Sobre ameaças que impulsionaram as primeiras ações em defesa do patrimônio francês, durante o século XVIII, ver Choay (2001).



considerá-la a característica comum a todos os objetos que foram ou serão objeto de proteção.

A expansão das grandes cidades brasileiras, ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980, e as alterações nos modos de produção industrial resultantes dos desmontes de complexos fabris se tornaram grandes ameaças ao patrimônio<sup>113</sup> e contribuíram para colocar as instalações industriais sob os olhares e atenções da sociedade civil. Por meio de campanhas de conscientização fundamentadas no direito à memória e à cidadania cultural, buscou-se alertar para o gradativo desaparecimento dos remanescentes industriais.<sup>114</sup>

A participação da ABPF na abertura e no andamento dos processos foi fundamental para a obtenção de resultados favoráveis aos tombamentos e preservação da EFPP e de outros bens da CBCPP. Suas indicações, argumentos e justificativas foram acatadas integralmente pelo Conselho Estadual. Esta ingerência advinda de uma associação de ordem não governamental sobre os processos de tombamento em nível estadual foi consequência da abertura do conselho à população para indicação de bens de seu interesse. De forma inovadora, o Condephaat se submeteu aos setores sociais nele não representados. Nesta conjuntura, o pedido de tombamento dos remanescentes da CBCPP se inseriu no rol de solicitações que começaram a surgir com argumentos referentes à memória de um grupo social ou à memória local e à importância de manutenção das condições ambientais, vinculados a um entendimento social sobre o patrimônio e sobre os direitos de cidadania (RODRIGUES, 2000).

Na solicitação, os valores evocados para a EFPP eram correlatos aos objetivos e interesses da ABPF, ou seja, vinculados à sua importância como ferrovia e voltados à preservação de seus elementos rodantes, sobretudo locomotivas. Evidenciavam, assim, o relativismo das valorações de acordo com as experiências dos sujeitos que

---

<sup>113</sup> Sobre as ameaças de destruição vinculadas ao processo de transformação das cidades, ver, por exemplo, Benjamin (1985) ao mencionar as obras que transformaram Paris e alteraram as relações entre a cidade e seus moradores. Ver também Lacerda (2012), que faz alusão às transformações em cidades brasileiras que “[...] em um silêncio significativo, [...] arrasou áreas antigas, portadoras de valores históricos, artísticos e culturais de diversas cidades brasileiras” (LACERDA, 2012, p. 52). Sobre as transformações de cidades brasileiras consultar Magaldi (1992) e Abreu (1998) que consideram a obsessão pelo moderno e pelo progresso a principal razão das reformas urbanísticas radicais que arrasaram muitas cidades e transformaram suas feições.

<sup>114</sup> São reflexos destes movimentos voltados à preservação e reutilização do patrimônio industrial, os movimentos locais que emergiram durante o andamento dos tombamentos da EFPP e expressaram o envolvimento da comunidade com a causa da preservação dos remanescentes da “Perus”, tais como: a 1ª Caminhada Ecológica pelos Trilhos da EF, em 1989; Movimento Pró Revitalização da E. F. Perus-Pirapora, lançado no evento da caminhada ecológica e o evento promovido no ano de 1989 pelo Centro Cultural Ajuá-Perus, que discutiu os problemas ambientais do bairro, dentre os quais, aqueles relacionados à EFPP e sua possível utilização turística (CONDEPHAAT, 1980).

as atribuem (HESSEN, 1967). Entretanto, ao longo do andamento do processo, com a incorporação de novos conceitos e métodos de trabalho pelo conselho, outras questões afloraram, e os propósitos iniciais do pedido de tombamento tomaram novas e maiores proporções. Não sem percalços, durante as definições da regulamentação do tombamento e de suas áreas envoltórias, o foco da proteção ampliou-se para a identificação de todo o conjunto fabril, mas sem que tal proposta conseguisse ser efetivada, uma vez que nem mesmo o trajeto da estrada de ferro obteve tombamento integral no âmbito estadual.

Ainda que as circunstâncias se abrissem para favorecer o reconhecimento do acervo da EFPP como bem cultural estadual, o processo de tombamento iniciado em 1980 tramitou lentamente e, embora prontamente acatado, não foi facilmente concluído. Entrou em ritmo claudicante logo após sua abertura devido às complicações judiciais e conflitos decorrentes dos diferentes interesses e anseios das partes envolvidas, conforme será discutido no próximo capítulo.

Contudo, o tombamento que abrangia acervo e instalações foi publicado no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1987 com amplas lacunas referentes às definições e delimitações, mas com ênfase na intenção de preservar o conjunto ferroviário em sua totalidade, considerando-o:

[...] **bem cultural de interesse histórico**, o acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, incluindo material rodante e instalações (linha férrea, oficinas e equipamentos de apoio, bem como outras instalações), o **último remanescente** em nosso país de um **conjunto completo** de ferrovia em bitola estreita, **testemunho dinâmico** nos dias de hoje do desenvolvimento industrial e suas consequências para o Estado (CONDEPHAAT, RESOLUÇÃO Nº 5, 19/01/1987, *grifo nosso*).

A inclusão da ferrovia EFPP no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico mostrou uma inovação e exceção às formas de inserção nos livros. Percebe-se que, excluindo-se o acervo da EFPP e a Antiga Pedreira de Varvitos em Itu,<sup>115</sup> a concentração de tombamentos de bens de natureza industrial concretizados pela esfera estadual deu-se pelo Livro do Tombo Histórico, e revelou a persistência de dificuldades e resistência para acatar o tombamento dos remanescentes industriais sob ótica cultural e territorial. No caso da estrada de ferro, o processo fundamentou-se em seu interesse histórico, sua excepcionalidade e autenticidade,

---

<sup>115</sup> SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO. **Resolução de 18 de março de 1969**. Resolução de tombamento da Pedreira de Varvitos, no Município da Comarca de Itu.

devido à diversificada formação do acervo com peças adquiridas de distintas estradas de ferro, inclusive estrangeiras. O Condephaat acatou a solicitação e efetivou o tombamento estadual tendo em vista a integridade do conjunto, a sua condição de “única do gênero”, decorrente da alegação da ausência de outro exemplar idêntico em território nacional e, sobretudo, sob a ameaça da iminente perda decorrente do encerramento das atividades da empresa e das possibilidades de sucateamento do seu acervo.

O *valor histórico* atribuído à EFPP é coerente com a concepção formulada por Riegl (2014). Para este, tal valor resulta “do fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana” (RIEGL, 2014, p. 55) e, desta forma, vincular-se à criação original, sendo considerado o mais abrangente dos valores e, por esta razão, coloca-se sempre em primeiro plano. O valor histórico<sup>116</sup> na concepção do autor é, portanto, “tudo o que foi e não é mais nos dias de hoje” (RIEGL, 2014, p. 32). Neste sentido, a EFPP, construída de acordo com os interesses da indústria,<sup>117</sup> foi considerada um modelo do que haviam sido as pequenas ferrovias difundidas no país durante o período de expansão da malha ferroviária. De acordo com Matos (1974), este modelo foi típico de uma época e sua concepção moldava-se de acordo com necessidades momentâneas. Seus trilhos direcionavam-se “à cata” da mercadoria a ser transportada, seus trajetos eram modificados, abriam-se novos e pequenos ramais de acordo com as urgências. Os planos eram montados sobre os objetivos imediatos sem perspectivas mais amplas da exploração da fonte de renda disponível naquele determinado momento. Embora seus objetivos específicos não estivessem ligados à agricultura, a EFPP foi entendida como um representante do momento de multiplicação de ramais e pequenas ferrovias, as “cata-café”, “puxa-cana” etc., ocorrido a partir das diversas concessões feitas no período de intensa expansão da malha ferroviária (MATOS, 1974, apud CONDEPHAAT, 1980, p. 5). Neste caso, o órgão estadual considerou significativo o fato de ligar uma grande ferrovia à primeira fábrica de cimento do

---

<sup>116</sup> A relação do objeto com o passado, que resulta na atribuição de valor histórico, é também explicada por outros autores. Segundo Lacerda (2012), o valor histórico está diretamente relacionado com o passado culturalmente construído, e esta construção confere aos monumentos, conjuntos urbanos e partes significativas da cidade a condição de patrimônio no sentido de herança e memória social. Ao fazer a relação entre o passado - que é culturalmente construído - e o valor histórico, Lacerda conclui que este último emerge impregnado de valor cultural, na medida em que atua no reforço da identidade cultural. Baseada no *Dictionnaire de l'urbanisme e de l'aménagement* (1988) organizado por Françoise Choay e Pierre Merlin, a autora mostra que foram Ruskin e William Morris, na Inglaterra e Camillo Sitte na Áustria, os primeiros a reconhecer a questão da historicidade do patrimônio no tecido urbano.

<sup>117</sup> Ver capítulo 1 desta pesquisa.

país, e o desenvolvimento industrial em um subúrbio paulistano no momento de conquista da hinterlândia (CONDEPHAAT, 1980).

Outro aspecto destacado pelos solicitantes foi o fato de a preservação da EFPP contribuir indiretamente para com a preservação de formas de *manutenção artesanal* destes tipos de ferrovia. Tal pensamento encontra respaldo na valorização e apreciação da qualidade dos processos de feitura das coisas como justificativa para a importância da cultura material (SENNET, 2009). Segundo o autor, é por meio do conhecimento sobre as coisas que se produz ou sobre como as coisas são feitas que as pessoas podem aprender sobre si mesmas, estimulando o pensamento. A transmissão de tais práticas tornar-se-ia mais facilmente possível com o tombamento da ferrovia, indo ao encontro da própria noção de *patrimônio*, que conforme a etimologia da palavra refere-se à herança, à transferência<sup>118</sup>. Neste caso, do saber; e também à segunda categoria implícita no conceito de *fato cultural*, o conhecimento.

A valoração da EFPP pela sua excepcionalidade decorre de seu entendimento como *exceção*. Conforme a definição da palavra, o excepcional está relacionado àquilo que não é comum, ao diferente, ao que é raro ou àquilo que ocorre além dos limites frequentemente estabelecidos ou, ainda, algo que se destaca dos demais<sup>119</sup>. Esta transformação do conjunto ferroviário em algo excepcional foi consequência do encerramento do “ciclo ferroviário”. Neste momento, quando as ferrovias foram parcialmente substituídas pelas rodovias, de forma geral, apenas seus troncos principais resistiram, enquanto as linhas menores tornaram-se obsoletas e um obstáculo físico ao desenvolvimento de regiões. Tal obsolescência justificou a supressão de muitos ramais ferroviários<sup>120</sup> (MATOS, 1974 apud CONDEPHAAT,

---

<sup>118</sup> Conforme explica Lacerda (2012), quando os bens são adjetivados como patrimoniais significa que foram herdados. A palavra “patrimônio”, vinda do latim *patrimonium*, refere-se, conforme a lei, aos bens deixados pelos pais aos filhos.

<sup>119</sup> Nas Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial, o caráter excepcional significa que, comparado ao patrimônio geral, o bem se insere em uma categoria de “representativo do melhor” e é sua qualidade que irá destacá-lo dos demais. A Unesco utiliza-se, com frequência, da excepcionalidade dos bens para inseri-los na Lista do Patrimônio Mundial por meio da atribuição do valor universal excepcional. Este é considerado um requisito primordial para este fim (UNESCO, 2013). Pedrosa (2011) mostra que o encontro de Patrimônio Mundial ocorrido em Amsterdã, (Global Strategy Natural and Cultural Expert Meeting, ICOMOS, 2008) trouxe maior clareza para a interpretação do conceito ao definir que o *valor universal excepcional* do patrimônio cultural e natural deve ser interpretado como “uma resposta excepcional às questões de natureza universal que são comuns ou dirigidas a todas as culturas humanas” (PEDROSA, 2011, p. 46). Entretanto, para Jokilehto (2006a), o patrimônio em si é resultado de um processo criativo humano e as questões e temas que o circundam é que são de natureza universal e comum a toda humanidade (JOKILEHTO, 2006a).

<sup>120</sup> Como exemplo desta situação o autor mostra que “só no estado de São Paulo quase mil quilômetros foram suprimidos, abrangendo vinte e sete trechos de pequenas estradas ou de ramais de grandes empresas” (MATOS, 1974, apud CONDEPHAAT, 1980, p. 6). Cf. MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias**. Alfa Ômega, 1974

1980). No caso específico da EFPP, o desuso da bitola de 60 cm resultou na interrupção da fabricação de material rodante para este tipo de estrada e no fechamento de muitas ferrovias que utilizavam essa bitola. Tal fato permitiu aos proprietários o abastecimento da estrada com material de segunda mão em bom estado de conservação, formando um acervo variado com relação aos tipos, origens e épocas das peças. Havia máquinas e vagões adquiridos de estradas de ferro grandes que operavam em mais de uma bitola como, por exemplo, a Cia. Paulista de Estrada de Ferro;<sup>121</sup> de ferrovias de porte médio como a Estrada de Ferro de Dourado; de ramais agrícolas como os da Fazenda Dumont, de usinas açucareiras como a Usina Monte Alegre<sup>122</sup>; de indústrias como a Empresa Cerâmica São-Carlense e de ferrovias suburbanas como a Tramway da Cantareira. Quanto aos fabricantes, havia peças de procedência diversas: francesas, alemãs, inglesas, canadenses e brasileiras com datas de fabricação entre 1891 e 1945. Esta diversidade do acervo, aliada ao traçado peculiar da estrada, foram características que justificaram a atribuição de valor histórico e de excepcionalidade da estrada de ferro, que passou a ser considerada, conforme afirmações dos solicitantes, a “[...] única remanescente das estradas de ferro econômicas [...] a mais variada coleção de locomotivas que se possa imaginar”<sup>123</sup> (CONDEPHAAT, 1980, p. 7). Conforme as arquitetas do Condephaat, Maria Cristina Wolff de Carvalho e Silvia Ferreira Santos Wolff, à EFPP atribuía-se valor ainda por ser um “representante de um momento da engenharia ferroviária, que estabelecia um traçado ‘preguiçoso’, a fim de não enfrentar acidentes geográficos [...]” (CONDEPHAAT, 1980, p. 121).

O valor histórico e de excepcionalidade da EFPP foram evocados pelos solicitantes e acatados pelo conselho, com base na hipótese de ser ela o “último remanescente em nosso país de um conjunto completo de ferrovia em bitola estreita” (CONDEPHAAT, 1980, p.456), “verdadeiro mostroário [...] coletora natural do restante das antigas ferrovias desativadas” (CONDEPHAAT, 1980, p. 188); “único

---

<sup>121</sup> Inaugurada em 1872 esta ferrovia operava com 3 bitolas: 1,60m; 1,00m e 0,60m. Conforme: SITE VFCO. Centro-oeste – ferreomodelismo, trens e ferrovias do Brasil. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>122</sup> A Estação de Dourado foi inaugurada no final do ano de 1900 com sua linha férrea com bitola de 60 cm, e desativada em 1933. A Estrada de Ferro Dumont foi suprimida na década de 1940 e, restaram apenas três de suas quatro locomotivas, das quais uma foi para Gato Preto, em Cajamar. A moagem da Fazenda Monte Alegre começou a operar em 1887 e um dos trechos de seus ramais operava com bitola de 60 cm. Conforme: GIESBRECHT, Ralph M. Website Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>123</sup> De acordo com os mesmos documentos apresentados pelos solicitantes, a EFPP era um exemplar raro no país, mas havia registro da existência de outra similar: “[...] a única remanescente do seu tipo no país, à exceção apenas de um trecho da antiga Rede Mineira de Viação, com sede em São João del Rey, MG, hoje incorporada à Rede Ferroviária Federal S.A.” (CONDEPHAAT, 1980, p. 5).

e, portanto, riquíssimo acervo” (CONDEPHAAT, 1980, p. 579), entre outros apontamentos semelhantes.

A excepcionalidade trouxe à superfície, de forma indireta, a questão do valor devido à *autenticidade* do acervo. Evocada por um sentido mais restrito da palavra<sup>124</sup>, ou seja, o genuíno, o legítimo, aquele que não é falso, a autenticidade das peças foi compreendida devido à sua procedência, data de fabricação e materiais, e apontada como aspecto relevante a reforçar seu valor de excepcionalidade.

O caminho indicado para tentar conseguir a salvaguarda do conjunto ferroviário foi trilhado por sua utilização com fins turísticos, uma indicação dos solicitantes, fácil e rapidamente acatada pelo Conselho já no início dos estudos para tombamento. A circunstância favorável a tal utilização deu-se devido à continuidade da implantação de projetos com estes fins, já em desenvolvimento em âmbito nacional, que vinham se solidificando no país. Paralelamente às alterações e revisões conceituais, o patrimônio assumia também o sentido de componente da indústria cultural com grande potencial para o desenvolvimento do lazer e do turismo. A criação do órgão estadual havia sido formulada quando emergiam iniciativas governamentais ligadas ao crescimento do mercado cultural brasileiro, tais como as organizações e eventos voltados às atividades educacionais e culturais sob a égide do Estado<sup>125</sup>. Herdavam-se as práticas do órgão federal de associar o patrimônio ao desenvolvimento econômico e social, o turismo colocava-se como a chave desta associação. Seguindo esta política, no âmbito nacional, foram criadas pelo governo nos anos 1960 instituições para atuar nessa linha<sup>126</sup>. Na esfera internacional, as discussões geradas durante a *Reunião Sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios Históricos e Artísticos*, ocorrida em Quito em 1967, foram as grandes incentivadoras dessas ideias e das vantagens que elas possibilitariam, sobretudo, as financeiras. Assim, crescia a tendência de tentar viabilizar a preservação e a conservação do patrimônio por meio de atividades relacionadas ao lazer, à cultura,

---

<sup>124</sup> A noção de autenticidade abrange outros aspectos além de originalidade, genuinidade. É um conceito complexo no que se refere à sua definição e operacionalização (ZANCHETTI et al., 2008). Para Lira (2009), a autenticidade está ligada tanto à dimensão material, quanto à imaterial e pode ser utilizada de diferentes maneiras, a depender da área em que se está aplicando o conceito. “[...] A autenticidade é um elemento essencial para se reconhecer o significado cultural, e pode estar expressa nos materiais construtivos, na memória das pessoas e nas tradições intangíveis mantidas do passado” (PONTUAL et al., 2008, p. 11).

<sup>125</sup> Entre 1967 e 1970 foram organizados, por exemplo, a Fundação Padre Anchieta que promovia atividades educacionais e culturais pelo rádio e televisão; o Festival de Campos do Jordão; o Museu da Imagem e do Som (MIS); o Museu da Arte Sacra; a Casa Bandeirista e o Paço das Artes. O apoio à cultura pelo Estado foi oficializado pelo Artigo 180 da Constituição Federal de 1967 (RODRIGUES, 2000, p. 28).

<sup>126</sup> É o caso da criação do Conselho Nacional de Turismo, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Sistema Nacional de Turismo (RODRIGUES, 2000).

ao turismo e de desenvolver no país um campo que se encontrava aberto para tais proposições. Entendia-se que esta seria uma saída para transformar bens tombados em algo favorável ao desenvolvimento, tentando afastá-los da ideia que os associava ao congelamento de vestígios do passado. O esforço centrava-se nas tentativas de junção de forças e interesses comuns por meio de parcerias entre os setores públicos e privados.

Junto a essas iniciativas e à apreensão do patrimônio como fato cultural, o Condephaat passava a admitir, de forma pioneira em São Paulo, o desdobramento do conceito e do reconhecimento do patrimônio natural<sup>127</sup> como parte do patrimônio cultural. Abria, assim, maiores possibilidades para o reconhecimento da EFPP e dos elementos de seu entorno, naturais ou construídos, reforçando, inclusive, o potencial turístico local. A localização das instalações da CBCPP no cinturão metropolitano de São Paulo favorecia o interesse em preservar o local devido a uma tendência desenvolvida na época de valorizar áreas livres e verdes ao redor da cidade de São Paulo. A importância de introduzir e preservar elementos naturais nos espaços urbanos de forma equilibrada, associada à necessidade de manter na metrópole áreas voltadas ao lazer e ao turismo se davam como medidas para amenizar os efeitos do crescimento urbano sobre a cidade e seus habitantes. As palestras proferidas no ano de 1975, em São Paulo, pelo arquiteto paisagista norte-americano Garret Eckbo<sup>128</sup> contribuíram para ressaltar tais necessidades. Referindo-se especialmente à região metropolitana de São Paulo, Garret reforçava a vocação turística da região ao ver:

[...] nos espaços livres que ainda restam na periferia, onde estão os mananciais, os reservatórios, as colinas e florestas, apesar de tão próximos à cidade (cerca de 20km) [...] um potencial para um sistema regional de áreas livres, que iria equilibrar a concentração de edifícios da cidade e fornecer áreas de recreação nos fins de semana e feriados, bem como permitir uma interação com a natureza que a maior parte dos habitantes nunca experimentou [...] (ECKBO, 2008, p. 45).

---

<sup>127</sup> Surgiram durante as discussões fomentadas na Convenção de Paris, de 1972 o conceito de patrimônio natural e o conceito de lugares notáveis, que consideram as obras humanas ou aquelas conjugadas do homem e da natureza, as quais explicam a vinculação entre eles. A convenção considerou patrimônio natural: os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formação de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas, as zonas estritamente delimitadas que constituem o habitat de espécies ameaçadas animais e vegetais de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; e os sítios naturais ou áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

<sup>128</sup> Garret Eckbo expunha uma hipótese de que nas culturas latinas a conscientização da natureza como elemento fundamental à qualidade de vida das cidades seria menor do que nas chamadas culturas anglo-saxônicas (ECKBO, 2008).

O tombamento destas áreas configurava uma tentativa para a sua preservação<sup>129</sup> e a presença de elementos vivos da natureza tais como hidrografia, relevo e vegetação, conferiam e reafirmavam as possibilidades de utilização turística do local (YÁZIGI, 2002). O potencial turístico do conjunto e seu aspecto pitoresco foram diversas vezes mencionados no processo de tombamento. Os pareceres das arquitetas Silvia Wolff e Maria Cristina Wolff mostram, por exemplo, tal potencialidade associada aos atrativos e à localização da área:

[...] a linha é muito característica assim como as locomotivas à vapor e vagões cujas mecânica e pequenas dimensões por sua vez impostas pela bitola diminuta implicava um desenho peculiar dos componentes. As qualidades [...] descritas somam-se a qualidade paisagística da região, facilidade de acesso a partir de São Paulo por rodovia ou ferrovia e a vizinhança com o Parque Anhanguera o que cria condições ideais, para um projeto de utilização em que seriam beneficiados não apenas os imediatamente interessados em preservação ferroviária, mas a população em geral (CONDEPHAAT, 1980, p. 121).

A manifestação do prefeito de Cajamar reforçava as tendências locais e apontava a área como “um dos mais bonitos recantos para futuras promoções turísticas” (CONDEPHAAT, 1980, p. 185). O conselheiro do Condephaat Mário Savelli<sup>130</sup>, considerou o tombamento dos remanescentes uma oportunidade para preservar um rico e concentrado acervo, com características singulares e com propensões a estas utilizações pronunciadas pela somatória do:

[...] pitoresco da região onde se desenvolve o traçado, a facilidade de acesso, a partir de São Paulo, por rodovia ou ferrovia e a vizinhança com o Parque Anhanguera, gerando condição *mui* propícia a um amplo projeto de natureza cultural e de lazer que transcende ao, já fascinante, de reminiscência dos primórdios da indústria e da tecnologia paulista que a ferrovia apresenta [...] (CONDEPHAAT 1980, p. 190).

---

<sup>129</sup> Para o Eduardo Yázigi, o ideal seria que a preservação destas áreas evitasse tombamentos, pois estes dificultariam ações de manejos, quando necessárias. Entretanto, o abuso advindo dos interesses do capital acabou por reforçar a necessidade de efetivação desses processos como ação preventiva (YÁZIGI, 2002).

<sup>130</sup> Mario Savelli, engenheiro civil e autor de alguns trabalhos ligados à história da energia elétrica no Brasil.



A presença no local de bens ligados ao patrimônio cultural e natural passou a deslocar o olhar do conselho estadual para o conjunto de instalações da CBCPP e seu entorno, sob a ótica da paisagem cultural<sup>131</sup>. Esta foi uma maneira inovadora e ampla de compreender o patrimônio, entendida pela Unesco como um “conceito fundamental para enfrentar os desafios da preservação no mundo moderno” (ALMEIDA, 2007, não paginado), noção intrínseca ao conceito de paisagem cultural, às ideias de pertencimento, significação, valoração e à identificação das singularidades do lugar (RIBEIRO, 2007). Assim, a paisagem cultural se configura pela:

[...] ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente (ALMEIDA, 2007, não paginado).

Na proposta de regulamentação do tombamento enalteceu-se, a partir desta visão, a ferrovia como um elemento da paisagem, portadora de uma:

[...] enorme beleza cênica, como o corte em toda a rocha na altura da Rod. Anhanguera, as extensas várzeas que a linha férrea acompanha, limitadas pelo relevo movimentado de morros e morrotes cobertos por vegetação arbórea (CONDEPHAAT 1980, p. 449).

---

<sup>131</sup> O entendimento do patrimônio como paisagem cultural deu-se a partir da percepção de que as categorias de patrimônio cultural e patrimônio natural, elaboradas de forma a terem um sentido delimitado e antagônico, não abarcavam o reconhecimento de bens de caráter misto que poderiam estar inscritos nas duas categorias. O geógrafo Aziz Ab’Saber definiu o termo, ao aproximá-lo do que se entende por patrimônio: “A paisagem é sempre uma herança. [...] ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB’SABER, 1977, apud SANDEVILLE JUNIOR, 2005, p.49). Cf. AB’SABER, Aziz. Potencialidades paisagísticas brasileiras. **Boletim Geomorfologia**. São Paulo: Inst. De Geografia da USP, nº55, 1977. Em 1992, em complementação à Convenção de 1972, a Unesco adotou a paisagem cultural como um conceito e categoria para incluir bens na Lista do patrimônio mundial. As paisagens culturais deveriam ser selecionadas com base em seu valor excepcional universal e na representatividade em termos de uma região geocultural e sua capacidade de ilustrar diferentes elementos culturais desta região (RIBEIRO, 2007). No Brasil, o interesse na preservação da paisagem como um bem patrimonial já existia desde a gênese da institucionalização da preservação do patrimônio em 1937, com a criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A partir da publicação da Portaria 127/09, a Paisagem Cultural Brasileira foi definida, e passou a ser entendida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”, sendo chancelada pelo Iphan (IPHAN, 2009).



**Figura 35:** Corte na rocha para passagem da EFPP, em 2016.

**Fonte:** Acervo Custódio Oliveira.

Esta mudança na forma de compreensão dos remanescentes - não mais como modelo de ferrovia, e sim como parte da paisagem - propiciou a ampliação da análise no sentido de incluir no tombamento estadual proteção a outros elementos igualmente significativos, tais como as construções do núcleo fabril. Isso ocorreu porque o entendimento do bem, enquanto paisagem, abarca outras importantes representações a serem consideradas. Para Donald W. Meinig (2003), estas estão presentes:

[...] nos significados e nas associações que cada um faz ao observar uma paisagem. [...] qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes (MEINIG, 2003, p. 35).

A definição do autor<sup>132</sup> mostra que a paisagem se integra à memória, uma vez que produz lembranças, relaciona-se com a mente e, assim como os outros valores,

---

<sup>132</sup> As definições formuladas pelo autor foram publicadas pela primeira vez em 1976 na obra *O olho que observa: dez versões da mesma cena*. Nesta obra o autor oferece dez pontos de vista pelos quais a paisagem pode ser compreendida: como natureza; como habitat; como artefato; como sistema; como problema; como riqueza; como ideologia; como história; como lugar; como estética. Devido à complexidade do tópico, os pontos de vista, dados pelo autor, não esgotam as possibilidades de interpretação da paisagem. A paisagem, conclui Meinig (2003), é “um espelho importante que pode nos dizer muito sobre os valores que nós temos” (MEINIG, 2003, p. 45).

com o valor cognitivo do bem<sup>133</sup>; desta forma, aumenta significativamente os elementos relevantes para a representação do patrimônio, enquanto paisagem e ponto turístico.

Meneses explica que paisagem e turismo se relacionam pela forma como um promove o outro, ou seja, a paisagem tornou-se “um dos motores fundamentais do turismo” (MENESES, 2002, p. 53). Seguindo este raciocínio, observou-se que após o início dos estudos de tombamento da EFPP, abriu-se um período de proposições que buscavam a utilização do acervo de forma sustentável e economicamente viável. Houve, imediatamente, interesse da Paulistur, empresa de turismo da Prefeitura de São Paulo, em incluir o acervo da EFPP em projetos de cunho artístico e turístico em parceria com o Condephaat. Porém, as complicações relacionadas à propriedade do acervo devido ao confisco pelo governo federal impediram qualquer avanço nesse sentido. Esta ideia foi retomada em 1989 com os novos estudos para definição da regulamentação do tombamento, de sua área envoltória e dos critérios de uso e ocupação; no entanto, novamente não foi possível colocá-la em prática.

Durante as negociações com o conselho, os proprietários apresentaram uma proposta voltada ao desenvolvimento turístico integrado ao Parque Anhanguera, que acabou por não se concretizar. Tal proposição foi elaborada com base na defesa da autossustentabilidade, na parceria com a prefeitura e o governo do Estado, e na criação da Fundação Dr. João Abdalla<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> O reconhecimento dos valores histórico, artístico, cultural e simbólico do bem patrimonial implica também em seu reconhecimento como suporte narrativo de sua história e, portanto, isso significa que ele é portador de valor cognitivo. A etimologia da palavra “cognição” está relacionada à aquisição de um conhecimento, uma compreensão. O valor cognitivo, portanto, confere ao bem a capacidade de fazer entender sua época, seus valores e significados para os habitantes. Ruskin, por exemplo, aponta a Arquitetura como maior “vencedor do esquecimento dos homens” (RUSKIN, 2008, p. 54), pois ela está carregada de valor cognitivo: “[...] quantas páginas de registros duvidosos não poderíamos nós dispensar, em troca de algumas pedras empilhadas umas sobre as outras! [...] é bom ter ao alcance não apenas o que os homens pensaram e sentiram, mas o que suas mãos manusearam, e sua força forjou, e seus olhos contemplaram, durante todos os dias de suas vidas” (RUSKIN, 2008, p. 54 e 55).

<sup>134</sup> O projeto estabelecia pontos de comércio no Parque Anhanguera, ligados à ferrovia, cujos proventos seriam incorporados e geridos pela Fundação. A operação da ferrovia ficaria a cargo da ABPF. A proposta condicionava a implantação do projeto à “liberação pelo CONDEPHAAT do uso da área envoltória da EFPP, reservada uma faixa de domínio adequada à operação ferroviária”. O projeto seria executado em três etapas: I. Operação da via férrea desde o ponto inicial em Perus até o limite final do Parque Anhanguera; para tanto se propunha a recuperação de 3 locomotivas, 15 vagões e da via permanente inserida nesse trecho, além da adaptação de 12 vagões para o transporte de passageiros e a construção das estações de Perus, do Parque e das instalações de apoio. II. Recuperação das oficinas de Gato Preto e instalação de um museu; III. Recuperação da via férrea desde o limite final do Parque Anhanguera até Gato Preto. Sobre a avaliação do acervo, a proposta considerava como recuperáveis a via permanente, 10 locomotivas que se encontravam operando, quando da desativação, as que compunham a chamada “Fila da Morte”, vagões, fornos e as oficinas. Algumas construções, assim como máquinas e ferramentas usadas nas oficinas são consideradas irre recuperáveis, propondo-se sua substituição (CONDEPHAAT, 1980, p. 548).

A ideia de incorporar o acervo ao Parque Anhanguera foi indicada pela ABPF, pois, naquele momento, o parque estava em fase de implantação pela Prefeitura e a utilização do acervo comporia um projeto mais amplo<sup>135</sup> e permitiria a preservação do bem em seu local de inserção. Tais preocupações revelam o aparelhamento das ideias dos solicitantes com as teorias da preservação que visavam, quando possível, priorizar tal situação<sup>136</sup>, para favorecer a preservação de sua integridade e evitar dispersões e dissoluções do conjunto.

Sem sucesso, a equipe de *áreas naturais* do Condephaat elaborou um minucioso trabalho em busca da definição de um tombamento que considerasse a amplitude do conceito de paisagem e abrisse horizontes para o desenvolvimento do turismo no local. A área deveria ser tratada não a partir de um bem isolado, sem uso e em precário estado de conservação, mas sim a partir da perspectiva de uso futuro de um material único e rico com grande potencial para este fim.

Desde a abertura do processo, quando o foco do tombamento estava voltado apenas ao acervo da EFPP e suas instalações adjacentes, a condição de integridade<sup>137</sup> do conjunto ferroviário foi apontada pelos solicitantes como reforço aos valores, ampliando, inclusive, seu valor cultural, ao considerá-lo:

[...] um conjunto completo, em funcionamento normal e integral, o que lhe atribui um valor cultural mais amplo que o de uma amostragem histórica composta por objetos, ainda que muito completa, visto que no presente caso sobrevive com ela uma tradição de uso e manutenção artesanal já que quase morta pelo progresso da tecnologia (CONDEPHAAT, 1980, p. 4).

---

<sup>135</sup> A ideia pretendia abarcar usos simultâneos entre as atividades industriais, ainda em vigor, e as atividades culturais com a criação de um Museu Ferroviário e uso didático das instalações e tinha sido concebida para permitir, concomitantemente, o transporte de visitantes do parque e o transporte de carga, fazendo-se os ajustes necessários. Considerando a iminência da paralisação da fábrica devido aos conflitos e confiscos aplicados aos bens da CBCPP, a ABPF considerou a hipótese de formação de parcerias com empresas particulares ou governamentais que pudessem assumir o acervo. Indicaram a EMBRATUR como possível parceira, a exemplo do trabalho de desenvolvimento turístico que esta empresa já realizava em Campos do Jordão.

<sup>136</sup> Ver Carta de Veneza, 1964, onde há a advertência para a compreensão de um bem cultural como conjunto, inserido em seu ambiente gênese. O bem considerado “inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa” é a premissa do 7º artigo da Carta de Veneza, na qual ainda há a referência à tolerância do deslocamento de todo ou de parte do monumento quando a sua salvaguarda assim o exigir.

<sup>137</sup> Menção à relevância da integridade na valoração de monumentos havia sido feita já na Carta de Veneza: “[...] os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação” (ICOMOS, 1964).

A integridade do conjunto da EFPP esteve, no processo de tombamento estadual, diretamente relacionada aos valores a ele aplicáveis. Notaram-se, no decorrer do processo, expressões que realçavam tal condição como instrumento favorável ao reconhecimento do valor histórico e de sua excepcionalidade, tais como: “amostragem histórica [...] muito completa [...] conjunto completo (CONDEPHAAT, 1980, p. 4); “a mais variada coleção de locomotivas que possa imaginar [...] amostragem completa e variada (CONDEPHAAT, 1980, p. 7).

Essa relação entre valores e condição de integridade já era explicada por Riegl (2014). O autor propôs um estudo para valoração de um monumento, partindo de tal correlação:

[...] o valor histórico é tanto maior, quanto mais o monumento tenha conservado a sua integralidade e quanto mais inalterado estiver após a sua criação, sendo perturbadoras e inoportunas as degradações e as alterações parciais (RIEGL, 2014, p. 55 e 56).

Assim, com a ampliação do conceito de patrimônio absorvida pelo Condephaat - que permitiu a consideração de elementos significativos da paisagem, sua inserção no local de origem e as justificativas com vistas à sua utilização turística - a proposta para regulamentação do tombamento e a definição da área envoltória partiram do princípio de que:

[...] a ferrovia não deveria desvincular-se do contexto do qual faz parte e com o qual guarda íntima relação: o cenário eminentemente rural composto por três elementos fundamentais, o *verde* representado por uma cobertura vegetal nativa ou implantada, o rio, companheiro sempre presente em todo percurso e o relevo, que imprime à paisagem a imagem de suavidade - associada às amplas várzeas - ou energia, condicionada às íngremes encostas dos morros ou vertentes abruptas de vales profundamente encaixados. Pensar a existência da estrada sem a presença deste quadro natural, mesmo que modificado pela ocupação humana, seria limitar a ação da preservação, a qual envolve também a preocupação com a possibilidade de recuperação e reativação do bem. Neste sentido não se tratou da área envoltória na perspectiva de um bem sem uso e em precário estado de conservação. Ao definir concepções de uso deste entorno trabalhou-se com a possibilidade de recuperação deste único e, portanto, riquíssimo acervo e com a expectativa de futuro uso relacionado a atividades turísticas, sua maior potencialidade (CONDEPHAAT, 1980, p. 578).

Esta postura mostrava-se solidária com as discussões ocorridas na década de 1970, que abordavam a importância da condição de integridade dos bens culturais. Esta noção vinculava-se à combinação de vários fatores que visavam favorecer a transmissão dos significados do bem e envolviam aspectos, tais como: a localização, o ambiente, os materiais, o desenho e seus principais atributos, necessários para compreender suas funções, estruturas e caracterizações ambientais<sup>138</sup>.

Embora os elementos e peças tivessem sofrido desgastes, alterações e adaptações devido ao uso, a condição de integridade do conjunto foi relevante para o tombamento, sendo mencionada tanto pelos membros da ABPF, quanto pelos técnicos do Conselho. Inicialmente, tal conceito induzia a um estado completo que considerava as instalações imediatamente vinculadas à estrutura ferroviária - como as estações, oficinas e pátios - e a existência de todas as peças necessárias para que o conjunto operasse.

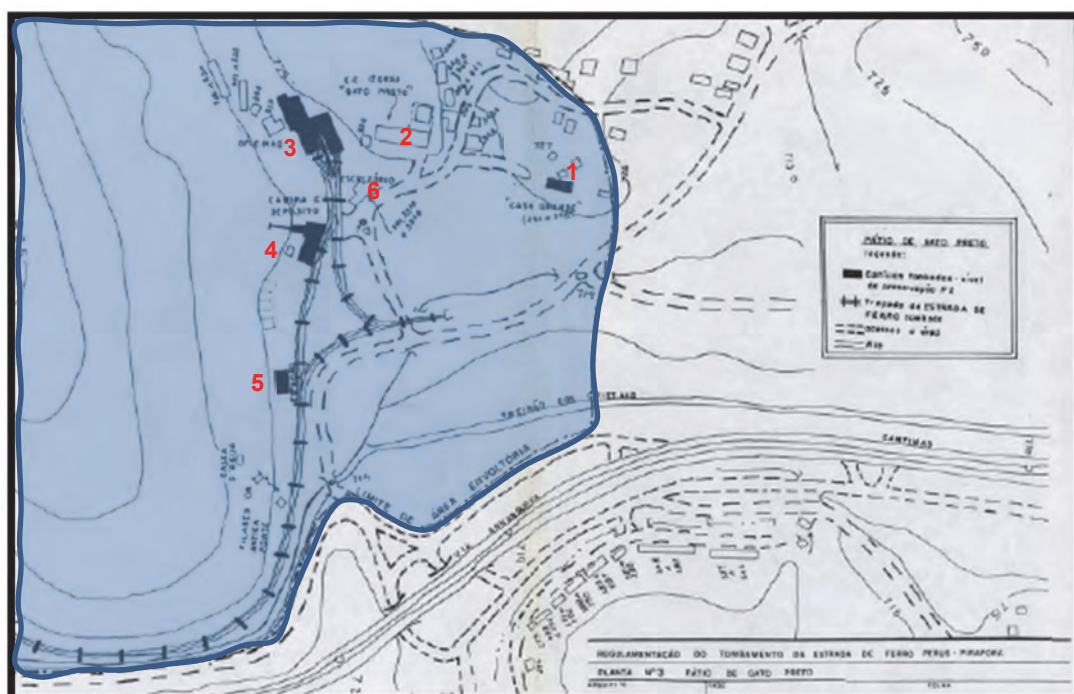
---

<sup>138</sup> Esta noção tomou força no âmbito da preservação do patrimônio cultural mundial após ter sido considerada um dos critérios de avaliação para inscrição de bens naturais na Lista do Patrimônio Natural e Cultural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco (1977). No Canadá, em 1995, foi lançada uma versão revisada na internet do *National Register Bulletin – How to Apply the National Register Criteria for Evaluation* contendo informações sobre a aplicação dos critérios para análise dos lugares/propriedades históricos americanos. O termo *integrity*, neste documento, foi relacionado com a capacidade do bem em transmitir seu significado. Nesta publicação este critério de julgamento é considerado subjetivo, portanto, é estabelecida uma relação entre a integridade, a partir das características físicas do bem, e sua significância, buscando amenizar tal subjetividade e assegurar uma maior consistência na aplicação do conceito. A transmissão do significado do bem portanto, nesta abordagem, está relacionada com a manutenção da sua integridade. Assim, tal condição, é avaliada a partir da identificação e combinação de sete aspectos para que o bem seja considerado um bem histórico nacional. São eles: “location; design; setting; materials; workmanship; feeling; association” (NATIONAL PARK SERVICE, 1995, p. 44); ou em nossa interpretação: locação; projeto; ambiente; materiais; técnicas; sentimento e associação. Outra proposta para definição do conceito foi lançada no *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. O documento propôs uma definição para o termo *Integrity*, e estabeleceu a necessidade de se fazer uma avaliação de tal condição na medida em que: estivessem presentes todos os elementos necessários para exprimir o seu valor universal excepcional; apresentasse dimensão suficiente para permitir a representação completa das características e processos que transmitem a sua significância; e sofresse efeitos adversos decorrentes do desenvolvimento e/ou negligência (UNESCO, 2013). Jokilehto (2006a) fez também uma reflexão acerca da noção de integridade dos bens culturais partindo da identificação de atributos visuais, estruturais e sociofuncionais que atuariam na avaliação desta condição. A **integridade sóciofuncional** de um lugar, conforme o autor, estaria relacionada às funções e processos que embasaram a sua trajetória ao longo do tempo, tais como sua interação na sociedade, utilização dos recursos naturais e movimentos dos povos. O autor aponta a necessidade de identificação dos elementos que ajudam a definir a **integridade estrutural** do lugar, sendo testemunhos de sua criação e lhes dando um sentido. A **integridade visual** relaciona-se com a definição de aspectos estéticos que caracterizam o ambiente. A reflexão feita por Herb Stovel (2007) sobre a condição de integridade publicada no Guia de Diretrizes Operacionais da Unesco, aponta para a dificuldade de operacionalizar esta condição de integridade como critério para inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Segundo o autor, a ideia da integridade fundamentava-se no sentido de “inteireza” e na presença de todos os elementos necessários para que o bem transmitisse sua significância, ideia próxima do que era apresentado como autenticidade, ou seja, a transmissão da verdadeira significância do bem por meio de seus atributos.

Observou-se que os temas que permearam as discussões internacionais sobre preservação, embora não citados diretamente, estiveram presentes no desenvolvimento da proposta para a regulamentação da área envoltória e conduziram à identificação dos atributos essenciais para a leitura do complexo fabril-ferroviário como um todo. Partindo-se da percepção dos elementos fundamentais para transmissão da significância do bem para futuras gerações, procurou-se preservar:

[...] elementos que permitam a legibilidade do funcionamento deste complexo, facilitando o entendimento do que justificava sua existência. Assim, compreende-se que a EFPP existiu como parte de um sistema fabril que processava matéria prima localizada na região e, era por ela transportada, e ainda, que seu material rodante sofria processo de manutenção também na mesma região (CONDEPHAAT, 1980, p. 573).

A preservação das construções do pátio de manutenção de Gato Preto, por exemplo, pautava-se nas relações estabelecidas entre tais elementos e a ferrovia. A proposta mostrou-se flexível ao determinar para estas edificações uma preservação nível P2, permissiva às reorganizações internas e com obrigatoriedade de preservação da fachada e volumetria.



**Figura 36:** Indicação na minuta de tombamento dos trilhos e elementos a serem preservados. Área envoltória em azul, garantindo a retenção de elementos significativos do conjunto e o sentido da existência da EFPP. 1 Casa dos Beneduce. 2 Escola de Gato Preto. 3 Oficinas. 4 Caieira e depósito. 5 Estação. 6 Escritório.

**Fonte** Acervo da autora, indicações sobre planta nº 3 Pátio de Gato Preto (CONDEPHAAT, 1980)

Em Perus, indicou-se também uma preservação não tão rígida, em nível *P2*, para a casa de tráfego, o britador, a ensacadeira, o casarão da família Dias, o casarão da ferrovia e para a Vila Triângulo (edificações, igreja central e praça triangular). Estes constituíam elementos ilustrativos e expressivos do sistema completo, desde a chegada da matéria prima pela ferrovia; sua descarga no britador, configurando a primeira fase do processamento; depois a passagem pelas várias etapas de transformação até sua armazenagem em silos<sup>139</sup>.

Buscou-se, na proposta de regulamentação, justificar as escolhas dos elementos a serem preservados, com base na significância do conjunto e, em alguma medida, com vistas à possibilidade de novos usos. Desta forma, seria permitida ao principal proprietário, o Grupo Abdalla, a utilização comercial de suas terras com a liberação de parte da área das restrições aplicáveis às áreas envoltórias (CONDEPHAAT, 1980, p. 570). Procurou-se, também, ordenar a continuidade das ocupações ao longo da área envoltória sem a descaracterização do bem.

Para garantir a viabilidade de um projeto com este propósito, buscaram-se manter em todo o percurso da estrada de ferro áreas livres, nas quais deveriam ser preservadas condições próximas às do cenário original. Considerou-se, em parte destas, promover a permanência de espaços livres, reforçando, inclusive, a proteção já exercida por força da legislação municipal, estadual ou federal em áreas, por exemplo, de preservação permanente (APP). Em outras partes, buscou-se promover a garantia da circulação dos trens e a exclusividade para construções futuras com interesses apenas voltados ao funcionamento da estrada de ferro, como estações, pontos de embarque, estruturas de contenção etc. (CONDEPHAAT, 1980, p. 579).

O setor contínuo da faixa livre a ser preservado ao longo do percurso da estrada foi uma medida adotada para estabelecer uma zona intermediária entre o bem e as áreas ocupadas, procurando promover a visibilidade do acervo e a garantia de sua preservação. Nos pontos onde houvesse contiguidade com ocupações de caráter urbano industrial propunha-se o tratamento paisagístico e, no caso das áreas rurais submetidas a reflorestamento, o corte raso da vegetação.

Os usos permitidos em cada setor foram definidos de acordo com os próprios zoneamentos municipais, compatibilizados com as tentativas de garantia da

---

<sup>139</sup> Nesta conjuntura, a Resolução de tombamento municipal já estabelecia a preservação de todo o conjunto fabril, incluindo as três vilas de residências operárias, em três níveis de preservação *P1* (preservação integral dos edifícios); *P2* (preservação das características externas dos edifícios) e *P3* (preservação das características externas das estruturas existentes (pilares, vigas e lajes).



preservação do acervo tombado. Na delimitação da área envoltória foram validados, em sua grande parte, os limites vigentes das zonas urbana industrial e rural, com exceção da área de expansão urbana de Cajamar. Neste local, foram adotados os trechos de várzea de inundação nas proximidades da ferrovia e os usos rurais compatíveis com as condições desfavoráveis de encharcamento dos solos (CONDEPHAAT, 1980).

Nas extremidades da estrada de ferro, configuradas de um lado pelo Pátio de Cajamar e Gato Preto e de outro pelo Terminal Perus, a proposta definiu um tratamento pontual, de acordo com as especificidades locais. Indicou-se a preservação da várzea do Ribeirão dos Cristais, entre o acesso à rodovia Anhanguera e à linha férrea, definida como área “*non aedificandi*”. Ou seja, um espaço onde nada pudesse ser construído, como tentativa de garantir a qualidade paisagística e ressaltar o acervo tombado. Fundamentada na mesma justificativa, definiu-se a altura do gabarito para reformas e construções de novas edificações. Outros elementos naturais foram escolhidos em virtude da exuberância e também da autenticidade, como os remanescentes da mata, que cobria originalmente a região.

Na área envoltória definida pela Resolução, com o objetivo de garantir as condições de visibilidade e destaque do bem tombado, sua ambiência, harmonia paisagística e integridade física, serão permitidas intervenções ou novas atividades desde que [...] imbuídas do espírito de preservar a possibilidade de leitura visual dos elementos tombados não impeçam a possibilidade de funcionamento da Estrada de Ferro, ainda que com finalidade desvinculada ao novo uso; [...] (CONDEPHAAT, 1980, p. 583).

Alguns aspectos de ordem técnica limitaram a indicação de bens para preservação na esfera estadual. A condição de intacto de alguns elementos, vinculada às condições de integridade e autenticidade, já estava profundamente comprometida e isto impulsionou a exclusão quase integral da área do Pátio de Cajamar (Água Fria) e de suas construções. O Pátio de Cajamar tinha uma grande área contígua às zonas de extração, além das residências operárias, já imbricadas ao núcleo urbano naquele momento, e a área pertencente à ferrovia apresentava profundas alterações decorrentes do reinício das atividades extrativistas. Entretanto, a proposta procurou compensar a liberação de tombamento de tais elementos com a indicação de preservação de outros dois, ilustrativos das atividades que conectavam todo o sistema: o britador e o lago remanescente de extração extinta (CONDEPHAAT, 1980). Conforme entrevista com Scifoni (2014), a preservação do britador e do lago seria uma maneira de guardar vestígios materiais importantes e

estratégicos, relacionados à área de extração calcária e assim, somando-se às limitações das áreas envoltórias, tentar-se-ia garantir a preservação do conjunto.

Esta decisão fomentou alguns conflitos internos no conselho. As equipes técnicas envolvidas apresentaram divergências quanto à necessidade de preservar as casas operárias do conjunto, as quais tornaram foco de discussão entre os arquitetos e a equipe de áreas naturais. Embora ocorressem esforços pessoais de alguns dos envolvidos para garantir a inclusão dos núcleos de moradias operárias no tombamento do acervo, estes foram limitados pelo já consolidado tombamento municipal das vilas e das fábricas em Perus e pelas experiências anteriores do próprio Conselho Estadual, que tiveram resultados negativos com relação à preservação das características físicas das moradias. O caso da Vila Maria Zélia, que não impediu a intensa descaracterização dos imóveis devido, sobretudo, à resistência e ao descaso dos moradores com relação à efetivação do tombamento estadual, exerceu bastante influência na opinião dos arquitetos do conselho, que decidiram pela exclusão das moradias das vilas da CBCPP do tombamento estadual<sup>140</sup> (SCIFONI, 2014). Pretendeu-se com a liberação do Pátio de Cajamar e indicação apenas do lago e do britador, estruturar uma negociação na qual de um lado, abria-se uma alternativa para o aproveitamento da jazida para mineração e assegurava-se a leitura do conjunto fabril com a presença de tais elementos; e de outro, garantia-se, primordialmente, a preservação de Gato Preto e Perus a fim de assegurar a preservação dos trechos inicial e final do trajeto da EFPP.

A quebra da integridade do conjunto em Gato Preto, decorrente da construção da via Anhanguera, desvinculou a parte onde se encontravam as oficinas, o forno, a escola, o casario e a estação das áreas ocupadas pela igreja, sede social e por um grupo de residências operárias e interferiu na definição da área envoltória deixando tais áreas fora do perímetro proposto para tombamento. A proposta para regulamentação do tombamento estadual evidenciou a necessidade de se fazer o reaproveitamento das construções, ação que consideramos estar em consonância com as orientações da Declaração de Amsterdã, de 1975<sup>141</sup>.

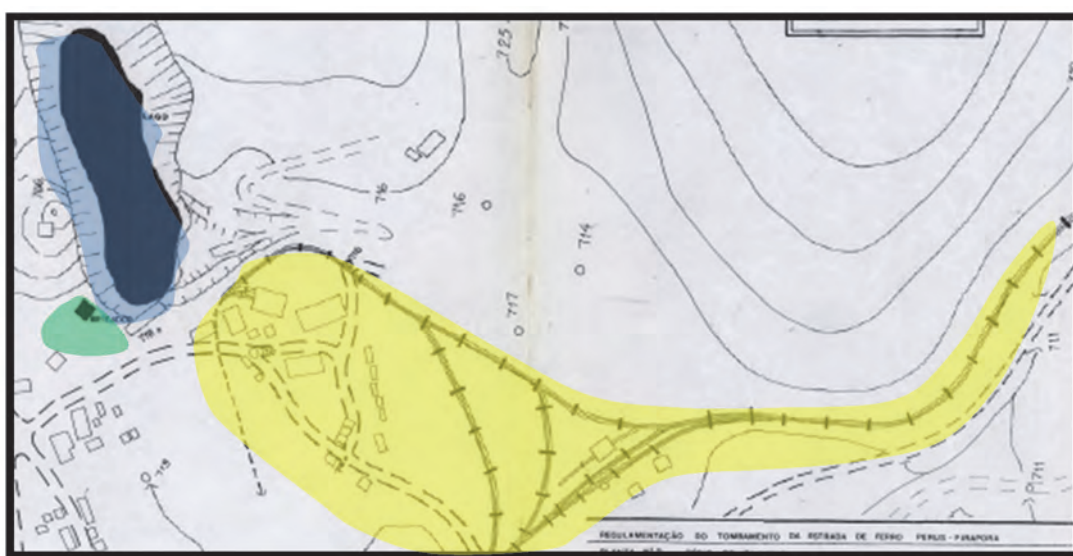
---

<sup>140</sup> Sob alegação constante de desconhecimento da existência do tombamento dos imóveis, os proprietários e moradores da Maria Zélia, cada vez mais, descaracterizaram os imóveis com obras de reforma e ampliação. O resultado foi um quadro de alterações significativas e até irreversíveis na maior parte dos edifícios (CONDEPHAAT, 1985).

<sup>141</sup> A Declaração, constituída em função da conservação e preservação do patrimônio europeu, ressalta a importância dos bens arquitetônicos e defende a ideia de que os mesmos podem e devem receber novos usos compatíveis com as necessidades da vida contemporânea. Tal medida contribui para a economia de recursos e para a luta contra o desperdício. A reabilitação das construções existentes proclama uma maneira sustentável de promover benefícios sociais com as políticas de patrimônio, suaviza e reduz invasões de terras agrícolas, além de evitar sensivelmente os deslocamentos da população (CONSELHO DA EUROPA, 1975).

Desta forma, diante da incerteza da colaboração do proprietário no sentido de retirar os trilhos da área a ser liberada, a própria proposta de negociação foi incluída no Artigo 4º da minuta para Resolução de tombamento:

A liberação de restrições por parte do CONDEPHAAT referente a toda futura obra e ocupação situada na área discriminada no item do artigo fica condicionada à transferência do material rodante existente no Pátio de Cajamar e dos trilhos a serem erradicados para as oficinas de manutenção da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária ou para Gato Preto visando a sua recuperação (CONDEPHAAT, 1980, p. 573).



**Figura 37:** Indicação de elementos e áreas a serem tombados ou excluídos do tombamento.

Elementos a serem incluídos no tombamento: em azul, o lago remanescente da antiga extração; em verde, o britador. Em amarelo, trecho da estrada de ferro a ser liberado do tombamento.

**Fonte:** Jeronymo (2016) sobre base Condephaat (1980).



**Figura 38:** Parte da Vila de Gato Preto, segregada do conjunto.

A seta amarela indica a Rodovia Anhanguera e a seta rosa indica a área onde se localizavam os fornos, a estação, as oficinas e os depósitos.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

Os valores apontados ao longo do processo de tombamento estadual, assim como as referências às formas de utilização do conjunto mostram que o trabalho do órgão estava tecnicamente equiparado com as discussões sobre o tema da preservação e imbuído na tentativa de promover sua aplicabilidade. Assim, pode-se afirmar que, embora a metodologia para aplicação destes conceitos não tenha sido evidenciada, a minuta da Resolução foi concebida à luz de critérios consagrados de preservação, conseguindo sanar as lacunas existentes na Resolução 05/87. Além disso, é possível identificar, o mesmo esforço na apreensão do acervo da EFPP como um bem cultural integrado à paisagem de seu local, afastado da ideia do patrimônio como algo perdido no tempo e no espaço, além de identificar os atributos essenciais para promover a compreensão e transmissão de seus significados.

Porém, a proposta para a regulamentação do tombamento, iniciada em meados da década de 1990, apesar da aprovação unânime de seu conteúdo pelas equipes técnicas envolvidas, permaneceu engavetada até o ano 2000, quando se tornou pública, com significativas alterações em seu texto original, conforme será mostrado no capítulo 4. Tais mudanças foram efetuadas sem evidências de discussões técnicas que as justificassem ou explicações do seu redator, Dalmo Rosalém.<sup>142</sup> Em 2010, Rosalém<sup>143</sup> explicou que o sentido e a valoração atribuídos por ele ao bem, convergiram pelo viés do patrimônio imaterial: “no caso da estrada de ferro, o que vale mesmo é a história [...] não relacionado a características arquitetônicas” (MORAES, 2012).

Com base no exposto, conclui-se que a conduta do Conselho Estadual na delimitação e escolha dos elementos a serem tombados para garantir a expressão do acervo da EFPP como bem cultural, mesmo com certas limitações, esteve impregnada e sob influência direta das diretrizes e discussões ocorridas em âmbito nacional e internacional acerca do conceito de patrimônio e preservação. Como resultado, construiu-se uma proposta de tombamento que buscava relacionar as teorias com as escolhas, levando em consideração aspectos importantes como o histórico, o entorno, os elementos significativos da paisagem, integridade e autenticidade do conjunto industrial e a retenção de elementos necessários à transmissão de seus significados.

Entretanto, ao encerrar o tombamento, observaram-se ações de cunho individual, sem explicitar com clareza seus objetivos, e fazendo uso da ordem subjetiva,

---

<sup>142</sup> Dalmo Rosalém, falecido em 2010.

<sup>143</sup> Depoimento a Moraes (2012, p. 87).

inerente ao processo das valorações, o que reverteu e reduziu sumariamente conceitos já incorporados anteriormente ao processo com vistas à preservação de marcos físicos favoráveis à preservação da memória operária. Isso reafirma as considerações de Pontual et al. (2008) sobre as deficiências percebidas na ação dos órgãos de preservação e nas ausências de procedimentos claros que justifiquem ações voltadas às inclusões ou às exclusões de elementos durante um processo de escolhas para tombamento.

## **2.2. O Iphan e a EFPP**

As tentativas – fracassadas - de transformar o acervo da EFPP e suas instalações em possíveis representantes do patrimônio cultural nacional inserem-se no âmbito de desenvolvimento de um processo de busca de construção de uma identidade nacional, que passou por importantes inovações e transformações.

No domínio federal, a abertura do processo de tombamento do acervo da Perus-Pirapora esteve relacionada a problemas decorrentes do confisco federal dos bens materiais da CBCPP, circunstância que tornava o acervo uma propriedade da União. O processo, iniciado em 1983, tramitou até 2004 e embora nos procedimentos metodológicos adotados pelo órgão federal tivessem despontado alguns avanços no sentido de fomentar mudanças conceituais que pudessem favorecer o reconhecimento do acervo da EFPP como patrimônio cultural, o mesmo foi arquivado sem a efetivação do seu tombamento.

A abertura oficial do processo foi efetivada em 1983, entretanto, o contato estabelecido entre a ABPF e o Sphan, já se iniciara desde 1981, conforme evidenciam as comunicações entre a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, o Diretor da regional paulista Antonio Luis Dias de Andrade<sup>144</sup>, e o Diretor Geral do Sphan, o artista plástico, Aloísio Magalhães<sup>145</sup> (IPHAN, 1983). Revelava-se o interesse da ABPF em buscar a proteção do acervo junto ao órgão

---

<sup>144</sup> Diretor da regional paulista, durante os anos de 1978 e 1994.

<sup>145</sup> Diretor geral do órgão federal, no período entre 1979 a 1982.

federal, como uma iniciativa autônoma e disjunta do encaminhamento do processo de tombamento pelo Condephaat.

A intenção de preservar o acervo da Perus-Pirapora foi bem recebida pelo diretor na regional paulista, assim como a proposta para sua utilização turística em função do Parque Anhanguera. Para ele, a expressão dos valores da EFPP centrava-se previamente na existência de características históricas e excepcionais do bem, conforme abaixo:

No que tange ao mérito e valores associados à antiga estrada de ferro, capazes de justificar o tombamento pela SPHAN, esta Diretoria carece de referências para melhor ajuizar a questão. Contudo, não há dúvidas de que se trata de raro remanescente e importante testemunho tecnológico das primitivas companhias de estrada de ferro criadas e construídas durante o último quartel do século passado por todo o Estado, quer associadas à ocupação e expansão da lavoura cafeeira, quer como novo e eficiente meio de transporte entre os núcleos urbanos, entrepostos comerciais, centros administrativos e áreas de produção de gênero e matéria prima para o funcionamento das primeiras fábricas em São Paulo. [...] encontramos hoje, constituindo o acervo de equipamentos da ferrovia, inúmeras locomotivas, vagões, carros de inspeção, etc., de variadas procedências, que conferem à Companhia o caráter de um museu criado espontaneamente e em operação. [...] O conjunto de bens merece ser preservado. [...] Assim, é opinião desta Diretoria Regional que a SPHAN deve iniciar e promover gestões junto às partes interessadas de modo a efetivar a preservação do conjunto de bens culturais representados pelos equipamentos e instalações da antiga “Companhia de Estrada de Ferro Perus-Pirapora” (IPHAN, 1983, fl. 2 e 3 do ofício 066/81).

Assim como no órgão estadual, no órgão federal o momento configurava-se por transformações conceituais e tentativas de introduzir outros modos de interpretação do patrimônio. Abria-se, naquela ocasião, uma nova fase de sua existência, conhecida como “fase moderna”, iniciada na gestão Renato Soeiro (1967-1979). Durante a gestão Aloísio Magalhães (1979-1982) criou-se a expectativa de se conseguir criar outra visão capaz de dar novos ares ao patrimônio brasileiro e quebrar o paradigma adotado para seleção dos bens desde sua origem (FONSECA, 2005). Com isso, abria-se maiores possibilidades para preservar a EFPP em âmbito nacional. A gênese do órgão federal (1937-1967), conhecida pela expressão “fase heroica”<sup>146</sup>, caracterizou-se pelos tombamentos dos monumentos em “pedra e cal”; administrada por Rodrigo Melo Franco Andrade, esteve centrada na busca do

---

<sup>146</sup> Para Cavalcanti (2006) a denominação “heroica”, dada à fase inicial do Sphan, estaria ligada ao “romantismo” das viagens que revelavam a exótica realidade brasileira, ainda desconhecida pelo próprio país, dada a escassez de recursos para realizar tal tarefa.

patrimônio que representasse a nação. Porém esta busca tornou-se uma questão de difícil solução, devido à diversidade do Brasil-nação (LEITE, 2007). Representar a nação significaria construir uma síntese cultural complexa ao redor de uma identidade nacional permeada por muitas diferenças e desigualdades. Neste contexto, o esforço do Sphan foi canalizado para tentativas de encontrar um patrimônio que expressasse o Estado republicano, moderno e brasileiro (CAVALCANTI, 2006), perseguindo meios para solidificar esta ideia. A busca então, deu-se em torno da exaltação da ideologia do nacional que procurasse resgatar uma cultura a qual, hipoteticamente, fosse capaz de homogeneizar o povo brasileiro e de ofuscar suas discrepâncias (LEITE, 2007; CAVALCANTI, 2006; CUNHA, 1992; FONSECA, 2005).

O processo de construção da identidade nacional teve grande relevância política na década de 1920. No entanto, foi a partir da década de 1930, com a instituição da Constituição de 1934 que flexibilizava a questão do direito de propriedade, com a criação do Estado Novo de Getúlio Vargas, um protetor da cultura que adotava uma postura de caráter pedagógico com relação a certos valores culturais, que as preocupações em relação aos bens imóveis que pudessem formar um patrimônio “genuinamente” nacional ganharam maior impulso. Isso ocorreu através de iniciativas diversas, tais como criação de museus e órgãos de proteção do patrimônio.

Tais preocupações emergiram em um contexto vinculado a um projeto de construção de uma brasilidade e de um “homem brasileiro”. Neste período, ganharam força os intentos políticos de construção de um projeto moderno para o país. Assim, ocorreu a expansão institucional que determinou a abertura de muitos ministérios e departamentos vinculados diretamente à Presidência da República, entre eles, o Ministério da Educação e Saúde - MES - em 1930, que foi encabeçado por Gustavo Capanema a partir de 1934. Neste projeto de afirmação de brasilidade, os Ministérios possuíam funções específicas. O MES, por exemplo, preocupava-se não apenas com a educação, mas principalmente com a formação do novo homem que se pretendia moldar (CAVALCANTI, 2006; FONSECA, 2005).

Foi neste contexto da criação dos ministérios e instituições que se deu a criação do Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A proposta de criação deste serviço surgiu a partir de um anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936 e, com modificações de Rodrigo Melo Franco de Andrade, transformado em projeto de lei federal no ano seguinte. A partir do Decreto-lei nº 25 promulgado em

1937, que versava sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico, a tutela dos bens de interesse histórico, artístico ou etnográfico e paisagístico passou a ser atribuição do novo órgão.

O projeto de Mário de Andrade já previa a preservação do Patrimônio Industrial com a criação do 4º Livro de Tombo<sup>147</sup>, intitulado “Livro de Tombo das Artes Aplicadas/Museus de Artes e Técnicas Industriais”. Isto demonstra o quanto, naquele momento no Brasil, já ocorria a apropriação dos conceitos de patrimônio industrial:

Arte é uma palavra geral, que neste sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos. Isso foi aproveitado para preencher uma feia lacuna do sistema educativo nacional, a meu ver, que é a pouca preocupação com a educação da imagem, o sistema talvez mais precuciente de educação. Os livros didáticos são horrorosamente ilustrados [...]. Aproveitei a ocasião para lembrar a criação de um desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os museus que expõem os progressos da construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas, as máquinas inventadas pelo homem. São museus de caráter essencialmente pedagógico. Os modelos mais perfeitos, geralmente citados, são o Museu Técnico de Munich e o Museu de Ciência e Indústria de Chicago (ANDRADE, 2002, p. 278 e 279).

A primeira formulação do autor para um museu de caráter educativo, vinculado à indústria, direcionava-se para a exposição do sistema industrial do café e de várias formas de registro da produção desde a plantação ao produto final:

Imagine-se a “Sala do Café”, contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, a secagem, os aparelhos de beneficiamento; o saco, as diversas qualidades de café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida e enfim a xícara de café. Grandes álbuns fotográficos com fazendas, cafezais, terreiros, colônias, os portos cafeeiros, gráficos estatísticos, desenhos comparativos, geográficos, etc. Tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala (ANDRADE, 2002, p. 279).

Na concepção de Melo de Andrade, tal método de exposição dos modos de produção do café poderia ser ampliado para outras culturas largamente difundidas no país e

---

<sup>147</sup> Livro 1. Arqueológico e etnográfico; 2. Histórico; 3. Belas Artes; 4. Artes aplicadas.



importantes para a economia brasileira, como o algodão, açúcar, laranja, extração de ouro, ferro, carnaúba, borracha, o boi e suas indústrias, a lã, o avião, a imprensa, etc. Até a criação do Sphan era o próprio Ministério da Educação e Saúde, fundado em 1930, que se incumbia destas ações. Desta maneira, a criação da identidade nacional reafirmava-se como questão de Estado e a criação do Sphan encontrava-se em consonância com a postura do governo em promover a cultura, assumindo o caráter norteador da formação da “identidade nacional” (KÜHL, 2008). Neste processo, como aponta Fonseca (2005), os intelectuais modernistas tiveram papel fundamental, pois elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, a ideia do conceito de patrimônio que se tornou hegemônica no Brasil, adotada pelo Estado por meio do Sphan. Inicialmente, como observa Fonseca (2005), a aproximação entre o Sphan e os modernistas concretizada pela criação do anteprojeto de Mário de Andrade viabilizou o envolvimento de tais intelectuais com as políticas culturais em pleno Estado Novo, resultando na participação efetiva de vários deles no quadro técnico do MES. Assim, a feição conceitual da expressão cultural nacional e os critérios para seleção do patrimônio nacional foram concebidos pela arquitetura que simbolizasse a nova tradição brasileira.

Embora o Decreto-lei que embasou a criação do órgão de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional tivesse sido concebido à luz do anteprojeto de Mário de Andrade, não continha, efetivamente, a mesma amplitude proposta por seu idealizador. Os modernistas colocaram-se contra o profuso ecletismo do século XIX e buscaram no interior do Brasil, especialmente nas cidades coloniais de Minas Gerais, a arquitetura barroca para expressar a origem da cultura brasileira. Desta forma, inicialmente no Sphan, constituíram-se critérios de juízo ancorados na presença de elementos que pudessem contribuir para a construção da identidade nacional, remetendo às raízes portuguesas, especialmente observadas na arte colonial e no barroco da arquitetura religiosa. Assim, valorizavam-se atributos ligados à excepcionalidade e representatividade, frequentemente atribuídos a monumentos isolados, ligados a fatos históricos, nobiliarquia e bens da elite (RODRIGUES, 2000). Segundo o Decreto-Lei n. 25 de 1937, constituía:

[...] patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

O patrimônio era entendido, naquele momento, praticamente como sinônimo de bem arquitetônico, pois a arquitetura, em toda a sua grandiosidade, foi eleita neste período como a melhor forma de representar o patrimônio brasileiro. Tal conceito perdurou durante várias décadas. Os critérios utilizados para valorar os bens fundamentavam-se, no valor artístico<sup>148</sup> e histórico. Assim, inicialmente, eram escolhidos pelo órgão federal exemplares da arquitetura do período colonial que possuíam o caráter prestigioso, faustoso e que, com frequência, indicavam ser os “últimos exemplares do gênero” o que configura, como observou Fonseca (2005), a relevância do valor de excepcionalidade nas escolhas do órgão federal. Junto da excepcionalidade, considerada pela autora um critério problemático ao justificar a escolha de bens entre vários de uma mesma classe ou período, a metodologia de trabalho do Sphan, durante a década de 1940, compreendia a noção de valor histórico dos bens pela ótica da historiografia da época.

Nesta ação, a memória nacional erigiu-se em bases desiguais com ausência de referências à memória dos trabalhadores, da imigração, da industrialização, dos meios rurais, com exceção das casas de senhores<sup>149</sup> (MARINS, 2008). A busca por um passado que remetesse ao Brasil colonial, tão especial aos técnicos do Sphan, acabou por preferir a cultura desenvolvida em muitos estados em favor de outros. O estado de São Paulo, embora tivesse ainda em seu cenário algumas riquezas coloniais, não obteve muita atenção nesta ação de tombamento. É certo que muito do patrimônio arquitetônico paulista já havia sido demolido e substituído por exemplares mais modernos, com feições europeias, durante o século XIX. O ofuscamento deste patrimônio se deveu também ao fato de que a modernização europeizante estabelecida em São Paulo e as expressões culturais que se recriavam no estado a partir de seus imigrantes, não eram valorizadas pelos técnicos modernistas do órgão federal. Desta forma:

---

<sup>148</sup> É interessante destacar que enquanto em âmbito nacional o valor artístico era tido como hegemônico no processo de atribuição de valores a bens culturais, na hierarquia de valores atribuídos aos monumentos franceses, a partir da criação de decretos e instruções públicas pelo Comitê de Instrução Pública, o valor artístico está em último lugar, abaixo de outros valores como o nacional, considerado fundamental, o valor cognitivo e o valor econômico (CHOAY, 2001). A subjetividade envolve tal valoração. Como explica Riegl (2014), o reconhecimento do valor de arte é bastante relativo e não ocorre por características perceptíveis aos olhos, pois é decorrente de uma ação mental, tornando-se muito subjetivo, está associado a um ponto de vista. De acordo com o autor, “todo monumento possui para nós um valor de arte, na medida em que venha a corresponder às exigências do querer moderno da arte” (RIEGL, 2014, p. 69).

<sup>149</sup> Para Fonseca (2005), embora as ações do Sphan tivessem este caráter, não se poderia dizer que o espírito do anteprojeto de Mário de Andrade tivesse sido totalmente esquecido. A autora considera significativo que a primeira das publicações do órgão tenha sido um ensaio de autoria de Gilberto Freyre sobre os mocambos do Nordeste e as contribuições de Lucio Costa e seu interesse pela habitação popular.

[...] Fazendas, indústrias e vilas operárias, casarios urbanos, festas e estações ferroviárias foram assim perdidos em grande quantidade, sem que se pudessem estabelecer uma triagem dos exemplares que deveriam permanecer para testemunhar expressões culturais dos antigos paulistas (MARINS, 2008, p. 139).

Na prática dos tombamentos, o Sphan priorizava os remanescentes da arte colonial brasileira, sob o argumento da ameaça de que a aceleração do processo de urbanização das cidades brasileiras e a comercialização dos bens móveis representavam para a sua preservação.

Outra postura excludente adotada pelo Sphan do Estado Novo foi o descarte da participação da sociedade brasileira do processo de escolha de bens a serem protegidos. Não se incentivava as comunidades a encaminharem pedidos de tombamento, excluía-se do reconhecimento oficial grande parte das heranças culturais (MARINS, 2008), reforçando-se apenas a opinião e a visão do especialista sobre o bem. O conjunto eleito, então, revelava:

[...] o desejo por um passado com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, habitado por personagens ilustres que caminham entre pontes e chafarizes (RUBINO, 1996, p. 98).

Tais tipos de tombamentos, efetivados à luz das visões da elite sobre a formação do patrimônio, de acordo com Cunha (1992), cristalizaram uma memória pertencente a poucos. Assim, a política do patrimônio nacional operou durante muitas décadas como representação da classe dirigente brasileira, no campo público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente e excluiu as experiências dos grupos populares, operários, negros e indígenas, mostrando um descompasso com o previsto no projeto de Mário de Andrade. Para Kühl (2008), nesta fase inicial de atuação:

A relativa autonomia do Sphan dentro do governo, seu quadro de profissionais e seu Conselho Consultivo intelectualizados resultaram num certo distanciamento em relação a própria sociedade, sendo o órgão pouco permeável aos anseios da coletividade. Apesar da importância do trabalho executado e do empenho público dos profissionais envolvidos, as discussões ficaram restritas a um pequeno grupo [...] (KÜHL, 2008, p. 108).

Florestan Fernandes (1960) mostra como em países dependentes como o Brasil, nos assuntos econômicos, sociais, culturais e políticos verifica-se uma sobreposição dos interesses privados expressos pelos estratos sociais dominantes, aos interesses coletivos, e explica pela ótica dos reflexos do passado colonial que:

[...] converte a separação entre “minoría privilegiada” e a “grande massa excluída” numa realidade pungente, que não chegou a existir mesmo nas sociedades de classes mais rígidas da Europa, que foram descritas como se fossem “duas nações”. A minoría privilegiada encara a si própria e as seus interesses como se a Nação real começasse e terminasse nela. Por isso, seus interesses particularistas são confundidos com interesses da Nação e resolvidos deste modo. Enquanto que os interesses da grande massa excluída são simplesmente esquecidos, ignorados ou subestimados (FERNANDES, 1960, p.45).

Esses procedimentos metodológicos tornaram-se, durante muito tempo, os critérios norteadores de decisões para a preservação de bens em cidades brasileiras. A legitimidade durante o processo de escolha de bens não se fundamentava em estudos ou sequer apresentava justificativas bem embasadas:

Os critérios adotados pelo Sphan eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos (FONSECA, 2005, p. 109).

Os tombamentos federais brasileiros mantiveram, de forma geral, estas características e utilizavam tais critérios com frequência. A atuação do SPHAN entre as décadas de 1930 e 1960 privilegiou, sobretudo, a arquitetura religiosa, que representava aproximadamente a metade do total de bens tombados, como mostra Rubino (1996). Entretanto, alguns registros de bens de natureza industrial foram feitos neste período, em que se destacava, na maioria dos casos, a relevância do bem como feito histórico durante o período colonial, representados, sobretudo pelas figuras dos engenhos e o pioneiro tombamento federal de uma fábrica, a Fábrica de Ferro Patriótica, em ruínas.

A Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema<sup>150</sup> representa a primeira iniciativa concreta de preservação e recuperação de remanescente industrial no Brasil. A

---

<sup>150</sup> Sobre a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema conferir CALÓGERAS, 1904; FELICÍSSIMO JÚNIOR, 1969. Sobre o trabalho de investigação arqueológica conferir ZEQUINI, 2007; ANDREATTA, 1990. Algumas notas sobre o trabalho de restauração podem ser consultadas em LEMOS, 2008.

partir da década de 1960, as discussões sobre a relevância do patrimônio industrial já começavam a se firmar no país, em consonância com as tendências das discussões internacionais. O tombamento do conjunto, ocorreu, como mostra Cunha (2005), acompanhado das recomendações de Mário de Andrade, por se tratar de remanescentes de arqueologia industrial do primeiro complexo operante na exploração e na fabricação de ferro no Brasil (CUNHA, 2005).

Nas décadas seguintes, o tema do Patrimônio Industrial passou a ser mais amplamente difundido no país com a publicação de trabalhos voltados à sua investigação e preservação<sup>151</sup> e com a ampliação do número de reuniões científicas que abordam questões pertinentes ao desenvolvimento de estudos sobre arqueologia e patrimônio industrial.<sup>152</sup> Abriu-se, então, um novo campo no Brasil, voltado aos estudos e preservação dos remanescentes industriais, que foram lentamente considerados nas decisões do Iphan. Verificou-se que o reconhecimento dos bens vinculados às atividades industriais pela esfera federal foi gradativo, mas não atingiu números significativos, apesar das alterações e avanços teóricos ocorridos não apenas no âmbito internacional, mas também no nacional.

Tais alterações coincidem com a saída de Rodrigo de Melo Franco do órgão federal devido à sua aposentadoria em 1967, quando Renato Soeiro assumiu a direção do órgão e findou a autodenominada “fase heroica do Sphan”. A partir de então, deu-se início à complementação dos procedimentos metodológicos do órgão com novas tendências que despontavam. Os movimentos estudantis e culturais ocorridos no

---

<sup>151</sup> Nesta atmosfera de novas pesquisas que começavam a emergir, o artigo a *Fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial*, escrito por Warren Dean e publicado em 1976 nos Anais de História da Universidade Estadual Paulista, em Assis, foi relevante porque, entre outras contribuições, utilizou em ambiente brasileiro pela 1ª vez o termo “arqueologia industrial”. Este trabalho, considerado a primeira pesquisa acadêmica elaborada à luz da arqueologia industrial, discorria sobre o processo de industrialização, a arquitetura e as relações formadas entre a fábrica e a cidade. Foram relevantes para a difusão do tema no Brasil, os estudos sobre a história da técnica brasileira e dos remanescentes industriais coloniais publicados em 1976 no *Guia para história da técnica no Brasil Colônia*, de Júlio Katinsky. Dois trabalhos de Ruy Gama contribuíram para que a disseminação da disciplina “arqueologia industrial” se difundisse do país. O primeiro, concluído em 1978 e publicado em 1983, foi *Engenho e tecnologia* e o segundo, de 1986, publicou *A tecnologia e o trabalho na história*.

<sup>152</sup> Entre as reuniões científicas ocorridas recentemente, podemos dar destaque ao I Encontro Latino-Americano/ V Seminário Nacional de Preservação e Revitalização Ferroviária, organizados pelo Movimento de Preservação Ferroviária e realizados na UNIMEP, em Piracicaba em 2001; ao Encontro “Território, Patrimônio e Memória”, organizado pelo ICOMOS/RS e pela Universidade Federal de Santa Maria realizado em Santa Maria em 2001; ao VIII Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul: Arquitetura Industrial, promovido pela Faculdade de Arquitetura e Engenharia de Passo Fundo em 2003; ao I Encontro de Patrimônio Industrial, organizado pelo IFCH-UNICAMP em Campinas em 2004, quando foi instituído o Comitê Brasileiro do TICCIIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (KÜHL, 2008). Foi realizado, também, o II Encontro de Patrimônio Industrial, nas Faculdades Belas Artes em São Paulo, em 2009. O Segundo Seminário do Patrimônio Agroindustrial realizou-se em São Carlos, em 2010; o XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado, ocorreu em Bauru, em 2014 e o Fórum de Patrimônio Brasil-Portugal, em Campinas, em 2016.

país na década de 1960 contribuíram para que a cultura deixasse de ser colocada como questão de elite e passasse a ser vista como alvo de militância política.

Foram incorporados pelo órgão os conceitos da Carta de Veneza (1964) que buscou fazer a inserção de conjuntos urbanos no rol dos tombamentos para além dos monumentos isolados e recorreu-se à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, a Unesco. Foi uma maneira de trazer aliados à sua ação preservacionista, fundamentada no novo ritmo ditado pelo discurso desenvolvimentista para o país (FONSECA, 2005), que, como descrito anteriormente, via o potencial turístico e ambiental como instrumentos favoráveis ao crescimento do Brasil.

Neste contexto, cabe destacar ainda a contribuição da criação, em 1973, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH com recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN. No ano seguinte, destaca-se o início da chamada “abertura política” da ditadura militar, quando emergem novas questões como a que envolvia o tema da preservação urbana, alavancado pelas transformações promovidas durante o período de ditadura militar. Neste momento, quando se restaurava a democracia no país, criou-se um ambiente favorável à discussão sobre o patrimônio urbano e à sua inclusão como item importante pertencente aos movimentos de luta pelos direitos das comunidades.

Com a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, uma ação inicialmente autônoma a partir de um convênio firmado entre o Ministério da Indústria e Comércio e o Governo do Distrito Federal, coordenada por Aloísio Magalhães - mais tarde incorporada ao Iphan- começa-se a esboçar a quebra de paradigma dos modos de tombamento tradicionais do órgão federal e a formação de uma nova mentalidade que favoreceriam amplamente o reconhecimento da EFPP e do conjunto de remanescentes da CBCPP como patrimônio cultural nacional. As alterações conceituais propostas pelo CNRC tangenciaram, embora indiretamente, a inclusão do patrimônio industrial como bem de interesse da esfera federal. Afirma-se ter a produção do contexto popular sua importância, dando-se início à montagem do banco de dados sobre cultura brasileira que consistia em:

[...] identificar situações que pudessem ser caracterizadas como peculiares à nossa cultura e buscar nelas elementos que contribuíssem para um desenvolvimento tecnológico e social integrado à nossa realidade, dando ao produto brasileiro uma fisionomia e uma identidade próprias (SANT’ANNA, 1995, p. 190).

Aloísio Magalhães propunha identificar culturas espalhadas e ainda desconhecidas na grandiosidade do território nacional como ação preventiva à introdução de novas tecnologias que poderiam colocar em risco a existência de antigos saberes. Além disso, a busca pelos elementos formadores da cultura brasileira poderia reavivar fazeres tradicionais que levassem ao desenvolvimento e a melhorias das condições de vida das populações detentoras destes fazeres. Enquanto o Iphan atuava com um corpo técnico formado em sua maioria por arquitetos, o CNRC contava com diversas categorias de disciplinas entre seus profissionais pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas, informática e documentação (SANT'ANNA, 1995).

Quando o período de convênio do CNRC expirou, foi necessária a busca de uma alternativa para a sua institucionalização e, desta forma, Aloísio Magalhães optou pela incorporação do CNRC ao Iphan. O alinhamento entre o trabalho do Centro e o do Iphan ficaria expresso pela noção de “bem cultural” no sentido de compreender o patrimônio e a produção artística como partes de algo maior, do universo de bens culturais, abrangendo também os produtos e manifestações advindos dos saberes populares.

A transformação do Iphan em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1979, deriva da fusão do CNRC, do PCH e do Iphan em um único órgão, bem como a criação da Fundação Nacional Pró-Memória - FNPM, uma fundação inicialmente de direito privado e de caráter executivo encarregada da operacionalização, que atuaria através da elaboração de projetos conforme a demanda do serviço, tendo como compromisso a utilização destes conceitos mais abrangentes do patrimônio. Neste momento, quando Aloísio Magalhães assumiu a presidência do Iphan, novos conceitos e categorias começaram a ser trabalhados: memória, bens, referências e tempos culturais (SANT'ANNA, 1995).

Aloísio Magalhães rejeitou a ideia de preservação como algo que se encerra em si mesmo e passou a difundir o pensamento de que a preservação deveria ser colocada a serviço da sociedade. Com a sua morte, em 1982, o sistema, que ainda não havia conseguido concretizar-se estruturalmente, entrou em colapso. Ao invés de promover a integração, a fusão dos órgãos:

[...] produziu uma instituição cindida e dividida em grupos que disputavam internamente o poder ou simplesmente trabalhavam de costas um para os outros. Durante toda a década de 1980 conviveram no interior do sistema diferentes orientações quanto à preservação do patrimônio, representadas, principalmente pela tradicional linha de trabalho do IPHAN, voltada para a proteção de bens patrimoniais consagrados e trabalhos de restauração; e pela linha do CNRC, voltada para referência cultural e para a proteção de bens não necessariamente pertencentes à criação euro-cristã (SANT'ANNA, 1995, p. 192).

A morte de Aloísio Magalhães levou ao fim, de forma prematura, sua gestão e um período que poderia ter sido de sedimentação de muitas mudanças dentro do órgão federal e, possivelmente, encerrou a ideia de dar continuidade ao processo de tombamento dos remanescentes da EFPP ou ampliá-lo para todo o conjunto. Assim, pode-se dizer que, em suma, o órgão federal manteve na prática, seu padrão anterior de ação.

Em termos efetivos, os reflexos observados nos tombamentos de bens vinculados às atividades produtivas após as recomendações de Mário de Andrade, as transformações do órgão e as ampliações do conceito de patrimônio foram, numericamente, pouco significativos<sup>153</sup>. Com referência aos bens provenientes da ferrovia, observa-se que até a década de 2000, apenas foram concretizados os tombamentos da Antiga Ferroviária de Lassance, em 1985, no livro Histórico; do Complexo Ferroviário de São João Del Rey, em 1989 e da Estação da Luz, em 1996,

---

<sup>153</sup> Uma consulta ao arquivo Noronha Santos mostra que, após a década de 1960, poucos foram os bens tombados que fugiam às formas tradicionais de tombamento pelo órgão federal. Fizemos uma seleção de bens que consideramos parte desta categoria conforme a década na qual ocorreu o tombamento. **Década de 1970:** Mercado de São José (Recife, PE); Conjunto arquitetônico e paisagístico "Ver-o-peso" e áreas adjacentes, Praça Pedro II e *Boulevard* Castilhos França, incluindo o Mercado de carne e o Mercado Bolonha de peixe (Belém, PA). **Década de 1980:** Sítio de Santo Antônio ou do Físico (em ruínas); Ruínas do engenho Murucutu e capela (Belém, PA); Complexo/unidades fabris composto pelo conjunto Petropolitana de Tecidos, fábrica, vila operária e praça, coreto, igreja matriz da Cascatinha, conjunto arquitetônico remanescente da antiga Fábrica Cometa, Fábrica São Pedro de Alcântara, vila operária da extinta Fábrica Cometa; cais do porto, pórtico central e armazéns (Petrópolis, RJ); caixa d'água (Pelotas, RS); Mercado de carne e lojas adjacentes (Aquiraz, CE); Açude do Cedro (Quixadá, CE); Fábrica de Vinho Tito Silva (João Pessoa, PB); antiga estação ferroviária (Lassance, MG); engenho do mate (Campo Largo, PR); conjunto de habitação coletiva denominado Av. Modelo na Rua Regente Feijó, nº55 (Rio de Janeiro, RJ); reservatório de Mocó (Manaus, AM); Casarão do Chá (Mogi das Cruzes, SP); Mercado Municipal (Manaus, AM); Conjunto arquitetônico do Porto de Manaus (Manaus, AM); Edifício da Fábrica Santa Amélia (São Luis, MA); Ponte do Imperador (Ivoti, RS); complexo ferroviário (São João Del Rey e Tiradentes, MG). **Década de 1990:** Estação da Luz (São Paulo, SP); casa do Engenho Central São Pedro (Pindaré Mirim, MA); base aérea de Santa Cruz hangar de zepelins (Rio de Janeiro, RJ); Ponte Hercílio Luz (Florianópolis, SC); prédio Engenho Central São Pedro onde funcionou a Cia Progresso Agrícola e chaminé contígua (Pindaré-Mirim). **Década de 2000:** conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Cataguases (Cataguases, MG); conjunto de edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (Jundiá, SP); Estação Ferroviária (Mayrink, SP); Estação Dom Pedro II - Central do Brasil (Rio de Janeiro, RJ); Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Porto Velho, RO); vila ferroviária de Paranapiacaba (Santo André, SP). Fonte site do IPHAN: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4662>. Acesso em 25 mar. 2014.



ambos no livro Histórico e no de Belas Artes. Tombamentos de bens estritamente ligados à indústria, como o caso das fábricas, Tito e Silva<sup>154</sup> e Santa Amélia<sup>155</sup>, ocorreram de forma ainda vinculada ao conceito de monumento isolado, mas já esboçavam algumas inovações quanto ao tombamento, sobretudo, no caso da Fábrica de Vinho Tito e Silva que exibia preocupações com o processo tecnológico de produção industrial e maquinaria<sup>156</sup>. O tombamento da Fábrica Santa Amélia, segundo Dezen-Kempton (2011), vinculava-se mais ao valor histórico, social e arquitetônico do bem. De acordo com o parecer da arquiteta Dora Alcântara, coordenadora do Iphan, ressaltou-se que o edifício da Santa Amélia configurava um:

[...] exemplar significativo da arquitetura industrial do Maranhão, representando, com fidelidade a simbiose que muitas indústrias do Brasil da época revelam, de construção residencial com a industrial (IPHAN, Processo de Tombamento nº1144-T-85, p. 64 apud DEZEN-KEMPTER, 2011, p. 145).

O valor histórico da Santa Amélia pautava-se na representação que esta fábrica assumia enquanto indústria têxtil maranhense responsável por grande parte da produção do estado. A indústria paulista, caracterizada, sobretudo pelo número significativo de fábricas têxteis, teve participação inexpressiva neste processo. Mesmo considerando outros seguimentos industriais que afloraram em abundância em São Paulo, nota-se a ausência de exemplares paulistas. A industrialização do estado foi representada no âmbito federal pelos tombamentos do Casarão do Chá,

<sup>154</sup> Cf. informações obtidas no site do Iphan: a fábrica foi fundada em 1892, por Tito Henrique da Silva. Na década de 1930, passou por processo de modernização, funcionou normalmente até o início da década de 1980, quando seu patrimônio foi leiloado para pagar dívidas junto ao Governo. Seu tombamento representou uma inovação nessa área, pois não só o monumento, a maquinaria e o equipamento foram preservados, como também a técnica industrial. Consultar <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1702>. Acesso em 25 jul. 2016.

<sup>155</sup> Cf. informações obtidas no site do Iphan: O prédio onde funcionou a Fábrica Santa Amélia abrigou, primeiramente, a fábrica da Companhia de Lanifícios Maranhense, instalada em 1892. Com a sua falência, a fábrica e o maquinário foram arrematados em leilão, por Cândido José Ribeiro, em 1902 e, somado à Fábrica São Luís, passou a constituir o Cotonifício Candido Ribeiro. A fábrica funcionou por 64 anos, produzindo inclusive para exportação. Foi fechada em 1966, mas representou papel relevante no processo de industrialização do Maranhão, iniciado em meados do século XIX. Fonte site do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3316>. Acesso em 25 jul. 2016.

<sup>156</sup> Cf. encaminhamento dos pedidos de tombamento elaborados pelos técnicos envolvidos no processo: “Temos a honra de trazer a seu conhecimento uma informação sobre os fundamentos do interesse da Fundação Nacional Pró-Memória na realização de um estudo multidisciplinar do Caju, indicando algumas iniciativas já realizadas nesse sentido. Destacamos nesse contexto, a importância da Fábrica de Vinho Tito e Silva, Cia. Solicitamos um parecer quanto à conveniência do tombamento do prédio da fábrica, de sua maquinaria e equipamentos, tendo em vista um duplo objetivo: por um lado, julgamos importante preservar o testemunho raro de um momento significativo em nossa evolução cultural. Por outro lado, acreditamos que esse tombamento irá corresponder à revitalização e à proteção da continuidade e da evolução de um fazer intimamente relacionado às características regionais do processo cultural brasileiro” (SPHAN/DTC, Processo nº 1054-T-82, p. 2 apud DEZEN-KEMPTER, 2011, p. 153).

em Mogi das Cruzes, e pelos conjuntos ferroviários. Com configurações de núcleo fabril, observa-se o reconhecimento do complexo da Companhia Petropolitana, em Petrópolis (RJ). A vila ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André (SP), constituiu outro exemplo de tombamento que envolveu moradias para trabalhadores.

De acordo com Sant'Anna (1995), a inclusão de bens pertencentes à dinâmica de uso popular foi o verdadeiro ponto de discórdia entre as duas correntes ideológicas existentes dentro do órgão. Em uma análise comparativa aos tombamentos tradicionais do órgão federal até o ano de 1995, a autora afirma que embora houvesse outros tombamentos com o mesmo caráter, a proteção para aqueles situados além dos programas tradicionais, coerentes com as características dos remanescentes da EFPP e CBCPP, foi muito pequena. Portanto, as mudanças proferidas nos discursos políticos de Aloísio Magalhães não conseguiram se perpetuar na prática, configuraram tentativas de fazer uma releitura dos bens que poderiam formar o patrimônio histórico e cultural brasileiro mais diversificado, e no entanto, não foram capazes de efetivamente superar os antigos métodos. Motta (2000) mostra que os bens eram escolhidos pelo “gosto educado dos arquitetos” que compunham em maioria a equipe técnica federal. Tais práticas, conforme assinala a autora, predominaram e se reforçaram quando se iniciou a “era Collor”. No contexto do neoliberalismo, patrimônio é entendido como uma ideia ligada à mercadoria, fortalecida pelas disputas que passaram a ocorrer entre as cidades diante da globalização da economia. Com esta nova forma de se apropriar do patrimônio começaram a despontar critérios que pudessem transformá-lo em produto atraente para o consumo.

Após todas as transformações administrativas e conceituais acerca do patrimônio material, às quais o órgão federal foi submetido, e perante o conflito jurídico decorrente do direito de propriedade e formas de utilização do conjunto, o encaminhamento do processo de tombamento da EFPP no Iphan, ocorrido no início da década de 2000, convergiu para o seu arquivamento. O parecer 38/2000, elaborado pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro, propôs tal encaminhamento baseado em questionamentos sobre a ausência de elementos, sobretudo, ligados à comprovação da integridade da ferrovia e de sua excepcionalidade, suficientes para o tombamento federal. Portanto, foram tais critérios - neste caso avaliados em termos de ausência - que colocaram o valor histórico em discussão e justificaram a negação da elevação do bem à condição de patrimônio cultural nacional.

O Iphan rejeitou o tombamento da EFPP, fundamentalmente, baseado no valor histórico e no conceito de excepcionalidade, ao apontar ausências relativas aos “valores paisagísticos, etnográficos ou arqueológicos excepcionais”, aos “elementos artísticos” ou arquiteturas “marcantes e excepcionais” que poderiam justificar a inscrição do conjunto no livro do tomo de Belas Artes e, ainda, à ausência de eventos históricos que o “individualizem como tendo valor excepcional a nível nacional para inscrição no livro do tomo histórico”. Apontou-se que a coleção, embora “razoavelmente volumosa dentro de sua categoria”, não era única e que havia outros acervos deste tipo preservados em museus, além do acervo da ferrovia de bitola estreita do trecho ferroviário de São João del Rey/Tiradentes com máquinas e vagões de bitola de 0,76m (IPHAN, 1983, p. 298). O número de máquinas a vapor do acervo, foi considerado pequeno e em situação “irrecuperável”. Argumentava-se que, durante o tempo de paralisação, ocorreram “perdas substanciais”, o que inviabilizaria a preservação de acordo com os propósitos iniciais voltados a uma ferrovia em funcionamento.

Embora os argumentos centrais utilizados pela esfera federal para avaliar o bem em questão fossem semelhantes aos utilizados pelo Conselho estadual, observa-se que as justificativas para a exclusão do acervo e suas instalações do tombamento federal conotam a resistência do órgão em acatar a preservação de um patrimônio industrial como representativo da cultura nacional a partir da aceitação de um conceito mais amplo e flexível. O reconhecimento do acervo da EFPP e de suas instalações pelo órgão federal naquele momento, configuraria uma exceção às práticas perpetuadas e que foram brevemente interrompidas durante a gestão de Aloísio de Azevedo. Um paradoxo às crenças e ideologias vigentes, tal proposição iria contrariar seus princípios básicos, tendo em vista que as instalações fabris, - embora associadas ao pioneirismo da produção industrial no país, eram despojadas de elementos e arquiteturas monumentais.

Em termos de metodologia, percebeu-se que os esforços federais não conseguiram ultrapassar aqueles estabelecidos ainda em sua gênese, ou seja, mantiveram-se arraigados às práticas tradicionais, ligadas ao “evento histórico”, à “excepcionalidade” e à “monumentalidade” do bem. A condição de integridade do conjunto foi observada com relação à inteireza dos aspectos físicos do material rodante naquele momento, sem a criação da perspectiva de investir em sua recuperação, pois conforme o parecer que justificou o arquivamento do processo não havia mais “condições de intervir de modo a preservar a ferrovia” (IPHAN, 1983, p. 305). Sem romper com sua tradição, o órgão federal não perseguiu o tombamento

do conjunto como o Condephaat, empenhado em evidenciar os atributos essenciais que garantiriam o reconhecimento do bem, interpretando-os como elementos significativos da paisagem e construindo estratégias para transmitir seus valores a partir de uma leitura conjunta. O Iphan mostrou-se mais vinculado aos problemas de ordem econômica, política e administrativa que influenciaram as decisões que circunstanciaram grande parte das decisões relativas ao tombamento federal.

## **2.3. A preservação no âmbito municipal**

### **2.3.1. Fábrica, vilas e sindicato: da memória operária no tombamento municipal paulistano**

A abertura do processo de tombamento dos remanescentes da CBCPP pelo município de São Paulo constituiu uma das ações pioneiras do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - Conpresp<sup>157</sup>, criado em 1985. A questão patrimonial a envolver o âmbito municipal já se colocava no Brasil desde a Constituição Federal de 1934, que previa a participação conjunta entre municípios, estados e União na responsabilidade da proteção dos objetos históricos e patrimônio artístico nacional. Na cidade de São Paulo, as ações embrionárias voltadas ao reconhecimento e à preservação de bens culturais já eram abordadas pelo Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana, criado em 1936 e dirigido por Mário de Andrade e que posteriormente

---

<sup>157</sup> O conselho foi criado em dezembro de 1985, mas sua instalação definitiva só ocorreu em outubro de 1988, quando as primeiras resoluções começaram a ser publicadas. Nos primeiros anos de atuação do órgão, foram publicados decretos, resoluções de abertura de processo de tombamento (APT) e resoluções de tombamento (T), voltados ao tombamento de imóveis de caracteres diversos. Em 1988 foram publicados: (APT) Pátio do Colégio; (APT) Imóvel na Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 42; (APT e T) Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho; (T) Imóvel na Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 42; (APT) Parque Municipal da Aclimação. No ano seguinte, deu-se a publicação de mais sete resoluções, entre elas a 07/89, que fazia menção aos bens da "Perus": (APT) Imóvel na Avenida Paulista, 1230; (APT) Escola Municipal de Primeiro Grau Presidente Dutra; (APT) Imóvel na Avenida Angélica, 2435; (APT) Relógio "De Nichile"; (APT) Teatros Municipais Paulo Eiró / João Caetano/ Arthur de Azevedo; (APT) Rua Dona Berta, 48/ 58/ 60/ 70/ 72/ 82/ 84/ 94/ 96/ 106/ 108/ 118 e 120; (APT) Quadra 007/Setor 187. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Resoluções Conpresp. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>. Acesso em: 17 jul. 2016.

se tornou Secretaria Municipal da Cultura<sup>158</sup>. As Constituições posteriores de 1937, 1946 e 1967 mantiveram as disposições da Constituição de 1934 quanto à participação dos municípios no fomento à proteção do patrimônio nacional, assim como a Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo de 1969<sup>159</sup>, que também apontava para as responsabilidades dos municípios e do Estado em defesa dos bens e locais de valor histórico, artístico, turísticos ou arqueológicos. Conforme explica Fenerich (2000), foi com o desenvolvimento dos planos diretores e da legislação de zoneamento durante o intenso crescimento das cidades ocorrido na década de 1970, que as preocupações com o patrimônio ambiental urbano tiveram maior evidência. A ameaça de destruição dos bens devido às transformações urbanas constituiu um fator a impulsionar as iniciativas municipais. Os planos e propostas paulistanos, elaborados nos anos 1930, tais como o Plano de Avenidas de Prestes Maia e a Carta de Princípios elaborada por Anhaia Mello, estavam concentrados em uma reforma urbana, com profundos impactos na cidade antiga. Já o Plano Urbanístico Básico (PUB, 1968-1969) e o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI, 1969-1970) não foram específicos quanto às recomendações para preservação do patrimônio arquitetônico. Trouxeram, no entanto, a ideia da preservação e valorização da paisagem regional, por meio do desenvolvimento de projetos voltados às atividades turísticas em locais de interesse histórico, paisagístico e cultural<sup>160</sup>. Em 1971, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI, 1971) incentivou a preservação do meio ambiente, ao propor programas de renovação urbana que focavam na recuperação das áreas urbanas em processo de deterioração<sup>161</sup>.

No mesmo ano, criou-se o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, subordinado à Secretaria da Educação e Cultura, com objetivo de cumprir as atribuições definidas na Lei Orgânica dos Municípios, assim como as imputações de tal natureza relacionadas com a legislação federal e estadual. Este Conselho Municipal constituiu um órgão de caráter consultivo, sem muita expressão, que propôs o tombamento para as autoridades competentes e desenvolveu estudos sobre as providências destinadas à colaboração da Municipalidade com os serviços da esfera federal e estadual (FENERICH, 2000).

---

<sup>158</sup> Sobre a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana, consultar Duarte (1985).

<sup>159</sup> Posteriormente, substituída pelo Decreto Lei Complementar Estadual nº 9, de 1969.

<sup>160</sup> Sobre incentivo ao desenvolvimento de atividades turísticas como instrumento vinculado ao desenvolvimento das cidades, consultar item 2.1 *EFPP: o carro chefe do tombamento estadual*.

<sup>161</sup> Sobre o incentivo à preservação do meio ambiente ver Carta de Paris (1972).

Em meados da década de 1970, a Prefeitura iniciou um levantamento dos bens culturais da área central da cidade<sup>162</sup>. O trabalho consistia em listar os bens de valor histórico, artístico ou arqueológico formando um inventário que resultou na delimitação de áreas especiais da cidade, denominadas Z8-200, incluídas na legislação de uso e ocupação do solo municipal de 1975<sup>163</sup>. Segundo Rodrigues, tal iniciativa teve inspiração na experiência francesa de demarcar “setores preservados” e buscou orientar a nova legislação de zoneamento urbano na cidade de São Paulo que se mostrava, naquele momento, “convulsionada pelas obras do metrô” (RODRIGUES, 2000, p. 51). Neste contexto, deu-se na cidade a criação das “manchas urbanas” detentoras de imóveis portadores de características excepcionais e de valores históricos, artísticos ou paisagísticos (FENERICH, 2000).

Inicialmente, as Z8-200 foram identificadas na zona central da cidade. Posteriormente, o processo de reconhecimento destas áreas ampliou-se na medida em que começavam a aparecer proposições e obras de renovação urbana ou quando se efetivavam os tombamentos estaduais, imediatamente absorvidos pelo poder municipal via *ex-officio* (RODRIGUES, 2012). Nesta lista, o patrimônio industrial começava a ter expressão com a inclusão da Vila Economizadora; do Gasômetro; da Estação do Brás e do Matadouro da Vila Mariana.

Com a criação do Departamento de Patrimônio Histórico do Município – DPH<sup>164</sup>, em 1975, a partir de 1983 deu-se início à elaboração, do Inventário do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo, o IGEPAC-SP, um trabalho sistemático de reconhecimento e documentação dos bens julgados testemunhos físicos do processo de transformação urbana da cidade, com o propósito de ser de caráter contínuo e permanente. Constituíram objeto de inventariação “não apenas os bens ambientais e culturais urbanos consagrados como ‘monumentais’, mas também modos de organização do espaço urbano e suas várias etapas e formas de evolução” (SÃO PAULO, 1987).

A ênfase do IGEPAC-SP recaiu nas análises urbanísticas das áreas inventariadas e levou em consideração seus aspectos históricos e socioculturais (SÃO PAULO, 1987). Conforme analisou Fenerich (2000), procurou-se inventariar prioritariamente

---

<sup>162</sup> Este levantamento foi encomendado pela Prefeitura de São Paulo à Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, contou com a participação dos professores Benedito Lima de Toledo e Carlos Alberto de Cerqueira Lemos. Criada em 1972, mesmo ano de criação da primeira lei de zoneamento geral do Município de São Paulo, esta Coordenadoria atuou no planejamento da cidade e elaborou um importante trabalho para a preservação dos bens culturais paulistanos.

<sup>163</sup> SÃO PAULO (Município). Lei nº8328, de 02 dez. 1975. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município, nas zonas de usos especiais Z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes e dá outras providências. São Paulo, Diário Oficial, 03 dez. 1975, folha 1.

<sup>164</sup> O DPH constituía uma das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Cultura, ao qual o CONPRESP vinculou-se, após sua criação em 1985.

os bairros com maior vocação às transformações urbanas, ao se documentar e diagnosticar sua ambiência. A classificação dos imóveis teve como referência a arquitetura e os valores a ela atribuídos de acordo com:

[...] o interesse que apresentam, destacando-se os imóveis de excepcional valor arquitetônico, sendo eventualmente de caráter monumental, os imóveis de valor histórico-arquitetônico, de menor destaque que os anteriores, podendo apresentar também valor afetivo, e os imóveis de interesse ambiental, com algum mérito histórico-arquitetônico, mantendo relação harmônica de volumetria com seus vizinhos de interesse arquitetônico (FENERICH, 2000, p. 73).

Na visão de Castriota, as primeiras tentativas de inverter o enfoque da catalogação exclusiva de bens culturais notáveis para áreas de interesse <sup>165</sup> acontecerão exatamente em âmbito municipal, e o IGEPAC-SP configura um bom exemplo desta ação, ao tentar inserir uma metodologia com abordagem especificamente urbana pautada na compreensão de unidades culturais mais amplas por meio da análise de áreas da cidade. Isso representou um avanço nas formas de inventariar bens culturais, pois a perspectiva adotada mostrou-se muito mais adequada diante da amplitude do conceito patrimônio (CASTRIOTA, 2007). Levaram-se em consideração, além dos monumentos isolados ou de valor de exceção, aqueles de valor afetivo para a comunidade<sup>166</sup>.

De forma geral, é com o Conpresp que se iniciam as ações efetivas de tombamentos na cidade de São Paulo. Com a criação do Conselho, as ações de tombamento foram estruturadas, considerando-se suas atuações juntamente com as do DPH<sup>167</sup>.

<sup>165</sup> Esse deslocamento do olhar do bem isolado para o conjunto encontra amparo no que já apregoava a Carta de Veneza de 1964 (ICOMOS, 1964). Segundo Choay, teriam sido Ruskin, na obra *On the Opening of the Crystal Palace*, seguido de William Morris, os primeiros a considerarem, no campo da herança histórica, a preservação de “conjuntos urbanos” representados pela “continuidade da malha formada pelas residências mais humildes”, da mesma maneira que os edifícios isolados (CHOAY, 2001, p. 141).

<sup>166</sup> Na obra *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*, publicada em 1849, Ruskin (2008) já enfatizava a relação entre homem, monumento e natureza e os valores afetivos atribuídos ao monumento, sobretudo, à arquitetura doméstica, a qual ele considerava monumento histórico de grande valor afetivo.

<sup>167</sup> O acionamento do tombamento passou a ocorrer a partir de duas diferentes formas. Na primeira, o poder público, embasado em estudos concebidos pelo DPH, propõe a sua aplicação aos bens considerados significativos, a partir tanto do interesse específico por um imóvel pontual, quanto em uma mancha urbana ou um bairro, para os quais o trabalho de realização do IGEPAC é relevante durante as seleções. A segunda forma pela qual pode ser acionado o tombamento se dá por iniciativa popular, seja ela individual ou coletiva. Após a análise pelo DPH de todos os pedidos efetuados, seguida da instrução preliminar, as solicitações são submetidas ao Conpresp, cabendo a ele a decisão de acionar ou não o mecanismo de tombamento. No caso de aprovação de abertura de um processo de tombamento, o bem em questão passa a ser protegido legalmente até a decisão final, ficando proibidas as demolições e reformas sem autorização prévia. Após esta fase, inicia-se uma segunda, os estudos da Divisão de Preservação, submetida ao DPH, na qual é aprofundada e

Os órgãos tiveram e ainda têm o objetivo de preservar e renovar edifícios ou áreas urbanas, de forma que suas ações se tornem complementares e colaborem para a revalorização dos bens deteriorados (SÃO PAULO, s/d).

Outra iniciativa da prefeitura, em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, para tentar promover a preservação de bens de interesse cultural, foi a publicação da obra *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*, de 1984. Este trabalho tinha por objetivo “sensibilizar o conjunto de pessoas afetas à questão, que vai desde o proprietário ao administrador público, ou seja, todos aqueles que direta ou indiretamente decidem e intervêm no espaço representativo da cultura” (SÃO PAULO, 1984, p. 9).

Os exemplares selecionados nesta obra eram aqueles considerados representativos da arquitetura e urbanização paulista, circunscritos aos limites da Região Metropolitana. Visando à recuperação da memória paulista, procurou-se tratar cada bem cultural como “um fragmento desta memória, ao mesmo tempo identificável por suas particularidades, mas necessariamente inserido em um corpo de circunstâncias gerais referentes à urbanização de São Paulo” (SÃO PAULO, 1984, p. 15).

A representação do patrimônio industrial neste trabalho ficou a cargo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, como o único exemplar da categoria *Arquitetura Ferroviária*, e pelos Fornos de Cal da Companhia Melhoramentos de São Paulo, em Caieiras, como representante da categoria *Arquitetura Industrial*<sup>168</sup>. O significado histórico da EFPP foi ao encontro do que já se discutia em sua preservação em âmbito estadual, justificando-se pelo fato de:

[...] constituir um objeto cultural representativo de um sistema histórico de exploração de território, qual seja, o sistema de extração das riquezas minerais [...]. Porém, seu significado histórico não se esgota aí. A ferrovia, com estreita bitola de 60 centímetros, tal como seus vagões e locomotivas do tipo popularmente conhecido como “Maria Fumaça”, é considerada patrimônio de interesse internacional. Consta que um único similar deste tipo de ferrovia subsiste na África (SÃO PAULO, 1984, p. 63 e 64).

---

detalhada a pesquisa sobre o bem. Ao final desses estudos, o processo é novamente submetido ao Compresp para sua decisão final (SÃO PAULO, s/d).

<sup>168</sup> Além destes, foram selecionados na categoria *Arquitetura de Aldeamentos*: a Igreja de Nossa Senhora da Escada e a residência anexa em Guararema; Igreja Nossa Senhora do Rosário e residência anexa, em Embu; Aldeia de Carapicuíba e Capela de São João Batista, em Carapicuíba; Aldeia de Barueri, em Barueri. Na categoria *Arquitetura Civil Rural*: o sítio do Padre Inácio e o sítio do Mandu, ambos em Cotia. Na categoria *Arquitetura Religiosa Rural*: a Capela de Nossa Senhora da Ajuda em Guararema; a Capela Nossa Senhora do Pilar, em Ribeirão Pires, a Capela Nossa Senhora da Conceição, em Santana do Paranaíba. Na *Categoria Arquitetura Religiosa Urbana*: o Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Mogi das Cruzes. Representando os sítios históricos foram apontados: o Centro Religioso, em Pirapora do Bom Jesus; a Serra do Mar, em Santo André, São Bernardo do Campo e Cubatão e a Calçada do Lorena, em São Bernardo do Campo e Cubatão.



No período compreendido entre os anos de 1989 e 1992, concomitante ao de abertura do processo municipal até a publicação da primeira resolução de tombamento dos bens da CBCPP neste âmbito, na gestão da prefeita Luiza Erundina, a diretriz básica da política da Secretaria Municipal de Cultura estava fundamentada na noção de “cidadania cultural”. Tal ideia, tinha como pressuposto tentar garantir a cultura como direito a toda a população. Segundo a secretária municipal deste período, Marilena Chauí<sup>169</sup>, ao defender a política cultural como cidadania e direito, operava-se com dois sentidos da cultura:

[...] como um fato ao qual temos direito como agentes ou sujeitos históricos; como um valor ao qual todos têm direito numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito à criação e fruição das obras de pensamento e das obras de arte (CHAUÍ, 1992, p. 39).

Sob tal óptica, a cultura é entendida, simultaneamente, como um fato e um valor, devendo ser compreendida como um direito de todos, inclusive da classe trabalhadora, considerada excluída desta prerrogativa. Nesta concepção, a autora defendeu a ideia de que o Estado deve comportar-se como “serviço público aos cidadãos” e apresentou um trabalho desenvolvido pelo DPH que consistiu na “Implantação do Sistema Municipal de Arquivos”. Trata-se de um projeto que pretendia reunir os arquivos da administração municipal e demais instituições similares com intenção de preservar e organizar o acervo documental da cidade. O projeto constituiu uma das prioridades desta gestão e suas bases estavam estruturadas em ações como:

[...] reorganização e rearranjo dos acervos documentais nos suportes textual, gráfico e fotográfico promovendo atividades de restauro ou recuperação física, produzindo inventários [...] capazes de garantir o acesso público aos seus registros; implantação de projetos de história oral visando ampliar o universo de registros relativos à memória e à história da cidade; subsidiar tecnicamente os movimentos sociais para a organização de sua própria memória e preservação de suas tradições e referências culturais, em condições de autonomia; organização de acervos museológicos; [...] atividades de registro fotográfico sistemático da cidade, alimentando o acervo neste suporte; dinamizar as casas históricas sob guarda da Secretaria Municipal de Cultura, possibilitando seu uso múltiplo pela população, para que se tornem polos culturais efetivos, e não meros objetos de reverência de uma memória mítica; ampliar as atividades do serviço educativo, voltadas prioritariamente para a rede pública de ensino; [...] garantir [...] o acesso à cultura e à informação a um público pouco familiarizado com os seus circuitos habituais (CHAUÍ, 1992, p. 45 e 46).

---

<sup>169</sup>Marilena de Souza Chauí, doutora em Filosofia desde 1971 e livre-docente desde 1977. Foi Secretária Municipal de Cultura no período de 1988 a 1992, durante a gestão de Luiza Erundina. É professora na Universidade de São Paulo desde 1967, e autora de várias publicações.

Nesse ambiente, envolvendo o reconhecimento de uma ampla gama de elementos como bens culturais municipais, o propósito de construir um arquivo municipal abrangente, largamente difundido e acessível, associado à ideia de cultura como um direito de todo o cidadão, os remanescentes da “Perus” foram tombados pelo município.

A resolução de Abertura de Processo de Tombamento municipal referente às vilas e à fábrica, publicada em 1989, nos primeiros anos de atuação do Conpresp, mostra que o conselho já nascera em um ambiente favorável ao reconhecimento dos bens representativos do patrimônio industrial e das classes menos representadas nos órgãos de preservação. Tal abertura foi influenciada por fatores positivos como a iniciativa do Prefeito de Cajamar de transformar parte das casas da CBCPP em utilidade pública, a aprovação do tombamento em esfera estadual dos bens da Companhia<sup>170</sup>, a iminência de ser decretada a utilidade pública dos bens da “Perus” e, ainda, o envolvimento na questão de intelectuais como Marilena Chauí e Déa Ribeiro Fenelon, diretora do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH.

A proposição de tombamento formulada pelo DPH, em 1989, com referência à Quadra 007 - Setor 187, foi plenamente acatada pelo Conpresp que, por decisão unânime de seus conselheiros, oficializou a abertura do processo de tombamento. A iniciativa, encabeçada pela administração regional do bairro de Perus, com apoio de ex-trabalhadores da fábrica e dos membros da ABPF, visava concretizar a preservação da EFPP e da Vila Triângulo. Em um primeiro relatório enviado para o Conselho Municipal, apontou-se algumas justificativas e possibilidades para o tombamento dos remanescentes. Em primeiro lugar, enfatizou-se a carência do local com relação a equipamentos culturais devido à localização geográfica, a formação social, econômica e cultural de Perus. Os habitantes do bairro tinham pouco acesso aos equipamentos culturais oferecidos pela cidade - cinemas, teatros, museus, centros culturais – estando acessíveis, basicamente, uma biblioteca municipal e o Centro Cultural Ajoá-Perus. Tal argumento fortalecia a intenção em dar prosseguimento à ideia de transformar os remanescentes em Centro de Cultura (CONPRESP, 1989, p. 3).

Deu-se, neste relatório, ênfase à história de lutas e movimentos dos operários da fábrica, como a luta dos “Queixadas” pela autogestão da Fábrica de Cimento<sup>171</sup>.

---

<sup>170</sup> Naquele momento, o tombamento estadual já havia sido decretado, mas sua regulamentação ainda se encontrava em fase de elaboração, e teria pela frente diversas situações conflitantes até sua conclusão.

<sup>171</sup> Sobre as tentativas de implantar a autogestão da Fábrica, consultar: Siqueira (2009).

Neste sentido, buscava-se desenvolver um projeto para garantir a preservação da memória e da história de Perus, em parceria com a administração da regional, Secretaria Municipal de Cultura, DPH, Centro Cultural Ajoá-Perus e escolas da região. A ideia era formar um acervo fotográfico e documental, inclusive com a coleta dos depoimentos de antigos moradores e lideranças dos movimentos populares e sindicais associada à preservação dos substratos materiais como marcos desta história, iniciando pela revitalização e preservação da Estrada de Ferro Perus-Pirapora.

A legitimação das solicitações de tombamento reforçou-se pelas ameaças de despejo exercidas pelo proprietário a partir de 1991. Deu-se início a uma “onda” de pressões para que os moradores das vilas deixassem as casas. Um grupo de operários, acompanhado do bispo da região oeste de São Paulo, D. Angélico, e da Secretária de Cultura do Município, Marilena Chauí, buscou o apoio da prefeita Luiza Erundina, que acatou, com restrições, às reivindicações operárias. As limitações expostas pela prefeita referiam-se à falta de verba e à necessidade de um plano político que justificasse a participação da Administrativa Municipal no projeto (JESUS, 1992, p.11).

No ano seguinte, o Decreto de Declaração de Utilidade Pública nº 31805/92 foi assinado pela prefeita, com intuito de desapropriar judicialmente ou permitir a aquisição, mediante acordo, dos imóveis necessários à implantação do Centro de Cultura Operária. Entretanto, as gestões municipais seguintes não deram continuidade ao decreto e a área passou a ser o centro de uma disputa pelo direito de uso. Os trabalhadores, aliados à comunidade e a grupos intelectuais e políticos, legitimavam suas solicitações. Inicialmente, como uma forma de perpetuar na memória “o sacrifício e as conquistas de toda uma geração de trabalhadores, definindo um ponto de referência cultural-libertária na outrora esbranquiçada paisagem de Perus, submetida por longo tempo ao arbítrio e à injustiça” (JESUS, 1992, p. 20).

Juridicamente, amparavam-se na Lei Orgânica do Município, que estabelecia a garantia a todos do exercício do direito cultural e do acesso à fonte de cultura, cabendo ao município a responsabilidade pelas medidas de preservação das manifestações e dos bens de valor histórico e cultural, bem como das paisagens naturais e construídas. Sustentavam-se, também, na responsabilidade do município, que de acordo com a Lei Orgânica, deveria estimular os empreendimentos privados destinados à criação artística, à preservação e restauração do patrimônio cultural e histórico, além de conceder incentivos e isenções fiscais aos seus proprietários (JESUS, 1992).

As condições do conjunto de casas da Vila Triângulo, descritas no momento da solicitação, enalteciam dois aspectos relevantes para justificar o tombamento municipal. Um deles, volta-se ao desrespeito às áreas tombadas como envoltórias à EFPP e o outro, à condição de intacto como um fator positivo para promover o seu tombamento:

Apesar de estarem situadas em área envoltória, já tombada pelo Condephaat, algumas casas já foram demolidas e outras sofreram pequenas alterações, sem que isso tenha causado uma descaracterização do conjunto, na sua maior parte ainda intacto (CONPRESP, 1989, p. 40).

Entretanto, após iniciadas as pesquisas sobre o histórico da Fábrica e a primeira vistoria realizada em 1990, finalmente autorizada pelo proprietário depois de inúmeras tentativas e pedidos feitos pelas equipes técnicas, outra visão sobre os bens a serem tombados começou a se formar. A ideia de tombamento de partes fragmentadas representadas pela Estrada de Ferro e pela Vila Triângulo foi substituída por outra, com um novo sentido ao tombamento, fundamentado no conceito de integridade do conjunto, conforme atestaram Walter Pires e Helenice Diamante:

A partir dessa vistoria e do conteúdo das entrevistas já gravadas, foi apontada a importância da ampliação dos estudos para além do que foi inicialmente proposto, na medida em que tanto a ferrovia, como a fábrica, as vilas e demais edificações, compõem um todo articulado na origem mesma de suas existências (CONPRESP, 1989, p. 89).

Tal ampliação do foco do tombamento municipal, feita de forma a preservar a articulação entre os elementos que formam um todo, mostrou-se solidária com as definições do termo proposto pela Unesco<sup>172</sup> e por Johkilehto (2006b). Ambos vincularam o significado da condição de *integridade* com a possibilidade de o bem possuir os vários elementos necessários para expressar o seu valor e sua significância, ligada às funções e aos processos em interação com a sociedade e os elementos testemunhos de sua criação. Consideraram-se nos estudos para tombamento as justificativas voltadas ao valor histórico, valor afetivo e valor de memória do conjunto:

---

<sup>172</sup> Cf. UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2013. 177 p. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-en.pdf>  
Acesso em: 19 Jul, 2016.

Apropriação profunda e afetiva do conjunto de espaços de produção e habitação que definem aquela fábrica pela comunidade local; Preservação da memória de importante movimento social – dos operários da antiga fábrica de cimento Perus – que poderá ser reforçada através da implantação de um centro de cultura no local e concretizada com a preservação física da área através do tombamento; Diversidade de edifícios e equipamentos que, por suas características arquitetônicas e tecnológicas, documentam uma ocupação fabril complexa e inovadora na época em que foi constituída; Valor histórico e tecnológico da última ferrovia de bitola estreita remanescente no país, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora; O fato da CBCPP ter sido a primeira fábrica de cimento bem sucedida no país e, durante vários anos, ter liderado a produção de cimento de qualidade; Existência na área do primeiro conjunto de residências construídas no Brasil com o uso de blocos de concreto - Vilas Triângulo e Fábrica (CONPRESP, 1989, p. 263 e 264).

Deu-se início, ao levantamento, pré-inventário e cadastro de algumas edificações do núcleo<sup>173</sup>. O trabalho desenvolveu-se com acompanhamento dos antigos moradores e trabalhadores que traziam detalhes sobre o cotidiano nas vilas da fábrica, o trabalho nas unidades fabris, as etapas da produção do cimento e a vivência no local. A participação destas pessoas durante o trabalho de levantamento feito pelas equipes dava suporte aos técnicos do Conselho e estes passavam a delinear um novo entendimento sobre a importância dos remanescentes e um novo sentido ao seu tombamento. Tal iniciativa incorporava-se ao projeto maior do DPH, voltado à criação do acervo arquivístico documental, escrito e oral, da história da cidade de São Paulo.

É preciso ressaltar a relevância dessa participação constante dos interessados na preservação da área, imprimindo no parecer técnico o registro de sua memória e possibilitando reconstituir historicamente, através de suas lembranças, a utilidade específica de cada equipamento ou edificação (inclusive de muitas que já não existem mais) no espaço da fábrica e a vida no interior das vilas operárias. Colher depoimentos de cidadãos anônimos significou reconhecê-los como testemunhos da sua experiência social na cidade de São Paulo, tanto quanto aqueles oferecidos pela documentação oficial (como a legislação ou documentos registrados em cartórios, por exemplo), considerados até há pouco tempo, as únicas fontes fidedignas para a história (CONPRESP, 1989, p. 89).

---

<sup>173</sup> Esse trabalho apenas foi possível após a liberação do acesso regular dos técnicos pelos proprietários, ocorrido em 1991, quando foram realizadas cerca de dez vistorias (CONPRESP, 1989).

As iniciativas do DPH e do Conpresp mostram que o tombamento formulado pela esfera municipal se revestiu de outras valorações além daquelas já atribuídas ao bem pelo tombamento estadual. O estadual prosseguiu com base na valoração do bem pelo viés da historicidade, excepcionalidade, integridade e autenticidade e no reconhecimento dos elementos da paisagem. Já o tombamento municipal, seguiu pelo viés da compreensão da CBCPP como um complexo fabril articulado pela EFPP, deu maior voz à população, especialmente, aos envolvidos diretamente com as instalações da fábrica de cimento, os antigos moradores e trabalhadores, legitimando, primordialmente, seu valor afetivo e seu caráter simbólico. Procurou-se enfatizar a representação da fábrica na vida dessas pessoas e reforçar sua caracterização como lugar de identidade, de acordo com:

[...] o valor histórico, social e urbanístico do conjunto das instalações da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP); [...] a importância da memória dos trabalhadores da CBCPP enquanto símbolo de determinada forma de organização, luta e resistência dos trabalhadores; [...] o papel da Estrada de Ferro Perus-Pirapora na articulação e definição da área dessa indústria [...] (CONPRESP, 1992a).

Os depoimentos coletados pelo DPH tinham abordagens e tempos diversos, ressaltavam aspectos importantes da vivência na fábrica, alegrias e pesares, ajudando a construir a ideia de sua representação para o local e sua influência na vida dos trabalhadores.

Havia um campo de futebol maravilhoso que era um lazer pro pessoal tanto para as mulheres que vinham assistir quanto para os homens que vinham se distrair. Tínhamos o cinema [...]. Depois foi decaindo, decaindo (D. Zenaide) (CONPRESP, 1989, p. 112).

A vida era muito melhor porque a gente tinha liberdade, porta aberta, roupa no varal à noite, horta sem ninguém pegar (D. Zenaide) (CONPRESP, 1989, p. 112).

Além do que o fato de ter moradia era um peso na balança (Sr. Estéffan) (CONPRESP, 1989, p. 112).

Aquele tempo a gente não plantava nada não. Se plantava, de um dia pro outro olhava assim pros pés de couve e aquilo tava só pó [...]. Quando começava a amadurecer, a fruta ficava até meio dura, parecia que estava com uma casca de pó por cima [...]. Ao passo que a gente estava até acostumado com aquilo. Acho que não fazia mal não, ou já nascia naquele ambiente acho que o pulmão já ficava outro (D. Noêmia) (CONPRESP, 1989, p. 112).

[...] ali não havia liberdade, ali era trabalhar, trabalhar e só [...] depois que a gente entrava na fábrica e tinha que esperar o apito já dentro da seção, ali conforme apitava as pessoas começavam a funcionar também [...] quando chegava ali pelas 8 horas eu tinha um pouco de fome então, o que eu fazia, pegava a garrafinha de café, escondido do chefe [...] e ia atrás de umas pilhas de madeira (na carpintaria) pra tomar o café escondido (Sr. João Pedroso) (CONPRESP, 1989, p. 117).

[...] o pó incomodava, pegava na vista e pra respirar [...] acho que muita caloria aqui no forno, era um calor desgraçado [...] eu saí quando me deu derrame. Acho que é a caloria [...] você vai pra máquina de madrugada, essa parte aqui (apontando o tórax) [...] e aqui (apontando as costas) toma muita friagem [...]. Aí já comecei a me afastar, afastar, afastar e acabei na caixa. Nesse dia não voltei mais. Uma vida inteira levei aí [...] (Nestor Rocha, ex-maquinista) (CONPRESP, 1989, p. 117).

Tal forma de trabalho conjunta entre órgão e comunidade contribuiu para a formação de um pensamento coerente com o entendimento dos remanescentes como *lugar de memória*<sup>174</sup> e configurou tentativas de estabelecer uma relação entre passado e presente coerente com as noções de Bosi (1971) acerca do cuidado necessário quando se trabalha com a memória<sup>175</sup>. Com esta postura, a pesquisa histórica elaborada pelo DPH ultrapassou as informações técnicas contidas nos inventários fornecidos pela ABPF e considerou, também, os depoimentos voltados aos aspectos humanos e cotidianos do núcleo fabril. Embora outros temas ligados ao pioneirismo tecnológico, como a utilização dos blocos de concreto como elementos construtivos das edificações do núcleo e informações sobre a constituição da empresa, tivessem sido relevantes no processo, parece-nos que os olhares do DPH e do Conpresp para os remanescentes estavam mais ligados à

---

<sup>174</sup> Para Nora (1993), autor que problematiza os lugares ao relacioná-los com a modernidade, a memória e a história, a criação de *lugares de memória* se faz necessária porque a memória já não existe mais.

<sup>175</sup> A memória, como afirma a autora, é uma construção social, um processo inacabado, com permanentes alterações e adições (BOSI, 1971) e requer estabelecer essa relação. Meneses afirma que a memória não é algo concreto, cujos produtos gerados por informações, conhecimentos e experiências do passado são meramente transportados para o tempo presente tal qual um dia teriam acontecido. Existe uma complexidade ligada a tempo e espaço que afeta esse processo. O autor afirma ainda que o prolongamento de uma “tradição”, “o congelamento de velhos usos e costumes à revelia de uma reflexão crítica a título de transmissão de valores para o futuro” (MENESES, 1992, p. 17), tende a intenções ideológicas como, por exemplo, a construção social de identidades. A necessidade de uma continuidade histórica, inventada ou reinventada, visa perpetuar usos e costumes, tendendo a distorcer a realidade histórica e a fortalecer a “tradição” (HOBBSAWN; RANGER, 1997). Edgard Morin problematiza a complexidade que envolve a memória a partir de sua subjetividade: “Como todas as coisas do universo, a memória sofre degradação e desintegração, o que para ela se chama esquecimento [...]. A própria memória tende a se tornar lacunar, incorreta, enganosa [...] ela sofre intensamente as forças de rejeição, que afugentam a lembrança desagradável, e das forças de transfiguração e mitologização, que transformam a lembrança em lenda” (MORIN, 1986, p. 152). Meneses (1992) explica que estas questões não anulam a autenticidade de um bem preservado por meio de sua relação com a memória e não invalidam as questões simbólicas ou uma tradição inventada que perpassam o patrimônio, desde que haja a devida distinção e que a memória não se pretenda como conteúdo de um autêntico documento histórico.

preservação da memória do trabalhador e de sua luta. Os remanescentes, a partir de uma leitura conjunta, tornaram-se meios para contribuir com a permanência desta memória, na tentativa de suprir a inexistência de marcos físicos que assumissem tais representações.

O aproveitamento dos relatos na formação de uma composição de pensamentos, conforme explica Certeau (1998), dá-se como bricolagens de resíduos, fragmentos de conteúdos dispersos que tomam a forma homogênea do relato, compõem e justapõem histórias perdidas e expressões, sem que suas relações sejam pensadas e estruturadas. Formam, assim, um conjunto simbólico. Os relatos se organizam em camadas “se escondem nos cantos dos bairros, das famílias ou dos indivíduos” e deles extraem-se as lembranças que despertam as histórias e trazem para o presente aquilo que já é ausente, unindo as pessoas aos lugares. “Só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio, e que se pode evocar ou não” (CERTEAU, 1998, p. 189), fortalecendo-o como lugar de identidade.

Esta leitura do bem, a seleção dos elementos a serem tombados, evocando o seu *valor de memória* e o entendimento do local como um *lugar de memória* e de *identidade*, mostrou-se coerente com a própria noção de cultura, dada pela interação e interdependência de elementos componentes dos modos de vida de uma comunidade (LACERDA, 2012). Desta noção, decorre a necessidade de reconhecimento de ocupações diversas do espaço urbano como bem cultural, inclusive da moradia. A compreensão do habitat como ato cultural – que nesta pesquisa estende-se para as casas no núcleo fabril, inicialmente tombadas em sua totalidade na esfera municipal – vincula-se à compreensão de sua complexidade, feita de normas, repertórios, ações e representações de seus ocupantes, enquanto membros de uma determinada comunidade.

Compreender o bem como um lugar de memória, implica a percepção da matéria como substrato que ativa a memória, evoca outras significâncias que o bem é capaz de transmitir, apreendidas por diferentes olhares e com as quais os substratos materiais se relacionam. Tal compreensão requer o entendimento de como eles se distanciam de uma interpretação circunscrita apenas à sua condição material e espacial, caracterizada pela junção de elementos físicos e concretos. Assim, ao evocar seus valores simbólicos e cognitivos, suas representações para além da materialidade, provoca o imaginário, relaciona paisagem e mente, além de ativar a memória e o seu valor cognitivo. A memória, atua como:



[...] formação necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional [...] A memória [...] é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz (MENESES, 2002, p. 22).

Compreendido desta maneira, o lugar passa a assumir configurações identitárias e a identidade, como observa Arias (2002), é a representação que permite dizer “eu sou” isto ou “somos” isto<sup>176</sup>. É nesse processo, chamado por Jeudy de *processo de refletividade*, entre sociedade e bem que se dá consistência ao patrimônio: “para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que uma sociedade veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura” (JEUDY, 2005, p. 19).

Assim, ao assumir uma configuração identitária, o lugar passa a envolver movimento, tempo e trajetória (LEITE, 2007) e na medida em que expressa símbolos sociais, relaciona-se, também, com a cultura. A relação entre cultura e identidade é colocada por Arias (2002) a partir da construção, pela sociedade, destes símbolos sociais que representam e identificam os povos; ao permear sua cultura, diferencia-o dos demais e forma sua identidade cultural:

*La cultura, que es una construcción específicamente humana que se expresa a través de todos esos universos simbólicos y de sentido socialmente compartidos que le ha permitido a una sociedad llegar a “ser” todo lo que se ha construido como pueblo y sobre el que se construye un referente discursivo de pertenencia y de diferencia: la identidad* (ARIAS, 2002, p. 103).

Buscou-se, no processo municipal, trazer à superfície estes aspectos do cotidiano do operário, fundamentalmente ligado ao trabalho, função que configura a razão da existência do núcleo fabril. A partir do trabalho, outras experiências dele decorrentes foram vivenciadas:

---

<sup>176</sup> No enfoque dado pelo autor, a identidade cultural de um povo está relacionada com as características perceptíveis e culturais visíveis de um grupo, voltadas ao seu sentido antropológico, tais como origem, passado histórico, língua, vestimentas, religião, pertencimento a um território, suas artes, festas, música, dança e outras características sem as quais o grupo não pode construir uma identidade própria (ARIAS, 2002).

Nas suas lembranças do trabalho, da vivência desses espaços, das suas ações e utopias não realizadas percebe-se a unidade das suas recordações. Uma unidade expressa através da coesão de um grupo heterogêneo e diversificado nas suas experiências e vinculações partidárias. Porém, unidos no esforço para não esquecer, no trabalho para lembrar e no refazer de suas experiências passadas. A fábrica onde trabalharam tantas décadas, as vilas onde nasceram e/ou onde criaram seus filhos, os equipamentos desgastados pelas suas mãos não informam apenas vestígios do passado, mas são em si mesmo espaços de vida e de trabalho. Cenário de tantas lutas, vitoriosas ou não [...] (CONPRESP, 1989, p. 186).

Na seleção de bens para tombamento municipal, conforme a Resolução 27/1992, procurou-se reforçar a valorização da memória e da identidade, aplicando-se níveis de proteção municipal ao conjunto de edifícios, equipamentos e instalações da área de produção a antiga fábrica; ao conjunto de residências operárias da Vila Triângulo; da Vila Portland; da Vila da Fábrica; ao conjunto de residência da antiga administração e assistência médica; refeitório; traçado de caminhos e ruas; traçado do Córrego Ajuá e a Sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento e Gesso de São Paulo; além das instalações, acervo e edificações da Estrada de Ferro Perus-Pirapora através de tombamento *ex-offício*, no qual se inclui o Casarão do M. Valorizaram-se assim, os edifícios que compuseram o cotidiano do trabalhador representado, primordialmente, pelas áreas de produção; a representação das lutas, expressa, sobretudo, pela preservação da Sede do Sindicato e os locais de vivência, constituídos pelas moradias, casas de assistência médica, refeitório, igreja, caminhos e ruas<sup>177</sup>.

---

<sup>177</sup> Foram definidos os critérios para preservação dos conjuntos com nível de preservação 2 (NP-2). Ou seja, preservação das características arquitetônicas externas, fachadas e coberturas e admitindo-se alterações internas para o refeitório, a portaria, o escritório, britador, oficina mecânica, subestação, ensacadora, carpintaria, depósito de peças, laboratório de engenharia, depósito de pedras, depósito de gesso, depósito de clínquer. Ficou estabelecida a necessidade de preservação da estrutura (pilares e vigas e lajes) das edificações remanescentes da área dos fornos e moinhos. O nível de preservação 1 (NP-1) corresponde a bens de excepcional interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determinando sua preservação integral, sendo recomendado para o Casarão da Ferrovia ou do M; a casa do Tráfego e dos equipamentos; forno nº 4; silos de armazenagem de matéria-prima; moinhos de matéria-prima e de clínquer; resfriador nº 4; chaminés; esteira transportadora de matéria-prima do depósito de pedra; esteira transportadora de matéria-prima entre o britador e os depósitos de pedra; britador e ensacadoras. Os imóveis da vila triângulo obtiveram níveis de tombamento NP-2, correspondente a bens de grande interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determinando a preservação de suas características externas e de alguns elementos internos identificados no relatório do processo; e NP-3, correspondente a bens de interesse histórico, arquitetônico, paisagístico ou ambiental, determinando a preservação de suas características externas. A Vila Portland ou Vila Nova obteve para seus imóveis níveis NP-2 e preservação do arruamento, modo de implantação e divisão dos lotes. À Vila da Fábrica foram aplicados níveis de preservação NP-2 e NP-3, além da preservação da implantação e preservação dos lotes. Os níveis de tombamento aplicados não foram integrais, o que revela que a proposta de tombamento tinha um caráter flexível para uso e formas de apropriação dos imóveis.



**Figura 39:** Perímetro do tombamento municipal referente à Resolução 27/92.

**Fonte:** Acervo da autora, indicações elaboradas sobre planta que integra o Processo Condephaat, 1980.

A valoração do Casarão da Fazendinha, antiga propriedade da família Dias<sup>178</sup>, teve maior expressão devido a sua arquitetura eclética característica do século XIX e seu valor ambiental pela presença de extensas áreas verdes, pelo represamento de um lago em seu entorno e pelas formas de implantação em área rural, à beira da ferrovia. A preservação do Casarão se fazia importante também por abrir possibilidades para investigações arqueológicas futuras buscando documentar os vestígios da fábrica de pólvora. As reformas e ampliações da edificação não impediram a valoração do bem por sua arquitetura peculiar. Observa-se que neste caso ocorreu flexibilidade com relação à condição de intacto do bem (CONPRES, 1992c). O arquiteto José Geraldo Martins de Oliveira, representante da Sempla, elaborou um parecer sobre a edificação ao ressaltar algumas significâncias do Casarão, vinculadas, inclusive às ocupações antes da instalação da fábrica de cimento:

<sup>178</sup> Embora houvesse intenção de incluir o Casarão da Fazendinha, desde a abertura do processo municipal dos remanescentes da CBCPP, sua preservação foi tratada em processo separado do restante do conjunto devido às dificuldades decorrentes da localização do bem, implantado em área rural, administrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, à qual se aplica legislação de uso e ocupação do solo diferenciada.

O imóvel, pela sua localização e características arquitetônicas representa exemplar incomum, restante nas cercanias de São Paulo. Implantado como está em elevação do terreno, nas proximidades do córrego, em meio à área vegetada e mantendo alguma distância em relação à ocupação urbana da vizinhança, preserva características da ocupação rural da qual há poucos remanescentes no município. A edificação por sua vez preserva as características arquitetônicas ecléticas nas suas fachadas, apresentando pouca alteração. Sob o aspecto histórico, sua construção representa testemunho significativo do processo de ocupação territorial do interior do estado, assentado nas sucessivas formas de utilização que recebeu ao longo do tempo, como sede de propriedade rural, residência dos proprietários de indústria fabricante de pólvora, em dado período, considerada então uma das duas mais importantes do setor; da função exercida durante o período de atividades da fábrica de cimento, lindeira à propriedade onde está instalada quando deu abrigo aos técnicos residentes nela (CONPRESP, 1992c, p.70).

A valoração foi vinculada à memória operária, uma vez que o casarão havia servido aos funcionários como pensão e depois como moradia de empregados graduados da CBCPP. Durante a década de 1950, foi sede do centro esportivo para os trabalhadores (CONPRESP, 1992c). Helenice Diamante e Ronaldo B. A. Parente, pareceristas do DPH, destacaram o casarão como uma “referência histórica, tanto para os moradores do bairro, quanto para os trabalhadores da antiga fábrica de cimento” (CONPRESP, 1992c, p. 44) e também como um “marco visual para os usuários anônimos do transporte ferroviário que notam aquele cenário modesto mas, quase cinematográfico pela sua improbabilidade às margens de uma área urbana que vem sendo adensada tão rapidamente” (CONPRESP, 1992c, p. 44 e 45).

Esta postura do conselho, reconhecendo o lugar pelo viés de seu valor para o trabalhador, vai ao encontro da abordagem específica sobre os *lugares da memória operária* de Madeleine Rébérioux, historiadora da Universidade de Paris. A autora enfatiza aspectos que só se tornaram possíveis de observação a partir das reconstituições de seus usuários, ou seja, ultrapassam as informações autênticas transmitidas pelo estudo da matéria. Ao discorrer sobre os lugares de memória operária, a ela reflete sobre a importância neste contexto dos *lugares de trabalho*, os *lugares de sociabilidade* e os *lugares simbólicos* e suas representações no imaginário operário. Ainda segundo a autora, a atividade industrial cria e distingue o operário, independentemente de seu grau de qualificação, ofício e lugar que ocupa na produção. O importante nos lugares de trabalho é a presença que eles têm na memória operária; sendo exatamente aquilo que os operários dizem a seu respeito,

pois, em suma, é o lugar ocupado em seus imaginários e o que tal lembrança pode nos ensinar (RÉBÉRIOUX, 1992). A evocação do espaço de trabalho pelos próprios operários e sua memória oral dá-nos a dimensão da “desordem, a negligência, até mesmo a sujeira das oficinas, com seus cantos sombrios e sacos de juta ou de algodão propícios para os jogos de baralho ou para beber um trago [...]” (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 50).

O lugar de trabalho não se constitui apenas como a localidade da exploração, mas também o local de formas de lazer toleradas na prática. “A evocação do espaço de trabalho pelos próprios operários”, diz a autora, “acrescenta uma nota complementar e nova àquela desordem” (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 50). Talvez seja esta a justificativa que permita aos lugares de trabalho evocar os sentimentos dualísticos questionados por Jeudy (2005):

Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas? Uma emoção estranha, uma vez que não está necessariamente relacionada, como frequentemente se acredita, à nostalgia de uma outra época. Nossa “boa” consciência, por outro lado, nos coloca em estado de alerta: como podemos sentir saudade de um tempo que nossos antepassados eram condenados a horas de trabalho intensivo, em condições sanitárias difíceis? O silêncio desses territórios abandonados, dessas construções desmoronadas, nos coloca, contudo, em um estado de alucinação, uma vez que podemos ver os corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo. Um estado visionário, retrospectivo, que nos incomoda [...] (JEUDY, 2005, p.25)

Conforme Rébérioux (1992), o lugar onde se desempenham atividades de trabalho é o local das explorações, das competições, mas é, ao mesmo tempo, o espaço onde se formam as primeiras redes de solidariedade<sup>179</sup>. Embora a fábrica apareça como a organizadora da vida social e o principal elemento que aporta o lugar da memória operária, fazendo a delimitação do tempo do trabalhador com seu relógio

---

<sup>179</sup> Referindo-se especificamente aos locais de trabalho descritos por operários franceses do século XIX, a autora exemplifica esta condição: “[...] nas zonas mineiras abandonadas, como as de Carmaux, [...] os mineiros colocados na situação de pré-aposentadoria, [...] reconstituíram, de modo idêntico, o poço onde trabalhavam. Cada objeto em seu lugar, com o respectivo nome – nomes de objeto que irão desaparecer com as novas tecnologias – e até mesmo a mesa do chefe de equipe, o *porion*, um dentre eles por muito tempo, separado dos demais por esse símbolo de poder: uma mesa. Assim, se prepara no mesmo local onde as pessoas se encontram todos os dias, as dificuldades e as solidariedades que poderão desembocar na paralisação do trabalho em comum, no confronto com as hierarquias visíveis. ‘A união dos velhos camaradas nos leva à fraternidade’, diz uma canção vinda lá do fundo. Fraternidade suscetível de tomar forma em práticas simbólicas alimentadas pela presença comum no local de trabalho e que não se reduz a ele: preparação de festas do santo padroeiro dos trabalhadores siderúrgicos, festa em homenagem ao leal companheiro que se aposenta. Ela pode ter lugar no botequim, ao lado, no café, mas também acontece que a oficina seja escolhida” (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 50 e 51).

que aponta a hora da entrada e da saída, o horizonte operário não se limita aos espaços de trabalho, pois coexistem outros lugares operários, igualmente caracterizados pela solidariedade e sociabilidade<sup>180</sup>. Além destes, a autora destaca os lugares simbólicos que emergem carregados de memória militante e consciente, símbolos da luta dos dominados, e também das perdas e das vitórias<sup>181</sup>.

A valorização da moradia nesse processo de interpretação do lugar como lugar de memória expressa neste tombamento de 1992 pela inclusão das três vilas construídas em Perus encontra respaldo no pensamento de Ruskin (2008). O autor ressalta que o valor de memória, ao qual Choay (2001) refere-se como valor de reverência, manifesta-se, especialmente, nas obras de arquitetura doméstica. Sob tal óptica, o lar é compreendido como um templo sagrado a ser honrado e edificado para várias gerações<sup>182</sup>. Para o autor, é inconcebível os homens não venerarem suas moradias, ou as de seus antepassados. Um povo que edifica moradias para durarem apenas uma geração anuncia para si um mau presságio, diz o autor. A moradia emerge no pensamento ruskiniano como uma grande e importante guardiã das memórias de seus habitantes:

Existe uma santidade na casa de um homem de bem que não pode ser renovada em qualquer moradia levantada sobre suas ruínas; e acredito que os homens honrados sentem isso, em geral: que, tendo vivido suas vidas feliz e honradamente, eles ficariam desgostosos, ao fim de seus dias, ao pensar que o lugar do seu domicílio terrestre, que testemunhou, e pareceu mesmo compartilhar sua honra, suas alegrias ou seu sofrimento, - que esse lugar, com toda a sua história que revelava deles, e de todas as coisas materiais que eles amaram e possuíram, e sobre as quais deixaram suas marcas - seria arrasado, assim que houvesse lugar para eles no túmulo; que nenhum respeito seria demonstrado para tal lugar, nenhuma afeição conferida a ele, [...] que embora houvesse um monumento para eles na igreja, não havia nenhum monumento afetuoso em seu lar e moradia; que tudo o que sempre prezaram seria desdenhado, e que os lugares que os abrigaram e confortaram seriam reduzidos a pó (RUSKIN, 2008, p. 56).

---

<sup>180</sup> É o caso, por exemplo, da *chambreé*, local de encontros noturnos para os solteiros, e dos cafés, tão característicos da Paris da virada para o século XX, onde os operários bebiam, fumavam e, sobretudo, podiam estar fora de casa e da fábrica (RÉBÉRIOUX, 1992).

<sup>181</sup> Na França, a autora destaca o trajeto Nation-Bastille, percorrido inúmeras vezes por cortejos operários franceses a partir de 1934 e o Murdes Fédérés, lugar simbólico por excelência da memória militante operária francesa, onde ocorreram os últimos combates da Comuna de Paris (RÉBÉRIOUX, 1992).

<sup>182</sup> Essa ideia da casa sagrada ecoa também na obra *A poética do espaço*, publicada em 1957, de Gaston Bachelard. Para o autor, a casa assume um sentido sagrado, o local protetor: “[...] a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz. [...] a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente. Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso” (BACHELARD, 2008, p. 26).

A revisão do processo em 2004, formulada a partir da necessidade de adequar o tombamento ao Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus<sup>183</sup>, reiterou os valores que embasaram o tombamento de 1992, mas liberou do tombamento uma extensa área que era ocupada pela Vila Fábrica e a Vila Portland<sup>184</sup>.

Em síntese, conforme exposto no processo de tombamento municipal, foram valorizados aspectos diversos do conjunto, sua importância para o trabalhador e seu papel histórico no contexto dos estudos das tecnologias e a seleção inicial dos elementos a serem tombados procurou respeitar a preservação dos elementos necessários para sua leitura como conjunto fabril e para a expressão de suas significâncias.

Entende-se que, embora a abertura do processo municipal tenha se refletido de maneira negativa junto ao desenvolvimento do processo estadual ao colaborar com o aumento do desgaste na relação entre proprietários e órgãos de preservação, ambos os processos, em termos de valoração, foram complementares entre si. De acordo com suas abrangências de atuação, os dois buscaram garantir a preservação do conjunto completo das instalações, sob a atribuição de valorações distintas, mas fundamentados em tentativas de assegurar uma leitura ampla de seus significados como bem cultural inserido no meio ambiente original, com seus elementos formadores da paisagem cultural e sua significância para comunidade local.

---

<sup>183</sup> O Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus de 2004 estabelecia os objetivos e diretrizes de desenvolvimento urbano e ambiental visando à reversão das tendências de ocupação urbana e direcionamento do crescimento, para alcançar o desenvolvimento harmônico da região, adequar as condições existentes às possibilidades de desenvolvimento sustentável, devendo estar contempladas nas diretrizes estabelecidas para as Áreas de Intervenção Urbana e no fomento as atividades econômicas voltadas ao turismo. De acordo com o Art. 38 deste Plano, a Fábrica de Cimento Portland Perus e a Capela São José foram enquadradas como Zona Especial de Preservação Cultural – ZPEPEC a qual se configurava como Área de Intervenção Urbana (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO et al., 2004).

<sup>184</sup> A revisão de tombamento instituiu nível de preservação 1 (NP-1) compreendendo a preservação integral dos seguintes equipamentos de produção de cimento remanescentes: britador; estrutura em concreto armado e esteira transportadora de matéria-prima do depósito de calcário (“tripper”); silos de cimento e ensacadoras; chaminés; silos de armazenagem de matéria-prima; conjunto do forno nº 4 e resfriador nº 4. Institui nível de preservação 2 (NP-2) para as seguintes edificações: Vila Triângulo - casas nº 60 a casa nº 87 – total de 31 (trinta e uma) unidades; capela de São José; edificação que abrigava o britador; escritório e portaria; refeitório; oficina mecânica; subestação; edificação que abrigava as ensacadoras; depósito de peças; laboratório de engenharia; depósito de pedras; depósito de clínquer. Institui nível de preservação 2 (NP-2), ainda, para o edifício localizado na Rua Padre Manuel Campello nº 182, sede atual do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento e Gesso de São Paulo. Institui nível de preservação 1 (NP-1) compreendendo a preservação integral das seguintes edificações remanescentes: Casa de Tráfego; Casarão da Ferrovia (ou do “M”).

### 2.3.2. Cajamar: patrimônio e memória

Os esforços municipais para a preservação dos remanescentes da CBCPP, em Cajamar, foram manifestações, sobretudo, dos departamentos ligados à preservação da memória municipal. Embora expressivos em termos de dedicação, efetivamente não se conseguiu aplicar níveis de proteção legal aos remanescentes. Podemos considerar que a primeira ação em defesa do patrimônio no município foi uma ação indireta e circunstancial, decorrente da ação de despejo dos moradores das casas da “Perus” pelos proprietários.

Em 1983, quando se desativaram as pedreiras e a ferrovia, os moradores das vilas de Cajamar receberam ordem de despejo e há informações de que neste momento, cerca de 30 casas foram, inicialmente, demolidas pelos proprietários da CBCPP (KOIS, 2014). A resistência de muitos operários à ordem de despejo e o apoio do prefeito Aristides de Oliveira Ribas de Andrade e do presidente da Câmara Municipal Gino Rezaghi<sup>185</sup> culminaram nas iniciativas do prefeito de decretar como utilidade pública 294 casas e assim, conseguindo deter a expulsão dos moradores das vilas e frear as demolições<sup>186</sup>. Naquele momento, a Prefeitura e a Câmara de Cajamar<sup>187</sup>, formadas em sua maioria por ex-trabalhadores da companhia,

---

<sup>185</sup> Ex-operário da fábrica e ex-diretor do sindicato dos trabalhadores.

<sup>186</sup> CAJAMAR. **Decreto municipal nº 1.175/83**, de 03 nov. 1983a. Declaração de Utilidade Pública, todos os imóveis residenciais existentes no município, de propriedade do Consórcio Sérgio Stephano Chohfi – Engenharia e Comércio S.A. e Companhia Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo. Cajamar, SP: Prefeitura Municipal.

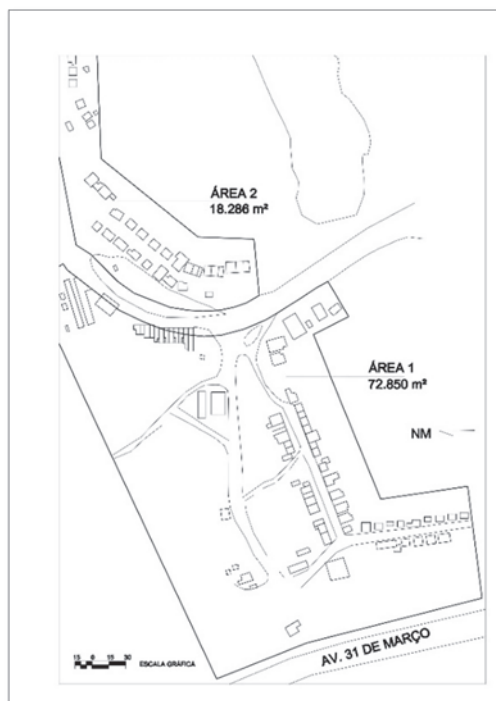
CAJAMAR. **Decreto municipal nº 1.189/83**, de 05 dez. 1983b. Ratifica serem de utilidade pública bens imóveis necessários à solução de problemas sociais do Município, complementando o que dispôs o Decreto nº 1.175/83. Cajamar, SP: Prefeitura Municipal.

As áreas a serem desapropriadas em Cajamar estavam assim divididas: Água Fria, área 1 com 61 casas e área 2 com 40 casas; Vila Nova com 53 casas; Gato Preto, área 1 com 51 casas, área 2 com 15 casas, área 3 com 11 casas e área 4 com 63 casas. Cajamar, SP: Prefeitura Municipal.

<sup>187</sup> Em sua gênese, Cajamar, nasceu das instalações fabris, tendo no campo político uma expressiva representação dos operários, como demonstra a matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo em 24 de agosto de 1969 sobre a escolha dos candidatos: “Cajamar é uma cidadezinha que nunca teve prefeito. Seus habitantes – a maioria operários da Cimento Perus, de propriedade de Abdalla – ainda nem decidiram quais vão ser os candidatos. [...] os eleitores de Cajamar estarão reunidos na Associação Atlética Cimento Portland. Motivo: escolha dos candidatos a prefeito da cidade, que tem 2 mil eleitores e cuja maior fonte de renda é a fábrica de cimento. Os operários queriam que o candidato fosse o advogado Mário Carvalho de Jesus, mas ele não quis. Queriam que fosse o padre Hamilton Bianchi, o ‘padre da greve’, mas o bispo da Diocese, Dom Gabriel, disse que não ficaria bem. O candidato da preferência dos operários sairá pela ARENA, [...] Antonio Maria Pereira Filho, presidente do Sindicato dos Operários da ‘Perus’, conta quais são os candidatos, além dele: Garrido, Gino, Lazineho – trabalhadores da ‘Perus’ – e Osvaldo, do Sesi. Esses são, segundo Antonio Maria, os mais chegados aos operários. Além deles, João Folco, Waldemar farmacêutico e Juvenal

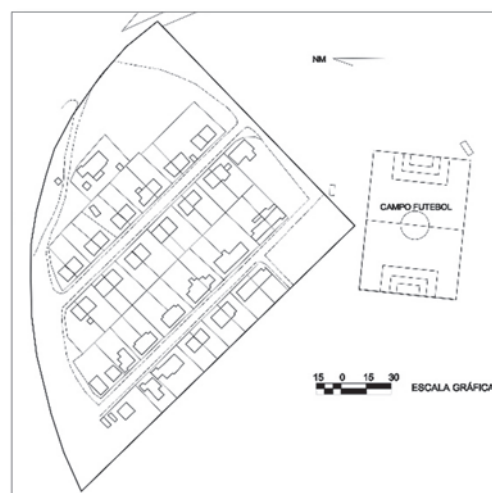


apoiavam plenamente as denúncias contra os donos da fábrica e endossavam os movimentos e correntes operárias na luta por melhores condições trabalhistas e pelo direito à moradia<sup>188</sup>.



**Figura 40:** Áreas de Água Fria a serem decretadas utilidade pública.

**Fonte:** Acervo Jeronimo; Bertolini, 2016. Indicações a partir do decreto municipal nº 1.189/83 - Prefeitura do Município de Cajamar.



**Figura 41:** Área de Vila Nova a ser decretada utilidade pública.

**Fonte:** Acervo Jeronimo; Bertolini, 2016. Indicações a partir do decreto municipal nº 1.189/83 - Prefeitura do Município de Cajamar.

Os decretos embasavam-se nos conflitos que atingiam os operários da empresa e na crise da habitação enfrentada não apenas no município, mas no país. A postura de rejeição do poder público e da população, às demolições das casas do núcleo fabril e a necessidade de mantê-las em bom estado de conservação para ocupação das famílias operárias refletiram de forma positiva para a preservação dos imóveis. Muitas das considerações dos decretos mostram o empenho do poder municipal neste sentido:

barbeiro; talvez também o Waldomiro [...]” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1969, apud CAJAMAR, 2006, p. 99).

<sup>188</sup> Quando as relações entre patrão e operários se tornaram mais conflituosas, durante a gestão Abdalla, a questão da moradia foi um motivo, entre outros, de discórdia. A insuficiência de casas para todos levou os trabalhadores a proporem, por meio do sindicato, a compra de lotes nas áreas livres do núcleo mediante a retenção de 5% dos salários mensalmente, para constituir o Fundo da Casa Própria. Tal compromisso, incorporado ao acordo salarial de 1960 e homologado pela Justiça do Trabalho, segundo Jesus (1992), não foi cumprido pelos Abdalla e o loteamento nunca foi iniciado.

Considerando que a população está revoltada com a demolição indiscriminada de casas pertencentes ao antigo Grupo J. J. Abdalla [...] que os referidos imóveis haviam sido confiscados pelo Governo Federal e foram devolvidos ao Consórcio [...] através de leilão [...] que as referidas casas estão sendo ocupadas por ex-funcionários das indústrias do Grupo Abdalla, que foram paralisadas no município [...] que se tratam de casas perfeitamente habitáveis, e estão sendo destruídas de forma criminosa e injustificável, aumentando [...] o grave problema habitacional do Município [...] que essa atitude do Consórcio [...] contraria frontalmente a iniciativa do Governo e da União que, por meio do Banco Nacional da Habitação, enfrenta séria crise habitacional, em todo o país, financiando a construção de conjuntos habitacionais [...] que as casas “condenadas” pelo Consórcio [...] poderiam ser perfeitamente negociadas com as famílias que nelas residem, ou comercializadas com os trabalhadores [...] que a destruição das casas, num momento de crise nacional, pode ser considerada como um ato irresponsável e passível de intervenção por parte dos órgãos governamentais, objetivando-se com isso a preservação desse patrimônio habitacional [...] que a Administração Municipal não poderia ficar de braços cruzados presenciando a demolição de cerca de 294 casas, numa verdadeira afronta ao povo (CAJAMAR, 1983a, fl. 1 e 2).

A contribuição deste prefeito nas questões do patrimônio foi também relevante devido às manifestações de apoio e interesse em preservar e transformar as áreas da EFPP pertencentes ao município em instância turística, durante a tramitação do processo de tombamento na esfera estadual.

Outras ações municipais em defesa do patrimônio tiveram alguma relevância, dentre elas, a mais expressiva foi a criação do projeto “Mutirão da Memória” formulado em 2003, durante gestão de Messias Cândido da Silva. Este projeto tinha como objetivo fazer o resgate histórico da cidade e em linhas semelhantes ao que havia sido feito na cidade de São Paulo durante a década de 1980. Para tal, uma equipe da Diretoria de Cultura e Turismo de Cajamar colheu depoimentos dos moradores que fizeram parte da história do município e reuniu fotos, resgatou objetos, filmes, livros, revistas e jornais<sup>189</sup>. Tal trabalho foi significativo para despertar o interesse da sociedade, que passou a contribuir e valorizar a história local. Após funcionar por cerca de três anos como um “acervo itinerante”, em 2006 inaugurou-se o “Museu Municipal Casa da Memória”, primeiro da cidade. Isso contribuiu para a junção de material, formação e disponibilização de um importante acervo sobre as instalações da CBCPP no município.

---

<sup>189</sup> Cf. <http://www.cajamar.sp.gov.br/v2/?exibe=cultura&canal=casadamemoria>.

Preocupações com a preservação do patrimônio já figuravam nas leis do município desde pelo menos 1990, com a criação - e posteriores revisões - da Lei Orgânica do Município. As diretrizes da lei orientavam para a proteção de bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos, com objetivos voltados ao impedimento de destruição e descaracterização de tais bens (CAJAMAR, 1990, p. 6).

Em 2006, o conteúdo da Lei Orgânica passou a considerar responsabilidade do município a promoção da “proteção do patrimônio histórico-cultural local” (CAJAMAR, 2006, p. 5); o incentivo à participação e gestão da comunidade em “pesquisas, identificação, proteção e promoção do patrimônio histórico e no processo cultural do Município” e proteção do patrimônio cultural e histórico da cidade “por meio de inventários, registros, vigilância ou outras formas de acautelamento e preservação” (CAJAMAR, 2006, p. 77).

O Plano Diretor de 2007 trouxe avanços relativos à importância da preservação do patrimônio cultural local, e passou a admitir a conservação do patrimônio cultural como uma das metas da cidade. A contribuição para construir e difundir a memória e identidade municipal, por intermédio da proteção do patrimônio histórico, artístico, urbanístico e paisagístico como um meio de desenvolvimento sustentável, foi considerada uma das diretrizes gerais para a qualidade cultural da cidade. Entre tais diretrizes, destacou-se a intenção de instituir uma política que visasse à preservação e resgate das edificações e ambientes de interesse histórico-cultural, efetivando-os para uso público; a implantação do sistema de arquivos do município para a preservação do patrimônio documental público e privado de interesse para a memória da cidade; criação de um programa para valorizar, recuperar e preservar o patrimônio edificado do Centro (antiga Água Fria) e do Gato Preto, visando ao resgate de sua identidade cultural e a definição de uma zona cultural destinada à preservação dos patrimônios históricos culturais existentes.

Conforme Kois (2016), esta gestão tinha, entre as pautas prioritárias, a valorização do patrimônio histórico, levando à concretização do levantamento dos bens considerados relevantes para a criação da zona de interesse cultural. Entretanto, após a finalização do dossiê sobre as condições históricas e culturais da cidade, as ações foram interrompidas, por razões desconhecidas.

Supõe-se que os reflexos do destombamento estadual das áreas de Gato Preto tiveram alguma influência para que os projetos de cunho municipal voltados à preservação dos bens representativos do patrimônio local, não tivessem

continuidade. Somada a esta questão, a própria valorização das terras de Cajamar, crescente com a proximidade de importantes vias de acesso como as rodovias Anhanguera e Bandeirantes e o Rodoanel, configuram fatores influentes para a rejeição de implantação de projetos de cunho cultural nestes locais com grande expressão empresarial, tema a ser discutido no próximo capítulo.

As iniciativas supracitadas mostram como a área alcançou grande legitimidade como objeto de preservação. Na esfera estadual, observou-se o pronto acato à solicitação de proteção do acervo e, posteriormente, viu-se a tentativa de ampliar a preservação para outros elementos representativos do conjunto fabril. Na esfera federal, o reconhecimento e atribuições de valores à ferrovia foram rapidamente consentidos, embora ao final do processo tenham sido desconsiderados. Em âmbito municipal, nas duas localidades, notou-se uma maior aproximação com a perspectiva da população, via iniciativas de preservação que visaram, também, ao fortalecimento de vínculos entre ela e o lugar. No entanto, como se mostrará a seguir, tais iniciativas não conseguiram garantir uma efetiva preservação do conjunto.





## **Capítulo 3**

---

Disputas em torno da consagração ou negação do  
patrimônio





### Capítulo 3 - Disputas em torno da consagração ou negação do patrimônio

Os estudos de tombamento dos remanescentes da CBCPP obtiveram resultados práticos, aquém dos esperados por aqueles que trabalharam para a preservação integral, tanto da ferrovia quanto do complexo fabril. Embora tivesse sido empregado grande esforço coletivo, proveniente de técnicos dos órgãos, de membros da ABPF e da sociedade para se alcançar tais objetivos, a amplitude idealizada para este tombamento foi revertida. Tal inflexão se deu devido a problemas diversos detectados no âmbito interno dos conselhos e à desarticulação observada entre todos os participantes destas iniciativas. Além destes fatores, influências de ordem político-econômica também se configuraram como parte dos problemas que impediram a finalização dos tombamentos conforme chegaram a ser concebidos. Em conjunto, tais condições produziram efeitos drásticos sobre o bem, expressos por perdas irreparáveis em sua condição de integridade e autenticidade.

Como visto anteriormente, as solicitações e estudos de tombamento dos remanescentes da CBCPP emergiram durante o processo de redemocratização do país, período em que se promoveu incentivo ao desenvolvimento de modelos participativos de gestões públicas, que abarcavam diferentes sujeitos e tinham como premissa fazer valer o *direito social da propriedade*<sup>190</sup>. Neste contexto, em um momento de lutas sociais em resistência à ditadura e suas intervenções, houve o fortalecimento da luta pela preservação do patrimônio da CBCPP. Os tombamentos dos remanescentes inseriram-se no contexto de abertura à participação dos setores sociais não representados nos conselhos e de difusão das ideias de cidadania cultural, circunstâncias responsáveis pela ampliação das chances de atendimento aos pedidos de tombamento, fundamentados em argumentos referentes à memória de grupos sociais.

Nesta conjuntura de profundas alterações políticas, aliadas às complicações jurídicas relativas às dívidas dos proprietários, os pedidos de tombamento dos remanescentes da CBCPP foram parcialmente acatados. No entanto, estiveram ao longo de suas análises, integralmente intrincados em disputas configuradas pelo

---

<sup>190</sup> Ver em Castriota (2009) uma análise da criação dos instrumentos para fazer valer o direito social da propriedade, tais como: edificação compulsória, direito de preempção, solo criado, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, usucapião coletivo, estudo de impacto de vizinhança, entre outros.

direito de sua apropriação em um ambiente revestido de problemas, discordâncias e descompassos. Tais disputas culminaram em danos ao patrimônio e provocaram desgastes nas relações entre os envolvidos, interrupções no andamento dos processos, além de favorecimento de interesses particulares alheios à essência do reconhecimento do patrimônio enquanto bem cultural. Este capítulo procura se aprofundar na investigação da natureza das interferências responsáveis pelos conflitos, pela lentidão e complexidade dos processos de tombamento dos remanescentes da CBCPP, que produziram reduções significativas no projeto idealizado como proposta.

### **3.1. Debates, discursos e práticas**

Conforme discutido anteriormente, os processos, que tramitaram em diferentes esferas, valoraram os remanescentes da CBCPP sob uma compreensão mais ampla ao analisá-los além de um modelo ferroviário raro em funcionamento, mas também, sob a ótica da paisagem cultural, compreendendo-os como um lugar de memória e identidade.

O entendimento dos bens culturais como lugar de memória e de identidade difundiu-se amplamente durante as últimas décadas do século XX e fortaleceu as demandas de pertencimento dos mais diversos grupos sociais. Como explica Leite (1998), estas reclamavam maneiras diferenciadas de participação da vida em sociedade, definiram a aura dos direitos culturais e deram sentido à cidadania democrática na sociedade contemporânea. As reivindicações por uma cidadania plural, segundo o autor, reestabeleceram os vínculos com os lugares e criaram novos significados para determinados espaços da cidade. No entanto, tais locais cuja materialidade se evidencia em diferentes configurações urbanas, emergem em espaços fluidos que passam constantemente por transformações, em uma discordante combinação de escalas entrecortadas: nação, região, cidade, bairro, praças, ruas, becos, monumentos. Nesse processo, denominado pelo autor como “cartografia do poder”, os lugares compõem um complexo e híbrido conjunto de operações, a partir do cruzamento de interesses que muitas vezes colidem. (LEITE, 2007, p. 39).

Os tombamentos e as restrições intrínsecas incidentes sobre os bens, localizam-se no confronto estabelecido por tal dinâmica de interesses. No caso das renovações urbanas - que configuram as mais expressivas ameaças à permanência das obras de interesse cultural - o confronto com o tombamento se dá, de forma geral, pois tais renovações tendem a optar pela “tábula rasa”. Ou ainda, como explica Moreira (2004), inclinam-se, na maioria das vezes, a dar vazão ao “desejo de destruição ou de abandono e de abertura de espaço para novas criações” (MOREIRA, 2004, p. 14 e 15). Tal desejo se expressa em discursos ou ações de transformação da cidade para a criação de algo “novo”, que incidem sobre o presente, o futuro e ainda sobre a memória do seu passado.

Em muitos casos, tais projetos priorizam os aspectos modernizantes das cidades em detrimento da preservação de suas antigas feições e, como consequência, alteram as relações entre os habitantes, a cidade e seu patrimônio. A grande reforma promovida no século XIX, em Paris, pelo prefeito Haussmann<sup>191</sup>, por exemplo, tornou-se emblemática neste sentido. Segundo Benjamin (1985), em *Paris, capital do século XIX* escrita na década de 1930, as verdadeiras intenções da obra *haussmanniana* consistiam em tornar a cidade mais segura em casos de conflito, além de moldá-la segundo um ideal urbanístico pautado nas visões em perspectiva por meio de longas séries de ruas. Isso reforça, como afirma o autor, a tendência observada em obras urbanas do século XIX, de enobrecer as necessidades técnicas da cidade, tornando-se, elas próprias, os objetivos artísticos. Tal prática justificou a fama de “artista-demolidor” para o prefeito da cidade. As transformações de Paris, que incluíam a mudança do proletariado para os arredores da cidade devido à alta dos aluguéis, resultaram na criação do cinturão vermelho operário da cidade e, conseqüentemente na alteração das feições de tais bairros. Estes acabaram por perder sua fisionomia própria e a cidade de Haussmann, como assinalou Benjamin, tornou-se “estranha para os próprios parisienses” (BENJAMIN, 1985, p. 41).

Tais ideias repercutiram em outros projetos de renovação urbana, como aqueles formulados pelos arquitetos Otto Wagner (1841-1918) e Adolf Loos<sup>192</sup> (1870-1933),

---

<sup>191</sup> Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) foi prefeito do antigo departamento do Sena, que inclui atualmente os departamentos de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne.

<sup>192</sup> Ver LOOS, Adolf. **Ornamento e delito**. [1908]. Tradução Anja Pratschke. [2001-2001]. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/ornamento-e-crime-loos1908.html>> Acesso em 19 jul. 2016.

Ver SCHORSKE, Carl. **Viena Fin-de-Siècle: política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Ver FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

expoentes da cultura *fin de siècle* de Viena e, posteriormente, por Le Corbusier (1887-1965). Tais propostas discutiam os conceitos construtivos tradicionais ao preconizar a criação de cidades em novos moldes, considerados mais adequados às necessidades da época.

Desde a gênese das iniciativas de preservação, os temas “destruição”, “formas de preservação” e “limites para realizar intervenções em monumentos” constituíram pautas controversas entre pensadores, que refletiam sobre as questões urbanas. Camillo Sitte (1843-1903), por exemplo, elaborou em 1889 um estudo sobre a construção do espaço urbano, novos bairros e cidades, suas morfologias e usos, no qual alertava para a mudança na relação entre cidade e bens urbanos. O conflito apontado pelo autor estava posto pelo desequilíbrio entre tais intervenções e o enaltecimento das medidas técnicas e higienistas sobre as de cunho artístico (SITTE, 1992).

Outros teóricos, das chamadas teorias clássicas (VIÑAS, 2004) como John Ruskin (1819-1900), Viollet-le-Duc (1814-1879), Alois Riegl (1858-1905), Max Dvořák (1874-1921) e Camillo Boito (1836-1914) formularam ideias sobre o universo das escolhas, limites da preservação e a relação entre cidade e monumento, pelo viés das metodologias para a intervenção no patrimônio, atribuição de valores e influências e efeitos da modernização sobre as cidades.

Nas teorias formuladas por Ruskin (2008) tal problemática associava-se, sobretudo, às transformações ocorridas no século XIX, das quais os efeitos da industrialização eram tidos como os mais nocivos para a preservação dos monumentos. O autor seguia uma corrente anti-intervencionista, adotando como princípio a permanência do monumento de acordo com seu projeto original e com as marcas impregnadas pelo tempo sobre ele, prática que conduzia o monumento à condição de ruína. Intervenções como a restauração são entendidas por Ruskin como falsificações e destruições, prejudiciais ao monumento histórico, que deveria seguir seu curso natural, processo que abarca, inclusive, sua desagregação progressiva.

O debate acerca dos limites das intervenções sobre as construções intensificou-se com o trabalho do arquiteto francês Viollet-le-Duc, durante o século XIX. A postura profissional deste autor, adepto a intervenções com reconstruções, correções e complementações de monumentos, suscitou críticas. Para ele, a consolidação da restauração de um monumento transcendia à conservação da matéria, pois se tratava do “espírito” da obra. Portanto, ainda de acordo com sua concepção, aspectos como a originalidade da matéria e a fidelidade às características do

monumento, eram secundários<sup>193</sup>. Dentre suas contribuições<sup>194</sup> para a elaboração das metodologias de restauro destaca-se a importância da função além da forma do edifício, a necessidade de levantamento detalhado da situação existente e de ponderação das circunstâncias (VIOLLET-LE-DUC, 2000).

Camillo Boito (2003) trouxe ao debate, com sua obra *Os Restauradores*, escrita em 1884, a ênfase no valor documental dos monumentos históricos e a validação das várias alterações e modificações às quais os monumentos submetem-se por meio da valorização da antiguidade e também das intervenções, destacadas e diferenciadas pela aplicação da sua “distinguidade”.

As relações entre a problemática da preservação e o crescimento das cidades postas pelo historiador de arte austríaco Alois Riegl (2014), na obra *O Culto Moderno dos Monumentos* em 1903, e por seu discípulo Max Dvořák (2008), no trabalho *Catecismo da Preservação de Monumentos* publicado em 1916, foram fundamentais para o debate e as ações no campo da preservação. Uma das principais contribuições dos autores consistiu na apreensão do monumento a partir de valores a eles atribuídos, sem a submissão a um estilo ideal ou julgamentos entre obras “maiores” ou “menores”. A abordagem de Riegl ultrapassou a compreensão de tal objeto como algo isolado e o transpôs para a compreensão de seu sentido social. Da mesma maneira posicionou-se Dvořák (2008), ao apontar os problemas relativos ao crescimento das cidades e sua interferência na preservação do patrimônio.

O avanço de tais discussões e formulações teve sequência no século XX com Cesare Brandi (1906-1988) que, entre outras contribuições, propôs uma sistematização teórica, metodológica e operacional para tratamento dos problemas específicos do restauro. A publicação *Teoria da Restauração*, de 1963, preconizava a necessidade de garantir uma preservação efetiva e científica do patrimônio para as futuras gerações, evitando danos causados em virtude de intervenções inadequadas. Brandi relaciona a restauração à compreensão do objeto enquanto obra de arte, ao conceituar o restauro como “[...] o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p. 30).

---

<sup>193</sup> Tal metodologia mostra-se bastante evidente na célebre frase do arquiteto: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29).

<sup>194</sup> Consultar o verbete “Restauração” na obra VIOLLET-LE-DUC. Eugène Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editoria, 2000.

Nesta conceituação, ele sobrepõe o estético ao histórico, contrariando teorias anteriores que enfatizam os monumentos como documentos históricos. O autor reafirma a necessidade de elencar valores para os objetos, ideia preconizada por Riegl (2014), mas determina ainda a aplicação de um juízo crítico de valores. A teoria de Brandi (2004) repousa no conceito de verdade da construção, defende o julgamento de valor a partir de uma análise coletiva e não de uma decisão individual, além de definir importantes princípios para a ação de restauração<sup>195</sup>.

No universo contemporâneo das teorias da conservação, destacou-se Salvador Muñoz Viñas, com a obra *Teoría Contemporánea de La Restauración* de 2004, que discute os processos de conservação de forma a favorecerem o uso dos bens. Tal abordagem considera a existência da subjetividade e da intangibilidade para que os bens culturais possam abarcar outros significados que perpassem a alusão à matéria. Nota-se, portanto que as abordagens objetivas do patrimônio cultural são questionadas tanto pelas teorias clássicas, nas quais há o enaltecimento dos valores estéticos e históricos, quanto pela teoria contemporânea, que valoriza, também, os aspectos simbólicos do patrimônio (VIÑAS, 2004).

Ao longo do desenvolvimento dessas discussões sobre os conceitos de patrimônio, sobre os conflitos ocorridos em torno dos monumentos, sobre os limites que as intervenções deveriam obedecer e frente às delicadas situações formadas na interface entre o bem e a expansão das cidades, emergiram as *cartas patrimoniais*, as *recomendações* e *declarações*. Todas elas formuladas em conferências que procuravam criar bases e diretrizes para a conservação dos remanescentes de interesse cultural<sup>196</sup>.

---

<sup>195</sup> Um dos princípios diz respeito à integração facilmente reconhecível, entretanto, sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se objetiva reconstruir. Outro preceito diz respeito à matéria de que resulta a imagem, nas palavras do autor “é insubstituível só quando colaborar diretamente para a figuratividade da imagem como aspecto e não para aquilo que é estrutura” (BRANDI, 2004, p. 48). Assim, cria-se maior liberdade para intervenções no que se refere, por exemplo, aos suportes, às estruturas portantes, porém, sem dissociá-los da instância histórica. Outro princípio, apontado por Brandi, relaciona-se à necessidade de qualquer intervenção de restauro não tornar impossível, mas, antes, facilitar as eventuais intervenções futuras por meio das regras da reversibilidade e distinguibilidade, fazendo da própria intervenção um fato histórico datado e indissociável do monumento (BRANDI, 2004).

<sup>196</sup> Com a publicação da primeira carta patrimonial, em 1931, denominada *Carta de Atenas*, a discussão sobre a preservação do patrimônio foi ampliada e alcançou nível internacional. Este documento adotava posicionamento contrário às reconstituições integrais até então em voga. Entre suas diretrizes ressaltam-se: a importância de se preservar o patrimônio cultural para toda a humanidade; a manutenção regular e permanente como forma de evitar os riscos aos quais os monumentos ficavam expostos quando das reconstituições integrais; o respeito pela obra histórica e artística do passado sem apagar o estilo de nenhuma época; o respeito à continuidade da “vida” dos monumentos a partir de sua utilização em consonância com sua significação histórica. Após *Atenas*, outras cartas e declarações foram elaboradas, das quais destacamos a *Carta de Haia*, publicada em 1954, que trazia ao debate a noção de “bens culturais” e a *Carta de Veneza*, elaborada em 1964, na qual as questões levantadas conduziam para o deslocamento da noção de patrimônio como

Tal debate evidencia como as iniciativas em defesa da preservação de obras de relevância histórica e cultural estiveram, desde suas primeiras formulações, envoltas em polêmicas e conflitos entre tradição e modernização, permanências e perdas, técnica e arte. Assim, foi usual provocarem contestações acerca dos limites a serem estabelecidos durante os processos de transformações urbanas e disputas pelas formas de fruição do espaço.

No caso dos tombamentos, além dos conflitos decorrentes das reivindicações de pertencimento no entendimento dos bens como lugar de memória e identidade (LEITE, 1998) na conjuntura das escolhas e definições dos processos, os conflitos podem emergir internamente nos conselhos em decorrência de divergências de entendimentos conceituais ou da relevância do bem. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a condição de intacto. No capítulo anterior, vimos que a análise desta condição foi determinante para estabelecer a inclusão ou a exclusão de elementos do conjunto em estudo. Esta é uma questão decorrente da própria dinâmica e crescimento da cidade, ao afetar o estado físico dos bens. Além desta, outros questionamentos decorrentes das dificuldades de integração entre as diversas esferas administrativas da cidade e as dificuldades de implantação de planos de gestão do patrimônio, configuram bloqueios para a operacionalização e aplicabilidade de conceitos de preservação, ocasionando a exclusão de elementos significativos das ações de tombamentos.

As polêmicas podem emanar de interesses de naturezas diversas que se opõem quando um bem entra em processo de tombamento, uma vez que implica restrições quanto às formas de utilização do espaço e fomenta disputas por sua fruição. Neste processo, é usual que ocorram pressões para que os estudos de tombamento

---

monumento isolado para a noção de conjuntos urbanos, o reconhecimento de obras modestas como patrimônio cultural e enaltecimento da importância do sistema de manutenção permanente como ação preventiva, admitindo-se, quando necessário, a realização da *anastilose*. Foram ainda marcos expressivos nos debates e discussões, a *Reunião Sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios Históricos e Artísticos* ocorrida em Quito, em 1967, que incentivou a utilização turística dos monumentos; as diretrizes da *Carta do Restauro* (1972), fundamentadas nas teorias *brandianas*; a *Declaração de Amsterdã* (1975) que chamava a atenção para o valor cultural de construções isoladas ou agrupadas e para a sua utilização sustentável. A *Carta de Burra* (1979) adotada pelo ICOMOS Austrália, atualizada em 1981, 1988 e 1999, fez considerações importantes a respeito da definição do termo “significação cultural” a partir não só do valor estético, histórico e científico, mas também a partir de seu valor social para as gerações passadas, presentes ou futuras. A *Carta de Nara* (1994) trouxe ao debate a questão da autenticidade do patrimônio cultural, já discutida também na *Carta de Veneza*, e o *Guia Operacional* (1977) da UNESCO estabeleceu um método para sua verificação a partir dos critérios de desenho, avaliação material, de técnicas construtivas e do entorno. Após *Nara*, outras cartas foram elaboradas com intuito de discutir a autenticidade de patrimônios específicos como a *Carta de Brasília* (1995), *Declaração de San Antonio* (1996) e a *Carta de Riga* (2005). A *Carta de Nizhny Tagil* (2003) versou especificamente sobre o patrimônio industrial e as razões que justificam sua preservação, entre elas seu valor histórico, estético, social e científico tecnológico.

tomem determinado rumo, tentativas de ingerência sobre os trabalhos desenvolvidos nos órgãos de preservação e investidas no intuito de amenizar restrições ou até de inviabilizar a concretização dos processos. Em muitos casos, como no nosso objeto de pesquisa, tais interferências se dão, em parte, devido à impressão, ainda crescente no país, do tombamento como bloqueio ao desenvolvimento econômico e à visão do bem como elemento isolado sem relação com o restante da cidade.

As ingerências influenciam as delimitações da preservação, refletem-se nas pressões incidentes sobre os processos e podem resultar em revisões ou reversões de decisões que, muitas vezes, descaracterizam as intenções inicialmente delineadas para a preservação do bem. Portanto, embora haja, por parte das equipes de análise dos órgãos de preservação, plena compreensão dos conceitos de preservação, esforços e intenção de operacionalizá-los, muitas vezes, fatores de natureza político-econômica exercem forças suficientes para volatizar os trabalhos e atuam no sentido contrário de seus interesses. Observa-se que a construção do discurso patrimonial, como visto no capítulo anterior, fundamenta-se em noções de natureza artística, afetiva e histórica que justificam as escolhas e recusas dos bens a serem tombados. Porém, questões de natureza político-econômica, juntamente com as ingerências, podem se tornar hegemônicas e condicionantes na validação e condução das decisões e seleções, sobrepondo-se às interpretações dos técnicos sobre os conceitos teóricos a serem aplicados em suas análises e em seus julgamentos técnicos e coletivos.

A sobreposição das questões fundamentadas em juízos de valores artísticos, afetivos e históricos por outras de natureza político-econômica no campo da preservação e tombamento, em âmbitos diversos, foi alvo de investigação de alguns autores. Na esfera internacional, Scifoni (2004), por exemplo, constatou que a revisão dos critérios da Unesco para o reconhecimento de bens como patrimônio da humanidade pode ter sido fruto de influências político-econômicas. A autora explica que os critérios criados na década de 1970 para efetivar a inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial fundamentavam-se, sobretudo, em experiências ocidentais de preservação, tendo em conta a origem da proteção institucional ocorrida na França. Desta forma, durante os anos analisados - de 1970 até 2003 - evidencia-se a existência de uma inquestionável hegemonia europeia na constituição de tal Lista.



Para Morel (1996,<sup>197</sup> apud SCIFONI, 2004), tal liderança embasou-se na longa e complexa história do continente europeu, em especial da Espanha que ocupava a primeira posição no *ranking* dos países com maior número de bens tombados, 38 no total, até 2003. A argumentação do autor, é rapidamente suplantada por Scifoni (2004) que demonstra que países considerados berços de civilizações milenares, caso do Egito e Iraque, figuravam na Lista com um número ínfimo de bens: 6 e 2 exemplares respectivamente. No caso dos bens naturais tombados constatou-se, também, uma maior concentração de bens: mais de um terço dos bens naturais tombados localizava-se em 6 países, dos quais se destacavam Austrália, EUA e Canadá.

Tal disparate explica-se não como uma possível importância da história europeia frente a outras partes do mundo, ou de um maior número de bens significativos, mas devido à capacidade e disposição de cada estado-parte no trato da questão que envolvia uma série de procedimentos. A disputa entre os países na busca por suas inclusões na Lista e o fator econômico representado, por exemplo, pela exploração turística destes lugares, seria o motivador desta “corrida”, tendo em vista que os líderes em número de bens listados também lideraram os destinos de turismo.

No cenário da revisão dos critérios, as alterações do conceito de autenticidade na década de 1990, trouxeram novidades na condução das decisões para a consagração do patrimônio mundial que, segundo a autora, podem ser interpretadas à luz das novas relações estabelecidas no quadro internacional que imediatamente se refletiu na Unesco. Embasada nas considerações de Ribeiro (2001) - ao admitir a Guerra Fria como o mais importante recorte histórico para a periodização da *ordem ambiental internacional*, entendida como um subsistema da ordem mundial em que se insere a proteção do patrimônio - a autora defende a ideia de que as condições políticas de cada período definem as alianças e confrontos entre países na busca de sustentação dos interesses nacionais e de soberania. É sob o efeito destas alianças e confrontos que se constituem os mecanismos internos da ordem ambiental. É nesta perspectiva que Scifoni interpreta as características intrínsecas da instituição do patrimônio mundial e a distribuição da Lista da Unesco.

Se a *Convenção do Patrimônio* se consolidou durante o período da Guerra Fria, quando EUA e Europa procuravam disseminar internacionalmente os valores de suas sociedades como universais, a formulação de critérios e conceitos, bem como

---

<sup>197</sup> MOREL, Joaquín Bosque. Conferência: O patrimônio da humanidade. In: YAGIZI, Eduardo e outros (org) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 77-87.

a construção do discurso patrimonial, ocorreu conforme o raciocínio da autora, com influência direta desta hegemonia político-econômica. Desta forma, refletiu nas lideranças da Lista do Patrimônio Mundial, como uma forma de afirmação e expressão da superioridade cultural e natural de determinados países. O ápice da expressão desta superioridade ocorreu em 1984 com a retirada dos EUA da Unesco. Apenas após esse afastamento, possibilitou-se a abertura da Lista aos países sem muita influência político-econômica mundial e com expressões culturais fora dos padrões ocidentais<sup>198</sup>. Neste momento, como mostra a pesquisa da autora, ocorreu uma diversificação do patrimônio com a inscrição de bens oriundos de países como a Índia (19 bens), China (7 bens), Grécia (10 bens) e México (8 bens) (SCIFONI, 2004). Com o fim da Guerra Fria na década de 1990 e com o rompimento da hegemonia norte-americana, fato observado no isolamento no qual o país se viu inserido durante a discussão da Convenção da Diversidade Biológica (RIBEIRO, 2001<sup>199</sup> apud SCIFONI, 2004), reflexos de tais acontecimentos incidiram sobre a administração do patrimônio mundial devido às novas articulações entre países, provocando efeitos imediatos na composição da Lista do Patrimônio. Na sequência, a ascensão do Japão também foi explicada pela autora pelo viés da influência político-econômica deste país<sup>200</sup>. Tais alterações conduziram o encaminhamento do processo de revisão dos critérios de autenticidades dos bens e culminou com a organização da *Conferência de Nara* e a abertura a novas formas de reconhecimento da autenticidade dos bens<sup>201</sup>.

---

<sup>198</sup> Entre os motivos apontados na insatisfação dos EUA estava o peso político do voto daquele país que era semelhante ao de qualquer outro estado, independentemente de sua expressão mundial. Também a articulação entre países do antigo bloco socialista com os do terceiro-mundo produziu uma nova orientação na Unesco, que buscava valorizar culturas não ocidentais, inclusive com o apoio a programas culturais da Organização da Libertação da Palestina - OLP. Isso mostra que, embora a Unesco procurasse agir de forma igualitária entre os estados-parte, como são designados os signatários da convenção, os EUA procuravam exercer influência e controle nas escolhas e inclusões de bens na Lista.

<sup>199</sup> RIBEIRO, Wagner Costa A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>200</sup> Em 1980, o Japão foi alçado à condição de potência econômica mundial. Sua adesão à Convenção ocorreu em 1992, assumindo a posição de maior contribuinte para os fundos da Unesco, em substituição aos EUA. Entretanto, tal país vinha obtendo, constantemente, a recusa às solicitações de inclusão de seus bens na Lista, que contrastavam com o entendimento bastante ocidentalizado da noção de autenticidade em voga naquele momento. A partir de 1994 iniciou-se um período de mudanças na Unesco, impulsionado pelas necessidades do Japão, considerando-se também a condição de potência econômica do país e seu *status* como contribuinte financeiro significativo para tal organização.

<sup>201</sup> Em 1994, com a conferência realizada em Nara, no Japão, a noção de autenticidade assumiu uma nova dimensão com a inserção de critérios intangíveis aos já exigidos pelo *Guia Operacional* da Unesco de 1977. Os atributos que permitiriam o reconhecimento da autenticidade do bem seriam formas e *designs*, materiais e substâncias, usos e funções, tradição e técnicas, localização e assentamento, espírito e sentimento. Entre os motivos que alavancaram a realização desta Conferência, os métodos de conservação dos monumentos japoneses tornaram-se relevantes. Em tal método, a autenticidade da matéria é secundária e o alvo principal é a autenticidade das técnicas e dos saberes utilizados na construção dos monumentos, pois de tempos em tempos as peças

Essa análise elaborada por Scifoni (2004) exemplifica as evidências de, em âmbito internacional, que as valorações fundamentadas nos critérios artísticos, afetivos e históricos estão circunscritas às relações de poder, e a elas submetem-se, sofrendo suas influências que podem modificar, inclusive, o curso do reconhecimento dos valores de bens culturais.

Outra análise, em âmbito nacional, feita por Marins (2008) sobre a preponderância de tombamentos pelo órgão federal brasileiro no estado de Minas Gerais, indica haver indícios de interferências políticas nestes tombamentos. Conforme mostra Rubino (1996), dos 689 bens tombados durante a gestão Rodrigo M. F. de Andrade, entre os anos de 1938 e 1967, 23,9% estavam no estado de Minas Gerais, 20,3% no Rio de Janeiro e 19,9% na Bahia. Ao estado de São Paulo coube uma representação de apenas 6% do total de inscrições nos livros de tomo do patrimônio nacional. Marins (2008) considera a possibilidade de prioridade em tombamentos no estado de Minas Gerais como um fator político, ao observar que muitos dos burocratas e técnicos do Ministério da Educação e Saúde e também do Sphan, inclusive o próprio Rodrigo M. F. de Andrade, serem mineiros.

Jeudy (2005) considera haver influência de cunho político na preservação do patrimônio industrial e elabora uma crítica à preservação desses remanescentes, com base em algumas percepções da situação europeia. O fortalecimento da preservação do patrimônio industrial é, para ele, fruto de uma manobra política relacionada à crise provocada pelas transformações dos modos de produção, ocorrida nos anos 1980. A defesa coletiva do patrimônio industrial seria, naquele momento, uma estratégia para dar certa consistência social aos programas políticos. Para o autor, o signo monumental representativo das memórias coletivas asseguraria a visão comunitária de uma transfiguração possível para o futuro, sem produzir o mínimo repúdio ao que o mundo industrial havia sido. O que era posto em jogo “não era sua transmissão patrimonial tradicional, mas sim uma ‘transmissão

---

deterioradas são substituídas, seu estilo e forma são reproduzidos (MAYUME, 1999). Zancheti et al. (2008) dão outros exemplos que se contrapõem à maneira de entender a autenticidade com base apenas na materialidade dos bens, tais como as construções africanas, as quais se utilizam de materiais frágeis que necessitam de substituições constantes. Mencionam, também, a reconstrução das cidades polonesas com máxima fidelidade ao que haviam sido antes da destruição ocasionada pela 2ª Guerra. No primeiro exemplo, a autenticidade pauta-se no processo de refazimento e não nos materiais, no segundo, ela está no sentimento. Concebido no espírito da *Carta de Veneza*, o documento de Nara tem a preocupação de preservar o monumento das forças da globalização e da homogeneização, dos nacionalismos agressivos e da supressão das culturas das minorias. Conforme o documento, sua contribuição essencial está dada pela consideração da autenticidade na prática da conservação a partir da iluminação da memória coletiva da humanidade (UNESCO; ICCROM; ICOMOS, 1994). Segundo a *Carta de Nara* os valores atribuídos ao patrimônio constituem a base em que se fundamenta a conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos.

em ato', da qual o conjunto da comunidade deveria participar" (JEUDY, 2005, p. 26). A construção da transmissão tornara-se, na época, uma questão de todos, com ganho certo para os políticos, uma vez que interagiam com as emoções coletivas e a eles atribuíam-se sinceridade e credibilidade (JEUDY, 2005).

Enquanto na Europa levantam-se suspeitas de manobras políticas no reconhecimento e inclusão de elementos como patrimônio industrial, no Brasil o cenário desolador de abandono das instalações industriais não permite aplicar à questão da preservação desse patrimônio o mesmo raciocínio de Jeudy. Apenas colabora para a extração dos indícios de que questões políticas ou econômicas podem ser hegemônicas no campo da preservação.

A notícia do tombamento de uma propriedade particular no Brasil, em âmbito federal, estadual ou municipal, geralmente, costuma ser recebida com insatisfação pelos proprietários, pois é entendida como um entrave ao desenvolvimento econômico (SCIFONI, 2004). São frequentes as estratégias de ordem político-econômica para o impedimento intencional dos tombamentos ou, quando eles já existem, buscam-se argumentos ou aproveitamento de brechas para amenizar as restrições que emanam de suas existências. Não se defende, aqui, a ideia de que os tombamentos resultam unicamente das relações de poder, pois como mostra o capítulo anterior, as justificativas técnicas, históricas e artísticas que podem sustentar os tombamentos e conduzir as escolhas também são fartas. No entanto, as pesquisas de Scifoni (2004), Jeudy (2005) e Marins (2008) mostram exemplos, em diferentes âmbitos e localidades, os quais induzem à ideia de que o reconhecimento e a identificação do patrimônio cultural podem ocorrer não apenas amparados pelos procedimentos de valorações fundamentados em tais justificativas, mas também apoiados em interesses específicos, com efeitos que refletem na escolha do que se irá preservar, abandonar ou demolir.

Do ponto de vista do interesse econômico, o que dificulta a viabilização dos tombamentos são as características físico-espaciais dos remanescentes industriais caracterizados, em sua maioria, por áreas e estruturas gigantescas, e também a sua localização em regiões valorizadas pelo mercado imobiliário (KHÜL, 1998). A valorização das localizações se altera na medida em que ocorre o crescimento da cidade em sua direção (SINGER, 1973; VILLAÇA, 2001). Da perspectiva da atribuição de valores culturais, os remanescentes industriais, entendidos como testemunhos dos períodos passados - modos de vida, lugares de memória e identidade - contribuem para o estabelecimento ou fortalecimento de vínculos

afetivos entre grupos sociais e os bens (TICCIH, 2003). Assim, as interpretações se tornam antagônicas, dependendo do ponto de vista pelo qual elas foram formuladas, e geram uma contraposição de visões e entendimentos que fomentam a emergência de conflitos, tensões e impasses ao se promover o reconhecimento e a preservação de um bem cultural.

No caso dos tombamentos brasileiros, os percursos tortuosos que trilham se revelam pelos números de processos jurídicos contra o patrimônio público e que englobam, também, o fator da preservação, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça (2010):

[...] a lista de áreas, edificações e manifestações populares tombadas no Brasil é extensa e complexa. Muitas delas se encontram em regiões de expansão urbana e agrícola, gerando conflitos jurídicos que esperam solução satisfatória no Poder Judiciário. Atualmente, há mais de 13 mil processos em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) relativos a danos, tombamentos e crimes contra o patrimônio público. De 1994 até os dias de hoje, já foram autuados no Tribunal mais de 71 mil processos sobre o tema (STJ, 2010, não paginado).

Tal quadro numérico reforça a ideia de que as formas pelas quais os tombamentos se estruturam são, muitas vezes, insuficientes para a garantia da preservação originalmente pretendida, sendo, neste sentido, o processo de tombamento dos remanescentes da CBCPP um exemplo.

### **3.2. Desarticulações, ingerências e sobreposições nos processos da CBCPP**

No cruzamento dos processos para preservação dos remanescentes da CBCPP, que na época imergia em problemas fiscais e judiciais, observaram-se a formação de conflitos e interferências decorrentes da inadequação dos instrumentos legais e da carência de quadro de funcionários para alcançar os objetivos propostos, bem como de pressões externas para impedir os avanços dos estudos para tombamento. Observou-se que os problemas centrais que contribuem para desarticulação dos tombamentos estiveram relacionados à dimensão espacial do bem; ausência de um trabalho conjunto entre órgãos envolvidos e de um plano de gestão para preservação do bem durante o desenvolvimento dos processos; falta de consenso

entre os órgãos sobre o conceito patrimônio; divergências entre os interesses de utilização do conjunto; inexistência de atrativos financeiros suficientes para o envolvimento dos proprietários e; ainda, pressões externas derivadas, sobretudo, da valorização imobiliária da área objeto de tombamento.

A especificidade do assunto e a extensão do bem constituíram críticas recorrentes, elaboradas pelos técnicos do Condephaat, uma vez que, o foco do tombamento estava inicialmente no acervo da EFPP. A arquiteta Silvia Wolf, uma das responsáveis pelo encaminhamento do processo no órgão estadual considerou o tombamento uma medida insuficiente para a preservação do acervo devido à sua peculiaridade e extensão (CONDEPHAAT, 1980).

As equipes de trabalho que atuaram nos processos eram compostas, em sua maioria, por historiadores, arquitetos, geógrafos, geólogos e engenheiros, fator que contribuiu para que houvesse necessidade de apoio constante da ABPF. Se por um lado os técnicos dos conselhos eram pouco familiarizados com este tipo de bem; por outro, os membros da Associação, embora detivessem o conhecimento técnico, devido à sua trajetória e experiência com materiais rodantes, também tinham suas limitações. O tombamento integral de uma ferrovia em funcionamento constituía uma ação extraordinária, tratava-se de “um assunto novo [...] era o começo, do começo, do começo. Nem nós (ABPF) sabíamos o que era aquilo” (MORAES, 2012, p. 91-92<sup>202</sup>). Se o órgão estadual passava por um importante momento de transição conceitual favorável ao reconhecimento de bens daquela natureza como patrimônio, a ABPF, recém-estruturada, aparelhava-se tecnicamente e via-se em um momento embrionário de construção de seus métodos e conceitos relativos à preservação de material ferroviário desativado (MORAES, 2012). A preservação de uma ferrovia daquele porte e em funcionamento configurava, portanto, um desafio para todos os envolvidos.

A ausência do trabalho conjunto entre diferentes setores envolvidos na ação de tombamento constituiu crítica recorrente no processo estadual e configurou um fator negativo para o seu desenvolvimento. Diversas manifestações durante os estudos de tombamento apontaram para a necessidade de um alinhamento entre todas as ações por meio de uma coordenação que englobasse as esferas públicas, proprietários, comunidades e demais interessados. Isso se intensificou na medida em que para alcançar resultados satisfatórios faziam-se necessárias ações motivadoras para as participações dos dois municípios; para lidar com os órgãos

---

<sup>202</sup> MORAES. Julio. Entrevista concedida a Ewerton H. de Moraes, 2011. In: MORAES, Ewerton Henrique de. **Patrimônio Ferroviário, tombamento e turismo: Reflexões acerca da E. F. Perus-Pirapora (São Paulo/SP)**. Trabalho de conclusão de curso (Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2012.

jurídicos envolvidos na questão e para superar o desinteresse dos proprietários pelo tombamento. Tal deficiência limitou a atuação dos órgãos. Augusto Titarelli, então vice-presidente do Conselho estadual, apontou nesse bloqueio a razão para não concretizar a elaboração, em 1984, de um inventário do material rodante; ação que dependeria de um trabalho conjunto, formado a partir da colaboração dos demais envolvidos, como a própria prefeitura de Cajamar e, sobretudo, dos proprietários (CONDEPHAAT, 1980)

Outro exemplo neste sentido foi dado por Simone Scifoni, anos depois, quando se deu início aos estudos de uso e ocupação do solo e da área envoltória da EFPP. Naquele contexto, para a garantia da solidez do trabalho, tornava-se necessário colocar o assunto em discussão entre entidades, população e órgãos do poder público em diversas instâncias interessadas na preservação e reutilização do acervo, sob a coordenação do Condephaat (1980).

Silvia Wolff criticou a inércia dos proprietários no cumprimento das medidas estabelecidas pelo Condephaat para a revitalização do acervo. Para ela, a responsabilidade pelos resultados insatisfatórios coube, em maior parte, aos proprietários, que se colocaram de forma expressiva contra a preservação. Para a arquiteta, a salvaguarda do acervo seria consequência do esforço dos que acreditavam na importância desse trabalho e este apenas poderia emanar “de quem optou por esta preservação, ou seja, o Condephaat, o Governo do Estado, o povo paulista (CONDEPHAAT, 1980, p. 471).

Na análise do desequilíbrio entre os dois municípios em relação ao envolvimento na questão, constatou-se que em Cajamar houve menor interesse pelo assunto. Isso pode ter sido consequência da influência política que os proprietários exerciam nesta cidade, e ainda exercem, devido à detenção de extensas porções de terra no município e à permanência de parte de seus empreendimentos industriais no local<sup>203</sup>.

Cristiane Lavôr Limeira, historiadora e responsável pelo laudo técnico que compunha os procedimentos da Promotoria de Justiça de Cajamar para apurar as condições de conservação da Estrada de Ferro Perus-Pirapora criticou esta desarticulação das ações. Em 1994, durante a análise para apuração das condições do acervo, do tombamento e das propostas de utilização dos bens enviadas pelo proprietário e pela ABPF, foram apontados entraves para a preservação dos remanescentes, limitações e responsabilidades:

---

<sup>203</sup> Essa influência é perceptível nas ações políticas do município, conforme mostra a matéria publicada em 26 nov. 2012 no site da prefeitura de Cajamar, referente à construção de casas para a remoção das famílias das chamadas áreas de riscos, de Gato Preto. Conforme tal publicação: “Quero agradecer o senhor Toninho Abdalla e família pela atenção, colaboração, empenho e carinho com a nossa cidade e o nosso povo na construção dessas casas e do novo hospital. No total, serão entregues 135 moradias somente aqui na Vila Progresso. Nosso objetivo é retirar todas as famílias que vivem em áreas de risco”, disse o prefeito Daniel (CAJAMAR, 2012). Conferir <http://www.cajamar.sp.gov.br/v2/mreportagem.php?id=1884>. Acesso em 19 jun. 2016.

A problemática que incide sobre a preservação da EFPP é bastante complexa e não pode ser imputada apenas aos seus proprietários, uma vez que outros agentes concorrem para ela. Se de um lado, há o flagrante descuido pelas instalações da ferrovia - uma vez que investimentos simples e de pequeno custo poderiam estar resguardando de forma mais adequada aquele acervo - de outro, existem as condições desfavoráveis a essa iniciativa, em grande parte provocadas por um tombamento mal encaminhado e bastante vago, além da própria omissão do Conselho nesses 10 anos em que o bem permaneceu tombado e desassistido de uma fiscalização mais eficaz, não obstante as manifestações do corpo técnico daquele órgão, nas quais as irregularidades foram várias vezes denunciadas. Na atualidade o quadro parece ter se agravado com o aparente acirramento de ânimos por parte dos proprietários do acervo, em decorrência das iniciativas municipais relativas à Fábrica de Cimento Portland-Perus. Embora tais interferências não devessem atingir as tratativas sobre o projeto de revitalização (essas, pertinentes ao CONDEPHAAT) há que se denunciar a falta de entrosamento entre os órgãos municipal e estadual, que, principalmente nesse caso, deveria ser motivo de atenção. Por oportuno, cabe lembrar que o COMPRESP (*sic*) é conhecedor da questão da EFPP, uma vez que tombou "ex-officio", parte do seu acervo relativo ao município de São Paulo. Também é preocupante o número de agentes que encontram-se implicados na problemática do entorno, onde já existe uma ocupação consolidada, envolvendo moradores, empresas e até estradas de rodagem asfaltadas, todos desavisados da sua convivência com um bem tombado. [...] (CONDEPHAAT, 1980, p. 552 e 553).

Os desentendimentos apontados no laudo referentes às iniciativas municipais (Compresp) e estaduais (Condephaat) relacionavam-se às reclamações do proprietário de não poder colocar em prática um projeto de revitalização que englobava as áreas tombadas pelo município. Tal fator embasou as justificativas para a não execução de melhorias no local. A análise das propostas enviadas pelos proprietários e pela ABPF, respectivamente, mostra que ambas eram compatíveis, havendo, entretanto, ausência de um caminho colaborativo entre as partes, ao notar-se que:

[...] se comparadas, as propostas aqui examinadas não apresentam conflitos entre si. Ao contrário, podem se auto complementar, a considerar-se que uma peca pelo excesso e a outra pela carência de aprofundamento. Trata-se, portanto, de provocar uma discussão eminentemente racional que possibilite aproximar os interesses de ambos os proponentes [...] (CONDEPHAAT, 1980, p. 553).



A crítica da historiadora referente à ausência de fiscalização é pertinente, mas, as ações dos conselhos limitavam-se por seu próprio caráter deliberativo e não executivo, conforme as prerrogativas que definiram suas criações:

[...] são órgãos concebidos para influir constitutivamente na vontade normativa do Estado, mediante o exercício de competências conferidas pelas respectivas leis criadoras [...] Não podem os conselhos deliberar sobre matérias que extrapolem os setores das políticas sociais sob sua responsabilidade, nem sobre questões que extravasem o âmbito da esfera do governo onde foram criados e das atribuições que lhes foram conferidas [...] Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correccional das políticas sociais, à base de anulação do poder político (MOREIRA, 1999<sup>204</sup> apud TATAGIBA, 2002, p. 50).

A crítica à ausência de fiscalizações e de um plano de gestão para conservação do bem em processo de tombamento sucede repetidas vezes. No entanto, tal limitação não conseguiu ser superada, nem mesmo após o ano de 2004 quando foi regulamentada uma lei que previa a criação de uma seção específica no Condephaat, voltada aos serviços de fiscalização. Uma matéria do jornal Estado de São Paulo, publicada em junho de 2010<sup>205</sup>, mostra que após seis anos da regulamentação da referida lei, nenhuma multa havia sido aplicada pelo departamento. A justificativa dada pelo Secretário da Cultura da época para tal inoperância fundamentava-se na ausência de instrumentos para colocar a lei em prática. Os conselheiros e arquitetos atribuíram a ineficiência do órgão à sobrecarga de trabalho e à carência de pessoal, uma prova de que o órgão estadual não havia sido estruturado com tal abrangência de ação.

No caso do processo da EFPP, denúncias sobre as ações invasivas sobre o conjunto fabril, iam desde ações predatórias, intencionalmente praticadas para dilapidá-lo, até descuidos e falta de proteção contra as ações da natureza e do tempo. Tais situações contribuíram para a alteração gradativa do cenário local, no sentido de perderem-se progressivamente partes do conjunto fabril, sem que o Condephaat conseguisse agir. Durante a paralisação do processo estadual, em uma

---

<sup>204</sup> MOREIRA, Maria Targuina Vieira. Instâncias deliberativas dos sistemas descentralizados e participativos das políticas públicas de cunho social: contorno jurídico dos conselhos. IN: CEPAM. Conselhos municipais das áreas sociais. **Informativo Cepam**, São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima, n. 1, 1999.

<sup>205</sup> SP promete, após 6 anos, multar quem destrói patrimônio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2010. Disponível em: [gvc.es.com.br/sp-promete-apos-6-anos-multar-quem-destroi-patrimonio?locale=pt-br](http://gvc.es.com.br/sp-promete-apos-6-anos-multar-quem-destroi-patrimonio?locale=pt-br). Acesso em: 20 abr. 2016.

vistoria realizada em 1982, da qual participaram as arquitetas do Condephaat, Cristina Wolff e Silvia Wolff e o representante da ABPF, Julio Moraes, constatou-se, por exemplo, que:

Em Gato Preto [...] localizamos em estado razoável as locomotivas de nº 6, nº 11, nº 18, a de nº 3 lá se encontra desmontada [...]. Em Cajamar encontramos em razoável estado de conservação as locomotivas nº 2, nº 5, nº 8, nº 10, nº 14 e nº 17. As de nº 19, nº 13 e nº 25 já se encontravam na fila da morte na ocasião do tombamento e são provavelmente os destroços que não conseguimos identificar (CONDEPHAAT, 1980, p. 119).

Outro relato de vistoria, realizada em 1984 pelas mesmas arquitetas, após a contestação do tombamento pelos proprietários, constatou um estágio mais avançado de deterioração:

Basicamente se pode constatar que a fábrica encontra-se totalmente paralisada e que o tempo só vem contribuindo para a degradação do material rodante e da linha férrea, bastante invadida pelo mato e prejudicada pela falta de manutenção. Urgem providências, com vistas à preservação do acervo, já que se evidencia que os proprietários não farão investimentos para a recuperação do sistema ferroviário sem a possibilidade de funcionamento da fábrica (CONDEPHAAT, 1980, p. 41).

Após denúncia da ABPF referente aos danos causados no local pela prefeitura de Cajamar, Cristina Wolff constatou, em 1985, que:

[...] embora não tenham sido retirados metros de trilho, não se efetivam cuidados por sua proteção. No dia da vistoria, um trator enorme trabalhava no local estacionado sobre os trilhos [...] Acreditamos que, como arquitetas do serviço técnico já esgotamos nossas possibilidades de atendimento a este processo que trata de um tipo de bem cultural, cujas características e dimensões são de tal complexidade que passou a requerer outras providências e análises [...] nossas esporádicas vistorias ao local só poderão constatar a gradual deterioração do conjunto da Perus Pirapora (CONDEPHAAT, 1980, p. 415 e 416).

Em resposta aos manifestos de desgosto da Associação de Preservação de Material de Transporte Coletivo (APMT) quanto à manutenção do patrimônio ferroviário, em documento anexo ao processo, Silvia Wolf mostra que a tendência ao desmonte do patrimônio ferroviário, facilmente estendida para o conjunto, representava uma iminência inevitável: “com relação às manifestações da APMT temos a dizer que esta entidade é mais uma voz a juntar-se ao desconsolo dos que

assistem a degradação do patrimônio ferroviário da Perus Pirapora, dentre as quais incluo a minha” (CONDEPHAAT, 1980, p. 439).

A reportagem intitulada *Destruição do Patrimônio histórico: estação deparando a Estrada de Ferro Perus Pirapora tombada pelo Condephaat*, que integra o processo estadual, publicada em fevereiro de 1989, aponta ações intencionais de crime contra o patrimônio:

A ferrugem, lentamente vai corroendo e apodrecendo o que resta das românticas locomotivas. Mas pior que a ferrugem e o abandono é a ação de ladrões que estão deparando a Estrada de Ferro Perus Pirapora, um verdadeiro museu ferroviário, do qual já resta pouco. Sorte deles. Azar da História (CONPRESP, 1989, p. 11).

Em 1993, Simone Scifoni registrou ações de insubordinação às orientações e diretrizes estabelecidas pelo conselho, as quais também contribuíam para o agravamento do quadro de descuidos para com o patrimônio local: “na ocasião, pudemos constatar evidências de deterioração do bem tombado e intervenções em área envoltória sem autorização deste órgão [...]” (CONDEPHAAT, 1980, p. 464).

O conselho pouco conseguia atuar no sentido de impedir tais ações. Tal fator contribuiu para que se criasse sobre o Condephaat uma imagem associada à inoperância e ineficiência. Nesse sentido, Nascimento, no artigo *Gato Preto – o triste fim de um patrimônio histórico*, publicado pouco tempo antes do arrasamento das instalações ao redor do forno, coloca:

Hoje, o pouco que resta daquele fantástico parque industrial do início do século 20 [...] são apenas os restos da antiga ponte ferroviária, de pedra, além de uma pequena instalação ferroviária, ambas no alto da colina. Será que sobreviverão ou nem mesmo isso nossos órgãos de preservação de patrimônio histórico serão capazes de proteger? [...] Antes de encerrar este artigo, questiono aqui: Para que temos Condephaat? Como eles permitiram que um absurdo desta proporção acontecesse? E será que não irão se mexer para defender a vila do outro lado da rodovia? (NASCIMENTO, 2014, não paginado).

Esta problemática de desentrosamento entre as partes e as limitações dos conselhos não foi exclusividade do estado de São Paulo. Isso se tornou uma situação comum no país, mostrando tombamentos que embora concretizados, estruturavam-se sob planejamentos falhos e sem garantia da preservação dos bens em questão. Estes, frequentemente eram flagrados em situação de esfacelamento.

O artigo de Carlos Nelson dos F. dos Santos, publicado em 1985, intitulado *Preservar não é tomar – renovar não é por tudo abaixo* explicita bem tal circunstância. A crítica do autor recai nas formas como as ações de preservação vinham sendo implantadas em meio às renovações urbanas. Mesmo durante a década de 1980, quando o cenário era mais favorável aos tombamentos representativos da coletividade, os resultados não atingiam níveis satisfatórios. O autor sintetizou que a política para a preservação da forma como era posta em prática, configurava:

[...] um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injusta, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom-senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de conjuntos inteiros de ambientes significativos (SANTOS, 1985, p. 10 e 11).

As crises internas do Conselho Estadual colaboraram para as contínuas indefinições do tombamento do acervo da EFPP. Uma situação flagrante deu-se em meados da década de 1990 com a dissolução das equipes de apoio, como a da STCR<sup>206</sup> e a de Áreas Naturais, designadas para o acompanhamento dos assuntos relacionados ao processo de tombamento da EFPP. Segundo Rodrigues (2000), o Condephaat enfrentava, naquele momento, precárias condições de trabalho, baseadas inclusive em economia de recursos. Há informações de que o desfalque de pessoal teria deixado o processo de tombamento dos remanescentes do acervo à deriva até que, por meio de um trabalho voluntário da responsável pela equipe de Áreas Naturais, Simone Scifoni, foi possível finalizar a delimitação da área envoltória do bem<sup>207</sup> (CONDEPHAAT, 1980). Este período do Condephaat, referenciado por Scifoni (2006) como *momento conservador* e por Nigro (2001<sup>208</sup> apud Scifoni 2006) como *tempos de clausura* caracterizou-se por uma longa fase de desvalorização dos trabalhos das equipes, especialmente de Áreas Naturais, e de concessões aos interesses imobiliários. A autora enfatiza ter sido aquele um momento em que:

<sup>206</sup> Setor Técnico de Conservação e Restauro.

<sup>207</sup> Em 1995, quando Mario Covas assumiu como governador do estado de São Paulo, houve um enxugamento do quadro de funcionários públicos. Neste contexto de demissões, ocorreu o desligamento de Scifoni do quadro de trabalhadores do Condephaat e a finalização da proposta de regulamentação ocorreu por meio de seu comprometimento e esforço pessoal (SCIFONI, 2014). Tal esforço foi ressaltado no processo de tombamento como um trabalho voluntário da redatora que possibilitou a conclusão da minuta de regulamentação (CONDEPHAAT, 1980).

<sup>208</sup> NIGRO, Cintia R. **Territórios do patrimônio: tombamento e participação social na cidade de São Paulo**. Mestrado (Dissertação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

[...] as políticas voltadas para o patrimônio cedem a pressões de ordem política ou econômica, evidenciando-se a viabilização de determinados interesses privados. Testemunham-se ações que vão desde a paralisação dos tombamentos de áreas naturais, pressões junto à equipe técnica e sua posterior dissolução, engavetamento de processos, alteração de regulamentações, além da restrição da participação dos técnicos nas reuniões do colegiado [...]. Internamente, afirmou-se um ambiente de tensão e disputa política em função de interesses antagônicos, evidenciados na posição dos presidentes e no movimento de resistência dos técnicos às novas condições conservadoras de restrição do trabalho. Externamente a afirmação do neoliberalismo como política de Estado colocou como necessidade a desregulamentação, que se traduzia em deixar o terreno livre para os interesses e as necessidades do mercado e dos setores privados (SCIFONI, 2006, p. 147).

Enquanto havia uma equipe técnica de Áreas Naturais no órgão formava-se um movimento de resistência dos técnicos frente às formas de pressão e interferências políticas, por meio da insistência para o encaminhamento de estudos que contrariavam a posição da Presidência. Entretanto, a partir da dissolução desta equipe, instituiu-se uma nova forma de abordar o patrimônio natural por meio de críticas às formas de condução dos trabalhos referentes a estas áreas<sup>209</sup> (SCIFONI, 2006, p. 148 e 149). Conforme a autora, o período representou tanto um retrocesso nos avanços obtidos na década anterior com a participação da sociedade civil, quanto um reforço à visão de patrimônio como obstáculo à valorização econômica dos bens tombados.

Tal cenário, evidencia a contribuição de influências políticas para que os processos de tombamento dos remanescentes da CBCPP se tornassem morosos, extensos e conflituosos. As interrupções aparentemente estariam relacionadas também às descontinuidades observadas entre gestões administrativas, pois os maiores avanços e diálogos para as tratativas referentes à preservação dos remanescentes da CBCPP ocorreram durante as gestões administrativas municipais ligadas ao Partido dos Trabalhadores<sup>210</sup>.

---

<sup>209</sup> Cf. Scifoni (2006), após a dissolução da equipe de áreas naturais o então presidente do Conselho José Carlos Ribeiro de Almeida teceu várias críticas aos métodos de trabalho que vinham sendo adotados pelos técnicos, dentre as quais, julgava haver em alguns casos um “excesso de academicismo” e ausência de “maior objetividade”, propondo reversões de decisões que iam contra as próprias definições dos tombamentos, como no caso da Serra do Guararu, no Guarujá, no qual sugeriu a verticalização e a implantação de outras funções que não exclusivamente residencial (SCIFONI, 2006, p. 149).

<sup>210</sup> Na gestão municipal da prefeita Erundina ocorreu a transformação da área da fábrica em utilidade pública, ação não continuada nas gestões seguintes. Durante a administração de Marta Suplicy foi aprovada a Lei 13549/03 que autorizava a implantação do Centro Cultural Temático da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, integrados ao Parque Anhanguera. Cabe ainda destacar que, posteriormente, em 2014, durante a gestão Fernando Haddad, foram incluídos no Plano Diretor de São Paulo apenas dois Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP): o TICP Paulista/Luz, que inclui o

A ausência de um consenso sobre o conceito patrimônio - ou, como colocou Castriota (2009), a não absorção real no país do seu conceito contemporâneo e ampliado - configurou-se como um dos fatores que bloquearam a integração dos vários campos das administrações públicas envolvidas com o patrimônio. No caso da EFPP, este representou um entrave perceptível à integração das gestões e esferas públicas envolvidas, sobretudo, durante as disputas pelo acervo após a publicação de abertura do processo de tombamento, em maio de 1980, ao limitar intervenções no conjunto.

Quando ocorreu a abertura do processo estadual referente aos bens da EFPP, todo o conjunto estava sob a tutela do governo federal, representado pela Coordenadoria de Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional - CEINP. O ofício sobre a ordenação da abertura do processo de tombamento da EFPP foi publicado na mesma data em que estava prevista a venda por licitação do complexo industrial: 30 de maio de 1980. Era uma evidência do caráter de urgência das ações como uma medida de precaução contra as consequências decorrentes da eventual venda da ferrovia na sua integralidade.

Ao tomar ciência da iniciativa do Conselho Estadual, a CEINP refutou a abertura do tombamento com base nos argumentos de que o processo de licitação havia ocorrido em condições legais. O licitante vencedor era legítimo e a EFPP constituía um bem de propriedade do governo federal e, portanto, o assunto seria competência do Sphan e não do Condephaat. Isso ocasionou a paralisação temporária do processo estadual. As discussões entre os dois órgãos se deram acerca da questão das hierarquias e do direito de propriedade e não das possibilidades de atribuição de valores à ferrovia. O foco do debate centrou-se na intenção da esfera estadual tomar um bem de propriedade da União.

Do ponto de vista jurídico este é um tema controverso, por envolver o direito de propriedade e o direito social de propriedade. A possibilidade de se tomar um bem público já era prevista desde a constituição do Decreto-lei 25/1937. Como mostra Braga (2014), com base em experiências práticas, formaram-se ao longo do tempo, duas vertentes distintas e antagônicas que se enfrentam frente à possibilidade de um órgão tomar um bem de propriedade de outro ao qual está submetido hierarquicamente. A primeira vertente defende a ideia de que o tombamento advindo de esferas subordinadas, ou seja, “de baixo para cima” não seria admitido,

---

tombamento histórico da cidade e o centro cultural metropolitano; e o TICP Eco/Turístico/Ambiental criado na Lei 13549, de 2003, e recepcionado no Plano Regional Estratégico de Perus, transformado no TICP Jaraguá/Perus.

aplicando-se por analogia o disposto do art. 2º, §2º, do Decreto Lei 3.365/41 que confere à União o direito de desapropriar os bens de domínio do Estado, Municípios, Distrito Federal e Territórios e os dos Municípios pelos Estados. A segunda considera o tombamento uma via de mão dupla, ao admiti-lo entre entes federados indistintamente. Para sustentar tais ideias, alega-se que a previsão do art. 2º, §2º, do Decreto Lei 3.365/41 possui constitucionalidade duvidosa ao criar uma hierarquia entre os entes federados, além de se tratar de norma específica e excepcional relacionada à desapropriação, portanto necessita ser interpretada restritivamente, e não ampliativamente.

A *Carta de Haia*, produzida em 1954, já considerava que um bem a ser considerado cultural, deveria ter grande importância para os povos, com elevado interesse histórico ou artístico, “seja qual for a sua origem e o seu proprietário” (UNESCO, 1954). A Constituição brasileira, promulgada em 1988, admitia como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o zelo e proteção do patrimônio para impedir sua evasão, destruição e descaracterização. A transcrição feita por Braga (2014) de um julgamento do STJ, ocorrido em 2005, mostra o entendimento permissivo do tombamento mútuo de bens públicos, em uma hierarquia decrescente. Ou seja, do menor para o maior, no caso em questão, do município para o estado, e de que ele, o tombamento, não retira do bem a propriedade do seu detentor, apenas permite uma maior proteção como patrimônio cultural: “Como o tombamento não implica em transferência da propriedade, inexistente a limitação constante no art. 1º, § 2º, do DL 3.365/1941, que proíbe o Município de desapropriar bem do Estado” (RIO DE JANEIRO, 2005 apud BRAGA, 2014, não paginado).

A noção de tombamento como “via de mão dupla” é mais compatível e adequada com os objetivos do tombamento de bens culturais. As cartas patrimoniais já discorriam sobre tal possível confusão conceitual. No entanto, não havia consenso quando as questões do tombamento da EFPP entraram em cena e a pressão do órgão federal resultou na interrupção temporária do processo estadual. Neste mesmo contexto, ocorreram as disputas entre o Conselho Estadual e a Secretaria Executiva do Ministério da Economia, sobre as peças de reposição do acervo depositadas no almoxarifado. De um lado, o conselho entendia que às peças aplicava-se o tombamento devido à sua representatividade potencial como suporte legítimo para aquilo que representavam e garantiam o funcionamento e a manutenção do bem tombado em consonância com seu aspecto cultural. Por outro lado, a Secretaria Executiva do Ministério da Economia, que tratava dos assuntos

relacionados aos confiscos e incorporação dos bens ao patrimônio nacional, entendia que às peças não se aplicaria o tombamento, pois a Resolução nº 5 de 1987 não mencionava qualquer item do almoxarifado. Além disso, o Decreto de Confisco previa a alienação dos bens confiscados para ressarcimento do Tesouro Nacional, Estadual, Municipal e Autárquico, mostrando dificuldades na compreensão do tombamento de acordo com seu conceito cultural. Novamente, a questão da propriedade se coloca como um bloqueio às aplicações do tombamento, ao revelar entendimentos contraditórios sobre o conceito do patrimônio.

Ainda em meados da década de 1980, ao tomar conhecimento das reações contrárias dos proprietários ao uso turístico da EFPP e ao enfatizar que o uso turístico proposto não passava de uma sugestão para tentar garantir a função e existência da estrada de ferro, a ABPF levantou a hipótese da interferência no direito de propriedade ser o motivo principal para uma reação tão negativa dos proprietários. Os temores dos proprietários foram considerados compreensíveis, porém, improcedentes, por expressarem equívocos frequentemente observados na prática da preservação do patrimônio brasileiro em relação ao entendimento do tombamento. Em decorrência, manifestavam a esperança no tombamento como medida de preservação e de uma nova mentalidade entre os dirigentes da empresa:

Parece-nos fora de questão que o tombamento, com seu caráter precípuo de medida preventiva é absolutamente imprescindível no caso da EFPP, pois a experiência demonstra que somente esta medida tem razoável poder num país como o nosso, em que a destruição o abandono e o ódio aos órgãos preservadores da memória nacional são a regra, juntos do nosso falso conceito de progresso. Em tempo esclarecemos que esta referência não se dirige aos atuais proprietários da EFPP, que bem podem ser exceção, embora ainda não o tenham demonstrado com clareza (CONDEPHAAT, 1980, p. 227).

A inexistência de mecanismos capazes de atrair os proprietários e convencê-los a acatar com simpatia as decisões dos conselhos, tais como os incentivos fiscais, configurou um dos fatores propulsores do desinteresse na promoção de melhorias na propriedade tombada. As medidas, tomadas em âmbito nacional, para garantir algum retorno financeiro aos proprietários foram aludidas pelos representantes da ABPF como um atrativo com benefícios futuros. As providências instituídas pelo Ministro da Fazenda Ernane Galvêas, tornando dedutíveis da renda bruta da pessoa física e do lucro da empresa os recursos investidos na preservação de bens tombados na esfera federal, foram assim consideradas:



O tombamento pelo CONDEPHAAT facilitaria muito a obtenção de medida semelhante pela SPHAN. Disponde dele, a Ferrovia Perus-Pirapora Ltda. desfrutaria da extraordinária possibilidade de ter a manutenção de seu patrimônio gratuita, usando-o à vontade e auferindo o lucro que ele proporcionasse [...] logo o governo estadual também começou a incentivar a preservação de forma semelhante (CONDEPHAAT, 1980, p. 228)

Os membros da ABPF acreditaram no tombamento como instrumento capaz de abrir caminhos para benefícios fiscais e na viabilização de projetos de revitalização com vantagens financeiras aos proprietários, como forma de sedução e de motivação.

As proposições para utilização turística, da maneira como foram formuladas, suscitaram inquietações acerca de sua contribuição para efetivar o tombamento ou para acelerar o desmonte do conjunto. Enquanto todos os elementos que compunham esta ideia foram pesados e avaliados durante o trabalho de reconhecimento dos remanescentes da CBCPP pelos órgãos envolvidos, simultaneamente, houve intensa ampliação do alcance dos tombamentos e dos conflitos com os proprietários. Tal fator influenciava os rumos das propostas de tombamentos e de uso do local. Por um lado, parecia haver uma unânime opinião técnica sobre o uso turístico como solução viável para conciliação dos interesses. Por outro, o tamanho da área, as pressões exercidas pelos interesses políticos e imobiliários, os problemas da propriedade particular, além da ausência de coordenação das responsabilidades dos órgãos envolvidos e proprietários colaboraram para que os projetos não obtivessem o resultado esperado. O uso turístico da EFPP só se tornou mais factível, embora de forma muito restrita, após a concessão de uso de parte do seu acervo ao Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural - IFPPC, em 2001, e do minucioso trabalho efetuado por este Instituto para recuperar um trecho da ferrovia e algumas das locomotivas, possibilitando, assim, pequenos passeios no local, a partir de 2010. Isso ocorreu após a área de abrangência do tombamento ser modelada de forma mais próxima aos interesses e necessidades dos proprietários, pois antes disso, todos os intentos para transformar as instalações em área pública destinada ao lazer e cultura não frutificaram.

A recusa pelos proprietários da ideia de uso turístico das instalações foi demonstrada pelo desinteresse em colaborar com o tombamento dos remanescentes, pela não realização de qualquer obra de recuperação dos bens e

por não manifestarem suas próprias limitações para o cumprimento das exigências colocadas pelo conselho. Esta inércia, negligência e indiferença dos proprietários face à deterioração do bem configuraram uma estratégia para liberação das áreas de seu maior interesse, na medida em que as dificuldades para sua recuperação se ampliavam. Este conjunto de circunstâncias aliado ao crescimento das cidades, conforme discussão a seguir, influenciaram na condução dos tombamentos e produziram efeitos profundos sobre o bem.

### 3.3. Os remanescentes da CBCPP na dinâmica das cidades

Com o crescimento da metrópole de São Paulo, intensificado na década de 1970, o bairro de Perus foi ocupado por um grande contingente que se instalava em loteamentos regulares e irregulares. Tal procedimento implicava aumento da densidade demográfica e modificava sua feição urbana. Em Cajamar, além da formação de novas ocupações, regulares e irregulares, as políticas tendiam para o desenvolvimento industrial com sedutoras vantagens fiscais ofertadas aos empresários dispostos a investir no local.



**Figura 42:** O crescimento de loteamentos clandestinos em área envoltória da EFPP em Cajamar, durante a década de 1990.

**Fonte** Condephaat, 1980, p. 632.

Tais tendências colocavam os remanescentes da CBCPP em situação ainda mais vulnerável e em maior evidência, devido às grandes porções de terras ocupadas pelos remanescentes e às novas valorizações econômicas a elas atribuídas devido às possibilidades industriais e comerciais que nelas despontavam<sup>211</sup>. As instalações da CBCPP e suas relações com o tombamento expressam as considerações de Kühn (1998) sobre os obstáculos enfrentados pelo patrimônio, em decorrência das grandes proporções geradoras de espaços obsoletos em áreas muito valorizadas e disputadas.

Esta situação, somada às pressões externas representadas por forças políticas, setores privados e mercado imobiliário, conforme Rodrigues (2000), influenciaram diretamente as ações do Condephaat, colocando os bens da CBCPP em uma difícil posição na lógica capitalista do consumo do espaço urbano e do papel do Estado nesse processo. As tensões que afloraram durante as regulamentações das resoluções de tombamento foram provocadas pelos interesses do mercado imobiliário delineados em torno da região. Paralelamente ao fenômeno da *metropolização*, intensificado entre os anos 1970 e 1980, ocorreu o crescimento de um processo de *periferização* e *favelização* da área metropolitana, onde estavam inseridos Perus e Cajamar. Entre os muitos estudos voltados à realidade brasileira, destacam-se trabalhos como os de Singer (1973), Fernandes (1960), Kowarick (1979), Langenbuch (1971), Villaça (2001) e Santos (1990), que procuravam trazer à luz a dinâmica da formação espacial metropolitana brasileira, a dimensão de seus problemas e de suas transformações espaciais, econômicas e sociais.

Kowarick (1979), ao buscar um entendimento da lógica da aparente desordem pela qual a periferia de São Paulo se expandia, caracterizou Perus como bairro receptor da expansão dos cortiços, fator ocasionado pela reurbanização dos bairros mais centrais. O adensamento provocado em Perus alterou a relação do bairro com a fábrica em dois sentidos. Primeiramente, por trazer à região um contingente de moradores que desconheciam o sentido do tombamento dos remanescentes industriais da CBCPP, com os quais não estabeleceram vínculos. Em segundo lugar, por alterar o valor fundiário da área onde a fábrica se inseria – atualmente imbrincada entre duas grandes *Zeis*<sup>212</sup> - transformando os significados das áreas livres do bairro, como se observa na figura abaixo. Igualmente, em Cajamar, os remanescentes

---

<sup>211</sup> Sobre a valorização econômica das propriedades imobiliárias ver Singer (1973); Rolnik (1997); Santos (1990); Villaça (2001).

<sup>212</sup> Zonas especiais de interesse social.

começaram a disputar espaço com o crescimento da cidade (figuras 45 a 55), onde despontam novas ocupações residenciais e industriais.



**Figura 43:** As instalações da fábrica de Cimento, em laranja, e o crescimento do bairro no entorno.  
**Fonte:** Jeronymo (2016) sobre base Google Earth. Data da imagem 19/04/2015.

Espaço e capitalismo, segundo Lefebvre (1999), relacionam-se por meio do consumo, em que o primeiro serve aos propósitos de obtenção de lucro do segundo. Neste contexto estabelecido por rápidas mudanças urbanas, sociais, econômicas e demográficas, como discute Kühl (1998), o patrimônio, especificamente concernente à indústria, passou a ocupar uma posição ainda mais delicada. A obsolescência destas áreas que resulta em uma frequente falta de rentabilidade dificultou a sua preservação.

Neste contexto ocorreram as pressões sobre os tombamentos em andamento dos remanescentes da CBCPP. Conforme explica Scifoni (2014), o grupo Abdalla exerceu forte pressão no Condephaat, Compresp e DPH para a revisão dos tombamentos, ocasionando a publicação das novas resoluções em âmbito estadual e municipal nos anos 2000 e 2004, respectivamente. Tais revisões, aconteceram após a empresa manifestar, apenas em 1998, sua impossibilidade financeira para execução das medidas necessárias à realização das obras de preservação preventiva e de recuperação do acervo. Essa conjuntura de fatores levou ao repasse do acervo ao Condephaat, para quem coube a responsabilidade destas execuções.

Na revisão estadual, excluíram-se dos tombamentos as duas extremidades da EFPP, onde incidia maior valor imobiliário – reforçado em 2004 com a abertura do Rodoanel – devido à proximidade das ferrovias e rodovias, retirando os níveis de proteção estadual da fábrica, das vilas de Gato Preto e Perus. No ano seguinte à publicação estadual, moldada de acordo com os anseios industriais, Antonio João Abdalla Filho, representante da empresa, confirmou a entrega do acervo ao Condephaat, para que este pudesse dar início ao procedimento e providências de revitalização, preservação e manutenção do referido acervo<sup>213</sup> (CONDEPHAAT, 1980).

Pode-se dizer, conforme enfatizou Nigro (2001 apud SCIFONI, 2006), que o modelo político-econômico neoliberal estimulou a retirada do Estado da esfera social e, neste período de sucessivas concessões de privilégios aos interesses mercantis ocorreu simultaneamente o enfraquecimento dos movimentos populares que perderam de vista o respaldo nas políticas dos conselhos. A fase marcou um distanciamento entre as instâncias preservacionistas e a sociedade civil. Dos vários casos pontuados em Scifoni (2006) em que ocorreram desregulamentações ou ajustes para o favorecimento de empreendimentos imobiliários em detrimento de áreas naturais preservadas, apenas um caso registrou, naquele momento, mobilização dos grupos sociais<sup>214</sup>. O restante foi apenas questionado pelo Ministério Público e pelos meios de comunicação, mas alguns, sequer foram discutidos.

Isso vai ao encontro das repercussões que tiveram as alterações efetivadas na Resolução Condephaat 56/00, que não observaram manifestações expressivas da

---

<sup>213</sup> O Conselho Estadual, após a publicação da Resolução 56/00, incentivou a criação de um Instituto para a preservação da ferrovia. O Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural – IFPPC foi criado por iniciativa da ABPF e de empresas lindeiras à estrada de ferro. Sob supervisão do Condephaat, o Instituto elaborou um projeto de recuperação e restauro de 12 km da ferrovia, incluindo além da própria estrada, também locomotivas e composições. Fez um estudo sobre a situação do acervo e elaborou o Termo de Referência para o projeto de revitalização da EFPP. Após diversas reuniões entre o Condephaat, o Instituto e os proprietários, a transferência foi efetivada, em regime de comodato, do patrimônio para o Instituto, sob supervisão do Condephaat, por um período de 50 anos, renováveis por mais 50. O Instituto passou a buscar patrocínio para poder dar início às obras de recuperação do acervo, conseguindo apoio da empresa Natura que disponibilizou a importância de R\$100.000,00 para o início dos trabalhos. Procurou-se apoio, também, da Prefeitura, da CPTM e do Sistema Brasileiro de Televisão - SBT, localizados na região.

<sup>214</sup> O caso citado pela autora com manifestações populares contra alterações na resolução de tombamento referia-se à Faculdade Armando Álvares Penteado. A alteração duplicava o coeficiente de aproveitamento para 2, ao possibilitando gabarito de até 28 metros e permitir o remembramento de lotes. Tais mudanças favoreceriam os planos de expansão e, ao que indica os estudos da autora, foram concebidas diretamente para atender às necessidades da instituição. Por meio de um amplo movimento organizado pela Associação dos Moradores e Amigos do Pacaembu, Perdizes e Higienópolis, o Condephaat retrocedeu na sua decisão. Além deste caso, a autora relata outros sobre favorecimento de grupos como a desregulamentação da Serra do Mar, também em 2000, para viabilizar a aprovação de um grande empreendimento do grupo Silvio Santos, no Guarujá, o projeto Jequitimar (SCIFONI, 2006).

ABPF ou de outros grupos da sociedade envolvidos na questão. Nelson Camargo (2014), membro do Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural – IFPPC - em depoimento dado nas aulas da disciplina “Potencialidades e Gestão da Paisagem” explica que a aprovação de tal resolução foi consequência de um acordo feito na época, mediante aconselhamento do advogado da Associação, para tentar garantir o tombamento de algum trecho ao invés de arriscar um destombamento completo.

No âmbito da municipalidade de São Paulo, as pressões imobiliárias foram observadas no processo de tombamento, em 2003, após o envio de um pedido ao Conpresp feito pela empresa Faja Desenvolvimento Urbano Ltda., ligada à atividade de incorporação de empreendimentos imobiliários e ao Grupo Abdalla. Tal pedido solicitava a revisão do tombamento, com base em proposta de revitalização, preservação e ocupação da área da fábrica, que julgava ser racional e sustentável, conforme plano diretor concebido pelo escritório do arquiteto Ruy Ohtake. No detalhamento da proposta de recuperação e revitalização enviada pela empresa reduzia-se significativamente a área a ser preservada. Tal proposta, cujo critério de exclusão de elementos a serem preservados era a condição de intacto e os elos dos moradores com a fábrica, vinculava-se estreitamente aos interesses imobiliários para liberação da maior porção de terra possível e fundamentava-se no valor simbólico:

A Vila é composta por 41 casas; dessas, a de número 75, está vazia e as demais estão locadas. Diferentemente do que se apregoa, mais da metade dos atuais ocupantes, não são descendentes nem são parentes dos antigos operários da Fábrica. Essas construções no decorrer dos anos foram totalmente descaracterizadas com relação ao projeto original. Portas e janelas foram substituídas, ampliações de outros cômodos ou garagens, instalação de caixas d'água e parabólicas nos telhados, e muitas outras mais. A simples reforma dessas casas, dadas as suas atuais condições e as suas características construtivas, mesmo para o uso institucional é um contrassenso. Entendemos que o aspecto fundamental a ser preservado na Vila Triângulo é o seu espírito. Esse espírito está materializado na Capela que será restaurada e preservada. A grande área verde, mantido o formato original de triângulo, juntamente com a Capela restaurada, formarão um conjunto harmonioso, com valor grande simbólico, para a lembrança e o uso de toda a comunidade (CONPRESP, 1989, p. 311)



**Figura 44:** Vista geral da Vila Triângulo, com a igreja ao centro, 1995.

**Fonte:** Condephaat, 1980.

O detalhamento apresentado foi uma exigência do DPH devido à não contemplação na proposta original de aspectos essenciais apontados nas resoluções referentes às instalações da fábrica e ao Casarão da Fazendinha e áreas adjacentes para que se pudesse, então, finalizar a proposta de revisão. Dentre os aspectos a serem esclarecidos pela proponente apontava-se a necessidade de manutenção e recuperação de elementos associados à produção, como as chaminés, esteira grande de transporte de calcário, forno e resfriador nº4; manutenção e integração ao projeto de alguns silos de materiais, avaliando-se seu estado de conservação; recuperação e preservação das casas da Vila Triângulo, sem a obrigatoriedade de se manter o uso original; preservação da linha férrea na área proposta; preservação de elementos associados à ferrovia, tais como o casarão do M, casa do tráfego, triângulo de manobras, casarão da fazendinha e área de ambientação (CONPRESP, 1989).

A proposta considerava que a recuperação da linha férrea, a partir do km 2 até o Entrocamento, seria incumbência do IFPPC, conforme contrato de comodato estabelecido entre este e o Condephaat. O casarão do M, assim como a casa de tráfego seriam preservados e utilizados para fins institucionais ou de acordo com usos definidos pelo IFPPC. O triângulo de manobras seria liberado da preservação, por não fazer parte do estudo do IFPPC, bem como o britador devido a critérios de valoração por antiguidade, pois de acordo com o conteúdo da proposta, havia nas pedreiras de São Paulo “equipamentos até mais antigos”. A subestação e outras construções ao norte da ferrovia, não descritas na proposta, teriam usos institucionais a serem decididos pela Prefeitura de São Paulo (CONPRESP, 1989, p. 312).

A reforma dos imóveis seria incumbência da empresa Faja e estes, depois de prontos, seriam doados para a Prefeitura. O restante da área fabril seria utilizado para fins



comerciais ou de serviços, a serem definidos de acordo com pesquisa de mercado, com implantação no local de um projeto habitacional. Esta proposta, que não foi efetivada, refletia as tentativas de estabelecer ajustes dos tombamentos aos interesses imobiliários e financeiros, tornando-se uma possível saída para tentar salvar os remanescentes que durante todo este período se deterioravam progressivamente.

A ideia era solidária à tendência que despontava na época de se efetivar as parcerias entre público e privado por meio de preservações parciais, que no caso de fábricas, na maioria das vezes, resultou na preservação apenas de chaminés. As construtoras passaram a apresentar propostas de aproveitamento de áreas industriais, muitas tombadas ou em fase de estudo de tombamento, elegendo alguns símbolos que pudessem remeter ao que esses conjuntos teriam representado no passado<sup>215</sup>.

Em 2004, ao considerar a necessidade de adequar a Resolução 27/92 ao Plano Estratégico da Subprefeitura de Perus - Lei nº 13.885, bem como às alterações na resolução estadual, foi publicada a Resolução 19/04 que tratava da revisão do tombamento, com exclusão das Vilas da Fábrica e Nova. Entretanto, criou-se para a área da fábrica a ZEPEC - Zona Especial de Preservação Cultural - que permite o ressarcimento financeiro aos proprietários de áreas preservadas através da transferência do direito de construir<sup>216</sup>. Referente à antiga fábrica de cimento e áreas anexas, a Resolução anunciava, como apontado no capítulo anterior, que o tombamento passava a vigorar, considerando apenas o conjunto de edifícios, equipamentos e instalações da área de produção da antiga fábrica, o conjunto de residências da Vila Triângulo e a Capela de São José (CONPRESP, 2004). Além desta área, a Resolução mencionava o tombamento da sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento e Gesso de São Paulo, localizado na área compreendida pelas instalações e acervo da EFPP, incluindo o casarão da ferrovia (ou do “M”) e a casa de tráfego.

---

<sup>215</sup> O projeto do empreendimento Luzes da Mooca foi concebido com quatro torres de apartamentos ao redor da chaminé da antiga fábrica de açúcar União, após demolição de todos os galpões. Em outro exemplo, a Construtora Agre manifestou a intenção de construir edifícios nos terrenos onde se localizavam os galpões das antigas fábricas da Duchon, Fiat Lux e Francisco Matarazzo, preservando apenas as chaminés. Os galpões que estavam locados no terreno, onde o empreendimento Casa das Caldeiras foi construído foram demolidos, enquanto o Conpresp estudava o tombamento do imóvel, restando apenas duas chaminés e a casa das caldeiras.

<sup>216</sup> Conforme Seção V – Das Zonas Especiais Subseção I – Das Zonas Especiais de Preservação Ambiental – ZEPAM; Subseção II – Das Zonas Especiais de Preservação Cultural – ZEPEC, Art. 38 – “Ficam enquadradas como Zona Especial de Preservação Cultural – ZEPEC a Fábrica de Cimento Portland, situada no distrito de Perus e a Capela São José, devendo as edificações no seu entorno observar restrições urbanísticas para garantir a visualização do bem tombado”.



A trajetória do tombamento municipal e do estadual mostra que os argumentos, para validar a reversão do alcance das áreas a serem protegidas, tramitaram entre tensões e ampararam-se na sobreposição das questões de caráter político-econômico sobre aquelas de cunho histórico, artístico e afetivo. Que outros argumentos poderiam validar o destombamento de uma área que por cerca de vinte anos fora motivo de conflitos entre todos os envolvidos de alguma forma com a questão, se não estas?

Contudo, a disputa pela propriedade da fábrica, baseada na luta por sua desapropriação e transformação em utilidade pública, permaneceu ativa e ainda expressa a concentração dos esforços do *Movimento pela Reapropriação da Perus*, organizado por lideranças do bairro, os *Queixadas*, e com o apoio de diversas instituições, os quais acreditam nos remanescentes da Perus como um bem coletivo.

Tais medidas de inflexão das políticas e de flexibilização da legislação, do ponto de vista do patrimônio e da cultura, resultaram em perdas irreparáveis. Por exemplo, a demolição quase integral da Vila Portland, da Vila da Fábrica em Perus e de todo o complexo de Gato Preto, inclusive do forno de cal que representava a origem do município de Cajamar. Do ponto de vista dos interesses da empresa, deu-se continuidade à implantação de empreendimentos industriais, como a fábrica da empresa Natura Cosméticos (figuras 46 e 47) com cerca de 3.600m<sup>2</sup> de área construída. Segundo Kois (2016), a empresa foi edificada em área envoltória da EFPP e a sua parceria em investimentos na recuperação de locomotivas e parte dos trilhos junto ao IFPPC é fruto da conversão da multa a ela aplicável devido à situação do trecho inserido em sua propriedade. As instalações da empresa Metalplan (figura 45) também se inseriram nas instalações da EFPP<sup>217</sup>.

---

<sup>217</sup> Conforme informações obtidas no local, até alguns anos atrás mantinha-se uma placa junto aos portões da empresa, informando a existência de um bem de interesse histórico no local.



**Figura 45:** Empresa Metalplan, junto às gôndolas da EFPP, ao centro, e aos trilhos, à direita.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 46:** Alguns estabelecimentos dispostos sobre os trilhos da EFPP que correm abaixo dos portões verdes. Ao fundo, a empresa Natura Cosméticos, às margens da Rodovia Anhanguera.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.



**Figura 47:** Ocupação junto à EFPP.

Em vermelho, a área da empresa Metalplan, onde estão dispostas as gôndolas da EFPP. Em lilás, a empresa Natura Cosméticos. Em azul, o curso do rio Juqueri.

**Fonte:** JERONYMO, 2016 sobre base Google Earth. Data da imagem 19/04/2015.





**Figura 48:** Ocupação residencial junto aos trilhos da EFPP, nas proximidades do bairro do Guaturinho e Bela Vista.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.



**Figura 49:** Estado precário de conservação dos trilhos da EFPP. Ao fundo, lado esquerdo, observa-se a caixa d'água da empresa Natura Cosméticos.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.



**Figura 50:** Trecho dos trilhos da EFPP, no sentido Fábrica da Natura Cosméticos.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.



**Figura 51:** Ocupação junto aos trilhos da EFPP, nas proximidades do bairro do Guaturinho e Bela Vista.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.



**Figura 52:** Trilhos da EFPP, junto das ocupações residenciais e industriais, em precário estado de conservação.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.



**Figura 53:** Ao fundo, ocupação junto aos trilhos da EFPP, nas proximidades do bairro do Guaturinho e Bela Vista.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.





**Figura 54:** Ao fundo, a empresa Natura Cosméticos, nas proximidades dos trilhos da EFPP, que podem ser observados à direita.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.



**Figura 55:** À esquerda, observa-se a antiga parada do Quilômetro 12, transformada em capela. À direita, veem-se vestígios dos trilhos da EFPP.

**Fonte:** JERONYMO, 2016.

Diante destes conflitos e limites ao tombamento, viu-se ocorrer a degradação paulatina dos bens. Após a conclusão dos processos, as resoluções de revisão de tombamento legitimaram oficialmente as mutilações com a exclusão do início e do fim da EFPP, que deu abertura para a demolição sumária das instalações no entorno do forno de Gato Preto. Qual o significado destas demolições frente ao conjunto? É com esta questão que a análise da condição de integridade e autenticidade dos remanescentes da CBCPP, enquanto núcleo fabril, dialogará no capítulo 4.





## **Capítulo 4**

---

Impactos dos processos de tombamento sobre os  
remanescentes





## Capítulo 4 - Impactos dos processos de tombamento sobre os remanescentes

O todo sem a parte não é todo,  
A parte sem o todo não é parte,  
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,  
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Gregório de Matos, século XVII

Este capítulo procura analisar a permanência e a ausência de atributos arquitetônicos e espaciais da CBCPP, enquanto núcleo fabril com ferrovia, após os processos de tombamento, assim como em que medida ocorreu uma retenção da sua significância cultural enquanto conjunto de construções vinculadas ao mundo industrial. Trata-se de avaliar efeitos que pressões, limites e impasses observados ao longo do desenvolvimento dos processos de tombamento exerceram sobre o bem. Frente ao descaso percebido com os vestígios materiais do conjunto e na tentativa de contribuir para a percepção da importância de sua preservação e permanência, a análise se fixa no significado das perdas materiais decorridas especialmente das revisões dos tombamentos.

### **4.1. Atributos essenciais à compreensão da integridade da CBCPP e à sua condição de bem cultural**

Como visto no capítulo anterior, foram vários os fatores que contribuíram para que os tombamentos realizados não garantissem a preservação do conjunto fabril da CBCPP. Dentre eles está a ausência de um plano de gestão e de monitoramento da conservação do bem. Tal deficiência juntamente com as demolições autorizadas pelas reversões de tombamento contribuíram para perdas significativas de partes essenciais à compreensão da autenticidade do conjunto e à transmissão de suas significâncias.

O monitoramento, segundo Zancheti e Hidaka (2010), consiste em uma ação complexa e configura o maior desafio dos gestores, especialistas e sociedade em geral envolvida com o patrimônio. De acordo com Lira (2009):

[...] em virtude, muitas vezes, de limitações institucionais, se não houver uma motivação específica para a fiscalização, como uma denúncia ou realização de obras, um bem tombado pode passar um período indefinido sem ser objeto de qualquer acompanhamento. Em decorrência disso, muitos dos bens tombados acabam por perder os atributos físicos e os valores que os fizeram ser reconhecidos como patrimônio, perdendo-se, com isso, também a razão de seus tombamentos (LIRA, 2009, p. 30).

A ineficiência dos tombamentos para conseguir a efetiva preservação dos bens é destacada pela autora a partir da ausência dos instrumentos de conservação:

[...] se por um lado o tombamento pode ser considerado eficaz no que diz respeito à identificação patrimonial, a sua aplicação é insuficiente para a garantia da salvaguarda dos bens. A razão disso é a ausência, no escopo desse instrumento, de mecanismos que promovam a preservação dos valores e atributos que investiram o bem de um interesse patrimonial (LIRA, 2009, p. 30).

A necessidade da promoção de um plano de manutenção e monitoramento dos bens de importância cultural é fundamental por configurar uma atividade que envolve a medição e a avaliação de mudanças. É uma ação:

[...] essencial ao planejamento de ações e à gestão. Funciona como uma atividade preventiva, ao permitir um maior controle sobre as mudanças e tendências de transformação. [...] por meio de sua aplicação, é possível evitar danos futuros e aplicar medidas de correção de curso (LIRA, 2009, p. 48 e 49).

A compreensão destas ações como instrumentos para garantir a significância cultural do bem já ecoava nas cartas patrimoniais, desde a primeira conferência realizada em Atenas em 1931, na qual se destacaram procedimentos e formas de se evitar riscos de desagregação dos elementos a serem conservados. Entretanto, foi na Carta de Burra que os temas *uso*, *conservação*, *manutenção* e *significância* foram mais especificamente discutidos. Conforme este documento, conservar a materialidade de um bem com significado cultural contribui para com o fortalecimento do vínculo entre patrimônio e comunidade, pois sua significância se expressa pelo papel assumido na paisagem e na vida local:

Os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, proporcionando, muitas vezes, um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas. São registros históricos que se tornam importantes como expressões tangíveis da identidade e da experiência [...]. Os sítios com significado cultural refletem a diversidade das nossas comunidades, dizendo-nos quem somos e qual foi o passado que nos formou, assim como se formou a paisagem [...]. Eles são insubstituíveis e preciosos (ICOMOS, 1980).

No caso do patrimônio industrial, a instauração de um plano de conservação dos elementos que definem sua essência - estruturas, elementos construtivos, maquinaria, paisagem industrial (TICCIH, 2003) – torna-se ainda mais complexa devido à amplitude de sua ocupação (KÜHL, 1998) e à presença dos interesses que cercam suas permanências.

A *conservação* é entendida como parte da gestão dos lugares com significado cultural e como uma responsabilidade permanente ao abarcar todos os processos de prestação de cuidados para que eles retenham tal significado (ICCOMOS, 1999). A conservação é, portanto, instrumento que garante a permanência da integridade e autenticidade do patrimônio, enquanto a ausência compromete profundamente sua potencialidade transmissora de significados<sup>218</sup>.

Na teoria brandiana, que aborda a obra de arte, cuidados relacionados à conservação devem ser empregados inclusive em fragmentos, pois se autênticos e entendidos pelo viés de sua originalidade, constituem unidades potenciais de autenticidade, ao carregar em si os traços formais remanescentes de um todo. O autor explica que, embora fisicamente fracionada, a obra de arte deverá continuar a subsistir potencialmente como um todo em cada um de seus fragmentos, pois dispõe de uma singular unidade, e tal potencialidade deverá estar presente nos traços formais remanescentes em cada fragmento da desagregação da matéria. Será necessário buscar desenvolver a unidade potencial originária que cada fragmento contém, de maneira proporcional à sua forma remanescente. A intervenção de restauração, nestes casos, deve “limitar-se a desenvolver as sugestões implícitas nos próprios fragmentos ou encontráveis em testemunhos

---

<sup>218</sup> O monitoramento do estado de conservação dos bens culturais é requisito, por exemplo, para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e também para que se procedam eventuais exclusões. O objetivo do monitoramento é, nestes casos, a verificação da medida em que os danos afetaram o valor universal excepcional, a integridade e a autenticidade do bem. No caso das formas de operacionalização dos sistemas de proteção em âmbito global, ou seja, no caso da Unesco, as formas como devem ser conduzidas as ações preservacionistas e a conservação do bem precisam considerar o critério a partir do qual se deu sua inscrição (LIRA, 2009).

autênticos do estado originário” (BRANDI, 2004, p. 47). É a conservação, como explicam os axiomas colocados pelo autor, que ditará a medida das intervenções necessárias para a restauração das obras em projetos futuros. E estas, quando ocorrem em lugares culturais, como adverte a Carta de Burra, deverão limitar-se ao desenvolvimento do que sugerem os testemunhos autênticos do estado originário, de modo que garantam tornar o local utilizável, mas também assegurem seu significado (ICOMOS, 1980).

A autenticidade de um bem cultural pode ser expressa através do julgamento das condições dos atributos que o compõem e da contribuição destes na expressão do bem de forma autêntica ou não (ZANCHETTI; HIDAKA, 2010). Portanto, como explica Hidaka (2011), o estado de conservação dos atributos materiais e imateriais do patrimônio cultural liga-se intrinsecamente a três variáveis centrais: significância, integridade e autenticidade. Os conceitos e significados destas variáveis foram parcialmente tratados ao longo desta pesquisa, mas cabe recuperá-los brevemente.

A noção de *significância* relaciona-se ao universo da conservação do bem, fundamental à retenção de seu sentido. A de *integridade* vincula-se ao conceito de *completude, totalidade, plenitude, inteireza*, levando em conta aspectos diversos relacionados ao lugar onde se insere o objeto, ao projeto, aos materiais, à técnica e aos sentimentos. Nas Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial (2013), a integridade é compreendida como uma medida de inteireza e do estado de intacto do patrimônio natural ou cultural. A verificação da integridade, segundo tal documento, vincula-se a uma avaliação da medida com que o bem inclui todos os elementos necessários para expressão de seu valor universal excepcional. Tal avaliação inclui verificar- lhe a dimensão, se apropriada ou não para assegurar a representação das características e processos que manifestam os seus significados e dos efeitos adversos do desenvolvimento ou de negligência exercidos sobre o bem (UNESCO, 2013). Tal inteireza é avaliada por Stovel (2007) a partir de um questionamento sobre a permanência ou não de todos os elementos necessários para a transmissão do significado completo do lugar. Conforme mencionado no capítulo 2, Jokilehto (2006a) aborda a integridade de um bem cultural a partir de três dimensões - a sócio-funcional, a estrutural e a visual – e, segundo o autor, a partir delas devem ser desenvolvidos os sistemas de gestão para garantir a manutenção dos valores e atributos físicos do bem cultural.

A noção de *autenticidade* se forma a partir de um conceito relativo e complexo<sup>219</sup> ligado à ideia de *originalidade*, de *verdade*<sup>220</sup>. Tal complexidade, no caso das cidades, agrava-se devido às suas inerentes dinâmicas construtivas (ZANCHETI et al., 2008). Hidaka (2011) considera que a investigação da autenticidade nos casos urbanos relaciona-se com as transformações do bem cultural, diante dos projetos de reabilitação urbana, nos quais incluímos as restaurações<sup>221</sup>, que consideram novas funções e formas de utilização. As modificações e transformações nos

---

<sup>219</sup> Em Lira (2009), encontramos uma análise sobre a complexidade do termo e seus diversos entendimentos. A autora faz uma abordagem bastante aprofundada sobre esta noção, a qual considera “inerentemente relativa, variável não só no tempo e no espaço, como também de um grupo social para outro” (LIRA, 2009, p. 72). Assim, propõe uma metodologia fundamentada em um sistema de indicadores para avaliação dos níveis de autenticidade presentes em bens culturais. O pressuposto fundamentador da operacionalização deste sistema é “a autenticidade, embora seja uma qualidade, é passível de ser traduzida em termos numéricos ou quantitativos” (LIRA, 2009, p. 168).

<sup>220</sup> A autenticidade, conforme Zancheti et al. (2008), nos diversos campos que dela se utilizam, relaciona-se ao sentido de uma comprovação, uma verdade. Baseados em Taylor (1992) e Lowenthal (1999), Zancheti et al. (2008) mostram a oscilação do entendimento de tal noção, a partir da quebra de paradigma que ocorreu com o Iluminismo. O que antes, até a Idade Média, tinha-se como *verdade* estava relacionado à autoridade e ao poder, e assim, vinculava-se diretamente à religião, ao sobrenatural. Cf. LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Mas, na medida em que se relaciona com o entendimento de *verdade*, como afirma Jokilehto (2006a), torna-se bastante relativa, pois o que se toma como *tal*, está contextualizado em diferentes tempos e espaços e, desta forma, oscila na medida em que se abrem novas possibilidades de acesso às informações. Na obra de Cesare Brandi, a questão da autenticidade é colocada pelo viés da “verdade” da obra de arte. O pensamento brandiano repousa no rigor dos princípios da restauração, princípios estes que promovem reflexões importantes para as questões relacionadas à autenticidade, sua permanência e relação com a integridade. As ideias brandianas influenciaram a elaboração das diretrizes que originaram a Carta de Veneza, de 1964, na qual as questões até então debatidas pelo viés da *verdade* passaram a ser discutidas pela ótica da *autenticidade*. Tal conceito emergiu neste documento como uma ideia ligada à capacidade e ao poder de transmissão dos valores dos monumentos às gerações futuras: “Portadores de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade” (ICOMOS, 1964).

<sup>221</sup> Para Brandi, a restauração é um ato crítico e cultural, baseado no juízo de valores, ideia já presente no pensamento riegliano. Dois axiomas colocados pelo autor reconhecem limites da restauração e estão relacionados com a autenticidade. O primeiro: “restaura-se somente a matéria da obra de arte” (BRANDI, 2004, p. 31). É a matéria que se degrada. A obra de arte se dá de forma cognitiva pertinente à valoração, ou seja, é um processo mental de percepção, um juízo, um raciocínio aplicado sobre a matéria, a qual será o alvo da intervenção, sem interferência no entendimento da obra como arte. Para Cunha (2005), sobre tal pensamento decorrem as críticas às restaurações baseadas em suposições sobre o “estado original” de determinado bem, uma vez que, correm o risco de se tornarem apenas recriações imaginárias que corrompem seu sentido efetivo da verdadeira obra de arte. O segundo axioma: “a restauração deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso histórico ou falso artístico e, sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p. 33). Na Carta de Veneza, tal processo é tratado a partir do respeito ao material original e aos documentos autênticos, com atenção aos riscos de se produzir quaisquer falseamentos. Tais falseamentos representam os limites que se impõem e estão claramente presentes na afirmação de que tal operação “termina quando começa a hipótese” (ICOMOS, 1964). Viñas (2004) considera que a restauração “no es una actividad *neutra* o *transparente* para el objeto; por el contrario, siempre tiene un impacto sobre su evolución, e implica la realización de una serie de elecciones técnicas, pero también ideológicas. No existe la Restauración plenamente *objetiva*, pero si existiese, tampoco habría ninguna razón que la hiciese indefectiblemente mejor. Se restaura para las personas, no para los objetos; [...]” (VIÑAS, 2004, p. 91).

edifícios e na cidade, como mostra Lira (2009) respondem à demanda de “adequação a novos padrões estilísticos ou de uso e a necessidade de intervenções conservativas ou restaurativas provocadas pelo desgaste natural ou antrópico” (LIRA, 2009, p. 148). Tais circunstâncias se aproximam da condição atual de um de nossos objetos de pesquisa – o conjunto de Perus -, devido à expectativa de transformá-lo em centro de cultura.

A operacionalização da noção de autenticidade proposta pela Unesco (1977) considera importante quatro aspectos para reconhecê-la como patrimônio cultural: projeto, material, técnicas construtivas e entorno<sup>222</sup>. Na Carta de Nara (1994), a autenticidade, assim como os julgamentos de valores, oscila e varia de acordo com cada cultura. Tal condição reforçou-se na Carta de Brasília (1995) e na Declaração de San Antonio (1996). Nesta, como observou Lira (2009), enfatizaram-se os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio na compreensão da autenticidade.

A aproximação e semelhança entre as noções de integridade e autenticidade conduzem, como explica Stovel (2007), à interpretação de que ambas possuem o mesmo significado, pois se condicionam à transmissão da significância cultural, baseada em critérios que envolvem aspectos comuns em processos de reconhecimento. Como mostra o autor, ocorre tal confusão porque o que a Unesco (1977) convencionou chamar de *autenticidade*, o sistema norte-americano denominava *integridade* desde 1953. No *sistema* norte-americano, verifica-se a integridade a partir de uma combinação de aspectos relacionados à localização, material, associação, projeto, técnicas tradicionais, entorno e sentimento. Tais aspectos - considerados por ambos - evidenciam as semelhanças.

As noções de integridade e autenticidade, portanto, não apresentam definições únicas, conclusas e encerradas. Ao contrário, compõem-se de interpretações e formulações diversas elaboradas para dar um sentido às abstrações que as circundam, sobretudo àquelas que delimitam a noção de autenticidade<sup>223</sup>, e estão abertas a novas contribuições (JOKILEHTO, 2006b).

---

<sup>222</sup> Neste documento, a Unesco passou a incluir um “teste de autenticidade” para fazer o reconhecimento e inscrição de um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial, no qual consideravam-se os quatro aspectos relevantes: *design, materials, workmanship, setting* (UNESCO, 1977).

<sup>223</sup> Harvey (2004) explica que a noção de autenticidade tem sido constantemente desenvolvida e alterada, mas não há ainda um consenso atingido pela literatura. O autor explica que a autenticidade tem sido entendida atualmente como um conceito negociável, algo não inerente à natureza do bem. Baseado em autores como Cohen (1988) e Bruner (1989), o autor sintetiza que a autenticidade é um conceito autorreferencial ligado à construção de cada cultura, um estado de ser, algo sentido pelo indivíduo e moldado, pelo menos parcialmente, por sua cultura Cf. BRUNER, Edward M. **Tourism, creativity, and authenticity**. *Studies in Symbolic Interaction*, 10, 109-114, 1989. Cf. COHEN, Erik. **Authenticity and commoditization in tourism**. *Annals of Tourism Research*, 15, 371-386, 1988.

A relação entre autenticidade, permanência e condições de atributos essenciais à compreensão do bem cultural como tal, conduz à ideia de que a integridade se torna um dos instrumentos capazes de garantir a expressão da autenticidade em sua dimensão objetiva<sup>224</sup>. Ambas as noções – autenticidade e integridade - relacionam-se e se complementam e estão vinculadas à potencialidade que juntas permitem ao bem de expressar seus sentidos. Assim, se a autenticidade, segundo Pontual et. al. (2008), é um elemento essencial para o reconhecimento do significado cultural do bem e pode ser expressa por meio dos materiais construtivos, além da memória das pessoas e das tradições intangíveis mantidas no passado, consideramos que a integridade, coloca-se como uma ferramenta a possibilitar tal transmissão. Embasando-se neste raciocínio, deduz-se que a perda da integridade, portanto, afeta direta e profundamente, a autenticidade e, nesta conjuntura, as demolições de atributos importantes representam o ápice de tais perdas.

Nosso entendimento sobre a noção de integridade converge para a ideia de todo, completude, de permanência das partes essenciais capazes de propiciar uma leitura inteligível do conjunto e das razões de suas existências. A condição de intacto, no caso dos núcleos fabris, faz-se importante. Porém, a interpretamos como secundária devido às suas dinâmicas que os mantiveram em constante estado de alteração.

Consideramos que acréscimos ou substituições de elementos promovem perdas de autenticidade, porém, demolições provocam efeitos mais drásticos ao eliminarem quaisquer vestígios indicadores da condição do bem em tempos passados. Tais ideias corroboram a afirmação de Stovel (2007) ao definir a autenticidade como a intensidade com que as características do bem testemunham de forma fiel o seu significado. Portanto, seguindo tal raciocínio, a ausência de tais atributos se configura como o grande indicador de perda de autenticidade.

Com estes conceitos sobre os remanescentes da CBCPP, o trabalho visa encontrar um equilíbrio entre a preservação da matéria, negligenciada por diversas razões, bem como a preservação de sua história de lutas (através de diversas obras), pois

---

<sup>224</sup> LIRA (2009) constrói o entendimento de tal conceito baseado na definição das chamadas dimensões da autenticidade, dentre as quais a dimensão objetiva relaciona-se às características físico-materiais do bem cultural. As outras duas dimensões sobre as quais a autora discorre são a dimensão construtiva, relacionada com os processos, ou ritos de fazer e refazer, dos bens culturais mantidos do passado ou retomados no presente; e a dimensão expressiva, relacionada com a forma como as pessoas experimentam e se relacionam com os bens e com as significações culturais que emergem dessa relação. A verificação da autenticidade em sua dimensão objetiva, como mostra a autora, ocorre em situações em que o processo construtivo, a partir do qual o bem se originou, não existe mais. Em tais casos discute-se então a autenticidade dos artefatos em si. “[...] a matéria e o espaço não documentam apenas o processo construtivo que os originou, mas uma série de distintos processos que os vão modificando” (LIRA, 2009, p. 147).

ambas se caracterizam como elementos favoráveis ao fortalecimento de sua preservação e autenticidade.

Fundamentada no que denominou Jokilehto (2006a) e Pontual et al. (2008)<sup>225</sup> para avaliação da condição de integridade dos bens culturais com base em seus atributos sociofuncionais, estruturais e visuais, usos e funções, Souza (2013) elencou algumas propriedades específicas aos núcleos fabris que possibilitam a compreensão de sua integridade. A abordagem da autora tem respaldo nos estudos sobre a constituição, trajetória e formas urbanas dos núcleos fabris elaborados por autores dedicados ao tema, sobretudo, nos trabalhos de Telma de Barros Correia.

Como mencionado no capítulo 2, a integridade **sociofuncional** de um lugar, conforme proposto por Jokilehto (2006a), está relacionada às suas funções e à sua transformação ao longo do tempo. Tal condição, interpretada e aplicada por Souza (2013) para os núcleos fabris, foi atribuída à sua função primordial, ou seja, a fixação dos operários nas proximidades das indústrias e o controle de seu tempo e hábitos para que fossem compatíveis com o trabalho industrial. Assim, a razão da existência dos núcleos fabris vincula-se estritamente à indústria e, portanto, seus usos e funções primordiais relacionam-se diretamente com o trabalho e com a habitação, devido à arregimentação de trabalhadores e construção de moradias para suas acomodações. Decorrem destas atividades principais, outras necessárias ao aumento da produtividade industrial e à adequação do trabalhador às necessidades da produção, relacionadas com os serviços de assistência médica e escolar, bem como às práticas religiosas e de lazer.

Como já observado anteriormente, e ressaltado por Sousa (2013), nos processos de desmonte comuns às trajetórias de muitos núcleos fabris, repercute a perda das suas principais funções devido ao encerramento de muitas de suas atividades, à extinção do controle exercido pela indústria sobre o local e à frequente desocupação das casas. Entretanto, considera-se que a diversidade de atributos que compõem a integridade de bens e a permanência de pelo menos algumas das atividades nos núcleos após a ocorrência de tais processos acrescentam grande contribuição para o reconhecimento desta variável no local.

Os **atributos estruturais** dos bens culturais são explicados por Jokilehto (2006a) como testemunhos da criação do lugar e que a eles proporcionam um sentido. Para Souza (2013) estes seriam os elementos que configuram a organização física do

---

<sup>225</sup> O levantamento das características formais e dos usos atuais pode ser interpretado a partir da estrutura física (geofísica, hidrográfica e vegetal; malha urbana: seus traçados, linhas, orientações, geometrias, formatos de quadra e lotes; tipologias construtivas; relação cheios e vazios; espaços públicos) e estrutura ativa (atividades existentes, incluindo as excepcionais, tais como as festas) do local (PONTUAL et. al. 2008).



núcleo. Estariam presentes na malha urbana do sítio, no relevo e hidrografia, nos cheios e vazios e nos tipos construtivos. Desta maneira, a autora identifica tais atributos a partir do isolamento dos núcleos, da presença da malha urbana mista e dos tipos construtivos diversificados.

As definições dos **atributos visuais** são postas por Jokilehto (2006a) através da relação existente entre o bem e os aspectos estéticos que caracterizam o ambiente. Tal relação foi interpretada por Souza (2013) pelas relações visuais que podem se estabelecer pelo observador entre os diversos elementos que compõem os núcleos, podendo variar infinitamente em cada caso. A autora identificou, como atributo visual, a presença marcante da fábrica e dos conjuntos de edifícios que conformam a unidade produtiva em relação à malha do núcleo fabril como um todo, com suas grandes dimensões horizontais e elementos verticais que se tornam referências visuais no entorno. A relação entre os elementos construídos nas localidades e os elementos naturais do sítio foi apontada, também, como atributo visual relevante, caracterizada em grande parte dos núcleos fabris pela presença de cursos d'água, áreas com vegetações abundantes e acidentes geográficos.

A interpretação da autora para a caracterização dos atributos essenciais à condição de integridade dos núcleos fabris pode ser sintetizada pelos seguintes elementos organizados na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Atributos essenciais à compreensão da condição de integridade do núcleo fabril.

<b>Tipo de atributo</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Observações</b>
<b>Sociofuncionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades do trabalho industrial e moradia;</li> <li>- Atividade do lazer regado;</li> <li>- Assistência à saúde e educação do operário.</li> </ul>	Este atributo dificilmente será encontrado devido à própria trajetória dos assentamentos, que inclui o seu desmonte.
<b>Estruturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Isolamento em relação a outros assentamentos;</li> <li>- Malha urbana mista (ortogonal e sinuosa, conformando-se ao relevo);</li> <li>- Presença de diferentes tipos construtivos e espaços livres;</li> <li>- Presença de ferrovias.</li> </ul>	Podem ser consideradas nesta categoria de atributo as habitações, igreja, fábricas, escolas, hospitais, praças, campos de futebol, entre outros elementos.
<b>Visuais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença marcante do edifício da fábrica ou de uma unidade produtiva;</li> <li>- As relações visuais entre os elementos edificados e o entorno.</li> </ul>	Podem ser considerados neste atributo os grandes elementos verticais e horizontais que caracterizam os edifícios fabris e as relações entre os edifícios e os elementos naturais, como rios, cachoeiras e áreas verdes.

**Fonte:** Autora (2016) a partir de Souza (2013).

A transposição destes conceitos para a compreensão da integridade das instalações da CBCPP rege a identificação de suas características essenciais, para entendê-las como parte de um *bem cultural* composto por *núcleo fabril com ferrovia*<sup>226</sup>. Assim, parte-se para a identificação dos atributos relevantes do conjunto para que se pense em parâmetros que ajudem a compreender as perdas ocorridas devido às revisões de tombamento.

O *capítulo 1* desta pesquisa mostrou que a CBCPP abrangia as pedreiras, a estrada de ferro e a fábrica de cimento. E é em torno de tais atividades de trabalho que se localizam os principais atributos do conjunto. A partir destes, estabelecem-se os demais. As ferrovias, conforme aponta Souza (2013), configuram um atributo funcional do próprio núcleo, mas aqui, devido à sua importância e dinâmica tanto no funcionamento do local quanto nos processos de tombamento, torna-se também uma unidade de trabalho a ser analisada. Assim, a transposição destes conceitos para o objeto de estudo resulta na organização das propriedades sociofuncionais, estruturais e visuais de Água Fria, Gato Preto, Perus e EFPP, conforme suas características já expostas.

O trabalho nas pedreiras, usinas de cal, oficinas e fábrica de cimento caracteriza os principais atributos sociofuncionais dos polos de produção, assim como o transporte de minérios entre Gato Preto e Perus, configuram o atributo funcional primordial da EFPP. Pertencem ainda à mesma categoria as edificações destinadas à moradia dos trabalhadores nas três localidades e as instalações destinadas ao transporte dos moradores pelo núcleo.

O isolamento característico dos lugares quando da construção do empreendimento, a malha urbana mista - ortogonal e sinuosa - e os tipos construtivos diversos, tais como fábrica, oficinas, escritórios, habitações, igreja, escola, ambulatório, pensão, campo de futebol, sedes sociais, refeitório, armazém estações, reservatórios formam os principais atributos estruturais da CBCPP. Considera-se, neste caso, que o traçado das ferrovias – EFPP e SPR – e o curso do rio Juqueri são, também, eixos que demarcam a organização estrutural do núcleo.

A riqueza dos elementos naturais expressa pela vegetação exuberante, cursos d'água e morros compõem parte dos atributos visuais. Considera-se nesta categoria para o caso estudado, o impacto visual gerado por outros elementos de cunho fabril que se tornam referências na paisagem, tais como a mineração nas pedreiras, a presença de edificações fabris e equipamentos grandiosos como os britadores, fornos de cal, silos, chaminés, fornos, resfriadores. As relações com a paisagem e,

---

<sup>226</sup> A análise exclui o material rodante da ferrovia.

sobretudo, com os rios formam os atributos visuais da EFPP. O enquadramento dado por nós aos elementos da Companhia, conforme tal classificação, é apresentado na tabela que se segue. A identificação dos atributos conforme o exposto, feita separadamente em cada unidade de produção e na EFPP visa facilitar a compreensão da função e significado de cada parte para a compreensão do significado de suas ausências perante o todo.

**Tabela 2:** Atributos essenciais da CBCPP.

<b>Tipo de atributo</b>	<b>Água Fria</b>	<b>Gato Preto</b>	<b>Perus</b>	<b>EFPP</b>
<b>Sociofuncionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho nas pedreiras;</li> <li>- Edificação de moradias como instrumento à fixação do trabalhador no local: Vila Água Fria e Vila Nova.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho nas pedreiras e usina de cal, oficinas da EFPP;</li> <li>- Edificação de moradias como instrumento à fixação do trabalhador no local: vilas de Gato Preto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho na fábrica de cimento;</li> <li>- Edificação de moradias como instrumento à fixação do trabalhador no local: Vila Fábrica, Vila Triângulo e Vila Portland.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O transporte de minérios de Gato Preto a Perus, passando por Água Fria;</li> <li>- O transporte de trabalhadores de Gato Preto a Perus, passando por Água Fria;</li> <li>- O transporte de moradores de Gato Preto a Perus, passando por Água Fria.</li> </ul>
<b>Estruturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Isolamento significativo;</li> <li>- Malha urbana mista: sinuosa em Água Fria e ortogonal na Vila Nova;</li> <li>- Presença de habitações, igreja, escola, ambulatório, refeitório, pensão, campo de futebol, clube e sede social;</li> <li>- Ferrovia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Isolamento significativo;</li> <li>- Malhar urbana sinuosa;</li> <li>- Presença de habitações, igreja, campo de futebol, clube, escola;</li> <li>- Ferrovia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Isolamento significativo, porém amenizado;</li> <li>- Malha Urbana Mista: sinuosa em Vila Triângulo e Vila Fábrica e ortogonal na Vila Nova;</li> <li>- Presença de habitações, capela, refeitório e entreposto, posto de assistência de saúde, clubes e campos de futebol; sindicato, casarão da Fazendinha. Ferrovia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Principais (via, ponto de partida e de chegada): Trilhos, Perus e Gato Preto;</li> <li>- Secundários - estações intermediárias e pátios: Entroncamento, Água Fria/ unidades operacionais de apoio: Corredor, Santa Fé, Quilômetro 12, Mirim, Campos e Rocha. Casarão do M. Casa de Tráfego.</li> </ul>
<b>Visuais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área rica em vegetação e cursos d'água;</li> <li>- Pedreiras e Britador como elementos significativos da paisagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área rica em vegetação, morros e cursos d'água;</li> <li>- Forno de cal como elemento marcante na paisagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área rica em vegetação e cursos d'água;</li> <li>- Presença de grandes elementos fabris horizontais como os fornos, resfriadores, moinhos, depósitos;</li> <li>- Grandes elementos verticais como chaminés e silos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relações com a paisagem e elementos naturais, sobretudo, com o Rio Juqueri que define seu trajeto.</li> </ul>

**Fonte:** Acervo da autora (2016), elaborada a partir de informações contidas em Souza (2013).

## 4.2. Impactos dos tombamentos sobre as instalações da CBCPP e seus significados

Com relação aos atributos sociofuncionais, observam-se duas situações que se refletiram diferentemente em Perus e Cajamar. Em Perus, onde as atividades da fábrica foram completamente interrompidas, perdeu-se o atributo relacionado ao trabalho industrial. As casas remanescentes do núcleo foram perdendo suas funções de moradia operária e a maior parte delas permaneceu vazia. Há informações de que na Vila Triângulo reside apenas uma família (MOVIMENTO PELA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS, 2016). Na Vila Portland, existem cerca de três casas ocupadas. A ausência de uso contribui com a progressiva deterioração das edificações, enquanto continuam as disputas entre proprietários e grupos em defesa da desapropriação, pela utilização e transformação do espaço.

Em Cajamar, os trabalhos de extração e transformação de minérios nas pedreiras e fábricas, continuados por empresas do Grupo Abdalla ou por outras instaladas no local, caso da Votorantim, possibilitaram a permanência de alguns atributos sociofuncionais. Observou-se tal condição nas moradias de Gato Preto, localizadas além da Rodovia Anhanguera, nas quais verificou-se a permanência de famílias de antigos trabalhadores da antiga CBCPP ou de indústrias do Grupo Abdalla<sup>227</sup> (RODRIGUES, 2016).

A origem do município de Cajamar, vinculada às antigas instalações, favoreceu a permanência de muitas edificações da antiga Companhia. Em Água Fria, imóveis continuaram em partes, em circunstâncias semelhantes às supracitadas, servindo às famílias vinculadas aos antigos trabalhadores da CBCPP. Porém, a permanência deste atributo – embora mantida pelo uso residencial - vai se redefinindo na medida em que a ocupação dos imóveis se renova com a chegada de novas famílias que não possuem vínculos com a “Perus”.

---

<sup>227</sup> Tais ocupações constituem resquícios do período de turbulência ocorrido especialmente na gestão Abdalla, quando as relações entre patrão e operários se tornaram mais conflituosas. Como apontado no capítulo 2, naquele contexto, a questão da moradia tornara-se uma reivindicação dos operários e o acordo entre eles e os patrões para construção de um loteamento mediante a retenção de 5% dos salários não foi cumprido. A ocupação de algumas das casas, fundamenta-se nesta pendência, pois moradores fixaram-se no local mantendo guardados os comprovantes da retenção mensal do valor acordado como precaução a futuras e possíveis ações de despejo (RODRIGUES, 2016).



**Figura 56:** Antigas e novas instalações em Gato Preto.

Observa-se, ao centro desta imagem, a Rodovia Anhanguera. À esquerda da rodovia, em branco, novas empresas que se instalam no local. Abaixo, em laranja, os vestígios das demolições do forno, das oficinas, escritórios, casas operárias. À direita da rodovia, observa-se, em amarelo, o campo do Esporte Clube Gato Preto e em vermelho, logo abaixo, avista-se uma vila construída para trabalhadores da construção da rodovia. Abaixo, em rosa, a Igreja Sagrado Coração de Jesus e, em lilás, o grupo de moradias remanescentes de Gato Preto. Em azul, a sede social de Gato Preto.

**Fonte:** Indicações da autora sobre base Google Earth. Data da imagem: 19/04/2015.

Observou-se o desenvolvimento de novos usos e atividades nos locais. Como analisado no capítulo 1, algumas instalações de uso coletivo em Cajamar foram reaproveitadas para moradia ou uso público. Em Perus, onde há uma disputa pela desapropriação e a expectativa dos moradores e dos membros do *Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus*, de que as instalações sejam transformadas em centro de memória, cultura, lazer e conhecimento, observa-se o abandono das instalações. Há informações de que o local é alugado pelos proprietários para prática de atividades esporádicas, como o *paintball*<sup>228</sup>, que, conforme descrevem os membros do *Movimento*, a “cada dia arruína e descaracteriza mais e mais” as instalações da fábrica (MOVIMENTO PELA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS, 2016).

Com relação às atividades da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, após vinte e sete anos de inatividade de procedimentos industriais, o trabalho de recuperação de cerca de sete quilômetros dos trilhos e de carros de passageiros e locomotivas, desenvolvido pelo Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural permitiu ativar parcialmente a estrada para fins turísticos.

<sup>228</sup> O *paintball* é um esporte de combate individual ou em equipes, cujo objetivo é atingir os oponentes com bolas de tinta colorida lançadas por atirador de ar comprimido.











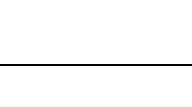
No que concerne às permanências, ausências e condições de conservação dos atributos estruturais e visuais, a análise inicia-se com a condição de isolamento. Tal característica foi se desfazendo à medida que as dinâmicas de desenvolvimento do estado e das próprias cidades proporcionaram novas feições ao local transformando a antiga área, antes configurada por dificuldades de acesso, em local valorizado devido à existência de um sofisticado complexo rodoviário composto por importantes estradas - Rodovia Anhanguera, Rodovia dos Bandeirantes e Rodoanel - que a tangenciam ou a segmentam.

Em referência aos diferentes tipos construtivos e de malha urbana consideram-se nesta análise as informações contidas no pré-inventário elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura, em 1991; na minuta para regulamentação do patrimônio pelo Condephaat, elaborada em 1995; na resolução 19/2004 (Conpresp); na resolução 56/00 (Condephaat) e nos acervos fotográficos que mostram parte da progressão do processo demolitório. Tal material permite formar um quadro sobre as condições do conjunto durante a década de 1990, na formulação das propostas para sua preservação e as perdas ocorridas após as revisões de tombamento. O início da década de 1990, portanto, representa o marco referencial no tempo quanto ao estado de conservação do bem e servirá de base para a verificação das permanências. Tal definição se configura como um procedimento necessário para efetuar as análises de conservação (BOCCARDI, 2004 apud LIRA, 2009).

O perímetro do tombamento municipal, estabelecido em 1992, em somatória ao que já vinha sendo discutido em âmbito estadual e apontado nos estudos para regulamentação do tombamento na minuta desenvolvida em 1995, como mostrado anteriormente, fundamentavam-se nas considerações e inclusões dos atributos estruturais configurados pela malha urbana e diferentes elementos e tipos construtivos presentes no núcleo. Na totalidade dos apontamentos para tombamento municipal e estadual, entre 1992 e 1995, juntamente com as considerações para a preservação das áreas envoltórias, a intenção de preservar abrangia o traçado da linha férrea do ponto inicial ao ponto final, com exclusão de ramal em Cajamar; as instalações da área da fábrica em Perus; o conjunto de residências da Vila Triângulo, da Vila Portland e da Vila Fábrica; o conjunto de casas da administração e assistência médica; traçados dos caminhos e do córrego Ajuá e sede do sindicato. Em Água Fria, garantia-se a preservação do britador e do lago, como elementos representativos do sistema das pedreiras, e do conjunto fabril da usina de cal Gato Preto, que configurava o ponto final da linha férrea.






A tabela abaixo, construída a partir das informações do pré-inventário, fornece uma ideia dos diferentes tipos construtivos e dos níveis de alteração e condições de conservação desta parte do conjunto de Perus<sup>229</sup>, quando das definições da abrangência do tombamento municipal:

**Tabela 3:** Situação das instalações em Perus em 1991.

IDENTIFICAÇÃO	ALTERAÇÕES				CONSERVAÇÃO				OBSERVAÇÕES	IMAGENS
	I	R	G	D	B	R	P	IR		
Casa do Administrador Geral (meados déc. 1920)			*		*				- Acréscimo de 1 pavimento.	
Casas de Assistência Médica, conj. com 3 un. (meados déc. 1940)	*				*					
Casa 12 e 12a Vila Fábrica										
Capela São José Vila Triângulo (meados déc. 1950)	*									
Restaurante e entreposto (meados déc. 1940)	*				*					
Casa de tráfego (meados déc. 1930)		*							- Acréscimo de pequeno anexo.	
Casarão do M (década de 1910)								*	- Acréscimos e remoção de esquadria.	
Casas nº 23 e 23a Vila Fábrica (meados déc. 1920)								*		
Casa nº 22 Vila Fábrica (meados déc. 1920)			*					*		
Casa nº 20 Vila Fábrica (meados déc. 1920)					*					
Casa nº 21 Vila Fábrica										



Continua na próxima página.

<sup>229</sup> Neste pré-inventário não foram incluídos os levantamentos das áreas de produção.

IDENTIFICAÇÃO	ALTERAÇÕES				CONSERVAÇÃO				OBSERVAÇÕES	IMAGENS
	I	R	G	D	B	R	P	IR		
Casa nº 13 Vila Fábrica (meados déc. 1920)			●					●	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indícios de abandono e enchentes;</li> <li>- Remoção de todas as esquadrias;</li> <li>- Cobertura comprometida.</li> </ul>	
Casas nº 87 e 87a Vila Triângulo (meados déc. 1920)	●				●					
Casas 60 a 65, 67 e 69 Vila Triângulo (meados déc. 1920)		●				●		●	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acréscimo de anexo na casa 62;</li> <li>- Mal estado de conservação na casa 64;</li> <li>- Substituição da cobertura da casa 67;</li> <li>- Alteração de esquadrias nas 68 e 69.</li> </ul>	
Casas 201 a 229		●			●	●			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poucas alterações e bom estado de conservação nas casas 201 a 205, 207, 208, 211, 212, 217 a 220;</li> <li>- Alteração de esquadria na casa 206 grande alteração na 209;</li> <li>- Alteração da cobertura original em barro para telha de zinco nas casas 210, 213 e 214;</li> <li>- Telhado precário nas casas 215 e 216 e acréscimo de anexo com cobertura de telha de zinco.</li> </ul>	
Casa nº 79 Vila Triângulo (meados déc. 1920)		●						●	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Remoção de esquadria;</li> <li>- Demolição total de laje de um dos cômodos.</li> </ul>	

Continua na próxima página.



IDENTIFICAÇÃO	ALTERAÇÕES				CONSERVAÇÃO				OBSERVAÇÕES	IMAGENS
	I	R	G	D	B	R	P	IR		
Casas 70, 71, 73 a 80, 81, 83 a 86 Vila Triângulo (meados déc. 1920)		●	●			●			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grandes alterações nas casas 74a, b e c com acréscimos e fechamentos de vãos;</li> <li>- Razoável estado de conservação das casas 70 a 73, 75 a 78 com janelas e portas originais;</li> <li>- Poucas alterações nas casas 80 e 81;</li> <li>- Casas 82 a 86, abandonadas e depredadas com retiradas de esquadrias;</li> <li>- Casas 83 a 85 pouca alteração.</li> </ul>	
Casas 50 a 59 antigas cocheiras (meados déc. 1910)		●				●	●	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poucas alterações nas casas 50 a 53, mas com estado precário de conservação;</li> <li>- Poucas alterações nas casas 54 a 57, e condições razoáveis de conservação;</li> <li>- Alterações no telhado para telha de zinco da casa 58, que possui anexo frontal e manutenção de esquadrias originais;</li> <li>- Abandono e destruição da casa 59, não possui coberturas e algumas paredes. Está irrecuperável.</li> </ul>	

**Fonte:** Acervo da autora, elaborado a partir de informações Conpresp, 1989. Níveis de alterações classificados em I (inalterado); R (regular) G (grande) D (descaracterizado). Níveis do estado de conservação classificados em B (bom); R (regular); P (precário) IR (irrecuperável). A indicação “\*” significa que a classificação foi dada pela autora a partir da interpretação dos dados do inventário. Quando não há “\*” significa que o texto do inventário fornece a classificação de acordo com os termos utilizados. Empregamos o uso de cores para propiciar uma leitura rápida da situação. No campo “ALTERAÇÕES”, quanto mais forte o tom de azul, mais inalterada a condição do imóvel e quanto mais escuro o tom de vermelho, maior é o nível de alterações. No campo “CONSERVAÇÃO”, quanto mais forte o tom de azul, melhor é o estado de conservação do imóvel e quanto mais forte o tom de vermelho, pior é a condição de conservação. Imagens Conpresp, 1989, colorizadas pela autora.

Uma maior profusão de marcas azuis na tabela 3 – claros e escuros - indicava a existência de uma circunstância favorável à recuperação dos imóveis. Admite-se a existência de descaracterizações e perdas irreparáveis de alguns tipos construtivos, porém, em menor número do que condições de conservação classificadas boas e regulares. Tal situação, que sustentou as indicações iniciais de preservação estadual e municipal, denota um alto grau da retenção das características do conjunto.

Quando se compara a figura 14, elaborada com base em mapa de 1941, à figura 39, com informações de 1992, dispostas nos capítulos 1 e 2, respectivamente, percebem-se modificações e ausências. A Vila Fábrica, por exemplo, já mostrava na década de 1990 que moradias de famílias e de solteiros haviam sido demolidas. Porém, pode-se dizer que até meados da referida década, com exceção da condição de isolamento, havia ainda a permanência da maior parte de atributos estruturais relevantes em Perus, embora de forma não intacta. Permaneciam no local, as três vilas para moradia, com mais ou menos intervenções, assim como as instalações industriais, com níveis de desgaste devido ao abandono ou depredações intencionais.



**Figura 57:** Casas 60 e 61, década de 1990.  
**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 58:** Antigas Cocheiras, década de 1990 (casas 50 a 53).  
**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 59:** Entrada da Fábrica, próximo ao depósito. Ao fundo, à esquerda, destaque dos silos e ensacadeira, década de 1990.  
**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 60:** Conjunto da Fábrica de Cimento visto do britador próximo à casa de tráfego, 1995.  
**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 61:** Vista da esteira (triper), 1995.  
**Fonte:** Condephaat, 1980.

Além das vilas, nota-se a permanência de elementos que mostram a estruturação urbana ao redor das instalações fabris: sua malha mista, ortogonal e sinuosa, formas de implantação em cotas altas e baixas, que adicionadas aos diversos tipos construtivos, tais como as próprias moradias, instalações fabris, igreja, restaurante e entreposto, campo de futebol, indicavam as distintas fases, expansões e tendências.

Em Água Fria, onde a minuta de tombamento da esfera estadual, conforme analisado anteriormente, apontou para a preservação da linha férrea, do britador e do lago e em Gato Preto, para as oficinas de manutenção, estação, caieira e depósito como elementos ilustrativos do conjunto, nota-se, conforme imagens a seguir, que naquele momento já havia o comprometimento de tais elementos por desgastes, danos e ausências. Mas, evidenciam-se atributos estruturais e visuais em estado de conservação suficiente para garantir a leitura do conjunto e a transmissão dos sentidos do lugar, expressos pela pedreira e pela usina de cal, que justificam, inclusive, a existência da própria EFPP. Reforçavam essa leitura, outros elementos e tipos construtivos da área envoltória de Gato Preto tais como o casario, oficina, a escola e o exemplar de paineira no local, significativo remanescente provável da mata original.



**Figura 62:** Lago formado por antiga área de lavra, incluído na proposta de preservação, 1995.

**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 63:** Conjunto de Gato Preto, com estação ao fundo, caieira, depósito, 1995.

**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 64:** Casa do administrador (Casarão Beneduce).

**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 65:** Escola Gato Preto.

**Fonte:** Condephaat, 1980.



**Figura 66:** Casario, Gato Preto.

**Fonte:** Condephaat, 1980.

As exclusões dos tombamentos estadual de parte do leito da via férrea - que implicaram a liberação de grande parte da área envoltória anteriormente prevista, bem como a eliminação de níveis de proteção estadual nas instalações de Gato Preto e Perus<sup>230</sup> e a exclusão das vilas da Fábrica e Portland da preservação

<sup>230</sup> Cf. Resolução 56/00: [...] o percurso que se inicia no começo do quilômetro 2 (dois), [...] a qual segue acompanhando o Rio Juquery, em sua margem esquerda no sentido Leste-Oeste até a confluência deste com o seu afluente Ribeirão dos Cristais; a partir deste ponto, a linha férrea segue no sentido Sul-Norte, acompanhando a Várzea do Ribeirão dos Cristais até o ponto denominado "Entroncamento [...]". A área envoltória definida pelo Decreto Estadual nº 13.426, de 16.03.79 fica

municipal - abriram caminho para demolições de marcos de importantes atributos estruturais e visuais do conjunto. Conceitualmente, considerando-se as propostas, que, como vimos até aqui, fundamentavam-se na preservação máxima possível de elementos relevantes para a compreensão do conjunto, a Resolução 56/00 foi aniquiladora de atributos estruturais e visuais notáveis.

Em Perus, foram retirados os níveis de proteção estadual dos elementos que estavam entre a SPR e a Rodovia dos Bandeirantes. Porém, a Resolução 19/92 ainda em vigor naquele momento, garantia níveis municipais de proteção a esta parte do conjunto. Em Cajamar, tudo que estava além do Entroncamento, ou seja, todas as instalações de Gato Preto e Água Fria ficaram descobertas de quaisquer proteções legais, com exceção de alguns elementos entre o km 17, em Cajamar, e o km 5, em Perus, consideradas importantes para a legibilidade e justificativa do tombamento:

[...] se define o grau de preservação P2, o qual permite a reorganização do espaço interno, mas preserva inalteradas fachadas e volumetria [...]: a) as caixas d'água localizadas no quilômetro 5 (cinco); b) a Parada Santa Fé, localizada no quilômetro 9 (nove); c) Desvio localizado no quilômetro 12 (doze); e d) A Estação Mirim, localizada no quilômetro 17 (dezesete) (CONDEPHAAT, 2000).

---

livre de restrições pelo Condephaat, salvo nos seguintes setores: I – do ponto inicial do quilômetro 2 (dois) [...] até a divisa dos municípios de São Paulo e Cajamar [...] em uma faixa de 50 [...] metros da margem esquerda do Rio Juquery, ao sul, no interior do Parque Anhanguera, em uma faixa de 300 [...] metros da linha férrea e, no restante, em uma faixa de 25 [...] metros a partir do leito da linha férrea [...]; II – da divisa dos municípios de São Paulo e Cajamar [...] até o cruzamento da estrada de ferro com o oleoduto subterrâneo da Petrobrás junto a Polvilho [...], em uma faixa de 50 [...] metros da margem esquerda do Rio Juquery; ao sul, excepcionalmente no Bairro do Polvilho, ente as ruas Analândia e Fernão Dias, em uma faixa de 20 [...] metros da linha férrea; e, no restante, em uma faixa de 25 [...] metros a partir do leito da linha férrea [...]; III – do cruzamento da estrada de ferro com o oleoduto [...] até o ponto da estrada de ferro sobre o Rio Juquery [...] em uma faixa de 50 [...] metros da margem esquerda do Rio Juquery e, ao sul, em uma faixa de 25 [...] metros da linha férrea (Zona 1); IV – da ponta da estrada de ferro sobre o Rio Juquery [...] até o cruzamento da linha férrea com a estrada Cajamar-Polvilho [...] em uma faixa de 50 [...] metros do Ribeirão dos Cristais [...] e, a leste, dentro do traçado da estrada Cajamar-Polvilho [...]; V – do cruzamento da linha férrea com a estrada Cajamar-Polvilho [...] até o local denominado “Entroncamento” [...], dentro do traçado da estrada de ferro Cajamar-Polvilho e, a oeste, em uma faixa de 50 [...] metros da linha férrea [...]. São estabelecidas as seguintes diretrizes para os setores da área envoltória sujeitos a restrições: a) Deverá ser mantida livre de ocupação toda a faixa de domínio de 20 metros de cada lado do leito da linha férrea em todo o percurso tombado. Somente serão permitidas obras de interesse ao funcionamento da estrada de ferro. b) A área contígua à faixa de domínio da ferrovia numa largura de 5 metros de cada lado e ao longo de todo o percurso tombado deverá ser destinada: • A tratamento paisagístico em caso de ocupações de caráter urbano industrial; • No caso de áreas reflorestadas com essências exóticas, a exploração de madeira deverá ser feita de maneira seletiva, mantendo-se pelo menos 50% do número total de indivíduos arbóreos, objetivando-se com isso a preservação da fisionomia vegetal arbórea. c) Não serão toleradas novas transposições sobre o leito da via férrea, a não ser em casos excepcionais a serem analisados previamente pelo Condephaat. d) Não serão toleradas nas áreas envoltórias sujeitas a restrições, tais como definidas por esta Resolução, as atividades de extração mineral, inclusive de minérios da classe II e movimentação de terra que coloque em risco a integridade do bem tombado [...] (CONDEPHAAT, 2000).





**Figura 67:** Extremidades da via férrea excluídas do tombamento estadual (em vermelho).

**Fonte:** Acervo da autora, indicado sobre desenho disponível em <http://efperuspirapora.blogspot.com.br/p/historia.html>

A redefinição de tombamento estadual e municipal deu abertura ao início de uma temporada de demolições nos locais, a partir dos anos 2000. As figuras subsequentes mostram as instalações e as moradias da Vila Nova, Vila Fábrica e algumas da Vila Triângulo, já em processo demolitório.



**Figura 68:** Demolições no conjunto em Perús.

À esquerda, observam-se demolições na Vila Fábrica (1). À direita, ao alto, demolições na Vila Portland (2) e abaixo, na Vila Triângulo (3).

**Fonte:** Acervo Agnaldo Bertolo, 2007; indicações da autora, 2016.





**Figura 69:** Vista geral das instalações de Perus.

À esquerda das instalações fabris, observam-se ausência de edificações da Vila Fábrica e vestígios de demolições.

**Fonte:** Acervo Agnaldo Bertolo, 2007; indicação da autora, 2016.



**Figura 70:** Vista da esteira (triper), 1995.

**Fonte:** Condephaat, 1980.

Com estas demolições perderam-se atributos estruturais vinculados aos diferentes níveis de moradia, tais como variadas formas de implantação em áreas baixas, junto ao rio, ou cotas altas, em lotes delimitados por divisas e ruas, presentes nas Vilas Fábricas e Portland. A permanência da Vila Triângulo garantiu a preservação de algumas das características dos modelos de moradia, presentes na Vila Fábrica, mas incomuns à Vila Portland.



**Figura 71:** Permanência das instalações industriais em estado precário de conservação.

À esquerda, em laranja, observa-se a Vila Triângulo, com demolição da casa 58 e antigas coqueiras transformadas em moradia (casas 50 a 53 da tabela 3). Em amarelo, demolição das instalações do clube. Observa-se, ainda, a demolição quase absoluta da Vila Portland, na qual permanece um pequeno grupo de casas, em vermelho, algumas em ruínas ou bastante descaracterizadas. Nota-se, também, a ausência das moradias da Vila Fábrica, em azul.

**Fonte:** Acervo da autora, indicações sobre imagem *Google earth*, abril 2015.



**Figura 72:** Permanência de casa geminada na Vila Portland.

A casa da esquerda com morador e a da direita, vazia. Observa-se o estado precário de conservação.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 73:** Vestígio de casa em Vila Portland, 2016.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



A maior parte dos imóveis da Vila Triângulo resistiu às demolições, mas manteve-se como alvo de profundas intervenções que paulatinamente eliminam suas características originais que fazem do conjunto um testemunho do morar operário. Neste quadro de intervenções, vão se tornando raras, por exemplo, as permanências de portas, janelas e coberturas.

O casarão da Fazendinha ou Palacete dos Dias permaneceu na paisagem servindo ainda como moradia, sem a certeza da vinculação dos moradores à fábrica. O Casarão do “M” continua desocupado. Ambos, mesmo com o estado precário de manutenção, possuem poucos acréscimos e intervenções que configurem descaracterizações profundas. Pode-se dizer que nas duas edificações a retenção das características arquitetônicas originais ainda é grande, sem adições de pavimentos, nem remodelações da volumetria principal. É o caso do Restaurante e Entrepasto que mesmo com alterações de peças de cobertura, mantém a volumetria original marcada pela horizontalidade e grandes vãos simétricos de portas e janelas.



**Figura 74:** Vista da Vila Triângulo em 2009.

A seta indica ausência das casas 50 a 53 (indicadas na Tabela 3 em bom estado de conservação).

**Fonte:** Acervo da autora, 2009.



**Figura 75:** Casarão da Fazendinha, 2014.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.

Quanto às instalações industriais, não foram observadas ausências absolutas como ocorreu na Vila Portland e Vila Fábrica, quase que totalmente desintegradas. Percebem-se ausências de equipamentos específicos, tais como os secadores<sup>231</sup>. Demais elementos industriais seguem como atributos estruturais e visuais, peças centrais do cenário e marcos significativos da paisagem. No entanto, apresentam sinais de progressivas deteriorações, associadas à ausência de um plano de conservação que impeça a continuidade da ação do tempo e de depredadores, responsáveis pela perda gradativa de sua materialidade e pela condução a um estágio tal de precariedade e inviabilidade de um trabalho de recuperação e restauro.



**Figura 76:** Instalações do Restaurante e entroposto, 2014.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.



**Figura 77:** Casarão do M, 2014.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.



**Figura 78:** Vista das instalações da fábrica em 2014, durante o Cortejo que foi parte do evento I Caramanchão Cultural na Fábrica de Cimento Perus, que reuniu atividades culturais e festivas no entorno da fábrica, com intuito de relembrar as memórias e lutas dos trabalhadores da fábrica de cimento. Em primeiro plano, as oficinas com elementos arquitetônicos danificados. Ao fundo, a profusão de elementos verticais, entre silos e chaminés, presentes ainda no local.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.

<sup>231</sup> No levantamento elaborado pelos grupos de trabalho da disciplina “Potencialidades e Gestão da Paisagem”, detectou-se apenas a ausência completa destes equipamentos.



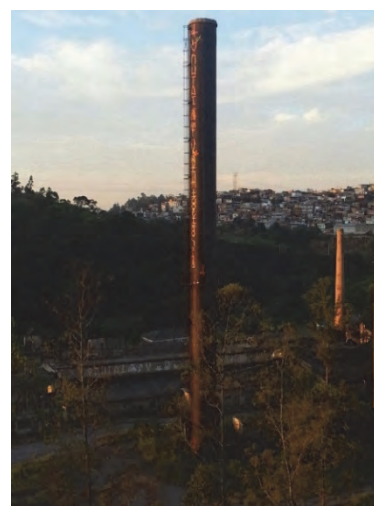
**Figura 79:** Vista das instalações da fábrica em 2016. Em primeiro plano, a estrutura das esteiras tripper.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 80:** Casa de tráfego, 2016.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 81:** Instalações industriais em 2016, com destaque à chaminé do forno.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

Em Água Fria, observou-se na década de 2000, a demolição da “Pensão do Portland”<sup>232</sup>. O desmonte de Gato Preto foi consequência e talvez a maior perda proporcionada pela resolução 56/00. Em 2011, começaram a ser demolidas as instalações anexas ao forno de cal. Em 2014, com exceção da permanência de algumas ruínas e das instalações localizadas junto à Anhanguera, nenhum outro elemento do local conseguia remeter ao que havia sido Gato Preto e à sua importância na formação do conjunto industrial. Nem mesmo, vinculá-lo à EFPP ou à CBCPP, devido a ausências completas de nexos entre todas as partes. Com a eliminação da proteção legal às extremidades da ferrovia, que culminou com o arrasamento de Gato Preto, perderam-se atributos estruturais e visuais fundamentais

<sup>232</sup> Ver capítulo 1 desta tese.



à leitura da “Perus” como conjunto fabril. Perdeu-se, também, o sentido da existência da EFPP, eliminada como atributo estrutural, e transformada em uma porção de trilhos e elementos ferroviários desconectados de seus pontos de começo e fim.



**Figura 82:** Vista de Gato Preto, 2011.

**Fonte:** Acervo Ralph Mennucci Giesbrecht.



**Figura 83:** Vista de Gato Preto, 2014.

**Fonte:** Douglas Nascimento.



**Figura 84:** Vista de Gato Preto, 2014.

**Fonte:** Douglas Nascimento.



**Figura 85:** Ruínas das instalações de Gato Preto, 2014.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.



**Figura 86:** Ruína remanescente do forno de cal, 2014.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.



**Figura 87:** Visão geral de Gato Preto, em 2014. As setas indicam as ruínas do sistema de produção de cal.

**Fonte:** Acervo da autora.

A extensão da linha e as dificuldades de acesso ao local impediram a visualização do estado de conservação do percurso. Pode-se considerar que ao longo dos estudos para tombamento, os trilhos da EFPP foram profundamente afetados pelas novas ocupações, como observado em campo e mostrado no capítulo anterior<sup>233</sup>. Os reservatórios de água localizados no quilômetro 5 foram restaurados pelo IFPPC<sup>234</sup>, assim como as instalações do corredor, utilizadas para os trabalhos de restauro e passeios turísticos. O desvio do km 12 se manteve junto às construções locais, enquanto a Parada Santa Fé, assim como a estação Mirim, permanece em abandono<sup>235</sup>.

<sup>233</sup> Na tabela 4 deste capítulo há um levantamento parcial das instalações, elaborado por Moraes (2016).

<sup>234</sup> Os reservatórios recuperados pelo IFPPC eram formados por um decantador de grande capacidade, com aproximadamente 30.000 litros e uma caixa-filtro, acoplado a um aqueduto de cerca de 400 metros para trazer água da nascente.

<sup>235</sup> Em 2001, um projeto desenvolvido pelo escritório Valente Arquitetos para diagnosticar as condições físicas, ambientais e patrimoniais da Ferrovia Perus-Pirapora, com vistas à concepção de um projeto baseado nos modelos ferrovias-parque e estruturação de empreendimento autossustentável para preservação, cogitou renomear os pontos de acordo com o projeto de cunho turístico. Neste projeto, o km 15 passaria a ser chamado de “Estação Ciência e Tecnologia”; a estação do Doze “Portal Anhanguera”; o Km 11 “Futuro”; o Km 9 “Estação Memória”; o km 5 “Ecologia”; o km 1 “Estação humanidade” e a estação Perus permaneceria com o mesmo nome. Entretanto, a perda de Gato Preto motivou o IFPPC a elaborar um novo estudo, no qual o Km 12, passaria a ser chamado de Gato Preto (ALVES, 2016). Esta seria uma iniciativa que acrescentaria ao Km 12 a função de monumento no sentido explicado por Choay (2001), ou seja, para fazer lembrar algo, neste caso, uma memória para recordar a perda de Gato Preto. Por enquanto, nenhuma destas transformações propostas nestes estudos foram concretizadas. Consultar detalhes do projeto em <[http://www.valentearquitetos.com.br/pu\\_perus.php](http://www.valentearquitetos.com.br/pu_perus.php)>.





**Figura 88:** Trabalho de recuperação das caixas d'água após serem atingidas pela queda de um eucalipto.

**Fonte:** Acervo Bonfilio Alves, 2014.



**Figura 89:** As instalações do corredor, onde são executados os trabalhos de restauração do material rodante.

**Fonte:** Acervo da autora, 2015.



**Figura 90:** Material rodante restaurado pelo IFPPC.

**Fonte:** Acervo da autora, 2015.



**Figura 91:** Material rodante restaurado pelo IFPPC.

**Fonte:** Acervo da autora, 2015.

O posto de parada do km 12 foi reformado há poucos anos. Esta reforma foi promovida por uma moradora do local, de forma ilegal, sem autorização ou orientação da prefeitura ou órgãos ligados à preservação e infringiu a restrição da 56/00 de permitir no percurso tombado somente obras de interesse ao funcionamento da estrada de ferro. A obra transformou o posto em capela e alterou a configuração da edificação de forma a ser pouco lembrada como posto telefônico da EFPP, como mostram as figuras a seguir.



**Figura 92:** Parada do km 12, reformada.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 93:** Parada do km 12, vista frontal.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

Do ponto de vista da conservação do patrimônio, preservação de sua integridade e autenticidade, pode-se admitir uma situação ambígua. Por um lado, a reforma da moradora acrescentou novos elementos à edificação, alterou sua condição de intacto, e impediu o seu rápido reconhecimento como remanescente da EFPP e, portanto, provocou perdas como referencial da ferrovia. Por outro lado, a reforma, sem remoção de seus elementos originais, trouxe novo uso que favorece sua conservação, permanência e construção de uma autenticidade em sua dimensão expressiva<sup>236</sup>. Conforme Lira (2009):

[...] a introdução de novos usos e o desenvolvimento de novas práticas sociais em um sítio antigo, desde que compatível com suas características físicas e espaciais, pode gerar uma nova expressividade para o local, desde que, mesmo distinta da original, venha a ser igualmente reconhecida como autêntica. Além disso, essa costuma ser uma forma eficaz de promover a manutenção física do próprio sítio, pois, como afirmou David Lowenthal (1985), o passado é melhor sendo utilizado que sendo domesticado (LIRA, 2009, p. 163).

A intervenção está associada a uma reforma do elemento, na qual nota-se respeitabilidade à permanência da estrutura principal do posto (lajes, piso e pilar central). A estrutura criada para a sustentação do novo telhado permite a visualização da laje original e as novas alvenarias não interferem no reconhecimento da base. Pode-se dizer que, com exceção do recobrimento do pilar central que produz certo falseamento, respeitou-se o princípio da distinguibilidade, com a utilização de materiais bastante distintos daqueles originais e sem indícios de falseamentos de outros elementos. Outra contribuição significativa da obra da moradora para com a preservação do patrimônio foi a renovação do uso que promoveu a apropriação afetiva do bem pela nova comunidade instalada no local, a partir da emergência dos loteamentos irregulares, não vinculada afetivamente com a EFPP. Isso teve como consequência a aplicação constante de cuidados de conservação sobre a edificação. Do ponto de vista da conservação, as alterações promovidas pela moradora produziram alguns efeitos positivos para o patrimônio, entretanto, alterou também sua significância como parte conectada ao conjunto fabril.

---

<sup>236</sup> Em sua dimensão expressiva, a verificação da autenticidade se dá pela identificação dos aspectos indicativos de como se processa a relação entre o sítio e as pessoas. Neste caso, “o que condiciona essa dimensão de autenticidade não é a matéria do bem, mas a *forma como a vida nela se desenvolve*” (LIRA, 2009, p. 164, grifo da autora).

Com relação às edificações excluídas do tombamento, ainda durante a fase de estudos, como os assentamentos de Água Fria e Gato Preto (além da Rodovia Anhanguera), as descaracterizações de suas edificações ocorreram com a adição de varandas, garagens, troca de telhados e outros elementos colocados para satisfazer novas necessidades de seus moradores. No entanto, mantiveram-se parte de muitos de seus atributos preservados, inclusive em condições satisfatórias de conservação e retenção de suas características originais. É o caso da permanência do britador, em funcionamento na empresa Votorantim e de várias residências em Água Fria que conservam suas principais características originais e atributos sociofuncionais e estruturais. Tal situação ocorre, também, com algumas casas geminadas ou em renque, com os edifícios da escola Casa de Pedra, ambulatório, armazém e farmácia, que tiveram seus usos alterados para moradia, com o Clube Cimento Portland, uma vez que o campo segue em uso potencial na Vila Nova, e na antiga sede de Água Fria instalaram-se bares e pequenos comércios. A Vila Nova apresenta um cenário misto entre permanências e ausências de atributos relevantes, exibe uma diversidade de alterações nas moradias, como ocorre em Água Fria, mas mantém ainda características que tornam o local inteligível do ponto de vista de suas funções na indústria e suas características arquitetônicas. Permanecem ali as implantações em altas cotas, em terrenos delimitados por lotes e arruamentos, os modelos de casas geminadas duas a duas e um reduzido número de chaminés dos fogões a lenha das casas que irrompem no cenário e remetem aos antigos modos de aquecer e cozinhar.



**Figura 94:** Anexos construídos nas casas de Vila Nova com chaminés.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.



**Figura 95:** Bar em funcionamento na antiga sede do clube do Portland.

**Fonte:** Acervo da autora, 2014.



Em Gato Preto, permanecem em funcionamento a igreja, a sede social, o clube e habitações, todos localizados além da Rodovia Anhanguera. O cenário começa a se modificar com a chegada de novos moradores que edificam casas, aparentemente de forma irregular e com a construção de novos elementos solidários às necessidades contemporâneas de seus moradores, como garagens e varandas. No entanto, percebe-se ainda a evidência de elementos significativos que testemunham a atuação da CBCPP no local. Observa-se, por exemplo, a manutenção das disposições dos arruamentos, modos de implantação, tipologia de casas em renque ou isoladas e os peculiares sistemas de ventilação presentes na última fiada das alvenarias das casas.



**Figura 96:** Observam-se garagens e anexos, junto às casas em renque de Gato Preto, além da rodovia.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 97:** Casa amarela com conservação de características originais.

À sua esquerda e à direita, casas com acréscimo de varandas. Observa-se o recobrimento de telhados originais com telhas onduladas.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 98:** Casa em Gato Preto com detalhes do sistema de ventilação.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 99:** Novas ocupações que começam a despontar em Gato Preto.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 100:** Conservação das características urbanas de Gato Preto: igreja no alto do morro, longas fileiras de moradias dispostas em renque.

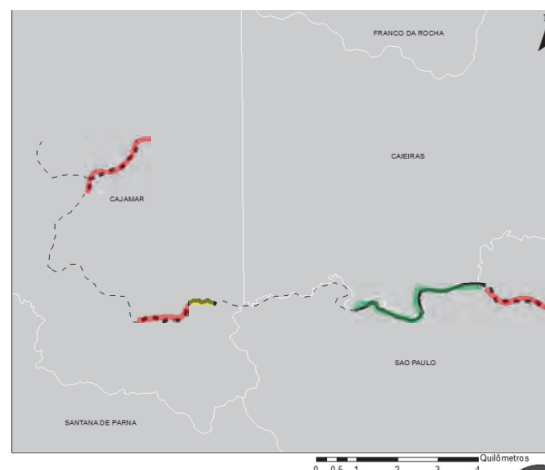
**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Figura 101:** Britador em funcionamento pela Votorantim, em Cajamar.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

As ações demolitórias, promovidas a partir das revisões de tombamento, ou legitimadas por elas, removeram o sentido do conjunto da CBCPP. A EFPP, antes eixo central, nexo do conjunto, tornou-se um trecho solto no espaço, que se não conecta mais ao seu ponto inicial, configurado pela SPR, nem ao seu ponto final, Gato Preto. As instalações de Gato Preto, sobretudo aquelas ligadas ao trabalho, um dos principais polos de atividade da “Perus”, razão inclusive da existência da própria ferrovia, desapareceram do cenário industrial. Levaram consigo, além dos atributos estruturais já citados, também os visuais, na medida em que se configuravam como marcos importantes da paisagem. Em Perus, viu-se desaparecer os conjuntos residenciais quase por completo. Nas tabelas a seguir, apresentamos um resumo elaborado a partir dos estudos de tombamento, acerca das permanências e ausências das instalações físicas, objetos em potencial de preservação.



**Tabela 4 e mapa-guia:** Permanências e ausências - EFPP.

UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
EFPP	Via principal.	Parcialmente removidos, estado precário de manutenção na maior parte de sua extensão.
	Paradas, estações e reservatórios.	Existentes, em abandono ou modificadas.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016 sobre levantamento elaborado por Moraes (2016). A cor vermelha indica ausência de trilhos. A cor verde, o trecho recuperado para fins turísticos. A cor amarela, existência de trilhos sem operação. Não há indicações do autor para o restante do traçado.

**Tabela 5:** Permanências e ausências - Pátio de Cajamar.

UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
PÁTIO DE CAJAMAR	Britador	Existente
	Lago	Existente

**Fonte:** Acervo da autora. 2016.

**Tabela 6:** Permanências e ausências - Pátio de Gato Preto.

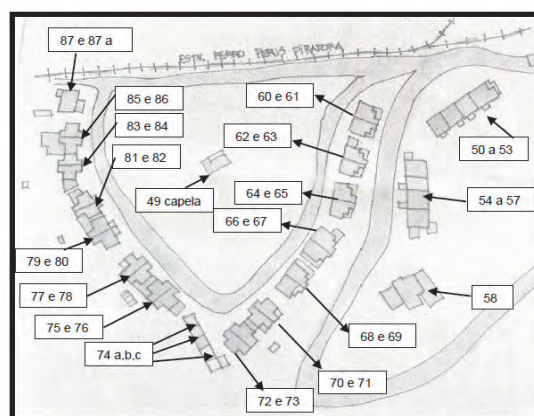
UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
PÁTIO DE GATO PRETO	Oficinas de manutenção	Demolido
	Estação	Demolido
	Caieira	Demolido
	Depósito	Demolido
	Casa Grande (Família Beneduce)	Demolido

**Fonte:** Acervo da autora. 2016.

**Tabela 7:** Permanências e ausências - Instalações industriais de Perus.

UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
<b>PERUS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS</b>	Casa de tráfego	Existente, inativa, em estado precário de conservação
	Britador	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Ensacadeira	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Casarão da Fazendinha	Existente, ativa, estado precário de conservação
	Casarão da ferrovia	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Refeitório	Existente, inativo e estado razoável de conservação
	Portaria	Existente, ativa e em estado razoável de conservação
	Escritório	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Oficina Mecânica	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Subestação	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Carpintaria	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Depósito de peças	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Lab. de engenharia	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Depósito de pedras	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Depósito de Gesso	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Depósito de clínquer	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Forno nº 4	Existente, inativo, em estado precário de conservação
	Moinhos	Existentes, inativo, em estado precário de conservação
Silos	Existentes, inativo, em estado precário de conservação	
Chaminés	Existentes, inativo, em estado precário de conservação	
Esteira <i>tripper</i>	Existente, inativo, em estado precário conservação	

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

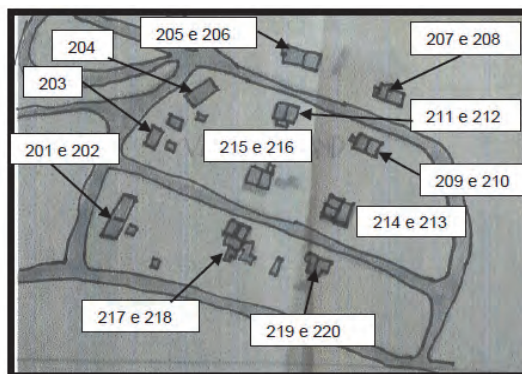


**Tabela 8 e mapa-guia:** Permanências e ausências - Vila Triângulo.

UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
<b>PERUS VILA TRIÂNGULO</b>	Capela	Existente, inativa, em estado precário de conservação
	Casas 50 a 53	Demolidas
	Casas 54 a 57	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casa 58	Demolida
	Casas 60 e 61	Existente, parcialmente ativas, em estado de conservação precário
	Casas 62 e 63	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 64 e 65	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 66 e 67	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 68 e 69	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 70 e 71	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 72 e 73	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 74 a b c	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 75 e 76	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 77 e 78	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 79 e 80	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 68 e 69	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 81 e 82	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 83 e 84	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casas 85 e 86	Existentes, inativas, em estado de conservação precário
	Casa 87a	Existentes, inativas, em estado de conservação precário

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

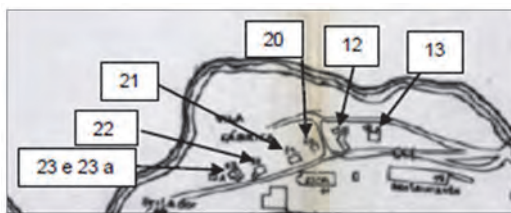




**Tabela 9 e mapa-guia:** Permanências e ausências - Vila Portland.

UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
<b>PERUS VILA PORTLAND</b>	Casas 201 e 202	Parcialmente existente, parcialmente ativa, configurações alteradas, estado precário de conservação.
	Casa 203	Demolidas
	Casa 204	Demolidas
	Casas 205 e 206	Demolidas
	Casas 207 e 208	Demolidas
	Casas 209 e 210	Demolidas
	Casas 211 e 212	Demolidas
	Casas 213 e 214	Demolidas
	Casas 215 e 216	Demolidas
	Casas 217 e 218	Parcialmente existente, parcialmente ativa, configurações alteradas, estado precário de conservação.
	Casas 219 e 220	Parcialmente existente, parcialmente ativa, configurações alteradas, estado precário de conservação.

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.



**Tabela 10 e mapa-guia:** Permanências e ausências - Vila Fábrica.

UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
<b>PERUS VILA FÁBRICA</b>	Casa 12	Demolida
	Casa 13	Demolida
	Casa 20	Demolida
	Casa 21	Demolida
	Casa 22	Demolida
	Casas 23 e 23a	Demolidas

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

**Tabela 11:** Permanências e ausências - outras instalações de Perus.

UNIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO
PERUS OUTRAS INSTALAÇÕES	Casa do administrador	Demolida
	Casas da administração	Demolida
	Casa de Assistência médica	Existente, inativo e estado razoável de conservação

**Fonte:** Acervo da autora, 2016.

Mesmo havendo demolições sumárias e invasões das áreas protegidas, ações que desfizeram a permanência de importantes atributos, sobretudo estruturais, observou-se que os elementos que compõem os atributos visuais permanecem preservados. São ainda expressivas e profusas as presenças das pedreiras e dos equipamentos de grande porte, tais como os britadores, silos e chaminés. É vigorosa a relação que existe entre as instalações e os elementos naturais representados pelas matas e rios que se fazem presentes no local ainda de forma farta e exuberante e que a ele imprimem aspecto estético singular.

As revisões das resoluções não foram fiéis ao conceito que se cogitou aplicar ao conjunto e representou um retrocesso da década de 2000 com relação aos avanços conceituais sobre patrimônio obtidos e incorporados anteriormente aos processos de preservação da CBCPP. Moldadas de acordo com os interesses econômicos centrados na liberação das áreas junto às importantes rodovias de acesso, estas revisões alçaram o entendimento de patrimônio novamente como elementos isolados na paisagem, desconectados da cidade e de suas relações com o entorno e como entraves ao desenvolvimento econômico.

É possível ainda que, na medida em que o crescimento das cidades forem acrescentando novos sentidos aos lugares e deslocando o valor econômico das terras, sucedam-se novas demolições de edificações importantes para a compreensão do sentido da CBCPP enquanto núcleo fabril com valor cultural, independentemente das proteções legais que incidam sobre elas. Conforme vimos, os processos de tombamento, de acordo com os modelos que se seguiram e as pressões às quais foram submetidos, não conseguiram impedir as mutilações, descaracterizações e demolições do conjunto a ser preservado.

Como advertiu Lacerda (2012), ao aplicar ao bem o valor econômico, é importante considerar todos os outros valores já reconhecidos. No caso estudado, o valor

econômico foi superposto aos demais, desconsiderando-se como fundamento todos os demais valores. Os esforços empreendidos ao longo de mais de vinte anos para efetivar um tombamento fundamentado em bases conceituais claras, embora lutando contra as turbulências e condições bastante desfavoráveis, foram dissipados. A trajetória da luta pela defesa patrimônio da CBCPP teve um desfecho bastante aquém do pretendido por aqueles que defendiam sua máxima preservação possível, seja do ponto dos interesses da ferrovia, do núcleo ou da representatividade dos remanescentes para os trabalhadores e para os locais onde se inserem.

Ao refletirmos sobre o questionamento proposto por Stovel (2007) acerca da existência dos elementos necessários para que o bem expresse seu valor podemos aferir algumas conclusões. Com relação aos anseios iniciais, presentes na solicitação da ABPF e no tombamento de 1987, voltados à preservação do “último remanescente em funcionamento em nosso país de um conjunto completo de ferrovia” (CONDEPHAAT, 1987), pode-se considerar que embora não tenham sido prejudicados, os planos para recuperação do material rodante pela ABPF, com a validação da resolução 56/00, ocorreu a perda dos elementos necessários para a representação da ferrovia industrial em um estado completo. Da mesma maneira, perderam-se atributos e elementos representativos do mundo industrial, configurando prejuízos para a transmissão do significado do lugar.

As liberações ocorridas com as revisões contribuíram para prejuízos irremediáveis da integridade e da autenticidade do conjunto, vistos pelo viés da perda dos atributos essenciais à sua compreensão como núcleo fabril e bem cultural. A legitimação das exclusões, pelos órgãos de preservação, ofuscou os esforços das equipes técnicas que trabalharam no sentido do reconhecimento e compreensão das essencialidades do conjunto fabril e colocaram tais órgãos em uma difícil e delicada posição de contribuintes no processo de desmonte das instalações.







## **Considerações Finais**

---



## Considerações finais

A análise dos processos de tombamento, abertos com vistas à preservação dos bens remanescentes da CBCPP, com todas as complexidades – amplo território; elementos do patrimônio ferroviário, industrial e paisagístico; participação de diferentes agentes municipais, estaduais e federais - observadas ao longo de seus estudos, permitiram algumas reflexões acerca de suas utilizações como instrumentos para alçar os bens à condição de patrimônio cultural, bem como para o impedimento de ações que lhes resultem em destruições.

As iniciativas tomadas com intuito de preservar o patrimônio no Brasil, em geral, constituem ações decorrentes de uma já consolidada situação de vulnerabilidade dos exemplares em questão. Tal situação implica contraposições fomentadas pelos mais diversos agentes e posicionamentos com relação ao desejo, ou não, de solidificar a permanência dos bens. As adversidades ocorrem porque há conflitos de interesses e conexões entre tais objetos e seu entorno, em constante processo de transformação. Assim, os tombamentos se dão como tentativas de “salvação” de algo já destinado a desaparecer do cenário onde se insere. Portanto, tais tentativas se configuram como medidas para tentar mudar o que já está em curso.

Desta forma, os procedimentos para tombamento se desenvolvem, comumente, por meio de processos instáveis que avançam ou recuam conforme as dificuldades encontradas, resistências e apoios obtidos, assim como limites alcançados. No caminho a ser trilhado para tentar determinar a condição cultural do bem e mantê-lo a materialidade preservada – em muitos casos já deteriorada - emergem obstáculos resultantes das diversas interfaces estabelecidas ao se tentar transformar determinados lugares ou objetos da cidade em patrimônio. Tal fato culmina em impactos sobre suas conformações. Tais dinâmicas justificam a importância da elaboração de estudos sobre as formas como se desenvolvem os processos de tombamento e seus eventuais destombamentos.

A relação entre obsolescência física e preservação, no caso dos núcleos fabris, ocorre, muitas vezes, da seguinte forma: constrói-se, originalmente, um núcleo fabril para servir de apoio à produção da indústria; o bem de origem industrial se consolida, atinge seu auge produtivo com todo o modo de vida que o caracteriza e entra em sua fase de declínio, ao dar mostras de que está condenado a desaparecer

devido à sua obsolescência para a indústria. Porém, o processo de desenvolvimento e consolidação do lugar não acontece como evento passivo e indiferente, ou seja, não se forma e se desintegra sem reentrâncias, sem deixar suas marcas. Nesse fenômeno, explicado por Milton Santos, pelo conceito de *rugosidades na paisagem do espaço geográfico*, criam-se os registros das atividades, dos costumes, das tecnologias e culturas da sociedade. Emergem testemunhos de um dado momento, do modo de produção e de mundo, cristalizam-se tempos passados no espaço, que são também tempos presentes na medida em que se relacionam com a vida contemporânea.

Os registros da acumulação de tempos – da história humana; da natureza; da apropriação e das transformações de um pelo outro – constituem os elementos formadores das paisagens e nelas se impregnam (SANTOS, 2004). Tal acumulação de tempos se revela no trecho entre Cajamar e Perus, ocupado pelas instalações da CBCPP, pelas heranças da natureza e de sua apropriação e transformação pelo homem. Torna-se visível por meio dos testemunhos e vestígios deixados pelas implantações das atividades mineradoras desenvolvidas no local, pela ferrovia SPR, pela antiga fábrica de pólvora, pela implantação da EFPP e pela fábrica de cimento em atividade no local desde os primeiros anos do século XX, juntamente com todas as aglomerações humanas formadas em função de tais atividades.

Desta maneira, elaboram-se nesse processo, novos significados para as instalações dos núcleos, diferentes daqueles que deram sentido às suas criações. À medida que nele se desenvolvem novos modos de vida, tais instalações vão deixando suas identidades como unidades de apoio à indústria para assumirem, ao longo do tempo, a posição de exemplares representativos de uma artisticidade, historicidade e afetividade, sobretudo, do ponto de vista de quem neles vivenciou suas experiências. As estruturas industriais vão tomando, assim, o sentido de testemunhos da história do trabalho, da tecnologia, das formas humanas de se fixarem e de se locomoverem. Os núcleos fabris, dada à conjuntura histórica de ascensão e declínio das formas de produção, com o conseqüente desmonte de suas estruturas e funcionamento, passam a simbolizar aspectos de determinados períodos em que se deflagraram, entre outras coisas, lutas entre patrões e empregados. Para as populações vinculadas a eles, tais lugares tornam-se referências de memória e cultura. No caso estudado, a apropriação do bem por esta população se reforça ainda pela existência de pendências trabalhistas e financeiras dos patrões para com os empregados.

Embora do ponto de vista da indústria, responsável pelo engendramento dos conjuntos, na maior parte dos casos, as percepções desses lugares permanecem as mesmas, ou seja, um local criado com fins econômicos para auxiliar e otimizar a produção ou os ganhos financeiros. Se a produção deixou de existir, por razões diversas, e tais instalações passaram a ser desnecessárias à indústria, os investidores, em geral, passam a percebê-los como possibilidade de novos ganhos econômicos, inclusive com a dissolução de suas formas. Tais projetos de reestruturação espacial são, muitas vezes, incompatíveis com os propósitos que envolvem a preservação dos valores artísticos, históricos e afetivos do lugar. Consolida-se assim, o início das disputas acerca de seus significados e direito à sua fruição e é no ato do tombamento do bem que os agentes envolvidos encontram ponto de discórdia.

Nesse sentido, o caso da “Perus” é exemplar. Ao longo dos mais de 30 anos em que o objeto esteve sob análise dos órgãos de preservação, as complexidades inerentes à sua preservação refletiram-se no tratamento das diferentes iniciativas. Cada órgão, conforme sucederam-se as gestões, compreendeu a questão a partir de um ponto de vista e observou-se eventuais divergências entre órgãos, instâncias governamentais, técnicos e dirigentes.

Cogitaram-se, para seus remanescentes, tombamentos em nível federal, estadual e municipal. Durante o desenvolvimento de tais processos, observou-se que os órgãos buscaram equilibrar as necessidades que lhes foram apresentadas, as quais iam das afetivas às econômicas, na tentativa de compatibilizá-las e equalizá-las com interesses, práticas e concepções, sem perder de vista a significância cultural do lugar.

Em nível estadual, iniciou-se o processo com vistas à preservação integral da ferrovia EFPP, ampliando-se os objetivos iniciais para a preservação de outros elementos em garantia à leitura de um conjunto industrial formado por núcleo fabril com ferrovia. A retenção da significância da estrada de ferro delineou-se pela sua conexão com os pontos representativos do funcionamento do complexo industrial: fábrica, pedreiras, usina da cal, e assentamento para trabalhadores. Em âmbito nacional, a abertura do processo visou à preservação da ferrovia. No âmbito municipal, o foco recaiu sobre os elementos significativos da EFPP, mas enfatizou os aspectos cotidianos, representados pelo trabalho na fábrica, moradia nas vilas, lutas mediadas pelo sindicato e pioneirismo da tecnologia. Para tanto, a proposta

foi tomar testemunhos materiais dispostos em diferentes pontos do conjunto da “Perus”.

Em contrapartida, as partes afetadas apresentaram razões para legitimar ou não tais tombamentos. Nesse processo, observou-se a participação decisiva dos proprietários. Focados nas possibilidades oferecidas pelo mercado imobiliário não se recolheram ao aguardo passivo das decisões, pelo contrário, interferiram e limitaram a condução dos processos, procurando evitar ao máximo os tombamentos. O governo federal enquanto tutor do conjunto da EFPP durante o confisco, representado pela Secretaria Executiva do Ministério da Economia, também manteve tal postura ao tentar impedir o tombamento das peças do acervo rodante disposto no almoxarifado, e que para as quais, assim como para todos os bens confiscado, previa-se sua utilização comercial com a alienação para ressarcimento do Tesouro Nacional, Estadual, Municipal e Autárquico.

Percebeu-se que a aplicabilidade dos conceitos de preservação, iniciada com as solicitações de tombamento, não se colocou como decisão estritamente de ordem técnica e intelectual. Não se configurou como fruto exclusivo das interpretações dos profissionais de tais conceitos, portanto, submeteu-se ao jogo de poder em torno da questão.

Assim, os processos mantiveram-se restritos e vulneráveis a tais interferências. Inicialmente preservada em seu estado completo, ao final a EFPP teve redução da área de abrangência de seu tombamento, mantendo-se apenas o trecho de sua via principal e aqueles elementos de apoio localizados nas porções distantes das áreas valorizadas economicamente, ou seja, longe de suas extremidades. Rejeitada pela esfera federal, a esfera municipal acatou, a princípio, uma ampla delimitação de tombamento que abarcava todas as instalações locais, embora posteriormente tenha sido reduzida significativamente com a exclusão de dois dos assentamentos operários. No caso estudado, tais ingerências se justificaram tecnicamente pelo viés da subjetividade da atribuição de valores. Os remanescentes ora eram alçados ao patamar de testemunhos físicos fundamentais para a preservação da memória, ora eram descartados em detrimento da preservação de outro elemento cuja história de lutas era julgada culturalmente mais significativa. Percebe-se, claramente, em tais oscilações, que as circunstâncias conduziram à compreensão dos remanescentes como lugares de memória ou objeto de interesse econômico por setores do capital.

Para a ABPF, responsável pelas solicitações de abertura do processo, o tombamento significava a possibilidade de garantia da preservação da ferrovia em



funcionamento. Portanto, o foco concentrava-se na preservação dos trilhos e do material rodante, não obrigatoriamente a ser mantido naquele local, embora isso fosse prioritário para os membros da Associação.

O poder estadual viu a utilização turística da estrada de ferro como o instrumento possibilitador da preservação do conjunto de uma maneira sustentável, mediadora entre os interesses culturais e econômicos, e procurou conduzir as ações para este fim. Firmado o comodato da ferrovia com o IFPPC, iniciaram-se os trabalhos de recuperação e utilização turística de parte do trajeto e material rodante.

A prefeitura de São Paulo tratou o assunto como questão de cidadania, no sentido de proteger a memória dos antigos trabalhadores e moradores locais por meio da efetivação do tombamento municipal. Um processo que valorizou aspectos do ambiente, do cotidiano e das vivências dos moradores, assim como os avanços tecnológicos que algumas das edificações locais representaram, quando implantadas. No mesmo sentido, iniciaram-se os trabalhos voltados à preservação dos remanescentes produzidos pela prefeitura de Cajamar, sem que, no entanto, tais iniciativas alcançassem resultados efetivos.

A esfera federal, embora tivesse manifestado inicialmente grande interesse pela preservação do local, não deu continuidade à iniciativa, nem o reconheceu como algo significativo para o patrimônio histórico e artístico nacional.

As reversões dos processos de tombamento, portanto, tiveram significados diferentes para cada parte envolvida. Para a ABPF, que embora tivesse almejado a preservação do conjunto ferroviário em funcionamento e em estado completo, os prejuízos causados pelos destombamentos não foram tão impactantes, na medida em que as ações do IFPPC tornaram possíveis os projetos de recuperação do material rodante e o desenvolvimento turístico do local, embora em proporções muito reduzidas<sup>237</sup>.

Na esfera estadual, na qual se cogitou o uso turístico do local, assim como a aplicação de um conceito mais abrangente de preservação da ferrovia e a permanência dos atributos significativos para a leitura do lugar de forma a remetê-lo às suas antigas atividades industriais e seus modos de vida, os destombamentos produziram maiores prejuízos com as exclusões de partes essenciais ao cumprimento de tais objetivos.

---

<sup>237</sup> Passeios são organizados eventualmente, conforme demanda, no pequeno trecho da ferrovia, localizado em Perus.

De um modo geral, os destombamentos acarretaram a perda de parte da significância voltada à excepcionalidade e integridade do conjunto. Perdeu-se parte da referência dos testemunhos tecnológicos das primeiras estradas de ferro construídas para o transporte de matéria-prima das primeiras fábricas brasileiras. Em Cajamar, as perdas ocorridas a partir dos destombamentos foram ainda mais significativas. A eliminação de Gato Preto representou o apagamento dos marcos físicos, verdadeiros testemunhos, não apenas de uma grande e importante indústria brasileira, como também da própria origem do município. As demolições decorrentes dos destombamentos levaram ao fim testemunhos da história da cidade e, portanto, de extrema significância para seus habitantes. É relevante considerar que tais instalações – casas e equipamentos de uso coletivo - estavam ativas, ocupadas por moradores locais e em perfeitas condições físicas, quando foram demolidas.

No rumo destas ações os resultados das iniciativas de tombamento foram limitados em relação ao inicialmente planejado. Entretanto, mesmo reduzidos os resultados, os esforços dispendidos durante o reconhecimento dos bens para atribuição de valores pelos órgãos de preservação foram imensos. Os recuos podem ser atribuídos a fatores diversos: trajetórias e tradições dos órgãos de preservação; aplicação de modelos de tombamento insipientes; pressões exercidas pelo proprietário e pelo mercado imobiliário.

Ao final, não foi possível alcançar os objetivos inicialmente propostos e os processos de tombamento foram, de forma involuntária, cúmplices na aceleração do desmonte do conjunto. Aos remanescentes da ferrovia e da indústria localizados no entorno das extremidades de Água Fria e Gato Preto não se aplicaram normas de preservação. Mesmo tendo sofrido demolições de exemplares significativos, Água Fria ainda manteve boa parte dos imóveis, sobretudo das moradias, em estado razoável de conservação. Já em Gato Preto, as instalações industriais e o casario ao seu redor foram sumariamente demolidos, permanecendo apenas as instalações mais distantes, localizadas além da rodovia Anhanguera. Em Perus, manteve-se nível de preservação municipal nas instalações industriais e em parte das habitações. O conjunto tombado permanece, de forma geral, sem uso e em estado muito precário de conservação e as moradias excluídas do tombamento foram praticamente demolidas em sua integridade.

Se ao final, como sugere esta pesquisa, ocorreu retrocesso nas propostas que visavam à preservação do conjunto, por razões não completamente esclarecidas

nos processos analisados, não cabe ofuscar o empenho dispendido ao longo dos anos por aqueles que lutaram pelas permanências dos bens frente às disputas para a ocupação do espaço. O resultado do processo para preservação da área, em termos de integridade, resultou no desmantelamento dos principais atributos estruturais e visuais do conjunto ferroviário- fabril e de sua paisagem, obtendo como consequência, perdas irreparáveis à sua autenticidade ao eliminar elementos essenciais à compreensão de sua significância enquanto conjunto e bem cultural. Como compreender a significância da ferrovia, limitando-a a um trecho desconectado da SPR, da fábrica e dos polos de extração de pedras e produção da cal? Qual percepção se consegue ter do funcionamento do conjunto fabril ao eliminar-se Gato Preto - um dos polos de produção e a razão da existência da EFPP – do cenário industrial? Em Perus, qual a posição das moradias remanescentes da Vila Triângulo na lógica industrial de distribuição hierárquica de moradias? Quais suas relações com o entorno e entre as diferentes implantações? Perderam-se tais referências, assim como as relações das moradias com o entorno natural e edificado.

Podemos considerar, portanto, que as ações legais não se limitaram no sentido da preservação do bem, mas submeteram-se às pressões externas, sobretudo dos proprietários calçados pelas vantagens do mercado imobiliário, confirmando a hipótese de que neste caso, os processos de tombamento, seus reflexos e impactos decorrentes das tensões e conflitos, contribuíram indiretamente ou involuntariamente para com a aceleração do desmonte deste complexo industrial. Entende-se que a demora na conclusão do processo estadual de tombamento possibilitou uma manobra política, articulada pelos proprietários, propositada e com intuito de provocar maiores deteriorações e danos materiais e, assim, justificar a não preservação de algo já descaracterizado ou em vias de demolição.

As perdas materiais do conjunto afetaram-lhe a condição de integridade, comprometeram-lhe a autenticidade e limitaram a transmissão de seus significados. Além disso, os destombamentos deslocaram os órgãos de preservação da posição de protetores dos bens culturais - imbuídos na missão de impedir que fossem demolidos, destruídos, mutilados ou descaracterizados - para alçá-los à posição de responsáveis pela desintegração do conjunto construído.

Os remanescentes da fábrica, embora abandonados ao tempo que os consome, constituem marcos visuais expressivos na paisagem local, e evidenciam Perus como polo produtivo de uma “época do industrialismo”. Porém, a relação com o

entorno se perdeu pelas demolições e alterações dos demais elementos que constituíram a CBCPP. Pouco há que recorde a vida social anterior, guardada apenas nas lembranças de quem ali um dia vivenciou o cotidiano.

Em Cajamar, o uso dado às edificações, tais como as moradias, a escola da casa de pedra, a igreja, os bares, o clube de Gato Preto, o clube do Portland, o posto do km 12 e demais elementos da ferrovia recuperados pelo IFPPC, foi essencial para a permanência de atributos ainda significativos do antigo núcleo fabril. Entretanto, a situação de tais remanescentes é tão vulnerável quanto a do conjunto perdido de Gato Preto.

O trecho tombado da EFPP mantém vínculos com a paisagem natural local. No entanto, o tombamento de apenas alguns dos elementos e do trecho intermediário de seu trajeto – excluídos seu começo e seu fim, pontos que justificaram sua construção - não garante a expressão de seu significado e coloca os resultados obtidos distantes dos propósitos iniciais. O monitoramento do IFPPC sobre tais remanescentes e sobre o material rodante contribui para a conservação e permanência dos mesmos como testemunhos relevantes das atividades produtivas. Entretanto, os esforços são grandes, mas as dificuldades de fiscalização e recuperação da área também o são. O que restou das edificações de alguma forma vinculadas à CBCPP, independentemente das intenções iniciais de suas preservações<sup>238</sup>, foram remanescentes incompletos e desconectados.

A EFPP mantém parte de seus trilhos. O trabalho de recuperação de material rodante, trilhos e dos reservatórios vem sendo desenvolvido pelo IFPPC, paulatinamente. Os resultados podem ser considerados efetivos, à medida que se consegue colocar em prática os projetos de utilização turística, embora em pequena escala. As paradas e postos remanescentes permanecem, de modo geral, ociosos, com exceção do posto do km 12, transformado em capela e utilizado como tal.

Em Cajamar, Gato Preto manteve ativos a sede social, o campo e o clube de futebol, a igreja e parte das moradias. Em Água Fria e Vila Nova, conserva-se parte das moradias. Algumas edificações de uso coletivo, tais como a escola da Casa de Pedra, a casa do engenheiro-chefe, a antiga sede social, o armazém e farmácia, tiveram seus usos alterados para bares, pequenos comércios locais, moradias e setores administrativos do governo municipal. O campo de futebol do Portland foi mantido e segue ativo. A igreja de São Sebastião, construída por iniciativa de um

---

<sup>238</sup> O capítulo 4 analisa as instalações para as quais se pretendeu aplicar níveis de preservação.

morador, também se mantém ativa. Continua em atividade a escola estadual construída no terreno doado pela família Abdalla. As pedreiras locais seguem em funcionamento.

Perus mantém as instalações industriais, o refeitório, prédio de assistência médica, a Vila Triângulo e outras poucas casas, bem como a capela São José. Todas as edificações destinadas à produção fabril, remanescentes estão quase integralmente ociosas e em estado de deterioração bastante avançado. Mantêm-se, embora em estado muito precário de conservação, algumas edificações construídas para uso dos moradores nas vilas construídas em áreas externas aos limites fabris, como o prédio do cinema, atualmente desocupado, e do grupo escolar, utilizado como moradia. As igrejas, católica e presbiteriana, mantiveram-se em uso. A primeira foi totalmente reformada, sem que se tenham preservado elementos arquitetônicos originais importantes, enquanto a segunda mantém preservadas suas configurações formais originais. As instalações de Perus são, eventualmente, alugadas para práticas de atividades esportivas, conforme mencionado no capítulo 4 desta tese, e fomentam a organização de atividades ligadas às manifestações em defesa da sua desapropriação e em apoio à construção de um centro cultural, vinculadas às antigas reivindicações dos “queixadas”. Exemplo foi o “Cortejo à Fábrica”, que integrou o evento I Caramanchão Cultural na Fábrica de Cimento Perus, realizado em 2014, ao qual houve a adesão de pessoas da comunidade, grupos artísticos, membros do *Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus*. Pode-se inserir este tipo de atividade na formação da paisagem não visível do local, pois, como explicam Nascimento e Scifoni (2010), a paisagem incorpora valores humanos e pode ser interpretada à luz de seu conteúdo simbólico ou das relações íntimas estabelecidas pelos grupos sociais. A identificação de uma determinada paisagem, conforme as autoras, não corresponde somente “à unidade orgânica das formas, mas também ao significado de fazer parte daquele lugar” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 32).

A situação atual dos testemunhos das atividades produtivas e suas adjacências poderão, em um futuro próximo, estar suscetíveis às novas intervenções sobre suas materialidades. Componentes da EFPP têm sido recuperados e restaurados pelo Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural, para dar continuidade à utilização turística das instalações da ferrovia. Cajamar continua a crescer como receptor de novos contingentes populacionais e de novas indústrias, sua área urbana se expande com abertura de novos loteamentos e atrai investidores do setor logístico que ocupam as áreas livres com imensos galpões. O conjunto edificado

em Perus é, ainda, objeto de disputa entre os proprietários e grupos que lutam por sua desapropriação. Em tempo futuro, há possibilidade de as instalações abrigarem novas atividades. Os novos usos propostos, sejam de cunho cultural, comercial ou turístico, trarão novos sentidos às instalações e conduzirão a novas alterações sobre os remanescentes.

Acredita-se que esta pesquisa - que teve como grande obstáculo as dificuldades de acesso ao local, sobretudo nas instalações dispostas em Perus e no caminho percorrido pela EFPP - possa contribuir com as discussões atuais pertinentes à importância da permanência dos remanescentes da CBCPP e os reflexos provocados por revisões de tombamento e destombamentos. Os debates avançam por temas relacionados ao desenvolvimento das cidades, memória e esquecimento, valorizações em tempos recentes e resultados possíveis.

Enfim, aqui registramos um período de luta pela preservação da memória de um lugar e o que dele restou após tal confronto.







## **Referências**

---



## Referências

ABREU, Maurício. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia/ série, vol XIV, Porto, 1998, p. 77-97.

ALMEIDA, Luis Fernando de. Apresentação. In: RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007, p. 7. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1\\_PaisagemCultural\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf)> Acesso em ago. 2016.

ALVES, Bonfilio. **Entrevista concedida a Vanice Jeronimo por email**, abr. 2016.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 30, p. 271-287, 2002. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf)> Acesso em ago. 2016.

ANDREATTA, Margarida D. Marco da siderurgia abandonada em Iperó. **O Estado de São Paulo**. 18 ago. 1990, p. 20.

ANJOS, Ana Cristina Chagas; et al. **O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar**. Caieiras: Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, 2008.

ARANTES, Antonio Augusto. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARIAS, Patricio Guerrero. **La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia**. Escuela de Antropología Aplicada UPS-Quito. Quito: Ediciones Abya-yala, 2002. Disponível em <<http://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/10559/La%20cultura%20estrategias%20conceptuales.pdf?sequence=1>> Acesso em 21 jul. 2016.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BALLEIRAS, Mary Helle Moda. **Indústria e Habitação, Arquitetura fabril no interior de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, São Carlos, 2002.

BENCLOWICZ, Carla Milano. **Prelúdio Modernista, Construindo a Habitação Operária em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 1989.

BENJAMIN, Walter. Paris do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org) FERNANDES, Florestan (coord.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini. **Formas de resistência na periferia de São Paulo: o bairro de Perus e a força da memória nos movimentos sociais**. Trabalho de Conclusão do Curso (Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

BLAY, Eva A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo, Nobel, 1985.

BLAY, Eva. Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (org). **Habitação em Questão**. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 1980. p. 143-153.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Apresentação Giovanni Carbonara. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BOLLELLA, Cláudio Augusto. **Depoimento**. Disciplina Potencialidades e Gestão da Paisagem, São Paulo, 2014. Faculdade de arquitetura e urbanismo/ Instituto de Energia e Ambiente – Universidade de São Paulo.

BORGES, Breno Albuquerque. **Patrimônio Ferroviário e Autenticidade. Avaliação do Conjunto Ferroviário de Caruaru**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2014.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1971.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugauard Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRAGA, Bruno César Maciel. **O Tombamento de Bens Públicos: via de mão dupla?** Brasília, DF: Conteúdo Jurídico, 02 dez. 2014. Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.51106&seo=1>> Acesso em 06 set. 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 nov. 1937. Organiza o patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_Lei\\_n\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937\\_pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf)> Acesso em 04 ago. 2016.

BURKE JR., Edward. **A família Burke no Brasil**. Londrina, 04 nov. 2008. Disponível em <<http://familiaburkenobrasil.blogspot.com.br/>> Acesso em 15 out. 2014.

CAJAMAR. **Decreto municipal nº 1.175/83**, de 03 nov. 1983a. Declaração de Utilidade Pública, todos os imóveis residenciais existentes no município, de propriedade do Consórcio Sérgio Stephano Chohfi – Engenharia e Comércio S.A. e Companhia Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo. Cajamar, SP: Prefeitura Municipal.

CAJAMAR. **Decreto municipal nº 1.189/83**, de 05 dez. 1983b. Ratifica serem de utilidade pública bens imóveis necessários à solução de problemas sociais do Município, complementando o que dispôs o Decreto nº 1.175/83. Cajamar, SP: Prefeitura Municipal.

CAJAMAR. **Lei orgânica do município**, de 05 abr. 1990. Cajamar, SP: Câmara Municipal.

CAJAMAR. Lei orgânica do município. **Emenda nº 007/2006**, de 13 dez. 2006. Cajamar, SP: Câmara Municipal.

CAJAMAR. **Plano Diretor do Município de Cajamar**. Lei complementar nº 095/07, de 19 dez. 2007. Cajamar, SP: Prefeitura Municipal.

CAJAMAR, Câmara Municipal. **Estrada de Ferro Perus-Pirapora**. Cajamar, s/d. Fonte: Processo de Tombamento. Livro do Tombo Histórico inscrição n. 263, p. 69, 23 jan. 1987, processo n. 21.273/1980. Diário Oficial 20 jan. 1987. Disponível em <<http://www.camaracajamar.sp.gov.br/portal/?exibe=ferrovia>> Acesso em 08 abr. 2016.

CAJAMAR, Prefeitura Municipal. **Prefeito Daniel Fonseca entrega mais 32 casas populares**. Cajamar, 2012. Disponível em <<http://www.cajamar.sp.gov.br/v2/?exibe=imprensa&canal=texto&id=1884>> Acesso em 19 jun. 2016.

CALÓGERAS, J. Pandiá. O Ferro: Ensaio de História Industrial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, Typographia do diário oficial, São Paulo, v. IX, p. 20-100, 1905. Disponível em <<http://archive.org/stream/revista10paulgoog#page/n32/mode/2up>> Acesso em out 2014.

CAMARGO, Nelson Aparecido Bueno de. **Entrevista concedida a Vanice Jeronymo por email**, mar. 2016.

CAMARGO, Nelson Aparecido Bueno de. **Depoimento**. Disciplina Potencialidades e Gestão da Paisagem, São Paulo, 2014. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Instituto de Energia e Ambiente – Universidade de São Paulo. Atividade livre: Oficina da cidade, 2014 - Territórios para a vida.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Inventários urbanos como instrumentos de conservação. In: FURQUIM, Evelyn (org.). **Espaço e cidade: conceitos e leituras**. 2ª edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 69-86, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 37-46.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp; Estação Liberdade, 2001.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 05**, de 19 jan. 1987. Resolução de tombamento acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, no Município de São Paulo.

CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 43**, de 18 dez. 1992. Resolução de tombamento da Vila Maria Zélia, no Município de São Paulo.

CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 56**, de 13 dez. 2000. Resolução de tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, no Município de São Paulo.

CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 31**, de 30 out. 2007. Resolução de tombamento das Indústrias Têxteis São Martinho, no Município de Tatuí.

CONDEPHAAT. **Resolução SC n. 21**, de 09 maio 2013. Resolução de tombamento do Complexo Industrial Carioba, no Município de Americana.

CONDEPHAAT. **Processo n. 09884/1969**, de 18 mar. 1969. Solicitação de tombamento da Pedreira de Varvitos, no Município da Comarca de Itu.

CONDEPHAAT. **Processo n. 21273/1980**. Solicitação de tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora.

CONDEPHAAT. **Processo n. 24.268/1985**. Solicitação de tombamento da Vila Maria Zélia.

CONDEPHAAT. **Processo n. 394/2007**. Solicitação de tombamento da Companhia Melhoramentos.

CONDEPHAAT. **Processo n. 679/2007**. Solicitação de tombamento da Companhia Melhoramentos.

CONE SUL. **Carta de Brasília**. Documento regional sobre autenticidade. Brasília, 1995. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>> Acesso em ago. 2016.

CONPRESP. **Cartilha IPTU – Exercício 2010**. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/cartilha/index.php?p=3819#2>> Acesso em 26 maio 2015.

CONPRESP. **Resolução n. 27/1992**. Resolução de tombamento como bens de interesse histórico, social, arquitetônico e tecnológico na Quadra 007, Setor 187, localizada no Distrito de Perus.

CONPRESP. **Resolução n. 36/1992**, de 04 dez. 1992. Resolução de abertura de processo de tombamento da área conhecida como "Fazendinha", localizada no Distrito de Perus, próxima ao leito da antiga Estrada de Ferro Santos-Jundiá.

CONPRESP. **Resolução n. 19/2004**, de 30 nov. 2004. Resolução de revisão do tombamento da Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, localizada na Subprefeitura de Perus, definido pela Resolução nº 27/1992, de 11 set. 1992.

CONPRESP. **Resolução n. 10/ 2005**, de 20 dez. 2005. Resolução de tombamento da edificação conhecida como Casarão da Fazendinha, situada em área que integrava a antiga Companhia de Cimento Portland Perus, às margens da linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, no Distrito de Perus.

CONPRESP. **Processo n. 1989-0.002.597**. Abertura do processo de tombamento da Fábrica de cimento Portland Perus.

CONPRESP. **Processo n. 1992-0.009268-3**. Abertura do processo de tombamento do Casarão da Fazendinha.

CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã, Congresso do patrimônio arquitetônico europeu, ano europeu do patrimônio arquitetônico, out. 1975. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em ago. 2016.

CORRÊA, Rogério (dir.). **Os Queixadas**. Documentário. São Paulo, 1978.

CORREIA, Telma de Barros. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. **Anais do sétimo encontro nacional da Anpur**. Recife, 1997.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleo Fabril x Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas: 1998a.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998b. Série Ofício de arte e forma.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife n. 4, p. 83-98, maio de 2001.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria e o habitat operário no Brasil. In: PANET, Amélia (org). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002a. p. 13-16.

CORREIA, Telma de Barros. O habitat operário no nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia (org). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002b. p. 137-161.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno**. São Carlos: Rima, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: as experiências pioneiras. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 3, p. 15-42, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria moderna no cenário clássico. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 8, p. 69-101, 2008a.

CORREIA, Telma de Barros. *Art déco e indústria: Brasil décadas de 1930 e 1940*. **Anais do Museu Paulista**, v. 16, n. 2, jul.-dez. 2008b. p. 47-104.

CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. **Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares da Memória**. São Carlos: 2010.

CORREIA, Telma de Barros. **Forma Urbana e Arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011a. v. 1. 298p.

CORREIA, Telma de Barros. O ornato e o despojamento no mundo fabril. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Vol. 19. Ano I, jun. 2011b. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142011000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142011000100002&script=sci_arttext)> Acesso em 07 set. 2014.

CORREIA, Tema de Barros. A indústria e o urbano: aglomerações geradas por fábricas no estado de São Paulo. **Oculum**, Campinas, 10(1), 29-42, jan.-jun. 2013a.

CORREIA, Telma de Barros. Cidade-Jardim: apropriações do método em empreendimentos industriais. **XV Encontro da Anpur**. Recife: 2013b.

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvone. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Revista Pós**, n. 20. São Paulo, dez 2006, p. 10-32.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. O mundo fabril penetra na cidade. In: CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia H.; SACCHETA, Vladimir. **São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo: SENAC, 2004. p. 82-89.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos fabris. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, v. 7, n. 1, p. 17-53, maio de 2005.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. Ascensão e declínio de um modo de morar: vilas operárias e núcleos fabris no estado de São Paulo. **Desígnio**, v. 6, p. 143-164, 2006.

COSTA, Georgia Carolina Capristano da. Batatuba, Brasil – uma “cidade serial”. **Anais do Oitavo Seminário DOCOMOMO Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA, Claudia dos Reis. **O patrimônio cultural da cidade de Sorocaba: análise de uma trajetória**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CUNHA, Claudia Reis. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 03, n. 032.03, Vitruvius, ago. 2004. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>> Acesso em ago. 2016.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária**. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 9-12.



DEAN, Warren. A Fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial. **Anais de História da Universidade Estadual Paulista**. Assis, 1976.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo - 1920 - 1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEZEN-KEMPTER, Eloísa. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. In: ARANTES, Antonio Augusto (org). **Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.23-34.

DUARTE, Paulo. **Mario de Andrade por ele mesmo**. 2ª. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

DVOŘÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Tradução de Valéria Alves Esteves Lima. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

ECKBO, Garret. O paisagismo nas grandes metrópoles. In: AB'SABER, Aziz (org.). **Leituras Indispensáveis**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FEDECRAIL (European Federation of Museum & Tourist Railways). **Carta de Riga**, 16 abr. 2005. Disponível em <[http://www.fedecrail.org/common%20download/riga\\_charter-multiling/carta\\_de\\_riga\\_v10es.pdf](http://www.fedecrail.org/common%20download/riga_charter-multiling/carta_de_riga_v10es.pdf)> Acesso em ago. 2016.

FASS, Fausto (dir.). **PERUS – O bairro que construiu o Brasil**. Produção: Maninha Barcellos, Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo, 2006. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1CXd1nUsEGw>> Acesso em 28 dez. 2015.

FELICISSIMO JR, Jesuíno. **História da siderurgia de São Paulo, seus personagens, seus feitos**. São Paulo: ABM/ IGGSP, 1969.

FENERICH, Antônia Regina Luz. **Preservação em São Paulo: análise de procedimentos metodológicos**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

FERREIRA, José Abílio (org.). **Cajamar: cidade de lutas e conquistas**. São Paulo: Noovha América, 2008. Série Conto, canto e encanto com a minha história.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAMA, Ruy. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1983.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: Edusp, 1986.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

HARVEY, William Robert. **Authenticity and experience quality among visitors at a historic village**. Master (Science in Forestry) Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg, 2004. Disponível em <<http://scholar.lib.vt.edu/theses/available/etd-03052004-132332/unrestricted/result.pdf>> Acesso em 05 ago. 2015.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Tradução Cabral de Moncada. 3ª ed. Coimbra: Armênio Amado, 1967.

HIDAKA, Lucia Tone Ferreira. **Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades. Patrimônio cultural da humanidade: teoria, metodologia e aplicação**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Veneza, maio 1964. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em ago. 2016.

ICOMOS. **Carta de Burra**, 1980. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em ago. 2016.

ICOMOS. **Declaração de San Antonio**. Texas, mar. 1996. Disponível em <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-san-antonio.pdf>> Acesso em ago. 2016.

IPHAN. **Processo N. 1104-T-83**. Abertura processo de tombamento Estrada de Ferro Perus-Pirapora, 1983.

IPHAN. **Portaria n. 127**, de 30 abr. 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

IPHAN. **Paisagem Cultural**. Livreto. Brasília, 2009. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto\\_paisagem\\_cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf)> Acesso em 21 jul. 2016.

ITÁLIA (Governo). **Carta do Restauro**. Circular n. 117, Ministério de Instrução Pública, 06 abr. 1972. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>> Acesso em ago. 2016.

JESUS, Mario Carvalho de. **A greve da “Perus” nos tribunais**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1967.

JESUS, Mario Carvalho de. **A Firmeza Permanente**. São Paulo: Vega-Loyola, 1977.

JESUS, Mario Carvalho de. **“Perus”: os “queixadas” resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar**. São Paulo: FNT e outras entidades, 1983.

JESUS, Mario Carvalho de (org). **Cimento Perus 40 anos de ação sindical transformam a velha fábrica em centro de cultura municipal**. São Paulo: JMJ, 1992. Coleção Cadernos para mudar – 2.

JESUS, Mario Carvalho de; EQUIPE DOS QUEIXADAS. **A Máfia do Cimento**. São Paulo: Edições Loyola, s. d.

JERONYMO, Vanice. **Caieiras: núcleo fabril e preservação**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2011.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelhos das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOKILEHTO, Jukka. **Considerations on authenticity and integrity in Word Heritage context**. City & Time, Olinda, vol. 2, n. 1, 2006a. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-44.pdf>> Acesso em 13 ago. 2015.

JOKILEHTO, Jukka. **World heritage: defining the outstanding universal value**. In: City & Time, Olinda, vol. 2 n. 2, 2006b. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-45.pdf>> Acesso em 13 ago. 2015.

KATINSKY, Julio Roberto. **Um Guia para a História da Técnica no Brasil Colônia**. São Paulo: Edusp, 1976.

KOIS, Keila. **Entrevista concedida a Vanice Jeronymo por email**, abr. 2009.

KOIS, Keila. **Entrevista concedida a Vanice Jeronymo por email**, jun. 2014.

KOIS, Keila. **Entrevista concedida a Vanice Jeronymo por email**, jun. 2016.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 29-74.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexos sobre sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial, Fapesp, Secretaria da cultura; 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos do Restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KUPER, Adam. **A cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002.

LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: ZACHETI, S. M.; LACERDA, Norma (org). **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: CECI – Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 44-54.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LECIONE, Sandra. Regiões Metropolitanas do Brasil. Radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, dez. 2006. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/06lenci.pdf>> Acesso em ago. 2016.

LEITE, Rogério Proença. A nação como sistema e os novos nacionalismos. **Lua Nova**, nº44. CEDEC, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a09n44.pdf> Acesso em ago. 2016.

LEITE, Rogério Proença. **Contra usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Aracaju: Editora UFD; 2007.

LEMOS, Carlos. A importância de preservar a memória da metrópole de Anchieta. **Arquitextos**. São Paulo, ano 13, n. 152.00, Vitruvius, jan. 2013. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.152/4633>> Acesso em 27 maio 2015.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; MORI, Victor Hugo; ALAMBERT, Clara Correia d'. **Patrimônio: 70 anos em São Paulo**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, EDUFMG, 1999.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio Cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2009.

LOOS, Adolf. **Ornamento e delito**. [1908]. Tradução Anja Pratschke. [2001-2002]. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/ornamento-e-crime-loos1908.html>> Acesso em 19 jul. 2016.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: a propriedade e interesse cultural. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 21-24.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord.). **Modo de vida dos Paulistas: identidades, famílias, espaços domésticos**. Coleção Terra Paulista, vol. 2. São Paulo: CENPEC / Imprensa Oficial, 2008.

MATOS, Gregório de. **Ao Braço do Mesmo Menino Jesus quando Apareceu**. In: \_\_\_\_\_. **Obra Poética**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

MAYUME, Lia. **Monumento e autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e Japão**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 1999.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 16, p. 35-46, jul.-dez. 2003. Publicado originalmente em *Landscape Architecture*, vol. 66, jan. 1976. Traduzido por Werther Holzer (UFF). Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7762>> Acesso em 11 ago. 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34:9-24. 1992. Disponível em <<http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV034/Media/REV34-01.pdf>> Acesso em ago. 2016.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. in YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 65-82.

MORAES, Ewerton Henrique de. **Patrimônio Ferroviário, tombamento e turismo: Reflexões acerca da E. F. Perus-Pirapora (São Paulo/SP)**. Trabalho de conclusão de curso (Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2012.

MORAES, Ewerton Henrique de. **Os bens ferroviários nos tombamentos do estado de São Paulo (1969 – 1984)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rosana, 2016.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MORIN, Edgard. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) UNIRIO. Rio de Janeiro, 2000

MOVIMENTO PELA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS. **Audiência Pública discute impacto de projeto habitacional nos arredores da Fábrica de Cimento de Perus**. São Paulo, 03 fev. 2016. Disponível em <<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/2016/02/03/audiencia-publica-discute-impacto-de-projeto-habitacional-nos-arredores-da-fabrica-de-cimento-de-perus/>> Acesso em 04 ago. 2016.

NASCIMENTO. Douglas. **Gato Preto – O triste fim de um patrimônio histórico**. São Paulo Antiga, 14 jan. 2014. Disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/gato-preto/>> Acesso em ago. 2016.

NASCIMENTO, Flávia; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio-out. 2010.

NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração industrial em São Paulo, 1880-1990**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC, São Paulo, 1993.

OEA (Organização Dos Estados Americanos). **Normas de Quito. Carta de Quito**. Reunião sobre a conservação e Utilização de monumentos e sítios históricos e artísticos. Quito, nov.-dez., 1967. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em ago. 2016.

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância cultural com critério para conservação do patrimônio mundial**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

PIRES, Cláudia T. Pereira. Influência inglesa em Nova Lima: construção de uma cidade, de um modo de vida. In: **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Rio de Janeiro, UFRJ - PROURB, 1996.

PONTUAL, Virgínia et al. Metodologia para identificação e autenticação do Patrimônio Cultural. **Textos para discussão**, v. 28, Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008. Disponível em <<http://www.ct.ceci-br.org/ceci-br/publicacoes/textos-para-discussao/350-textos-para-discussao-v-27.html>> Acesso em 15 jul. 2016.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 47-56.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. A sua essência e a sua origem. Tradução Werner Rotshchild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. São Paulo: Ed. Unesp; Imesp; Condephaat; Fapesp, 2000.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (n/d-1983): Corredor, Município de São Paulo, SP**. Estações Ferroviárias do Brasil, 21 jul. 2010a. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/corredor.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (n/d-1983): Quilômetro 12, Município de São Paulo, SP**. Estações Ferroviárias do Brasil, 07 ago. 2010b. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/q/quilo12.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (n/d-1925): Campos, Município de Cajamar, SP.** Estações Ferroviárias do Brasil, 20 jul. 2010c. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/campos.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (n/d-1983): Santa Fé, Município de São Paulo, SP.** Estações Ferroviárias do Brasil, 29 mar. 2011a. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/s/santafe-efpp.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (1914-1972): Entroncamento, Município de Cajamar, SP.** Estações Ferroviárias do Brasil, 05 mar. 2011b. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/e/entroncamento-efpp.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (1925-1983): antiga Água Fria, Município de Cajamar, SP.** Estações Ferroviárias do Brasil, 16 jan. 2011c. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/cajamar.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (n/d-1983): Mirim, Município de Cajamar, SP.** Estações Ferroviárias do Brasil, 25 set. 2011d. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/m/mirim.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (n/d-1972): Rocha, Município de Cajamar, SP.** Estações Ferroviárias do Brasil, 22 dez. 2015a. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/rocha.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Nilson; GIESBRECHT, Ralph M. **E. F. Perus-Pirapora (1914-1983): Gato Preto, Município de Cajamar, SP.** Estações Ferroviárias do Brasil, 08 fev. 2015b. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/gatopreto.htm>> Acesso em 15 jul. 2016.

RODRIGUES, Angela Rosch. Patrimônio Industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo, nº 14, p. 30-56, maio-out. 2012.

RODRIGUES, Sueli Maria da Silva. **Entrevista concedida a Vanice Jeronymo.** Cajamar, mar. 2016.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cidadania**, n. 24, p. 97-105, 1996.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória.** Tradução e apresentação de Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDEVILLE JÚNIOR. Euler. Paisagem. In: **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 20, São Paulo, p. 47-59, 2005. Disponível em <<http://espiral.net.br/e-arquivos/e-publicacoes/2005paisagem.pdf>> Acesso em 05 ago. 2016.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade monumento à cidade documento: a trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990**. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador, 1995.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. **IX Encontro Nacional da ANPOCS**. Grupo de trabalho de estudos urbanos: representação e políticas públicas, Rio de Janeiro, jul. 1985, p. 59-63.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Nobel, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHNEIDER, Marília (prod.). **Câmara Municipal de Cajamar: Trajetórias e lutas**. São Paulo: Editora Porto, 2006. Disponível em <<http://www.camaracajamar.sp.gov.br/portal/livro.pdf>> Acesso em ago. 2016.

SÃO PAULO (Município). **Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural. Liberdade**. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, 1987.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº8328**, de 02 dez. 1975. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município, nas zonas de usos especiais Z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes e dá outras providências. São Paulo, Diário Oficial, 03 dez. 1975, folha 1.

SÃO PAULO (Município). **Projeto de Lei dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras e da Disciplina do Uso e Ocupação do solo de São Paulo**. Vol. III. Anexos da parte II. Anexo I, Livro I, PRE-SP-Perus, 2004. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal De Planejamento Urbano, Departamento De Planos Urbanos.

SÃO PAULO (Município). **O processo de tombamento na Cidade de São Paulo**. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, s/d. Disponível em <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico/preservacao/index.php?p=431](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/preservacao/index.php?p=431)> Acesso em 28 nov. 2015.

SÃO PAULO (Estado e Município). **Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo**. Secretaria dos Negócios Metropolitanos, Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A, Secretaria Municipal de Planejamento. São Paulo: 1984.

SCHORSKE, Carl. **Viena Fin-de-Siécle: Política e Cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCIFONI, Simone. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. **II Encontro da ANPPAS** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade), Indaiatuba, 2004. Disponível em <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT13/simone\\_scifoni.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf)> Acesso em 06 set. 2015.



SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

SCIFONI, Simone. **Entrevista concedida a Vanice Jeronymo por email**, jun. 2014.

SENNET, Richard. **O Artífice**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 17-20.

SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2001.

SIQUEIRA, Elcio. **Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.

SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES (Escritório Internacional Dos Museus). **Carta de Atenas**, out. 1931. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em ago. 2016.

SOUZA, Paula Aragão. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, UFPE, 2013.

SP promete, após 6 anos, multar quem destrói patrimônio. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 26 jun. 2010. Disponível em <<http://gvces.com.br/sp-promete-apos-6-anos-multar-quem-destroi-patrimonio?locale=pt-br>> Acesso em 20 abr. 2016.

STOCK, Suzete de Cássia Volpato. **Carioba, um lugar uma herança**. São Paulo: Lexia, 2010.

STOVEL, Herb. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. **City & Time**, Olinda, vol. 2, n. 3, p. 21-36, 2007. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2007/CT-2007-71.pdf>> Acesso em 13 ago. 2016.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Patrimônio cultural abrange desde vilarejos a obras imateriais.** 2010. Disponível em <<http://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/1040041/patrimonio-cultural-abrange-desde-vilarejos-a-obras-imateriais>> Acesso em 16 maio 2016.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 47-103.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho: trajetórias do industrial Jorge Street.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial,** 17 jul. 2003. Disponível em <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>> Acesso em ago. 2016.

UNESCO. **Convenção para proteção dos bens culturais em caso de conflito armado.** Haia, 21 abr. a 14 maio 1954. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Infirma%C3%A7%C3%A3o/convencao-para-a-protecao-dos-bens-culturais-em-caso-de-conflito-armado-convencao-de-haia.html>> Acesso em 04 ago. 2016.

UNESCO. **Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais.** Paris, 12-14 nov. 1970. Disponível em <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/unesco\\_convencao.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/unesco_convencao.pdf)> Acesso em 23 ago. 2015.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.** Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>> Acesso em 04 ago. 2016.

UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Conventation.** Paris, World Heritage Centre (WHC), 1977. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/opguide77b.pdf>> Acesso em 04 jul. 2016.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.** Paris, 2013. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/opguide13-en.pdf>> Acesso em 19 jul. 2016.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. **Conferência de Nara. Conferência sobre autenticidade em relação a Convenção do Patrimônio Mundial.** Nara, 06 nov. 1994. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>> Acesso em 04 ago. 2016.

U.S. (Department of the Interior). **How to apply the National Register Criteria for Evaluation. National Register Bulletin.** National Park Service, Cultural Resources National Register, History and Education, 1995. Disponível em <<http://www.nps.gov/nr/publications/bulletins/pdfs/nrb15.pdf>> Acesso em 23 ago. 2015.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Núcleos residenciais da Cesp. O processo de desmonte.** Dissertação (Mestrado) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel; Lincoln; Fapesp, 2001.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporânea de La Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

VIOLLET-LE-DUC. Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editoria: 2000.

WILLIAMNS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

ZANCHETI, Silvio Mendes et al. Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade. **Textos para discussão**, v. 28, Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008. Disponível em <<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/349-textos-para-discussao-v-28.html>> Acesso em 20 jul. 2016.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lucia Tone Ferreira. O monitoramento da gestão da conservação urbana. **Textos para discussão**, v. 56, Série 1 – Gestão para conservação urbana. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2010. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/59/667-monitoramento-da-gestao-da-conservacao-urbana.html>> Acesso em ago. 2016.

ZEQUINI, Anicleide. **O quintal da fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista –Salto-SP, séculos XIX e XX**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

ZEQUINI, Anicleide. **Arqueologia de uma Fábrica de Ferro: Morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII**. Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo, 2007.

### **Websites**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND**. Site da associação fundada em 1936 com o objetivo de promover estudos sobre o cimento e suas aplicações. Disponível em <<http://www.abcp.org.br/>> Acesso em ago. 2016.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO FERROVIÁRIA**. Site da entidade civil sem fins lucrativos de cunho histórico, cultural e educativo, que é reconhecida como OSCIP – Organização Social de Interesse Público (publicado no D.O.U. de 24 de dezembro de 2004), cuja missão é promover o resgate e a conservação do patrimônio histórico ferroviário brasileiro. Disponível em <<http://www.abpf.com.br/>> Acesso em ago. 2016.

**ARQUIVO EDGARD LEUENROTH.** *Site* do acervo do Centro De Pesquisa E Documentação Social (AEL) composto por documentos provenientes de pessoas, famílias e instituições que acumularam durante sua trajetória registros representativos da história social, política e cultural do Brasil, América Latina, Ásia e África. Disponível em <[http://segall.ifch.unicamp.br/site\\_ael/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50&Itemid=58](http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=58)> Acesso em ago. 2016.

**CASA DA MEMÓRIA, Prefeitura de Cajamar, Diretoria de Cultura e Turismo.** *Site* do primeiro museu da cidade de Cajamar. Disponível em <<http://www.cajamar.sp.gov.br/v2/?exibe=cultura&canal=casadamemoria>> Acesso em ago. 2016.

**CENTRO-OESTE.** *Site* organizado por Flavio R. Cavalcanti. Disponibiliza principalmente o acervo de matérias publicadas na antiga revista Centro-Oeste, sobre trens, locomotivas, ferrovias, maquetes e ferreomodelismo no Brasil. Disponível em <<http://vfco.brazilia.jor.br/>> Acesso em ago. 2016.

**CONPRES, Prefeitura de São Paulo, Secretaria da Cultura.** *Site* que disponibiliza acesso às resoluções emitidas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpres/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>> Acesso em ago. 2016.

**ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL.** *Site* organizado por Ralph Mennucci Giesbrecht que disponibiliza material, principalmente histórico e fotografias, sobre as estações ferroviárias do Brasil. Disponível em <[www.estacoesferroviarias.com.br](http://www.estacoesferroviarias.com.br)> Acesso em ago. 2016.

**IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** *Site* da autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em ago. 2016.

**MOVIMENTO PELA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS.** *Site* organizado pelo coletivo formado pelas principais lideranças do bairro, ativistas, organizações, movimentos sociais e programas universitários que lutam em prol da preservação, reabilitação e utilização do espaço. Disponível em <<https://movimentofabricaperus.wordpress.com>> Acesso em ago. 2016.

**VALENTE ARQUITETOS.** *Site* do escritório de arquitetura que realizou, em 2001, o diagnóstico das condições físicas, ambientais e patrimoniais da Ferrovia Perus-Pirapora. Além de elaboração de uma proposta de implantação no local de uma Ferrovia-Parque, em colaboração com o IFPPC - Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural, para a preservação, recuperação e articulação urbanística do conjunto. Disponível em <[http://www.valentearquitetos.com.br/pt\\_perus.php](http://www.valentearquitetos.com.br/pt_perus.php)> Acesso em ago. 2016.

**VAPOR MÍNIMO: As histórias das bitolinhas em São Paulo.** *Site* organizado por Leandro Guidin sobre a história das ferrovias de bitola estreitíssima do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://vaporminimo.com.br/category/ramais-ferroviarios/page/5/>> Acesso em ago. 2016.

### **Acervos gráficos**

Vanice Jeronymo;

Sirlei Bertolini Soares;

Nelson Camargo;

Keila Kois.

### **Acervos fotográficos**

Vanice Jeronymo;

Nelson Camargo;

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento Cal e Gesso de São Paulo;

Arlindo Paes;

Nilson Rodrigues;

Ralph M. Giebrecht;

Custódio Oliveira;

Douglas Nascimento.



## **Apêndices**

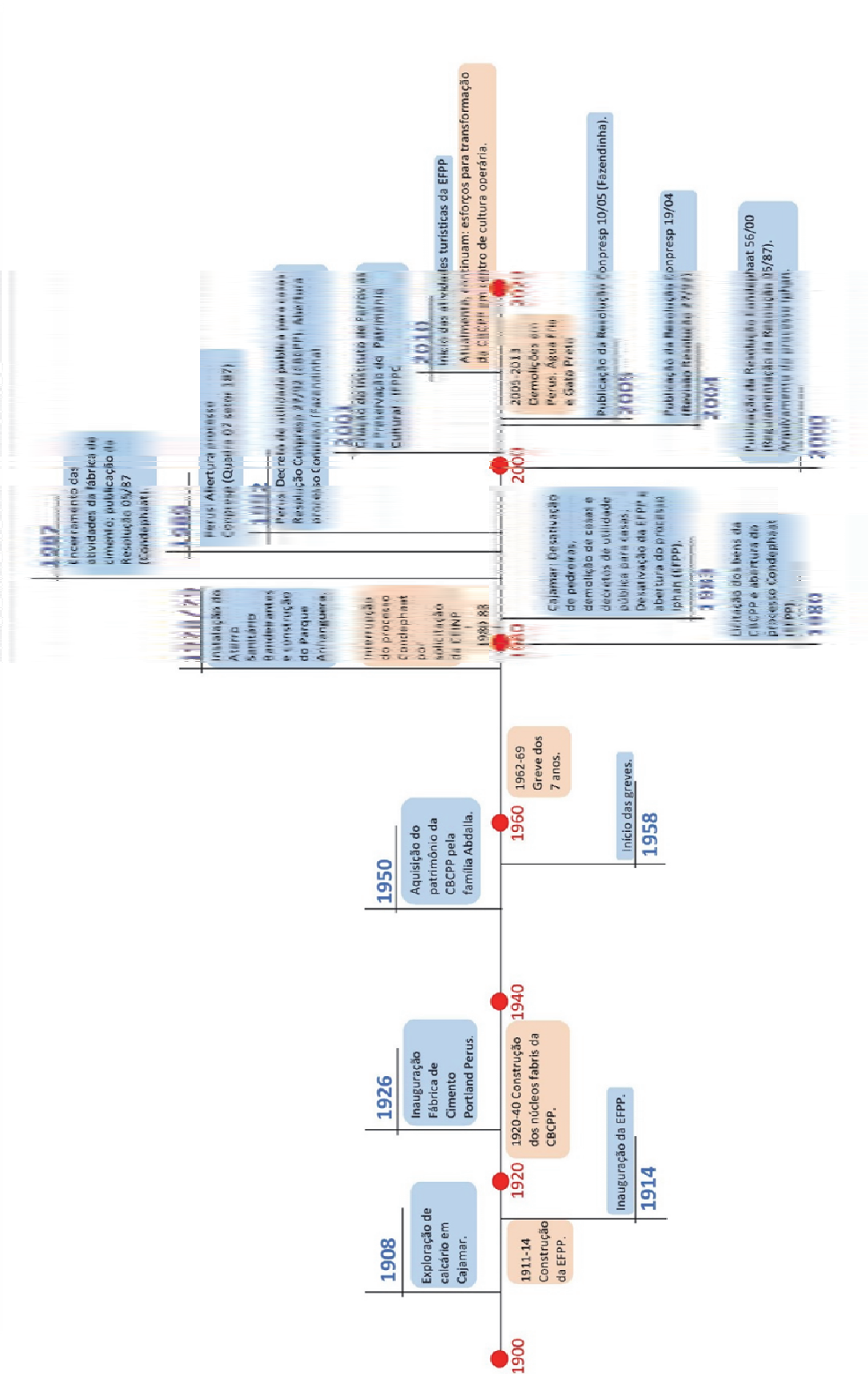
---





## Apêndice A - Linha do tempo: ocorrências relacionadas à trajetória das instalações da CBCPP e seus tombamentos

### Sobre ocorrências relacionadas à trajetória da CBCPP e seus tombamentos





**Apêndice B - croqui-guia para identificação de vilas e edificações da CBCPP (conferir croqui-guia disposto no envelope)**



**Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio paulista: o caso da "Perus" (CBCPP)** Apêndice B

Croqui-Guia para identificação de vilas e edificações da CBCPP, contendo:

- Legendas:**
- Distribuição e organização da CBCPP
  - Rios, córregos, estradas e rodovias
  - Identificação edificações
  - Visadas aproximadas de algumas figuras

Adaptado Cortes Enlase 2441, 2442, 2425 (1983) e Resolução Conresep 27/92  
Escala aproximada: 1:10.000



Legenda distribuição e organização da CBCPP:	Legenda rios, córregos, estradas e rodovias:	Legenda identificação edificações	Legenda visadas aproximadas de figuras
A) Área industrial da fábrica de cimento	1) Estrada de Ferro Santos Jundiaí	10) Moradias da Vila Fibriosa	Fig. 11) Visada aproximada figura 11
B) Vila Portland	2) Rodovia dos Bandeirantes	11) Capela São José	Fig. 12) Visada aproximada figura 12
C) Vila Triângulo	3) Rodovia Anhanguera	12) Moradias da Vila Triângulo	Fig. 13) Visada aproximada figura 13
D) Vila Fibriosa	4) Rio Jaqueiri	13) Moradias e clube (transferido posteriormente para Água Fria)	Fig. 14) Visada aproximada figura 14
E) Vila Nova	5) Córrego Ajuá	14) Moradias da Vila Portland	Fig. 15) Visada aproximada figura 15
F) Vila Água Fria	6) Córrego Lorrinhas	15) Casas do administrador - pedreiras, atual Museu Casa da Memória	Fig. 16) Visada aproximada figura 16
G) Área da fábrica de cal e oficinas de Gato Preto	7) Ribeirão das Cruzais	16) Refeitório	Fig. 17) Visada aproximada figura 17
H) Instalações de Gato Preto - além da Rodovia Anhanguera	8) Córrego Laranjeiras	17) Casarão da ferrovia (M)	Fig. 18) Visada aproximada figuras 20 e 23
	9) Córrego Santo Fé	18) Casas da assistência médica	Fig. 19) Visada aproximada figura 24
		19) Casas da administração	Fig. 20) Visada aproximada figuras 25 e 80
		20) Moradias da Vila Nova	Fig. 21) Visada aproximada figura 31
		21) Moradias de Água Fria	Fig. 22) Visada aproximada figura 34
		22) Lago formado pela extração	Fig. 23) Visada aproximada figura 38
		23) Campo de Clube Portland (transferido de Água Fria)	Fig. 24) Visada aproximada figura 44
		24) Casa do administrador - pedreiras, atual Museu Casa da Memória	Fig. 25) Visada aproximada figura 45
		25) Pátio EPPF	Fig. 26) Visada aproximada figuras 48 e 54
		26) Armazém e farmácia	Fig. 27) Visada aproximada figura 55, 92 e 93
		27) Antiga sede do clube Portland Perus	Fig. 28) Visada aproximada figuras 57, 58 e 74
		28) Escola de pedra	Fig. 29) Visada aproximada figura 59
		29) Paredão	Fig. 30) Visada aproximada figura 63
		30) Ambulatório	Fig. 31) Visada aproximada figura 68
		31) Igreja de São Sebastião	Fig. 32) Visada aproximada figura 69
		32) Capela Sagrado Coração de Jesus	Fig. 33) Visada aproximada figura 75
		33) Sede social de Gato Preto	Fig. 34) Visada aproximada figura 76
		34) Casarão dos Beneditos	Fig. 35) Visada aproximada figura 79
		35) Esporte Clube Gato Preto	Fig. 36) Visada aproximada figuras 82 e 84
		36) Casarão da Beneficência	Fig. 37) Visada aproximada figura 86 e 87
		37) Grupo escolar de Gato Preto	Fig. 38) Visada aproximada figura 94
		38) Oficinas	Fig. 39) Visada aproximada figura 100
		39) Coqueiro e depósitos	
		40) Estação Gato Preto	
		41) Escritório	
		42) Estação Perus	
		43) Corredor	
		44) Km 12	
		45) Entrocamento	
		46) Mirim	
		47) Campos	
		48) Riacho	
		49) Estação Água Fria	
		50) Sindicato dos trabalhadores da Indústria do cimento, cal e gesso de São Paulo	
		51) Metalopon Equipamentos	
		52) Natura Cosméticos	
		53) Palacete dos Dias (Casarão da Fazendinha)	
		54) Edifícios e equipamentos da fábrica de cimento	
		55) Tanques, depósitos, fôrmas, escadarias, Laboratórios, moinhos, ensacadoras, oficinas, subestação conf. perimetro do tomb. municipal ref. à resolução 27/92	